



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade e Contas 2012



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE E CONTAS 2012

Lisboa, 2013
www.bportugal.pt



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Departamento de Contabilidade e Controlo

Design, impressão, acabamento e distribuição

Departamento de Serviços de Apoio

Área de Documentação, Edições e Museu

Serviço de Edições e Publicações

Tiragem

600 exemplares

ISBN 978-989-678-185-9 (impresso)

ISBN 978-989-678-186-6 (*on-line*)

ISSN 2182-5890 (impresso)

ISSN 2182-5904 (*on-line*)

Depósito Legal n.º 342676/12

Este Relatório foi redigido segundo o novo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

ÓRGÃOS DO BANCO

RESPONSÁVEIS PELOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DELEGAÇÕES

I. ATIVIDADE EM 2012

19	SUMÁRIO EXECUTIVO
22	Caixa 1 A união bancária e o mecanismo único de supervisão
24	Caixa 2 Medidas de estabilidade financeira no âmbito do programa de assistência económica e financeira
26	1. ESTABILIDADE FINANCEIRA
26	1.1. Supervisão macro do sistema financeiro
27	1.2. Supervisão prudencial
30	1.3. Supervisão comportamental
31	1.4. Averiguação e ação sancionatória
34	1.5. Fundos de garantia de depósitos e de resolução
34	1.6. Superintendência dos sistemas de pagamentos
35	2. FUNÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA
35	2.1. Estudos e aconselhamento económico
35	2.2. Execução da política monetária
37	2.3. Gestão de ativos
37	2.3.1. Gestão de reservas externas do BCE
37	2.3.2. Gestão de ativos de investimento próprios
38	2.4. Estatísticas
39	2.5. Sistemas de pagamentos
36	2.5.1. <i>TARGET2-PT</i> e <i>TARGET2-Securities</i>
40	2.5.2. Sistemas de pagamentos de retalho
42	2.5.3. Gestão da utilização do cheque
42	2.6. Emissão monetária
42	2.6.1. Produção de notas de euro
42	2.6.2. Saneamento de notas
43	2.6.3. Detecção de contrafações de notas e moeda metálica
44	2.6.4. Recirculação de numerário
45	2.6.5. Plano para uma maior convergência dos serviços prestados pelos bancos centrais nacionais na área do numerário
45	2.6.6. Segunda série de notas de euro

46	2.7. Representação internacional e cooperação institucional
46	2.7.1. Relações internacionais
49	2.7.2. Cooperação institucional nacional
51	3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS
51	3.1. Governação interna, gestão de risco e controlo
51	3.1.1. Estrutura orgânica
52	3.1.2. Gestão de risco
52	3.1.3. Auditoria interna
53	3.2. Sistemas de informação e comunicação
54	3.3. Gestão de recursos humanos
54	3.3.1. Caraterização dos efetivos
52	3.3.2. Política remunerativa
57	3.3.3. Desenvolvimento de recursos humanos
58	3.4. Gestão financeira e patrimonial
59	4. COMUNICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
59	4.1. Comunicação com o público
59	4.1.1. Sítio institucional e Portal do Cliente Bancário
61	4.1.2. Caixa de correio, atendimento telefónico e personalizado
62	4.1.3. Publicações
64	4.2. Interação com a comunidade financeira - Portal BPnet
64	4.3. Cooperação com entidades nacionais e internacionais
64	4.3.1. Ações de comunicação no âmbito do Eurosistema
65	4.3.2. Divulgação estatística
65	4.3.3. Formação na área de numerário
66	4.3.4. Intercâmbio com a comunidade científica
67	4.4. Responsabilidade social e sustentabilidade ambiental
67	4.4.1. Biblioteca, arquivo, exposições, visitas
68	4.4.2. Responsabilidade social
69	Caixa 3 A Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal
70	Caixa 4 A Central de Balanços do Banco de Portugal

ANEXOS

- 74** A.1. Quadro 1 | Principais medidas de carácter legal e regulamentar
- 78** A.2. Quadro 1 e 2 | Representação institucional
- 89** A.3. Quadro 1 | Apresentações em seminários e conferências em 2012
- 98** Quadro 2 | Artigos publicados em 2012

II. BALANÇO E CONTAS

- 103** 1. APRESENTAÇÃO
- 103** 1.1. Evolução da composição do balanço
- 112** 1.2. Evolução da demonstração de resultados
- 118** 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 122** 3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 166** 4. RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS
- 168** 5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA

ÓRGÃOS DO BANCO





GOVERNADOR

Carlos da Silva Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Governador

Carlos da Silva Costa

Vice-Governadores

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Administradores

José António da Silveira Godinho

João José Amaral Tomaz



CONSELHO DE AUDITORIA

Presidente

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Membros

Rui José Conceição Nunes

Amável Alberto Freixo Calhau

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos da Silva Costa

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Manuel Jacinto Nunes

José da Silva Lopes

Vítor Manuel Ribeiro Constâncio

José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza

António José Fernandes de Sousa

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Valentim Xavier Pintado

Almerindo da Silva Marques

João Moreira Rato

Roberto de Sousa Rocha Amaral

Rui Manuel Teixeira Gonçalves



RESPONSÁVEIS PELOS ÓRGÃOS
DE DIREÇÃO E DELEGAÇÕES



Gabinete do Governador e dos Conselhos (GAB)

Paulo Ernesto Carvalho Amorim

Secretário dos Conselhos (SEC)

Paulo Ernesto Carvalho Amorim

Departamento de Averiguação e Ação Sancionatória (DAS)

José da Cunha Nunes Pereira

Departamento de Auditoria (DAU)

Francisco Martins da Rocha

Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)

José Pedro Silva Ferreira

Departamento de Emissão e Tesouraria (DET)

António Pinto Pereira

Departamento de Estatística (DDE)

João António Cadete de Matos

Departamento de Estudos Económicos (DEE)

Ana Cristina de Sousa Leal

Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH)

António Manuel Marques Garcia

Departamento de Gestão de Riscos (DGR)

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas (DMR)

Rui Manuel Franco Rodrigues Carvalho

Departamento de Organização, Sistemas e Tecnologias de Informação (DOI)

António Jacinto S. Nunes Marques

Departamento de Relações Internacionais (DRI)

Nuno Homem Leal de Faria

Departamento de Serviços de Apoio (DSA)

Eugénio Fernandes Gaspar



Departamento de Supervisão Comportamental (DSC)

Maria Lúcia de Almeida Leitão

Departamento de Supervisão Prudencial (DSP)

Vasco Manuel da Silva Pereira

Departamento de Serviços Jurídicos (DJU)

José Gabriel Cortez Rodrigues Queiró

Departamento de Sistemas de Pagamentos (DPG)

Jorge Manuel Egrejas Francisco

FILIAL (Porto)

Manuel Maia Marques

DELEGAÇÕES REGIONAIS**Delegação Regional dos Açores**

Ibéria Maria de Medeiros Cabral Serpa

Delegação Regional da Madeira

Maria Heliadora Vieira Geraldês Matos

AGÊNCIAS DISTRITAIS**Braga**

Fernanda da Conceição C. Carvalho Barros

Castelo Branco

Rui António da Silva Santa Rajado

Coimbra

Maria João Botelho Simões Raposo de Sousa

Évora

Paulo Ruben Alvernaz Rodrigues

Faro

Victor Manuel Geraldês Ribeiro

Viseu

Gentil Pedrinho Amado

ATIVIDADE EM 2012



1. ESTABILIDADE FINANCEIRA
2. FUNÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA
3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS
4. COMUNICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Banco de Portugal, banco central do Eurosistema e autoridade nacional responsável pela supervisão das instituições de crédito, tem como objetivos primordiais a manutenção da estabilidade dos preços e a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro. Esta dupla missão e os princípios fundamentais de independência e de responsabilização (*accountability*) por que se rege a atuação do Banco, encontram-se refletidos nas quatro linhas gerais de orientação estratégica definidas para 2011-2013, que nortearam a atividade em 2012:

- Estabilidade financeira no contexto europeu;
- Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema;
- Organização e gestão eficiente dos recursos;
- Comunicação e prestação de serviços à comunidade.

Em 2012, a atividade do Banco continuou a desenvolver-se num contexto particularmente exigente. No plano nacional, prosseguiu o ajustamento da economia portuguesa e do sistema bancário no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). No plano externo, persistiram tensões importantes ao nível da estabilidade financeira e da transmissão da política monetária na área do euro, que conduziram, em particular, à decisão de criação de uma união bancária europeia (Caixa 1 | A União Bancária e o Mecanismo Único de Supervisão).

Estabilidade financeira no contexto europeu

Para preservar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal, na sua esfera de atuação, tem desempenhado um papel fundamental no cumprimento das medidas do PAEF (Caixa 2 | Medidas de Estabilidade Financeira no Âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira). Num plano mais geral, o Banco tem procurado reforçar a eficácia da regulação e da supervisão do sistema financeiro e, simultaneamente, a confiança, a segurança e a disponibilidade dos sistemas de pagamentos.

Em 2012, o Banco participou em diversas iniciativas para melhorar o quadro regulamentar do sistema financeiro. No domínio prudencial, destacam-se: a alteração do regime de acesso dos bancos a operações de capitalização com recurso ao investimento público; o novo regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução; e as alterações ao regime de garantia de depósitos. No domínio da supervisão comportamental, sobressaem as iniciativas relacionadas com a prevenção e gestão de situações de incumprimento, o acesso aos serviços mínimos bancários, o crédito à habitação e os serviços de pagamento.

O reforço da solvabilidade e a proteção da liquidez do sistema bancário permaneceram preocupações fundamentais em 2012. O Banco de Portugal analisou e acompanhou os processos de recapitalização dos bancos, em particular dos que recorreram a capitais públicos. O Banco teve também um papel pró-activo na definição das medidas não convencionais de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE), que permitiram o alargamento significativo do colateral disponível para acesso a financiamento do BCE e a extensão das maturidades das operações de financiamento, melhorando a posição de liquidez do sistema bancário.

O Banco de Portugal promoveu uma maior interação entre as funções de supervisão micro e macroprudencial de modo a melhor avaliar a existência de desequilíbrios financeiros com impacto sistémico. Assim, a tradicional análise estática e centrada nas instituições individualmente consideradas foi complementada com a vertente prospetiva e sistémica, assente na análise transversal dos planos de financiamento e de capital dos bancos e na realização de testes de esforço.

A supervisão do sistema bancário foi ainda reforçada com a realização de inspeções periódicas e transversais à carteira global de crédito ou a classes de ativos particularmente expostas aos desenvolvimentos macroeconómicos ou de mercado. Neste âmbito, foi realizada uma inspeção às carteiras de crédito



dos setores da construção e da promoção imobiliária que abrangeu os oito principais grupos bancários nacionais. Em paralelo, foram consolidadas as equipas permanentes junto dos maiores grupos bancários. Na vertente sancionatória, destaca-se, em 2012, a redução do prazo médio de conclusão dos processos de contraordenação.

A informação e a formação financeira continuaram a ser pilares essenciais da estratégia de supervisão comportamental do Banco de Portugal. Em 2012, o Banco participou nas iniciativas do Plano Nacional de Formação Financeira, em articulação com os outros reguladores que integram o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema

A atividade do Banco de Portugal enquanto autoridade monetária abrange diversas funções partilhadas do Eurosistema / Sistema Europeu e Bancos Centrais (SEBC): estudos e aconselhamento económico, execução da política monetária, gestão de ativos financeiros e do ouro, estatísticas, sistemas de pagamentos, emissão monetária, e relações e cooperação internacional.

Os estudos e análises desenvolvidos pelo Banco são fundamentais para uma intervenção ativa e influente no quadro do Eurosistema. Neste domínio, o Banco prestou aconselhamento de política monetária ao Governador, elaborou projeções macroeconómicas para Portugal e analisou as condições monetárias e financeiras da economia portuguesa.

Por outro lado, o Banco de Portugal continuou a assegurar a execução das operações de política monetária junto das instituições de crédito residentes, verificou o cumprimento do sistema de reservas mínimas do BCE e elaborou previsões de liquidez do sistema bancário residente. O Banco participou na gestão das reservas externas do BCE e geriu uma carteira de ativos de investimento próprios. Para fomentar a redistribuição da liquidez entre os bancos portugueses, foi lançada, em setembro de 2012, uma plataforma para o registo e processamento de operações de Mercado Monetário Interbancário Sem Garantia (MMI/SG), através da qual as instituições podem trocar fundos entre si, mediante operações sem exigência de garantia de ativos.

Para além da compilação regular e divulgação de um amplo leque de estatísticas monetárias, financeiras e de balança de pagamentos, o Banco de Portugal deu continuidade, em 2012, à exploração integrada e à análise de consistência da informação constante das bases de microdados, designadamente, da Central de Balanços, da Central de Responsabilidades de Crédito, do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos e da balança de pagamentos.

Enquanto operador, regulador e catalisador dos sistemas de pagamentos, o Banco de Portugal assegurou, em 2012, o bom funcionamento do *TARGET2-PT* e preparou a implementação do sistema *TARGET2-Securities*. O Banco garantiu a gestão e regulação dos sistemas de pagamentos de retalho enquadrados no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), promoveu a implementação, em Portugal, da *SEPA*, a Área Única de Pagamentos em Euros, e zelou pela boa gestão da utilização do cheque. O Banco de Portugal continuou a promover a utilização eficiente e segura das notas e moedas de euro, sendo responsável pela produção, escolha e recirculação de notas de euro, pela monitorização dos levantamentos e depósitos de notas e moeda metálica no Banco, pela deteção de contrafação de notas e moeda metálica e tendo prestado diversos outros serviços na área do numerário.

O exercício regular das funções atribuídas ao Banco de Portugal exige uma intensa atividade internacional, em grande medida associada à participação nas várias estruturas do Eurosistema que preparam as decisões do Conselho do BCE e em outras instituições da União Europeia. O Banco participou igualmente nos trabalhos de outros organismos internacionais de cariz económico-financeiro, com destaque para o FMI e o *BIS*, e incrementou a cooperação com outros bancos centrais, nomeadamente dos países de língua portuguesa.

Organização e gestão eficiente dos recursos

Em 2012, o Banco de Portugal reforçou o seu modelo de governo interno e continuou a investir na valorização e motivação dos colaboradores e na melhoria dos processos e dos meios tecnológicos utilizados.

Refletindo a importância estratégica atribuída à gestão do risco, foram criados o Departamento de Gestão de Risco e a Comissão para o Risco e o Controlo Interno. O Banco garantiu, desta forma, a independência, transparência, segregação de funções, visão global e gestão integrada dos vários tipos de riscos financeiros e operacionais.

No domínio dos recursos humanos, o Banco de Portugal tem procurado garantir, de forma sustentável e numa perspetiva de médio e longo prazos, um quadro técnico capaz de responder às funções que lhe estão cometidas, incluindo as novas responsabilidades que lhe têm sido atribuídas, nomeadamente na supervisão e regulação do sistema financeiro e no quadro do PAEF. No final de 2012, o Banco tinha 1682 efetivos, número próximo do existente no final de 2008, não obstante o aumento significativo, entretanto verificado, das suas atribuições. Os efetivos são atualmente mais jovens e mais qualificados, existindo um maior equilíbrio entre géneros. O Banco implementou um conjunto de infraestruturas e soluções de suporte à comunicação à distância, à mobilidade e ao trabalho colaborativo, incluindo estúdios de videoconferência, comunicações unificadas e rede *WI-FI*.

À semelhança do que aconteceu em 2011, o Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu adotar, em 2012, medidas de contenção salarial com efeito equivalente ao das medidas definidas na Lei do Orçamento do Estado para 2012. Estas medidas foram definidas e implementadas autonomamente, para salvaguardar a independência de decisão do Banco e respeitar os limites decorrentes do Código do Trabalho e dos instrumentos de regulamentação coletiva. O Banco continuou a pôr em prática uma política de contenção de custos na aquisição de bens e serviços, com medidas de redução do consumo de energia e poupança na área das tecnologias de informação e comunicação. Ainda em 2012, foi preparado o novo Plano de Contas do Banco de Portugal, com reflexos positivos no reforço da transparência e da autonomia financeira do Banco.

Comunicação e prestação de serviços à comunidade

O Banco de Portugal está empenhado em cultivar uma relação transparente e de maior proximidade com a sociedade portuguesa, consolidando a sua reputação a nível nacional e internacional. Em 2012, o Banco de Portugal continuou a promover a qualidade da informação económica e estatística produzida e a melhorar os serviços que presta à comunidade. O Banco de Portugal privilegia a divulgação pública de informação através do sítio institucional e do Portal do Cliente Bancário.

No sítio institucional, foi lançada, em outubro de 2012, a Área de Empresa. Nesta área, as empresas podem consultar o mapa de responsabilidades da Central de Responsabilidades de Crédito e a Lista de Utilizadores que Oferecem Risco, o Quadro da Empresa e do Setor, a Comunicação de Operações e Posições com o Exterior, o Inquérito sobre o Investimento Internacional e Informação Qualificada sobre Numerário.

No Portal do Cliente Bancário, o Banco publicou conteúdos sobre a prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito e sobre os serviços mínimos bancários.

Em 2012, após profundas obras de reabilitação e restauro, reabriu o edifício sede do Banco de Portugal. Na antiga Igreja de S. Julião começou a ser instalado o Museu do Dinheiro, um espaço cultural e de promoção da literacia financeira e polo de dinamização cultural da Baixa Pombalina.

CAIXA 1 | A UNIÃO BANCÁRIA E O MECANISMO ÚNICO DE SUPERVISÃO

O desenrolar da crise financeira revelou as vulnerabilidades da arquitetura da União Económica e Monetária, tornando premente a necessidade de assegurar a separação entre risco soberano e risco bancário e ultrapassar a fragmentação dos mercados financeiros na área do euro.

No seguimento das Conclusões do Conselho Europeu e da Declaração da Cimeira da Área do Euro de junho de 2012, a Comissão apresentou, em setembro, um pacote de propostas legislativas referente à criação de um Mecanismo Único de Supervisão¹, acompanhado por um *roadmap* para a constituição da União Bancária, onde são também delineados os passos complementares à vertente de supervisão, designadamente no que diz respeito à gestão de crises e resolução de instituições e à garantia de depósitos a nível europeu.

O Mecanismo Único de Supervisão, que abrange todos os bancos da área do euro, constitui, assim, o primeiro passo da construção da União Bancária. A 13 de dezembro de 2013, o Conselho da UE chegou a acordo relativamente às propostas legislativas apresentadas pela Comissão, encetando-se a negociação com o Parlamento Europeu. A aprovação final e a entrada em vigor dos Regulamentos estão previstas para o final do primeiro semestre de 2013.

O BCE será responsável pela supervisão prudencial das instituições de crédito da área do euro nos termos definidos no respetivo Regulamento, executando essas tarefas no âmbito de um Mecanismo Único de Supervisão composto pelo BCE e pelas autoridades nacionais competentes e tendo por objetivo “contribuir para a segurança e solidez das instituições de crédito e para a estabilidade do sistema financeiro na UE e em cada Estado-Membro, tendo devidamente em consideração a unicidade e integridade do mercado interno”. Instituições de crédito de outros Estados-Membros poderão vir a ser igualmente abrangidas pela supervisão do BCE, no âmbito de mecanismos de cooperação reforçada que venham a ser estabelecidos com as respetivas autoridades.

As atribuições específicas do BCE incluem:

- Autorizar instituições de crédito e revogar a autorização;
- Avaliar participações qualificadas;
- Assegurar o cumprimento das normas prudenciais estabelecidas na legislação da União;
- Avaliar a adequação dos procedimentos, das estratégias e dos fundos próprios das instituições face aos riscos incorridos e realizar testes de esforço e com base nessa avaliação impor requisitos adicionais de fundos próprios ou outros requisitos específicos previstos na legislação da União;
- Exercer a supervisão em base consolidada e participar em colégios de supervisores;
- Participar na supervisão suplementar de conglomerados financeiros, quando aplicável;
- Exercer tarefas de supervisão no âmbito de planos de recuperação e medidas de intervenção precoce em situações de incumprimento, ou de risco de incumprimento, dos requisitos prudenciais por parte das instituições.

O texto acordado consagra um modelo de supervisão em que o BCE assume a responsabilidade pelo funcionamento efetivo e consistente de todo o sistema integrado de supervisão. Haverá, porém, uma distribuição articulada de tarefas entre o BCE e as autoridades de supervisão nacionais, dependendo da dimensão das instituições e das características dos sistemas bancários nacionais. Em concreto, o BCE assume a supervisão direta das instituições de crédito significativas, cabendo às autoridades de supervisão nacionais assistir o BCE nessa tarefa e assumir a responsabilidade pela supervisão direta das instituições menos significativas, no âmbito de um enquadramento comum e de instruções gerais definidos pelo BCE.

¹ Composto por duas propostas de Regulamento: i) uma conferindo ao BCE, com base no artigo 127(6) do Tratado, atribuições específicas de supervisão prudencial das instituições de crédito e criando um Mecanismo Único de Supervisão (*Single Supervisory Mechanism – SSM*); ii) outra alterando o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 no sentido de introduzir alguns ajustamentos no funcionamento da Autoridade Bancária Europeia, tendo em conta a criação do Mecanismo Único de Supervisão.

O BCE poderá chamar a si, em qualquer momento, a responsabilidade direta por uma instituição menos significativa, quando tal for considerado necessário para assegurar a aplicação de standards de supervisão rigorosos e consistentes.

O BCE disporá de todos os poderes que a legislação da União atribui às autoridades competentes em matéria de supervisão, incluindo poderes sancionatórios.

A assunção plena pelo BCE das atribuições previstas no regulamento deverá ocorrer um ano após a entrada em vigor do mesmo, salvo se o BCE decidir o adiamento dessa data, por razões de operacionalização do sistema.

Em matéria de supervisão macroprudencial, o BCE pode aplicar, nos termos previstos na legislação da União, medidas mais estritas do que as definidas pelas autoridades nacionais, existindo a obrigação recíproca de notificação *ex-ante*, quer por parte das autoridades nacionais, quer do BCE, das medidas que tencionam adotar.



CAIXA 2 | MEDIDAS DE ESTABILIDADE FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA E FINANCEIRA

Está em curso, desde maio de 2011, um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu. O Programa incorpora uma estratégia de ajustamento que tem como objetivo restabelecer a confiança dos mercados financeiros e criar condições que promovam a competitividade e o crescimento económico sustentável. Esta estratégia assenta em três pilares: 1) consolidação orçamental, 2) estabilidade do sistema financeiro e 3) transformação estrutural da economia portuguesa.

O Banco de Portugal tem uma responsabilidade fundamental na execução do PAEF, desde logo no quadro do mandato de zelar pela estabilidade do sistema financeiro nacional. O Governador do Banco de Portugal é, juntamente com o Ministro de Estado e das Finanças, signatário da carta de intenções que acompanha os memorandos de entendimento do Programa. Nesta qualidade, o Governador foi ouvido na Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal” da Assembleia da República a 13 abril de 2012.¹

Incumbe ao Banco a preparação, o acompanhamento e a execução das medidas que visam assegurar condições de solvabilidade e liquidez dos bancos, reforçar o quadro regulamentar e a supervisão do sistema bancário. O Banco de Portugal coordena as avaliações trimestrais dos planos de financiamento e de capital dos bancos e os exercícios de testes de esforço. O Banco é também responsável pela avaliação dos planos de liquidez e capital dos bancos. Adicionalmente, o Banco de Portugal passou a incluir, no quadro da supervisão regular do sistema bancário, inspeções periódicas e transversais sobre a carteira global de crédito e classes de ativos expostas a desenvolvimentos macroeconómicos ou de mercado desfavoráveis. Para reforçar a posição de liquidez do sistema bancário, o Banco tomou medidas que permitiram um alargamento significativo da *pool* de ativos disponíveis como colateral para as operações de política monetária do BCE e lançou uma nova plataforma para o processamento de operações de mercado monetário interbancário sem garantia. No quadro 1, apresentam-se os referenciais estruturais (*structural benchmarks*) – metas essenciais nas avaliações trimestrais relativas ao cumprimento do Programa – definidos no PAEF até ao final de 2012 para o pilar da estabilidade financeira.

O Banco de Portugal contribui também (direta e indiretamente) para outras ações no âmbito do Programa, incluindo o aconselhamento económico e financeiro do Governo e o reporte estatístico. Neste âmbito, o Banco tem participado ativamente em diversas iniciativas conduzidas pelas autoridades nacionais no âmbito do PAEF, com destaque para o Ministério das Finanças, Ministério da Economia, Ministério da Justiça e Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos (ESAME). O Banco de Portugal esteve também envolvido na preparação de iniciativas legislativas no âmbito do regime geral de prevenção e gestão do incumprimento em contratos de crédito com clientes bancários particulares. No domínio das estatísticas, é de salientar a prestação de um vasto conjunto de indicadores relevantes quer para a aferição do cumprimento das metas quantitativas, quer para o acompanhamento e análise da evolução económica e financeira. O Banco tem também responsabilidades no processamento dos desembolsos e no pagamento dos juros, intermediando a relação dos organismos financiadores com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).

¹ Esta comissão tem por objeto o acompanhamento da implementação das medidas e do cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do PAEF.

Quadro 1

REFERENCIAIS ESTRUTURAIS DO PAEF PARA A ESTABILIDADE FINANCEIRA

Prazo	Referências Estruturais	Medidas adotadas
2011		
junho	Definição de um programa de inspeções especiais <i>on-site</i> para validar a informação sobre ativos que suporta a avaliação da solvabilidade.	Programa Especial de Inspeções (<i>SIP</i>) dirigido aos oito maiores grupos bancários nacionais que consistiu na avaliação das carteiras de crédito, revisão transversal do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito e na validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de testes de esforço. [ver comunicados do Banco de Portugal relativos aos resultados do <i>SIP</i> de 16 de dezembro de 2011 e de 1 de março de 2012]
setembro	Solicitar a avaliação, por uma equipa conjunta de peritos da CE / BCE / FMI do quadro de avaliação do Banco de Portugal da solvabilidade e desalavancagem dos bancos.	A missão técnica de peritos da CE/BCE/FMI concluiu, no final de junho 2011, que o quadro de avaliação do Banco de Portugal relativamente à solvabilidade e desalavancagem é globalmente apropriado; adicionalmente, foram feitas recomendações de melhoria para algumas componentes específicas. [ver relatórios do primeiro exame trimestral de avaliação do PAEF da CE e do FMI]
setembro	Desenvolvimento e divulgação regular de um indicador para a qualidade de crédito alinhado com os padrões internacionais, em complemento ao atual indicador "rácio de crédito com incumprimento".	Passou a ser divulgado o "rácio de crédito em risco" (<i>non-performing loans ratio</i>). As Instruções n.º 22/2011 e 23/2011 do Banco de Portugal estabelecem as regras de cálculo do rácio de crédito em risco.
dezembro	Alterar, em articulação com a CE/BCE/FMI, a legislação relevante para aperfeiçoar os mecanismos de intervenção preventiva, introduzir um regime de saneamento e reestruturação dos bancos e reforçar os mecanismos de garantia de depósitos.	- Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que altera o RGICSF; - Portaria n.º 420/2012, de 21 de dezembro, que aprovou o Regulamento do Fundo de Resolução; - Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que reforçou o regime aplicável ao Fundo de Garantia de Depósitos e reviu o regime de liquidação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.
dezembro	Alterar o Código da Insolvência e Recuperação das Empresas para melhor permitir a recuperação efetiva de empresas viáveis.	Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março), simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.
2012		
janeiro	Alterar o enquadramento legal relativo ao acesso dos bancos a operações de capitalização com recurso ao investimento público.	Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro, que prevê que o reforço de capitais dos bancos com recurso a fundos públicos possa ser efetuado como via supletiva e solução de último recurso.
junho	Garantir a efetiva aplicação das alterações legislativas ao regime da insolvência no sentido de melhor permitir a recuperação de empresas viáveis (depois de cumpridos todos os requisitos legislativos e de publicação)	Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto, relativo ao regime do SIREVE- Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.
julho	Elaborar uma proposta para promover a diversificação das fontes de financiamento do setor empresarial.	Foram propostas fontes de financiamento alternativas ao crédito bancário para as empresas, por uma equipa conjunta do Ministério das Finanças/ Banco de Portugal/CMVM [ver relatórios do quinto exame trimestral de avaliação do PAEF da CE e do FMI]

1. ESTABILIDADE FINANCEIRA

A salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro português é uma das missões fundamentais do Banco de Portugal. Para o cumprimento desta missão, o Banco de Portugal tem várias atribuições e competências: é refinanciador de última instância, no quadro do Sistema Europeu de Bancos Centrais, é regulador e supervisor, superintende ao sistema de pagamentos e aplica medidas dissuasoras e sancionatórias.

O Banco de Portugal definiu uma estratégia abrangente para garantir a robustez das instituições, preservar a integridade do sistema financeiro e salvaguardar a confiança no sistema bancário. Esta estratégia assenta em quatro grandes objetivos: reforçar a solvabilidade dos bancos; proteger a liquidez do sistema bancário; aumentar a eficácia da supervisão do sistema financeiro e, em particular, do setor bancário; e melhorar o quadro regulamentar.

Este capítulo descreve a ação desenvolvida pelo Banco de Portugal, em 2012, para salvaguardar a estabilidade financeira.

1.1. SUPERVISÃO MACRO DO SISTEMA FINANCEIRO

O Banco de Portugal acompanha a evolução conjuntural e estrutural do setor financeiro, com o objetivo de identificar e avaliar vulnerabilidades e fontes de risco sistémico que possam pôr em causa a estabilidade financeira.

A crise financeira mundial veio enfatizar, a necessidade de realizar avaliações regulares e de aperfeiçoar as metodologias de análise e os instrumentos macroprudenciais. As alterações na arquitetura financeira e de governação da UE têm contribuído para reforçar o papel do Banco nesta esfera, uma tendência que prosseguirá com a União Bancária e o novo enquadramento institucional da autoridade macroprudencial em Portugal.

Em 2012, a atuação macroprudencial do Banco de Portugal abrangeu a monitorização do sistema bancário, o desenvolvimento de instrumentos macroprudenciais e de risco sistémico, e a divulgação de análises regulares sobre estabilidade financeira.

O Banco de Portugal fez um acompanhamento intensivo do sistema bancário nacional, em particular através da análise trimestral dos Planos de Financiamento e de Capital dos oito principais grupos. Estes planos são um importante instrumento para avaliar o ajustamento do setor bancário e da economia em geral, uma vez que contêm informação detalhada sobre as projeções dos balanços e as demonstrações de resultados dos grupos bancários, num horizonte de médio e longo prazo. No quadro do PAEF, foi aferida a consistência entre a agregação dos planos individuais e o cenário macroeconómico subjacente ao Programa, nomeadamente no que respeita ao financiamento à economia. O Banco conduziu, também testes de esforço (*stress tests*) trimestrais às maiores instituições bancárias, com base num cenário macroeconómico comum. Os testes confirmaram a resiliência das instituições, mesmo perante cenários macroeconómicos particularmente adversos.

Paralelamente, o Banco de Portugal continuou a desenvolver instrumentos macroprudenciais e de avaliação do risco sistémico: (i) construiu indicadores de risco de contágio entre setores e instituições; (ii) analisou as propriedades e a otimalidade do uso de vários instrumentos macroprudenciais; (iii) aperfeiçoou e desenvolveu novas metodologias de *stress test*; (iv) intensificou a modelização da interação entre o setor financeiro e a economia real; e (v) alargou o âmbito do estudo da situação financeira das famílias e das empresas, potenciando as bases de dados microeconómicas disponíveis. A conjugação de informação micro e macroeconómica é crucial para os estudos relativos à política macroprudencial, uma vez que a materialização de riscos tem impacto diferenciado sobre os vários agentes económicos. Importa referir que alguns dos trabalhos têm sido desenvolvidos no âmbito da participação do Banco em instâncias internacionais, de que é exemplo a rede (*network*) de investigação do Eurosistema sobre questões macroprudenciais (*MaRs*) (ver Capítulo 2, secção 2.7).

A divulgação de análises regulares sobre estabilidade financeira assume relevância acrescida perante o ajustamento económico em curso. Em 2012, o Banco de Portugal publicou duas edições do Relatório de Estabilidade Financeira (em março e em novembro) e divulgou estudos sobre estabilidade financeira, alguns dos quais publicados em revistas de referência internacional. Os Relatórios de Estabilidade Financeira incluíram artigos assinados por economistas do Banco sobre o endividamento e a probabilidade de incumprimento das famílias; a evolução do acesso ao crédito por empresas não financeiras; os modelos de risco sistémico; os modelos de risco de liquidez sistémico; e um modelo de *scoring* para as empresas portuguesas.

1.2. SUPERVISÃO PRUDENCIAL

Na qualidade de supervisor prudencial das instituições financeiras, o Banco de Portugal tem por objetivo contribuir para a estabilidade, eficiência e solidez do sistema financeiro e salvaguardar a segurança dos depósitos e a confiança dos depositantes¹. Para tal, o Banco participa no aperfeiçoamento do enquadramento legal e regulamentar aplicável ao setor financeiro, desenvolve uma intensa atividade inspetiva e avalia as condições de acesso à atividade bancária.

Em 2012, o enquadramento legal e regulamentar da supervisão prudencial continuou a ser significativamente reforçado, sobretudo no contexto do PAEF. O Banco de Portugal participou ativamente na preparação da legislação relevante e produziu um conjunto de normas regulamentares associadas (ver Anexo A.1 | Principais medidas de carácter legal e regulamentar). Em particular, foi alterado o regime de acesso dos bancos a operações de capitalização com recurso ao investimento público e instituído o regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução. O regime de garantia de depósitos sofreu igualmente alterações.

O regime de capitalização prevê que o capital dos bancos possa ser reforçado com recurso a fundos públicos, como via supletiva e solução de último recurso, quando as condições dos mercados não permitam a captação de fundos privados para, em tempo útil, cumprir os rácios de solvabilidade. São preocupações fundamentais do novo regime, a manutenção na esfera privada da gestão da instituição beneficiária, ainda que sujeita ao cumprimento de um plano de negócio previamente acordado, a proteção do interesse financeiro do Estado; e a salvaguarda das condições de concorrência. Nos termos deste regime, compete ao Banco de Portugal analisar os planos de recapitalização, submeter proposta de decisão ao membro do Governo responsável pela área das finanças; e acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações das instituições de crédito beneficiárias.

O regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução confere poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão, em situações de desequilíbrio financeiro. O regime institui três fases de intervenção distintas – intervenção corretiva, administração provisória e resolução – e cria um Fundo de Resolução (financiado, no essencial, pelas instituições supervisionadas) e um procedimento pré-judicial de liquidação. O Banco de Portugal publicou normas relativas aos planos de recuperação e de resolução, que as instituições que recebem depósitos têm de apresentar anualmente, e normas relativas à criação e funcionamento de bancos de transição que venham a ser constituídos no âmbito da aplicação de medidas de resolução.

Por fim, no regime de garantia dos depósitos, foi delimitado o objeto do Fundo de Garantia de Depósitos, reforçados os meios de financiamento ao seu dispor em caso de insuficiência dos recursos existentes e atribuído um privilégio creditório aos depósitos abrangidos pela garantia e aos créditos titulados pelo Fundo.

O Banco de Portugal consolidou as equipas de inspeção que mantém junto dos maiores grupos bancários. Esta opção permite conhecer melhor o modo de funcionamento das instituições, dos seus sistemas internos e orientações estratégicas, e aceder mais rapidamente à informação, potenciando a deteção precoce de eventuais situações problemáticas.

¹ Para mais detalhes ver “A supervisão enquanto mecanismo de promoção e salvaguarda da estabilidade financeira”, nota distribuída pelo Governador do Banco de Portugal no dia 1 de fevereiro de 2013, por ocasião da audição na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, no âmbito do processo de operações de capitalização de instituições bancárias. Ver sítio do Banco de Portugal (O Banco e o Eurosistema / Intervenções Públicas).

Na sequência do Programa Especial de Inspeções (*Special Inspections Programme – SIP*), realizado entre junho de 2011 e fevereiro de 2012, o Banco de Portugal decidiu incluir, no quadro da supervisão regular do sistema bancário, inspeções periódicas e transversais à carteira global de crédito e a classes de ativos expostas a desenvolvimentos macroeconómicos, de mercado ou outros que mereçam particular atenção.

Neste contexto, no segundo semestre de 2012, foi avaliada a exposição dos oito principais grupos bancários nacionais aos setores da construção e da promoção imobiliária (Programa de Inspeções *On-site, On-site Inspections Programme – OIP*). Os resultados dessa avaliação foram divulgados em dezembro de 2013².

Complementarmente, foram realizadas quatro inspeções específicas a bancos e quatro inspeções de início de atividade.

Em resultado de todas as inspeções realizadas, o Banco de Portugal emitiu recomendações específicas para cada uma das instituições abrangidas e definiu planos de implementação das medidas corretivas necessárias, cuja execução acompanhada regularmente.

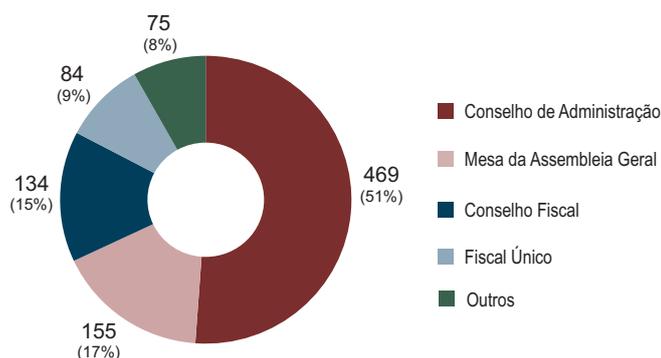
Paralelamente, o Banco de Portugal alargou o âmbito da análise tradicional de supervisão, passando a analisar o modelo de negócio e os planos de financiamento e de capital para um horizonte de dois/três anos. Esta abordagem é um complemento indispensável às habituais análises à situação pontual de capital e de liquidez.

O Banco de Portugal passou a promover testes de esforço (*stress tests*) regulares de com o objetivo de avaliar a capacidade dos principais grupos bancários para suportarem cenários económicos e financeiros adversos³ e de aferir a robustez das metodologias e dos parâmetros utilizados pelos bancos nesses exercícios.

Em 2012, o Banco de Portugal analisou 917 processos de acesso à atividade (Gráfico 1.1). O número de instituições de crédito, de sociedades financeiras e de instituições de pagamento registadas passou de 393, em 31 de dezembro de 2011, para 394, em 31 de dezembro de 2012 (Quadro 1.1). O Banco avaliou os requisitos de idoneidade e qualificação profissional dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições e os requisitos de idoneidade dos acionistas, de modo a garantir uma gestão sã e prudente das instituições e, desta forma, a salvaguardar a confiança dos depositantes e de outros agentes relevantes.

Gráfico 1.1

PROCESSOS RELACIONADOS COM O ACESSO À ATIVIDADE EM 2012



Fonte: Banco de Portugal.

² Para mais informação, ver "Programa de inspeções *on-site* à exposição das instituições financeiras aos setores da construção e promoção imobiliária", comunicado do Banco de Portugal de 3 de dezembro de 2012 (disponível no sítio do Banco de Portugal em Banco e o Eurosistema / Comunicados).

³ Os testes avaliam a capacidade prospetiva dos principais grupos bancários para, após a absorção dos choques simulados, manterem rácios de capital *Core Tier 1* acima de 6 por cento.

Quadro 1.1

INSTITUIÇÕES REGISTRADAS EM PORTUGAL						
	Instituições Registradas em 31/12/2011		Registos efetuados		Cancelamentos efetuados	
	N.º de instituições		N.º de instituições		N.º de instituições	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Instituições de crédito	197	200	2	5	5	12
Bancos, incluindo ^(a) ⁽¹⁾	59	59	1	4	2	9
- Sucursais de bancos de outros Estados-Membros ^(a)	21	21	1	4	2	7
- Sucursais de bancos de países terceiros	2	2				
Caixas económicas ⁽²⁾	7	8			1	
Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	91	91				
Instituições financeiras de crédito	19	20			1	1
Sociedades de investimento ⁽³⁾	3	3				
Sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>)	1	1				
Sociedades de <i>factoring</i>	3	3				
Sociedades de Garantia Mútua	4	4				
Sucursais de outras inst. de crédito estrangeiras ^(a)	10	11	1	1	1	2
Sociedades financeiras	104	105	1	1	2	8
Sociedades financeiras de corretagem ⁽⁴⁾	3	4			1	
Sociedades corretoras ⁽⁵⁾	7	7				1
Sociedades mediadoras dos mercados monetário ou de câmbios ⁽⁶⁾	1	1				
Sociedades gestoras de fundos de investimento ⁽⁷⁾	50	50	1	1	1	3
Sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito					1	3
Sociedades gestoras de patrimónios ⁽⁸⁾	14	14				
Sociedades administradoras de compras em grupo ⁽⁹⁾	6	6				
Agências de câmbios ⁽¹⁰⁾	17	17				3
Sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos	4	4				
Outras sociedades ⁽¹¹⁾	2	2				
Instituições de pagamento	24	18	6	12	0	1
incluindo instituições de outros Estados-Membros						
Operando através de sucursais	7	5	2	2		
Operando através de agentes	8	5	3	3		1
Escritórios de representação de instituições de crédito e sociedades financeiras sedeadas no estrangeiro	23	23	1		1	5
Sociedades gestoras de participações sociais	46	47	4	1	5	4
Total	394	393	14	19	13	30
Instituições de crédito sedeadas em Estados do EEE ^(*) , em regime de prestação de serviços	487	468	24	21	5	6
Instituições de pagamento sedeadas em Estados do EEE ^(*) em regime de prestação de serviços	112	89	23	49		
Instituições de moeda eletrónica sedeadas em Estados do EEE ^(*) em regime de prestação de serviços	10		49			

(a) A evolução não justificada pelos registos e cancelamentos efetuados deve-se a uma sucursal que passou a captar depósitos. (1) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, um se encontrava em processo de liquidação. (2) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, duas se encontravam em processo de liquidação. (3) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (4) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (5) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (6) A qual, em 31 de dezembro de 2012, se encontrava em processo de liquidação. (7) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (8) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (9) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, três se encontravam em processo de liquidação. (10) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, duas se encontravam em processo de liquidação. (11) Dos quais, em 31 de dezembro de 2012, uma se encontrava em processo de liquidação. (*) Espaço Económico Europeu.

Fonte: Banco de Portugal.

1.3. SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL⁴

O Banco de Portugal é responsável pela supervisão comportamental dos mercados bancários de retalho. A supervisão comportamental abrange a abertura de contas e a constituição de depósitos bancários, a concessão de crédito à habitação, aos consumidores e às empresas e a prestação de serviços de pagamento. O Banco regula a conduta, os deveres de informação e as práticas de mercado das instituições de crédito na divulgação e comercialização de produtos e serviços bancários. A par desta atuação regulamentar, o Banco fiscaliza o cumprimento, pelas instituições, do quadro normativo em vigor, através de ações de inspeção e da análise de reclamações. Caso detete irregularidades ou situações de incumprimento, emite recomendações e determinações específicas e pode instaurar processos de contraordenação. A informação e a formação financeira são também vertentes essenciais da atuação do Banco de Portugal, na medida em que delas dependem a tomada de decisões financeiras responsáveis.

Em 2012, o Banco de Portugal contribuiu para melhorar o quadro regulamentar dos mercados bancários de retalho, nomeadamente no que diz respeito à prevenção e gestão de situações de incumprimento, ao acesso aos serviços mínimos bancários, ao crédito à habitação e aos serviços de pagamento. Algumas das iniciativas regulamentares do Banco complementaram a legislação produzida nestes domínios (ver Anexo A.1 Principais medidas de carácter legal e regulamentar).

Os regimes de prevenção e gestão do incumprimento em contratos de crédito com clientes particulares vieram complementar um quadro de incentivos adequados para uma atuação responsável em todas as fases da relação de crédito. As instituições de crédito passaram a ter de implementar procedimentos para acompanharem regularmente os dos contratos de crédito, prevenindo situações de incumprimento por parte dos seus clientes. Adicionalmente, os clientes bancários que estejam em atraso no cumprimento dos seus contratos de crédito têm direito a ser integrados no Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), que estabelece um modelo de negociação que facilita a obtenção de um acordo entre o cliente bancário e a instituição de crédito para a regularização de situações de incumprimento, evitando o recurso aos tribunais.

O acesso aos serviços mínimos bancários (SMB) foi alargado aos clientes particulares titulares de uma única conta de depósito à ordem. Os clientes particulares têm direito a um conjunto de serviços bancários considerados essenciais a um custo relativamente reduzido, nomeadamente a constituição de uma conta de depósitos à ordem e a utilização do respetivo cartão de débito.

Nos serviços de pagamento, o Banco de Portugal divulgou a correta classificação dos cartões de pagamento emitidos pelas instituições. O Banco reiterou que os cartões de débito diferido têm de incluir como característica um *plafond* de crédito, cuja utilização sem juros é obrigatoriamente reembolsada na totalidade, numa data definida entre as partes, e que a utilização do cartão em terminais de pagamento automático até ao montante desse *plafond* não pode afetar o saldo disponível antes daquela data. Além da classificação dos cartões de pagamento, o Banco de Portugal definiu boas práticas na cobrança de comissões aos comerciantes pela aceitação de cartões de pagamento aquando da sua utilização em terminais de pagamento automático.

O Banco de Portugal realizou, em 2012, ações de inspeção aos balcões das instituições de crédito (*on-site*), do tipo “cliente mistério” e credenciadas, e inspeções à distância (*off-site*). Nas inspeções sob a forma de “cliente mistério”, o Banco de Portugal fiscalizou o cumprimento dos deveres de informação – incluindo os de divulgação do preçário e de disponibilização ao cliente da ficha de informação normalizada (FIN) e das condições contratuais – e avaliou a completude, rigor e transparência da informação prestada. Nas inspeções credenciadas aos balcões e serviços centrais das instituições, o Banco verificou os procedimentos internos, avaliando o cumprimento das normas aplicáveis aos contratos celebrados e aos produtos comercializados. As inspeções à distância incidiram sobre os sítios das instituições de crédito

⁴ Para informação detalhada sobre a atividade de supervisão comportamental, poderão ser consultados os respetivos relatórios anuais e sínteses semestrais, publicados pelo Banco de Portugal no Portal do Cliente Bancário (ver Publicações).

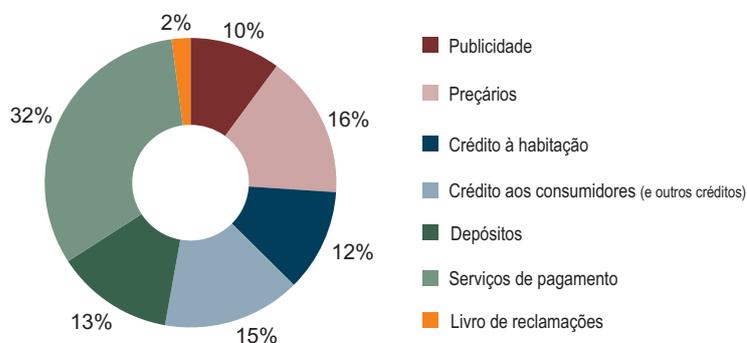
na Internet, a informação remetida ao Banco de Portugal (preçários, ficha de informação normalizada e contratos) e as campanhas de publicidade a produtos e serviços bancários.

Em 2012, o Banco recebeu 15 603 reclamações de clientes bancários (mais 6 por cento do que em 2011), 51 por cento das quais inscritas nos livros de reclamações das instituições e as restantes remetidas diretamente ao Banco de Portugal, sobretudo através do Portal do Cliente Bancário. As matérias mais reclamadas foram as relacionadas com contas de depósito (31 por cento), crédito aos consumidores (25 por cento) e crédito à habitação (11 por cento).

Para correção das irregularidades detetadas no decorrer das ações de fiscalização realizadas, o Banco de Portugal emitiu, em 2012, 1102 recomendações e determinações específicas, que incidiram, maioritariamente, sobre o cumprimento de normas legais e regulamentares no âmbito dos serviços de pagamento, preçário e crédito aos consumidores (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS EM 2012



Fonte: Banco de Portugal.

Em 2012, o Banco de Portugal continuou a enriquecer os conteúdos que disponibiliza no Portal do Cliente Bancário. Este portal tem um papel importante na informação financeira aos clientes bancários, apresentando informação completa e atualizada acerca das características dos produtos bancários e do enquadramento normativo aplicável e um conjunto de serviços ao público (ver capítulo 4, secção 4.1).

O Banco de Portugal participou, juntamente com os outros reguladores do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, nas iniciativas do Plano Nacional de Formação Financeira, nomeadamente, na aprovação dos Princípios Orientadores das iniciativas de formação financeira; no lançamento do Portal “Todos Contam”; nas comemorações do Dia da Formação Financeira; na organização do concurso “Todos Contam”; e na preparação do Referencial de Educação Financeira. As duas últimas iniciativas foram desenvolvidas em colaboração com o Ministério da Educação e Ciência.⁵

1.4. AVERIGUAÇÃO E AÇÃO SANCIONATÓRIA

O Banco de Portugal pode agir de forma preventiva, reativa ou coerciva para prevenir e reprimir práticas irregulares por parte das entidades financeiras supervisionadas e de entidades que desenvolvem atividade financeira sem que para tal estejam devidamente autorizadas ou habilitadas. Para o efeito, o Banco é responsável pela defesa do perímetro bancário, revoga autorizações de instituições de crédito, reavalia a idoneidade dos membros de órgãos de instituições financeiras e cancela o seu registo, instaura processos de contraordenação e atua para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

⁵ Para mais detalhes sobre as atividades de formação financeira desenvolvidas neste âmbito, ver o relatório de atividades do Plano Nacional de Formação Financeira, que será publicado como anexo e separata do relatório de atividades do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Na defesa do perímetro bancário ou regulatório, o Banco realizou, em 2012, várias diligências de averiguação, entre as quais 16 ações inspetivas, para verificar *in loco* o eventual exercício não autorizado de atividade financeira ou de outras situações infracionais e aplicar as medidas adequadas. O Banco continuou também a colaborar com as autoridades judiciárias e entidades policiais em averiguações de potenciais ilícitos criminais e de natureza contraordenacional.

Em 2012, estiveram em curso no Banco sete processos de eventual revogação da autorização concedida a instituições de crédito e sociedades financeiras e oito processos de reavaliação, com base em factos supervenientes, da idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições sujeitas à supervisão e ao registo junto do Banco de Portugal. Por outro lado, o Banco acompanhou, em 2012, 14 processos de liquidação a cargo dos comissários do governo, dos liquidatários judiciais ou das comissões liquidatárias nomeados para o efeito.

Em 2012, o Banco de Portugal reduziu os prazos médios de conclusão dos processos de contraordenação. Dos 167 processos tramitados no Banco de Portugal (91 transitados de anos anteriores e 76 instaurados em 2012), 82 foram objeto de decisão por parte do Banco em 2012, mais 46 do que em 2011. Em 2012, foram impugnadas 17 decisões proferidas pelo Banco de Portugal (Quadro 1.2).

Quadro 1.2 | Processos de contraordenação em 2012

INDICADORES GLOBAIS			
	Processos transitados de 2011		91
	Processos instaurados em 2012		76
	Processos decididos em 2012		82
	Processos em curso em 31.12.2012		85
PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO INSTAURADOS 76			
Diploma habilitante	DL n.º 454/91, de 28.12	Regime Jurídico do Cheque	1 processo
	DL n.º 298/92, de 31.12	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	32 processos
	Lei n.º 5/2002, de 11.01	Regime que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económica-financeira	2 processos
	DL n.º 156/2005, de 15.07	Livro de Reclamações	5 processos
	DL n.º 195/2007, de 15.05	Regime que regula a atividade de recirculação de notas de euro	1 processo
	Lei n.º 25/2008, de 05.06	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	21 processos
	DL n.º 317/2009, de 30.10	Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Electrónica	14 processos
Infrações	Exercício não autorizado de atividade financeira		
	Falsificação de contabilidade		
	Incumprimento de deveres de informação		
	Incumprimento de deveres de reporte		
	Incumprimento de normas e procedimentos contabilísticos		
	Incumprimento de normas preventivas do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo		
	Incumprimento de normas referentes à constituição de depósitos		
	Incumprimento de normas referentes à recirculação de notas em euros		
	Incumprimento de normas relativas à utilização do cheque		
	Incumprimento de normas registais		
	Incumprimento de normas sobre conflitos de interesses		
	Incumprimento de preceitos imperativos que regem a atividade das instituições de crédito, incluindo a violação do artigo 28.º do DL n.º 133/2009, referente a taxas máximas		
	Incumprimento de regras de conduta		
Inexistência / Não disponibilização / Não afixação do letreiro do Livro de Reclamações			
Inobservância de normas prudenciais			
Prestação de falsas informações ao BP			
Realização de operações de pagamento não autorizadas			
Tipo de arguido	26 instituições de crédito		
	6 instituições de pagamento		
	8 sociedades financeiras		
	1 sociedade administradora de compras em grupo		
	2 sociedades gestoras de participações sociais		
	2 entidades de outra natureza		
	Titulares de cargos e funções em instituições		
Outras pessoas singulares			

PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO DECIDIDOS | 82

Diploma habilitante	DL n.º 454/91, de 28.12	Regime Jurídico do Cheque	5 processos
	DL n.º 298/92, de 31.12	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	62 processos
	DL n.º 156/2005, de 15.09	Livro de Reclamações	7 processos
	Lei n.º 25/2008, de 05.06	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	5 processos
	DL n.º 317/2009, de 30.10	Regime Jurídico das Instituições de Pagamento e Serviços de Pagamento	3 processos
Infrações	Exercício não autorizado de atividade financeira Falsificação de contabilidade Incumprimento de deveres de informação Incumprimento de deveres de reporte Incumprimento de normas e procedimentos contabilísticos Incumprimento de normas preventivas do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo Incumprimento de normas referentes à constituição de depósitos Incumprimento de normas referentes à recirculação de notas em euros Incumprimento de normas relativas à utilização do cheque Incumprimento de normas registais Incumprimento de normas sobre conflitos de interesses Incumprimento de preceitos imperativos que regem a atividade das instituições de crédito, incluindo a violação do artigo 28.º do DL n.º 133/2009, referente a taxas máximas Incumprimento de regras de conduta Inexistência / Não disponibilização / Não afixação do letreiro do livro de reclamações Inobservância de normas prudenciais Prestação de falsas informações ao Banco de Portugal Realização de operações de pagamento não autorizadas		
Tipo de arguido	32 instituições de crédito 2 instituições de pagamento 8 sociedades financeiras 1 sociedade administradora de compras em grupo 1 sociedade gestora de participações sociais 3 entidades de outra natureza Titulares de cargos e funções em instituições Outras pessoas singulares		
Recursos	Foram objecto de recurso 17 decisões sancionatórias proferidas em 2012 pelo Banco de Portugal		

Fonte: Banco de Portugal.

O Banco de Portugal avalia a adequação dos procedimentos e dos sistemas preventivos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo das entidades sujeitas à sua supervisão ou que prestem serviços relacionados com matéria sujeita a essa supervisão. Em 2012, o Banco realizou ações inspetivas a 16 entidades sujeitas à sua supervisão e três a outras entidades, com o objetivo de verificar as condições e requisitos para o início de atividade. Foram concebidos e desenvolvidos os suportes normativos e os sistemas de informação necessários às funções de supervisão *on-site* e *off-site* e concluído um anteprojecto de aviso sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, submetido a consulta pública no início de 2013. Paralelamente, o Banco difundiu, pelo sistema financeiro, informação relacionada com o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e com a aplicação de sanções financeiras internacionais.

1.5. FUNDOS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS E DE RESOLUÇÃO

Em 2012, o Banco continuou a assegurar os serviços técnicos e administrativos indispensáveis ao bom funcionamento dos fundos de garantia de depósitos, passando igualmente a prestar apoio ao funcionamento do Fundo de Resolução. O Banco fornece os recursos humanos que asseguram o secretariado, o processamento contabilístico das operações e a preparação das demonstrações financeiras anuais de cada um dos fundos, bem como apoio jurídico, quando necessário. O apoio ao Fundo de Garantia de Depósitos abrangeu também, em 2012, a gestão dos recursos financeiros e a participação nos procedimentos de cobrança das contribuições anuais.⁶ Os parâmetros relevantes para o apuramento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) pelas instituições participantes foram fixados através das Instruções n.º 33/2012 e n.º 34/2012.

1.6. SUPERINTENDÊNCIA DOS SISTEMAS DE PAGAMENTOS

Com a superintendência dos sistemas de pagamentos e das infraestruturas do mercado financeiro, o Banco de Portugal procura garantir que estes funcionam de forma eficaz e segura e, simultaneamente, contribuir para a estabilidade do sistema financeiro. A atuação do Banco neste domínio segue os princípios estabelecidos pelo Eurosistema e abrange, além dos sistemas de grande montante, os sistemas de pagamentos a retalho, os sistemas de compensação e liquidação de títulos e os instrumentos de pagamento – sobretudo os instrumentos eletrónicos, como cartões de pagamento, transferências a crédito e débitos diretos.

Em 2012, o Banco participou em diversas iniciativas do Sistema Europeu de Bancos Centrais relacionadas com a função de superintendência dos sistemas de pagamentos, nomeadamente:

- Na revisão dos requisitos a aplicar aos sistemas de pagamento de retalho, na sequência dos novos princípios estabelecidos pelo *BIS* para as infraestruturas dos mercados financeiros (*Principles for Financial Market Infrastructures*);
- Na publicação das expectativas de superintendência para as ligações entre sistemas de pagamento de retalho;
- No inquérito do Eurosistema ao Serviço de Correspondentes Bancários;
- Na implementação do projeto de base de dados para os cartões de pagamento *OSCAR* (*Oversight for Card Schemes Database*), que entrou em produção a 14 de dezembro de 2012.

No âmbito dos sistemas de compensação e liquidação de títulos, o Banco de Portugal contribuiu para o estabelecimento do quadro de superintendência do *TARGET2-Securities* e para o mapeamento das interdependências entre instituições financeiras e entre sistemas.

⁶ Informações adicionais sobre a atividade do Fundo de Garantia de Depósitos durante o ano de 2012 poderão ser obtidas através da consulta do respetivo relatório e contas, publicado em www.fgd.pt. O relatório e contas do Fundo de Resolução o poderá ser consultado em www.fundoderesolucao.pt.

2. FUNÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA

A atividade do Banco de Portugal enquanto autoridade monetária abrange diversas funções partilhadas do Eurosistema/SEBC, designadamente nos domínios dos estudos e do aconselhamento económico, da execução da política monetária, da gestão dos ativos financeiros e do ouro, das estatísticas, dos sistemas de pagamentos, da emissão monetária e das relações e cooperação internacional. Nas secções seguintes são apresentados os principais desenvolvimentos registados em 2012 em cada uma destas áreas.

2.1. ESTUDOS E ACONSELHAMENTO ECONÓMICO

Os estudos e as análises desenvolvidos no Banco de Portugal são fundamentais para a sua intervenção ativa e influente no desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema.

Neste âmbito, merecem particular destaque, o aconselhamento de política monetária ao Governador, a participação nas várias estruturas do Eurosistema que preparam as decisões do Conselho do BCE, a elaboração de projeções macroeconómicas para Portugal – que integram as projeções da área do euro – e a análise das condições monetárias e financeiras da economia portuguesa, incluindo o funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária.

O Banco de Portugal mantém uma forte aposta nos estudos sobre a generalidade das dimensões da economia portuguesa relevantes para as suas funções de aconselhamento económico. Neste domínio, tem dedicado particular atenção ao funcionamento dos mercados do produto e de trabalho, ao comércio internacional, aos instrumentos de modelização económica de curto/médio prazo e ao impacto macroeconómico da política orçamental.

Os estudos e análises são regularmente divulgados nas publicações do Banco de Portugal (ver Capítulo 4). Em 2012, além dos textos sobre a evolução macroeconómica em Portugal, foram publicados artigos sobre temas tão diversos como a desvalorização fiscal, a comparação da evolução cíclica das economias, as diferenças salariais entre os setores público e privado, o risco de crédito setorial na área do euro, a concorrência na economia portuguesa, a modelização económica de curto prazo para Portugal, o custo da inflação em termos de bem-estar, a desigualdade do rendimento em Portugal e na UE, a segmentação do mercado de trabalho, a heterogeneidade na transmissão da política monetária na área do euro e a importância da cooperação institucional e do capital social em processos de ajustamento económico.

2.2. EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

Em 2012, a política monetária do Eurosistema continuou a ser fortemente condicionada pela crise das dívidas soberanas e pelas tensões nos mercados financeiros da área do euro. Neste contexto, o Conselho do BCE decidiu introduzir um conjunto de medidas não convencionais de política monetária:

- A realização de duas operações de refinanciamento com maturidade de três anos e opção de reembolso antecipado ao fim de um ano;
- A redução do coeficiente de reservas mínimas de 2 para 1 por cento;
- O alargamento do colateral elegível para as operações de crédito do Eurosistema por via da flexibilização dos critérios de elegibilidade.⁷

Em agosto de 2012, o BCE anunciou um novo programa de compras definitivas no mercado secundário de dívida soberana da área do euro – *Outright Monetary Transactions (OMT)* – com enfoque nos prazos mais curtos (até três anos), sem qualquer limite de volume e com esterilização completa dos montantes de liquidez injetados no sistema.

⁷ Foi reduzido o limite de *rating* e alterados os requisitos de elegibilidade de certos *Asset Backed Securities (ABS)*, eliminado o critério do *rating* mínimo para os instrumentos de dívida transacionáveis emitidos ou garantidos pelos governos sob programa de ajuda externa e aceites instrumentos de dívida transacionáveis denominados em dólares norte-americanos, libras esterlinas e ienes, desde que emitidos e deltidados na área do euro e cumpridos os demais requisitos de elegibilidade.

A par destas medidas, o BCE manteve medidas não convencionais adotadas anteriormente, como o regime de taxa fixa com satisfação integral da procura nas operações de refinanciamento, e os acordos de *swaps* com outros bancos centrais, que suportam a provisão de liquidez pelo BCE em diferentes moedas.

No quadro das medidas não convencionais há ainda a destacar a conclusão de dois programas: em setembro de 2012, do *Securities Markets Programme (SMP)*, que permitia a compra de dívida pública e privada da área do euro em mercado secundário (introduzido em 10 de maio de 2010); em outubro de 2012, do segundo programa de aquisição de obrigações bancárias garantidas *Covered Bond Purchase Programme (CBPP2)* (iniciado em outubro de 2011).

Estas decisões, que implicaram um trabalho preparatório intenso e complexo no qual o Banco de Portugal participou ativamente, permitiram melhorar substancialmente a situação de liquidez do sistema bancário nacional. Destacam-se, o aumento das maturidades médias do financiamento junto do Eurosistema e o alargamento significativo da *pool* de ativos disponíveis como colateral, cujo valor médio anual aumentou para 77 605 milhões de euros (mais 27 por cento do que em 2011). Para esta evolução contribuiu o aumento dos ativos transacionáveis, devido à utilização acrescida de obrigações de instituições de crédito e de títulos de dívida emitidos pelo Estado e, sobretudo, a aceitação de um conjunto mais alargado de empréstimos bancários concedidos a empresas não financeiras e famílias, na sequência da aprovação pelo Conselho do BCE, em fevereiro de 2012, do enquadramento de empréstimos bancários adicionais para Portugal.⁸

A política monetária do Eurosistema é implementada de forma descentralizada. O Banco de Portugal garante a execução das operações de política monetária junto das instituições de crédito residentes, controla o cumprimento do sistema de reservas mínimas do BCE e prevê a liquidez do sistema bancário residente (Quadro 2.1).

Quadro 2.1

PRINCIPAIS INDICADORES DE OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA			
	2011	2012	Variação
N.º de operações de mercado aberto realizadas pelo Eurosistema	198	194	-2 %
N.º de operações de mercado aberto em que participaram instituições residentes	96	79	-18 %
N.º de recursos às facilidades permanentes pelas instituições residentes	855	1424	67 %
Saldo médio das operações de política monetária (€ Milhões)	44 730	53 771	20 %

Fonte: Banco de Portugal.

Para fomentar a redistribuição da liquidez entre os bancos portugueses, o Banco de Portugal lançou, em setembro de 2012, uma plataforma para o registo e processamento de operações de Mercado Monetário Interbancário Sem Garantia (MMI/SG), através da qual as instituições podem trocar fundos entre si, mediante operações sem exigência de garantia de ativos. O MMI/SG iniciou-se com 17 instituições aderentes. Até ao final de 2012, foram realizadas 274 operações e transacionados 14,4 mil milhões de euros, registando-se uma tendência crescente da atividade, com o saldo médio diário a passar de 75 milhões de euros, em setembro, para 467 milhões de euros, em dezembro. O Mercado Monetário Interbancário Com Garantia (MMI/CG), que permitirá a troca de fundos entre as instituições participantes mediante a mobilização de garantias, é disponibilizado em 2013.

O Banco de Portugal encerrou, em novembro de 2012, a Central de Valores Mobiliários do Sistema de Transferências Eletrónicas de Mercado (SITEME). A emissão, liquidação e reembolso de Bilhetes de Tesouro passou, assim, a ter lugar no sistema centralizado de valores mobiliários gerido pela Interbolsa – Sociedade Gestora de Liquidação de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S. A.

⁸ Veja-se Instrução n.º 7/2012 do Banco de Portugal.

Perante as várias alterações ao quadro operacional e legal de execução da política monetária do Euro-sistema e as ações de dinamização do mercado monetário doméstico, o Banco de Portugal alterou o enquadramento legal e os sistemas informáticos relevantes.⁹

2.3. GESTÃO DE ATIVOS

O Banco de Portugal gere dois tipos de carteiras de ativos: i) uma carteira de reservas externas do BCE, correspondente à transferência inicial de ativos de reserva do Banco de Portugal para o BCE, de acordo com a sua chave de capital; e ii) uma carteira de ativos de investimento próprios

2.3.1. Gestão de reservas externas do BCE

As reservas externas do BCE são geridas de forma descentralizada, com base num contrato de agência celebrado com os bancos centrais nacionais do Eurosistema. Esta gestão assenta em regras, procedimentos e orientações definidos pelo BCE.

No início de 2012, verificou-se a troca de carteiras entre alguns bancos centrais. O Banco de Portugal optou pela gestão de uma carteira denominada em dólares norte-americanos (USD). No final do ano, e de acordo com as regras de atribuição das quotas-partes das reservas externas e com a valorização de mercado, esta carteira equivalia a 1115 milhões de euros.

2.3.2. Gestão de ativos de investimento próprios

A gestão dos ativos de investimento próprios está sujeita a restrições de risco e liquidez, dando o Banco de Portugal especial atenção ao risco de crédito.

A carteira de ativos de investimento próprios do Banco de Portugal é constituída por ativos denominados em euros e em moedas externas e por ouro.

Os ativos denominados em moeda externa e grande parte dos ativos denominados em euros são geridos ativamente e valorizados a preços de mercado (trata-se da “carteira de negociação”). Parte dos ativos em euro é detida até à maturidade (carteira de investimento a médio prazo). Os ativos em ouro, embora valorizados a preços de mercado, são geridos de forma passiva.

No final de 2012, a carteira de ativos de investimento próprios do Banco de Portugal valia 30 727 milhões de euros, menos 1,4 por cento do que no final de 2011 (Quadro 2.2).

Quadro 2.2

Valores em milhões de euros

CARTEIRA DE ATIVOS DE INVESTIMENTO PRÓPRIOS			
	2011	2012	Variação
Carteira de Negociação	10 024	9364	-660
Carteira de Investimento a Médio Prazo	6185	5854	-331
Carteira de Ouro	14 964	15 509	545
Total	31 173	30 727	-446

Fonte: Banco de Portugal.

⁹ O Banco de Portugal alterou as instruções que regulam o funcionamento do Mercado de Operações de Intervenção (Instrução n.º 1/99) e do SITEME (n.º 47/98). Emitiu ainda instruções sobre a aceitação e utilização de direitos de crédito adicionais como ativos de garantia para operações de crédito do Eurosistema (n.º 7/2012) e sobre as regras de funcionamento do MMI/SG (n.º 25/2012).

No final de 2012, a carteira de negociação, a preços de mercado e taxas de câmbio do final de ano, estava avaliada em 9364 milhões de euros (-6,6 por cento do que no final de 2011), dos quais 91,5 por cento referentes a títulos denominados em euros e os restantes 8,5 por cento a títulos denominados em moedas externas.

A carteira de investimento a médio prazo atingia, no final de 2012, um valor de 5 854 milhões de euros. Este valor é inferior ao registado no final de 2011, uma vez que fundos provenientes de ativos vencidos em 2012 foram transferidos para a carteira de negociação.

A carteira de ouro valia, no final de 2012, 15 509 milhões de euros, o que representa uma valorização de 3,6 por cento relativamente ao final de 2011. Esta variação é explicada pela subida do preço do ouro, em dólares, nos mercados internacionais, que mais do que compensou o efeito da depreciação do dólar face ao euro. A quantidade de ouro detida pelo Banco manteve-se inalterada em 382,5 toneladas.

2.4. ESTATÍSTICAS

O Banco de Portugal recolhe e elabora estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, colaborando com o BCE na recolha da informação estatística necessária ao desempenho das atribuições do SEBC. As estatísticas compiladas ou produzidas pelo Banco são particularmente relevantes para a elaboração de estudos e previsões sobre a economia portuguesa.

A qualidade e a divulgação tempestiva da informação estatística compilada e produzida pelo Banco são determinantes para reforçar a confiança dos utilizadores e para consolidar a sua reputação enquanto autoridade estatística nacional.

O Banco de Portugal atingiu os objetivos do Plano da Atividade Estatística para 2012 no que respeita à qualidade e ao rigoroso cumprimento dos prazos de compilação e divulgação das estatísticas que produz. Neste contexto merece referência a compilação regular e a divulgação estatística nos seguintes domínios: balanço e taxas de juro das instituições financeiras monetárias; custos e proveitos por natureza das outras instituições financeiras monetárias; instituições financeiras não monetárias; Central de Responsabilidades de Crédito (CRC); mercados de títulos; balança de pagamentos; posição de investimento internacional; contas nacionais financeiras; endividamento do setor não financeiro; finanças públicas; Central de Balanços (CB); cambiais; sistemas de pagamentos; e emissão monetária.

Para assegurar a qualidade das estatísticas compiladas, o Banco de Portugal deu continuidade à exploração integrada e à análise de consistência da informação constante das bases de microdados, designadamente, da CB, da CRC, do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos e da balança de pagamentos. No domínio normativo, foram introduzidas alterações para colmatar necessidades de informação no domínio das estatísticas de balanço e de taxas de juro das instituições financeiras monetárias, nomeadamente no que diz respeito à recolha de informação individual sobre as taxas de juro praticadas nas operações ativas com sociedades não financeiras.¹⁰ O Banco publicou também uma instrução sobre estatísticas de operações e posições com o exterior, para suportar o novo sistema de compilação das estatísticas da balança de pagamentos, que entrará em vigor em 2013.¹¹

2.5. SISTEMAS DE PAGAMENTOS¹²

O Banco de Portugal regula, fiscaliza e promove o bom funcionamento dos sistemas de pagamentos. Em 2012, a atividade do Banco de Portugal desenvolveu-se principalmente em torno dos seguintes objetivos:

¹⁰ A Instrução n.º 20/2012, de 15 de junho, alterou a Instrução n.º 12/2010, de 17 de maio.

¹¹ A Instrução n.º 27/2012, de 17 de setembro, alterou a Instrução n.º 56/2012, de 28 de dezembro.

¹² Informação detalhada sobre os desenvolvimentos mais relevantes e dados estatísticos no domínio dos Sistemas de Pagamentos pode ser obtida no Relatório dos Sistemas de Pagamentos publicado anualmente pelo Banco de Portugal e disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/SistemasdePagamento/Publicacoes1/Paginas/Publicacoes.aspx>

- Assegurar o bom funcionamento do *TARGET2-PT* e implementar o sistema *TARGET2-Securities*;
- Assegurar a gestão e regulação dos sistemas de pagamentos de retalho enquadrados no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) e promover a implementação em Portugal da Área Única de Pagamentos em Euros (*SEPA – Single Euro Payments Area*);
- Garantir o bom funcionamento e gestão da utilização do cheque.

2.5.1. *TARGET2-PT* e *TARGET2-Securities*

O *TARGET2* é o Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real do Eurosistema. Trata-se de uma plataforma partilhada (*Single Shared Platform – SSP*) que oferece um serviço de pagamentos e liquidação, em tempo real, em moeda de banco central.

Em 2012, a quantidade de operações processadas no *TARGET2-PT* continuou a aumentar (cresceu 1 por cento relativamente a 2011), mas registou-se um decréscimo de 34,9 por cento nos montantes liquidados. No segmento nacional, esta diminuição é justificada, em grande parte, pela redução dos montantes liquidados nas operações de mercado aberto, nomeadamente devido à realização de operações de refinanciamento com maturidades mais longas. No segmento transnacional, o decréscimo fica sobretudo a dever-se à diminuição das operações interbancárias. (Quadro 2.3.).

Em 2012, o *TARGET2-PT* funcionou de modo estável e eficiente. Por iniciativa do Banco de Portugal ou no âmbito do Eurosistema, realizaram-se os habituais exercícios para garantir que as medidas de contingência previstas para colmatar falhas do sistema estão plenamente operacionais.

Quadro 2.3

Quantidade em milhares e Valores em mil milhões de euros

MOVIMENTO GLOBAL DO SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO POR BRUTO EM PORTUGAL						
	2011		2012		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Total de Operações Liquidadas	1591	7052	1608	4590	1,0	-34,9
Operações Nacionais	683	4274	661	2828	-3,1	-33,8
Operações entre Instituições	372	3873	372	2377	0,0	-38,6
Sistemas de Liquidação de Títulos ⁽¹⁾	96	184	89	189	-7,2	2,6
dos quais: Interbolsa	95	123	88	151	-7,3	23,1
Outros Sistemas de Liquidação ⁽²⁾	215	217	200	263	-6,7	21,0
dos quais: SICOI	215	217	199	211	-7,2	-2,9
Operações Transnacionais	909	2778	947	1762	4,1	-36,6
Operações entre Instituições	639	2636	706	1622	10,4	-38,5
Sistemas de Liquidação de Títulos ⁽³⁾	236	47	206	53	-12,8	12,4
dos quais: Interbolsa	233	44	203	48	-13,0	9,6
Outros Sistemas de Liquidação ⁽⁴⁾	33	95	34	87	4,5	-8,5
dos quais: SICOI	28	14	25	13	-9,9	-6,0

Fonte: Banco de Portugal.

(1) Inclui os seguintes sistemas: Interbolsa, *OMIClear* e *SITEME* - Liquidação de Títulos.

(2) Inclui os seguintes sistemas: Mercado Monetário Interbancário (MMI) e Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

(3) Inclui os seguintes sistemas: *Bank of Greece Settlement System (BOGS)*, *Clearstream Banking Frankfurt AG*, *Eurex Clearing AG*, *Euronext Paris S. A.*, *European Commodity Clearing AG*, *Hellenic Exchanges S. A.*, Interbolsa, *LCH Clearnet, S. A.*, *OMIClear* e *SITEME* - Liquidação de Títulos.

(4) Inclui os seguintes sistemas: *Athens Clearing Office*, *DIAS*, *EURO1*, Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) e *STEP2*.

No que diz respeito à evolução do sistema:

- Foram realizadas duas consultas às instituições participantes, relacionadas com a ligação do *TARGET2* ao *TARGET2-Securities* e com a revisão da estratégia da migração do *TARGET2* para o *standard ISO 20022*;
- O preçário do *TARGET2* foi revisto (e introduzido em janeiro de 2013);
- Foi operacionalizada a adesão do Banco de Portugal ao módulo *standing facilities* da plataforma partilhada, em abril de 2012;
- Entrou em produção, em setembro, o Mercado Monetário Interbancário, como sistema periférico do *TARGET2-PT*;
- Foi alterado o Regulamento do *TARGET2-PT*, no final de 2012, para integrar as condições de acesso ao crédito intradiário.¹³

O *TARGET2-Securities (T2S)* é a futura plataforma do Eurosistema para liquidação de títulos em moeda de banco central. Esta plataforma permitirá otimizar e racionalizar a utilização da liquidez disponível no *TARGET2*, promover a integração dos mercados financeiros europeus, a interligação entre as centrais de valores mobiliários (*CSD*) e sincronizar a liquidação física e a liquidação financeira das operações de títulos.

Em 2012, foram cumpridas três etapas fundamentais do projeto:

- A assinatura do *T2S Framework Agreement*¹⁴ entre as principais *CSD* europeias (que representam 99 por cento do mercado de títulos na área do euro) e os BCNs (o Banco de Portugal e a Interbolsa assinaram o *T2S Framework Agreement* a 26 de junho de 2012);
- A conclusão, em junho, dos estudos de viabilidade efetuados pelos BCNs e as *CSD*, em que são identificados os impactos da ligação ao *T2S* nos respetivos sistemas internos e potenciais alterações nos serviços a oferecer;
- A aprovação, em novembro, dos calendários para o arranque em produção da ligação das *CSD* e dos BCN ao *T2S*; a adesão do Banco de Portugal está prevista para a primeira vaga de migração, em 22 de junho de 2015.

2.5.2. Sistemas de pagamentos de retalho

O Banco de Portugal regula e gere o sistema de pagamentos de retalho SICOI. Neste sistema são processadas as operações de pagamento com valor inferior a 100 mil euros, efetuadas através de cheques, efeitos comerciais, débitos diretos, transferências a crédito e cartões bancários.

Em 2012, o SICOI processou 1984 milhões de pagamentos, num total de 324 mil milhões de euros, o que representa, em termos de valor, uma diminuição de quase 6 por cento relativamente ao ano anterior (Quadro 2.4.). Esta evolução reflete a contração da procura interna, nomeadamente a quebra no consumo de bens e serviços. Em 2012, cresceram apenas as operações de débitos diretos e de transferências a crédito. O número e valor das operações efetuadas com cartões bancários processadas através do subsistema do multibanco registaram, pela primeira vez, um decréscimo anual. À semelhança dos anos anteriores, o subsistema de cheques continuou a perder importância no total do SICOI.

Para promover o funcionamento eficiente e transparente deste sistema de pagamentos, o Banco de Portugal introduziu, em 2012, alterações ao SICOI. Foi acomodada a criação de novos ciclos de compensação das transferências a crédito, dos débitos diretos e redefinidos alguns motivos de devolução de cheques.

¹³ O novo regulamento consta da Instrução do Banco de Portugal n.º 54/2012, de 15 de janeiro de 2013.

¹⁴ O *T2S Framework Agreement* é um contrato entre o Eurosistema, representado por um BCN, ou pelo BCE, e uma *CSD* participante; contém os direitos e as obrigações das partes, relativas à governação do *T2S*, calendário do projeto, condições técnicas e processuais, entre outros aspetos relevantes.

Quadro 2.4

Quantidade em milhares e Valores em mil milhões de euros

	MOVIMENTO GLOBAL DO SICOI					
	2011		2012		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Total	2005,8	343,8	1983,9	323,7	-1,1%	-5,8%
Cheques	79,7	106,6	65,9	85,4	-17,4%	-19,9%
Efeitos comerciais ⁽¹⁾	0,19	1,4	0,15	1,1	-19,1%	-20,4%
Transferências a crédito	102,5	130,3	108,0	131,9	5,3%	1,2%
Vertente tradicional	101,3	126,2	83,7	110,6	-17,4%	-12,4%
Vertente <i>SEPA</i> ⁽¹⁾	1,2	4,1	24,3	21,3	1937,5%	416,1%
Débitos diretos ⁽²⁾	127,7	16,9	133,1	18,1	4,2%	6,8%
Multibanco	1695,6	88,5	1676,8	87,2	-1,1%	-1,5%

Fonte: Banco de Portugal.

(1) São também consideradas as operações com valor igual ou superior a 100 mil euros.**(2)** Instruções de Débito Direto (IDD) apresentadas à cobrança e não anuladas. São também consideradas as IDD com valor igual ou superior a 100 mil euros.

Área Única de Pagamentos em Euros – *SEPA*

Com a Área Única de Pagamentos em Euros (*Single Euro Payments Area, SEPA*), a Europa terá um mercado de pagamentos de retalho plenamente integrado. Particulares, empresas e administrações públicas poderão, deste modo, efetuar pagamentos em moeda escritural em toda a área do euro, utilizando uma única conta bancária localizada em qualquer parte da área do euro e um único conjunto de instrumentos de pagamento, com a mesma facilidade, eficiência e segurança com que o fariam no seu país de origem.

Em Portugal, realizam-se transferências a crédito *SEPA* desde 28 de janeiro de 2008 e débitos diretos *SEPA* desde 1 de novembro de 2010. Em dezembro de 2012, 34,6 por cento das transferências originadas em Portugal e 0,15 por cento dos débitos diretos tinham formato *SEPA*, o que compara com médias europeias de 30,6 por cento e de 2,07 por cento, respetivamente.

Em 2012, o Regulamento n.º 260/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março, impôs 1 de fevereiro de 2014 como data-limite de migração para os novos formatos *SEPA*. A partir 1 de fevereiro de 2014, todos os pagamentos de retalho em euros, efetuados através de transferências a crédito e débitos diretos, terão de obedecer aos requisitos técnicos *SEPA*, definidos no regulamento.

Para garantir, em Portugal, a migração atempada, progressiva e eficiente das transferências a crédito e os débitos diretos *SEPA*, o Banco de Portugal publicou o Plano Nacional de Migração para a *SEPA*¹⁵. Este plano estabelece o conjunto de ações, prazos e objetivos a cumprir por todos os intervenientes (Banco de Portugal, prestadores de serviços de pagamento, empresas e organismos da administração pública). A secção especializada da *SEPA* do Fórum para os Sistemas de Pagamentos promoveu, paralelamente, o diálogo com os principais intervenientes no mercado.

Em 2012, a Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos (CISP)¹⁶ dedicou particular atenção à migração dos modelos de pagamentos nacionais para a *SEPA*, à elaboração de boas práticas interbancárias; à formulação de recomendações de segurança para os pagamentos realizados com cartões na internet, à reformulação das estatísticas de pagamentos; e à análise de soluções de implementação de *e-payments* e de *m-payments* em Portugal.

¹⁵ O Plano Nacional de Migração para *SEPA* foi publicado no dia 11 de dezembro de 2012 e está disponível em <http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/DPG-SP-SEPA-PNMigração.pdf>.

¹⁶ Criada em 1997, a CISP é um órgão consultivo do Banco de Portugal. Agrega representantes das principais instituições que atuam nos sistemas de pagamentos nacionais.

2.5.3. Gestão da utilização do cheque

O Banco de Portugal gere a Listagem de Utilizadores de cheque que oferecem Risco (LUR).

Em 2012, foram incluídas na LUR 35 601 entidades e foram removidas, por cumprimento do prazo legal ou por decisão do Banco de Portugal, 38 709 entidades. Em 31 de dezembro, constavam daquela listagem 60 736 entidades.

Ao abrigo do regime jurídico do cheque sem provisão, o Banco de Portugal apreciou um total de 9549 pedidos de remoção ou de anulação da inclusão na LUR, apresentados por entidades particulares e pelas instituições de crédito; os serviços da rede regional apreciaram cerca de 42 por cento dos pedidos.

2.6. EMISSÃO MONETÁRIA

O Banco de Portugal promove a utilização eficiente e segura das notas e moedas de euro. No quadro do Eurosistema, produz, escolhe e garante a recirculação de notas de euro, monitoriza os levantamentos e depósitos de notas e moeda metálica feitos junto do Banco, deteta a contrafação de notas e moeda metálica e presta serviços na área do numerário¹⁷.

2.6.1. Produção de notas de euro

Compete ao BCE definir o volume total de notas de euro a produzir anualmente, com base nas necessidades e nos excedentes indicados pelos bancos centrais nacionais da área do euro. O BCE atribui a cada banco central a responsabilidade por uma parcela da produção total anual (não mais do que três denominações, para permitir economias de escala). A descentralização do processo produtivo requer um rigoroso controlo da qualidade das notas, que se pretende uniforme e elevada.

Em 2012, o Banco de Portugal foi responsável pela impressão de 238,99 milhões de notas de 10 euros, 214,99 milhões das quais destinadas a satisfazer as suas próprias necessidades e o remanescente (24 milhões) a distribuir por outros bancos centrais.

À semelhança dos anos anteriores, a produção foi encomendada ao impressor Valora S. A., empresa detida na totalidade pelo Banco de Portugal. No cumprimento do plano de entregas entre bancos centrais nacionais para o ano de 2012, o Banco de Portugal recebeu 176,40 milhões de notas, repartidas pelas denominações de 20 e 5 euros (esta última da segunda série de notas de euro) e enviou 131,91 milhões de notas, abrangendo todas as denominações.

2.6.2. Saneamento de notas

O Banco de Portugal garante a autenticidade e a qualidade das notas em circulação através do saneamento do numerário, que inclui a escolha (verificação da genuinidade e qualidade), amortização e destruição de notas. Os processos de saneamento e de controlo de autenticidade da moeda legal são desenvolvidos de modo descentralizado através da unidade fabril e de guarda de valores, localizada no Carregado, e dos centros de escolha de notas instalados em Lisboa, na Filial e nas Delegações Regionais.

Em 2012, os sistemas de escolha do Banco de Portugal processaram cerca de 836 milhões de notas, mais 16,2 por cento do que em 2011 (Quadro 2.5).

¹⁷ Em Portugal, a entidade responsável pela emissão de moeda metálica é o Estado, por intermédio do Ministério das Finanças. O Banco de Portugal assegura a sua colocação em circulação, através dos levantamentos das instituições de crédito e das operações de troca ao público.

Quadro 2.5

10⁶ notas

NOTAS PROCESSADAS NOS SISTEMAS DE ESCOLHA DO BANCO DE PORTUGAL 2011 - 2012			
Denominação (€)	2011	2012	Δ 2011 - 2012
500	1	1	8,4%
200	1	1	-11,2%
100	7	6	-15,5%
50	63	67	6,1%
20	310	350	13,0%
10	279	329	18,0%
5	60	83	38,4%
Total	719	836	16,2%

Fonte: Banco de Portugal.

Das notas processadas, 590 milhões foram consideradas com qualidade para regressar à circulação; as restantes foram amortizadas e destruídas. A taxa anual de destruição das notas processadas situou-se nos 29,4 por cento, semelhante à do ano anterior (Quadro 2.6).

Quadro 2.6

Porcentagem

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESTRUIÇÃO 2011 - 2012			
Denominação (€)	2011	2012	Δ 2011 - 2012
500	35,1	11,8	-23,3
200	35,7	10,6	-25,1
100	50,4	13,8	-36,6
50	30,8	31,9	1,0
20	25,3	22,7	-2,5
10	25,1	27,4	2,3
5	72,5	65,4	-7,1
Total	29,9	29,4	-0,4

Fonte: Banco de Portugal.

Em 2012, o Banco de Portugal implementou um sistema de gestão de qualidade da atividade desenvolvida na unidade central de distribuição e saneamento do Banco (localizada no Carregado), que resultou, em novembro, na obtenção da certificação de qualidade segundo a norma ISO 9001:2008. O sistema de gestão de qualidade garante que a unidade central de distribuição e saneamento funciona com base num conjunto de procedimentos auditáveis e de acordo com padrões de exigência reconhecidos internacionalmente.

2.6.3. Detecção de contrafações de notas e moeda metálica

Em 2012, em Portugal, foram retiradas da circulação 11 440 notas de euro contrafeitas, o que representa um decréscimo de 27,8 por cento (menos 4401 notas) relativamente a 2011. As notas contrafeitas apreendidas em Portugal representaram 2,2 por cento do total de notas contrafeitas detetadas na área do euro no mesmo período. A denominação mais apreendida em Portugal foi a de 50 euros (5855 notas contrafeitas), seguida pela de 20 euros (4229 notas contrafeitas). Estas denominações perfazem, no seu conjunto, 88 por cento das contrafações detetadas no país. Na área do euro, as notas de 50 e 20 euros contrafeitas foram também as mais apreendidas (Quadro 2.7).

Quadro 2.7

Quantidade de notas

NOTAS CONTRAFEITAS APREENDIDAS EM PORTUGAL 2011 - 2012			
Denominação (€)	2011	2012	Δ 2011 - 2012
500	21	38	81,0 %
200	82	98	19,5 %
100	805	534	-33,7 %
50	8666	5855	-32,4 %
20	5597	4229	-24,4 %
10	540	571	5,7 %
5	130	115	-11,5 %
Total	15 841	11 440	-27,8 %

Fonte: CMS2 (Counterfeit Monitoring System), em 21.1.2013.

No que diz respeito à moeda metálica, em Portugal, foram retiradas da circulação 3178 moedas de euro contrafeitas (menos 27 por cento relativamente a 2011). Das contrafações apreendidas, a maior parcela coube à denominação de 2 euros, seguida pela de 50 cêntimos – a exemplo, aliás, do que se verifica nos restantes países da área do euro (Quadro 2.8).

Quadro 2.8

Quantidade de moedas

MOEDAS CONTRAFEITAS APREENDIDAS EM PORTUGAL 2011 - 2012			
Denominação (€)	2011	2012	Δ 2011 - 2012
2,00	2334	2390	2,4 %
1,00	325	283	-12,9 %
0,50	1692	505	-70,2 %
Total	4351	3178	-27,0 %

Fonte: CMS2 (Counterfeit Monitoring System), em 21.1.2013.

2.6.4. Recirculação de numerário¹⁸

O Banco de Portugal manteve a sua ação inspetiva à recirculação de numerário, *on-site* e *off-site*, em níveis idênticos aos do ano anterior. No quarto trimestre, deu início a inspeções *on-site* à atividade de recirculação de moeda metálica de euro executada por empresas de transporte de valores.

O Banco desenvolveu uma aplicação informática para as entidades sujeitas aos regimes legais de recirculação de numerário, com o objetivo de facilitar o cumprimento, entre outras, das obrigações de reporte de dados sobre a atividade e a retenção de notas e moedas suspeitas.

Em 2012, o Banco publicou também diversos instrumentos regulamentares com incidência na atividade de recirculação de numerário (ver Anexo A.1 Principais medidas de caráter legal e regulamentar).

A atividade do Banco de Portugal na recirculação do numerário, desenvolvida em 2012, e em comparação com o último exercício, é apresentada nos quadros 2.9 e 2.10.

¹⁸ A atividade de recirculação de numerário é regulada pelo Decreto-Lei n.º 195/2007, de 15 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 184/2007, de 10 de maio, no que respeita à nota e à moeda de euro, respetivamente.

Quadro 2.9

RECIRCULAÇÃO DE NUMERÁRIO NOTA			
Indicador (n.º)	2011	2012	
Contratos de recirculação com entidades que operam profissionalmente com numerário	152	154	
Inspecções realizadas em entidades que operam profissionalmente com numerário	962	954	
Reportes analisados ⁽¹⁾	145	320	
Testes a equipamentos junto de fabricantes	11	15	

Fonte: Banco de Portugal.

(1) Dados não comparáveis por alteração das regras de reporte de informação sobre a atividade de recirculação desenvolvida.

Quadro 2.10

RECIRCULAÇÃO DE NUMERÁRIO MOEDA			
Indicador (n.º)	2011	2012	
Contratos de recirculação com entidades que operam profissionalmente com numerário	4	4	
Inspecções realizadas em entidades que operam profissionalmente com numerário	0	4	
Reportes analisados	0	8	

Fonte: Banco de Portugal.

2.6.5. Plano para uma maior convergência dos serviços prestados pelos bancos centrais nacionais na área do numerário

Em fevereiro de 2007, o Conselho do BCE adotou um plano de seis medidas para aumentar, a médio prazo, a convergência nos serviços prestados pelos bancos centrais nacionais do Eurosistema na área do numerário.¹⁹ Em 2012, foi generalizada a possibilidade de realização, por parte das instituições de crédito, de operações de depósito e de levantamento de notas de euro não faceadas e não orientadas.²⁰

2.6.6. Segunda série de notas de euro

O Banco de Portugal tem participado no desenvolvimento da segunda série de notas de euro, cujo lançamento foi anunciado em novembro de 2012.

A série “Europa” mantém o tema da série atual, “Épocas e estilos da Europa”, com um desenho renovado, mas de fácil reconhecimento pelos cidadãos. As novas notas incluem um retrato de “Europa”, a figura mitológica grega que deu origem ao nome do continente. Para aumentar a resistência à contrafação, as notas incorporam novos elementos de segurança, beneficiando do progresso tecnológico alcançado neste domínio.

¹⁹ Estas medidas inserem-se na criação da *Single Euro Cash Area*. O Banco de Portugal implementou, no decurso de 2007, as seguintes medidas: livre acesso de todas as instituições de crédito à prestação de serviços de numerário por qualquer banco central; aceitação sem restrições de depósitos de moeda aos balcões dos bancos centrais; e alargamento dos horários de atendimento e / ou adoção de medidas de efeito equivalente. Em 2010, implementou a medida relativa à criação de padrões de embalamento, ao nível do Eurosistema, para os depósitos e levantamentos de numerário. No mesmo ano, a entrada em funcionamento da aplicação informática GOLD permitiu que fosse cumprida a medida relativa à instalação de interfaces eletrónicas entre os bancos centrais e as instituições de crédito para a comunicação de ordens de depósitos e levantamentos, embora circunscrita às operações nacionais.

²⁰ Apenas uma das medidas contempladas no roteiro (*roadmap*) não se encontra totalmente implementada: a instalação de interfaces eletrónicas entre os bancos centrais e as respetivas instituições de crédito, para realização das operações de depósito e de levantamento em qualquer banco central.

A série “Europa” tem as mesmas denominações que a primeira série, ou seja, 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 euros. As novas notas entrarão em circulação de forma gradual, e por ordem crescente, ao longo de vários anos. A nota de 5 euros será a primeira a entrar em circulação, em maio de 2013. As notas da primeira série serão retiradas de circulação progressivamente e, em datas a anunciar com a antecedência devida, deixarão de ter curso legal. Manterão, todavia, o seu valor por um período ilimitado e poderão ser trocadas em qualquer altura nas tesourarias dos bancos centrais do Eurosistema.

2.7. REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

2.7.1. Relações Internacionais

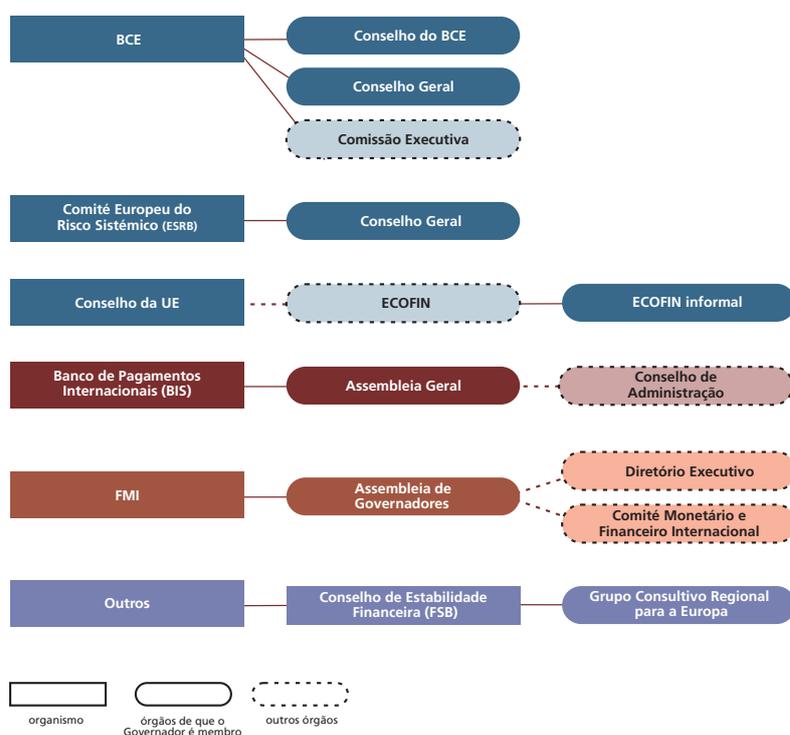
As funções atribuídas ao Banco de Portugal implicam a manutenção de uma intensa atividade internacional. Este esforço está em grande parte concentrado na participação no Eurosistema/SEBC e em outras instituições da União Europeia, mas também no FMI. Desde meados de 2011, assume grande relevo a atividade do Banco de Portugal relacionada com a execução do Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado com a UE, o FMI e o BCE.

O Banco participa em outros organismos internacionais de cariz económico-financeiro, como o *BIS* e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e exerce uma intensa atividade de cooperação com outros bancos centrais, nomeadamente dos países lusófonos.

O Governador do Banco de Portugal é membro dos órgãos de decisão do BCE (Conselho do BCE e Conselho Geral) e do Comité Europeu do Risco Sistémico (*European Systemic Risk Board – ESRB*); participa na Assembleia Geral do *BIS*, na Assembleia de Governadores do FMI, e no Grupo Consultivo Regional para a Europa do Conselho de Estabilidade Financeira e nos Conselhos ECOFIN informais (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL | PRINCIPAIS ÓRGÃOS



A participação do Governador no Conselho do BCE é pessoal e independente. A preparação, acompanhamento técnico e implementação das decisões do Conselho do BCE envolvem várias estruturas de carácter regular, como comités e grupos de trabalho, e estruturas *ad-hoc*, onde o Banco de Portugal está representado. Em 2012, o Conselho do BCE reuniu-se 23 vezes. Além das decisões de política monetária e demais questões abrangidas pelo seu mandato (sistemas de pagamentos, auditoria, numerário e gestão corrente do BCE), o Conselho participou ativamente no debate sobre a nova arquitetura institucional europeia, em particular sobre a criação da União Bancária e do Mecanismo Único de Supervisão.

O Banco de Portugal participa nos comités e grupos de trabalho relacionados com temas de política monetária, estabilidade financeira, análise económica, estatística, gestão de risco, sistemas de pagamentos, sistemas de informação, numerário, comunicação e recursos humanos (ver Anexo A.2 – Quadro 1). Esta representação em áreas tão diversificadas exige o envolvimento de todos departamentos do Banco de Portugal, em alguns casos com um número significativo de recursos adstritos (Quadro 2.11).

Quadro 2.11

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012			
	N.º Estruturas e Subestruturas	N.º reuniões	
		Presenciais	Teleconferências
BCE/Eurosistema	120	460	504
União Europeia	63	331	67
Dos quais:			
Comissão Europeia e <i>Eurostat</i>	19	70	-
Autoridades Europeias de Supervisão	32	175	47
<i>ESRB</i>	7	22	8
Países de língua portuguesa	-	17	-
FMI	-	2	-
<i>BIS</i>	-	6	-
OCDE	3	14	1
Outros	8	39	4
TOTAL	194	869	576

Fonte: Banco de Portugal.

O Comité Europeu do Risco Sistémico (*ESRB*) é responsável pela supervisão macroprudencial do sistema financeiro da UE. O Banco de Portugal participa no *ESRB* na dupla qualidade de banco central nacional do SEBC e autoridade nacional de supervisão bancária. O Governador do Banco de Portugal é membro com direito a voto do órgão de decisão deste comité – o Conselho Geral –, que reúne trimestralmente. Em 2012, o Conselho Geral elaborou e divulgou painéis de indicadores de risco, estudos, comentários e recomendações sobre a estabilidade financeira na UE. Este trabalho resultou da atividade de diversas subestruturas em que participaram elementos do Banco de Portugal, nomeadamente do *Advisory Technical Committee*, órgão consultivo que presta assistência ao Conselho Geral.

Ainda no domínio da estabilidade financeira, o Banco de Portugal participou, em 2012, em nove colégios de supervisão (três dos quais promovidos e organizados pelo Banco de Portugal). Esteve igualmente envolvido nos trabalhos da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority – EBA*), que, em 2012, entre outras iniciativas, concluiu o exercício de recapitalização do setor bancário e definiu “*Technical Standards*”, de acordo com o respetivo mandato.

O Banco de Portugal participou, ao nível do Conselho da União Europeia, nas negociações de um conjunto vasto de iniciativas legislativas relevantes, como as referentes à implementação do acordo de Basileia III na União Europeia, à recuperação e resolução de instituições de crédito e à criação do Mecanismo Único de Supervisão. O Banco de Portugal interveio na discussão e análise de iniciativas de regulação comportamental bancária desenvolvidas a nível europeu, nomeadamente no que diz respeito à comercialização de contratos de crédito hipotecário e de depósitos indexados, e em grupos de trabalho de prevenção da lavagem de dinheiro e do terrorismo financeiro.

O Banco de Portugal participou nos trabalhos do Comité Económico e Financeiro e do Comité de Política Económica da UE e em algumas das respetivas subestruturas, órgãos que desempenham um importante papel na preparação do Conselho ECOFIN. Em 2012, assumiu particular destaque o debate das questões relativas à estabilidade financeira e à construção da união bancária. O Governador esteve presente nos Conselhos ECOFIN informais de Copenhaga e de Nicósia.

O Banco de Portugal é agente de Portugal junto do FMI, desempenhando por conseguinte diversas responsabilidades de natureza financeira. Nesta qualidade, o Banco acompanha os temas da agenda desta organização, participando ativamente na discussão e tomada de decisão. Em 2012, o programa de trabalhos do FMI foi dominado pelas questões da revisão das quotas dos países membros e da reforma da governação. A revisão das quotas prevê que as quotas dos países membros dupliquem, o que para Portugal implica um aumento dos atuais 1029,7 milhões de DSE (Direitos de Saque Especiais) para 2060,1 milhões de DSE. Quanto à reforma da governação, propõe-se, entre outras medidas, que todos os membros do Diretório Executivo passem a ser eleitos (atualmente alguns são nomeados) e que sejam subtraídos dois lugares à representação das economias avançadas europeias. Em abril de 2012, Portugal concluiu os processos de ratificação associados a estas alterações.

O Governador e outros elementos do Banco de Portugal integraram a delegação nacional que participou nas reuniões organizadas pelo FMI e Banco Mundial na Primavera (16 a 22 de abril), em Washington D.C., e nas Reuniões Anuais (12 a 13 de outubro), em Tóquio. Em novembro de 2012 realizou-se uma missão do FMI a Portugal no âmbito da consulta ao abrigo do Artigo IV, tendo o Banco de Portugal participado e contribuído para os trabalhos desta missão.

O Banco de Portugal mantém relações de cooperação com outros bancos centrais de países emergentes e em desenvolvimento. Os países de língua portuguesa continuam a estar no centro das atividades de cooperação. Não obstante, em 2012, aumentaram as iniciativas de cooperação com os países candidatos e potenciais candidatos à integração na UE, essencialmente no quadro do Eurosistema/SEBC (Gráfico 2.2.).

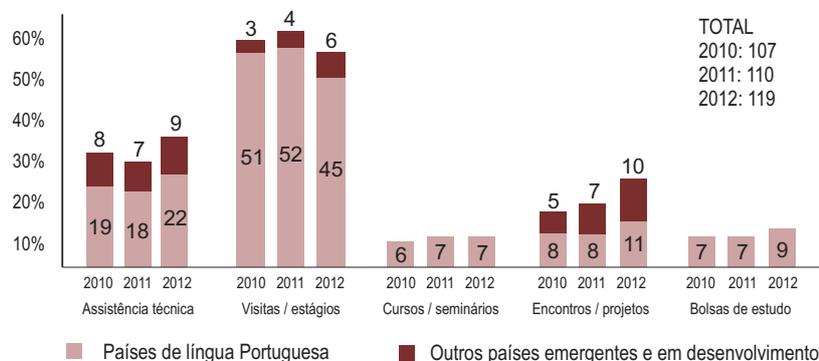
A cooperação com os países emergentes e em desenvolvimento pode ser desagregada em duas grandes componentes:

- i) Uma primeira componente que agrega iniciativas desenvolvidas por várias estruturas do Banco em parceria com as homólogas, assumindo diversos formatos: assistência técnica, encontros (transversais ou setoriais), cursos, seminários, visitas de trabalho, estágios e bolsas de estudo. Estas iniciativas formam um conjunto articulado e sistematizado no Plano de Cooperação anual do Banco.
- ii) Uma segunda componente que comporta as atividades de acompanhamento ou envolvimento macroeconómico com os países em causa.

No âmbito da primeira componente, merecem destaque, em 2012, a assistência técnica e os encontros setoriais entre os bancos centrais lusófonos que conheceram incrementos com alguma expressão. Em contrapartida, reduziu-se ligeiramente o número de estágios e visitas de trabalho ao Banco de Portugal, embora estas ações continuem a ser predominantes.

Gráfico 2.2

PLANO DE COOPERAÇÃO: NÚMERO DE AÇÕES CONCRETIZADAS | 2010 - 2012



Fonte: Banco de Portugal.

Em 2012, realizaram-se três encontros entre os bancos centrais lusófonos de âmbito transversal e ao mais alto nível: em setembro, realizou-se no Brasil o VI Encontro de Governadores, que reúne a cada dois anos os responsáveis máximos dos bancos centrais dos países lusófonos; em outubro, por ocasião das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, a Autoridade Monetária de Macau acolheu um fórum financeiro para os países de língua portuguesa; e em novembro, decorreu o XXII Encontro de Lisboa.

Quanto à segunda componente das atividades de cooperação, para além da análise sobre as economias dos países lusófonos, refletida em várias publicações (ver Capítulo 4), merece destaque a participação do Banco de Portugal nas estruturas responsáveis pelo bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe. Estes acordos visam a consolidação da estabilidade macroeconómica nos dois países africanos lusófonos e o incremento das relações económicas e financeiras com Portugal e com a área do euro.

2.7.2. Cooperação institucional nacional

O Banco de Portugal interage com outros organismos nacionais nas suas áreas de atuação. Em 2012, o Banco colaborou com os restantes supervisores financeiros – a Comissão para o Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal –, em particular no Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, presidido pelo Governador do Banco de Portugal. O Banco participou ainda no Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, tendo assegurado a presidência do mesmo em 2012. Manteve também uma intensa cooperação com o Instituto Nacional de Estatística e com as restantes entidades do Sistema Estatístico Nacional (Quadro 2.12).

Quadro 2.12

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL NACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012		
	N.º reuniões	Órgão Departamento
Comité Nacional para a Estabilidade Financeira	2	GOV
Conselho Nacional de Supervisores Financeiros	6	GOV / Vice-GOV
Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria	12	GOV / ADM
Sistema de Indemnização aos Investidores	16	GOV / ADM
Conselho Superior de Estatística e subestruturas	22	DDE e DEE
Outros grupos de trabalho no âmbito das estatísticas	9	DDE
Grupo de trabalho na área da prevenção do branqueamento de capitais	2	DAS
Grupos de trabalho no âmbito do numerário	8	DET
Grupos de trabalho no âmbito jurídico	43	DJU
Grupo português de utilizadores <i>SWIFT</i>	10	DMR
Associação de utilizadores SAP em Portugal	1	DOI
Fórum para a supervisão comportamental bancária	1	DSC
TOTAL	132	

Fonte: Banco de Portugal.

No âmbito do PAEF, o Banco colaborou com diversos órgãos governamentais, em especial com os Ministérios das Finanças, da Solidariedade e Segurança Social, da Economia e Emprego e da Justiça (ver Anexo A.2 - Quadro 2).

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS

3.1. GOVERNAÇÃO INTERNA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLO

3.1.1. Estrutura Orgânica

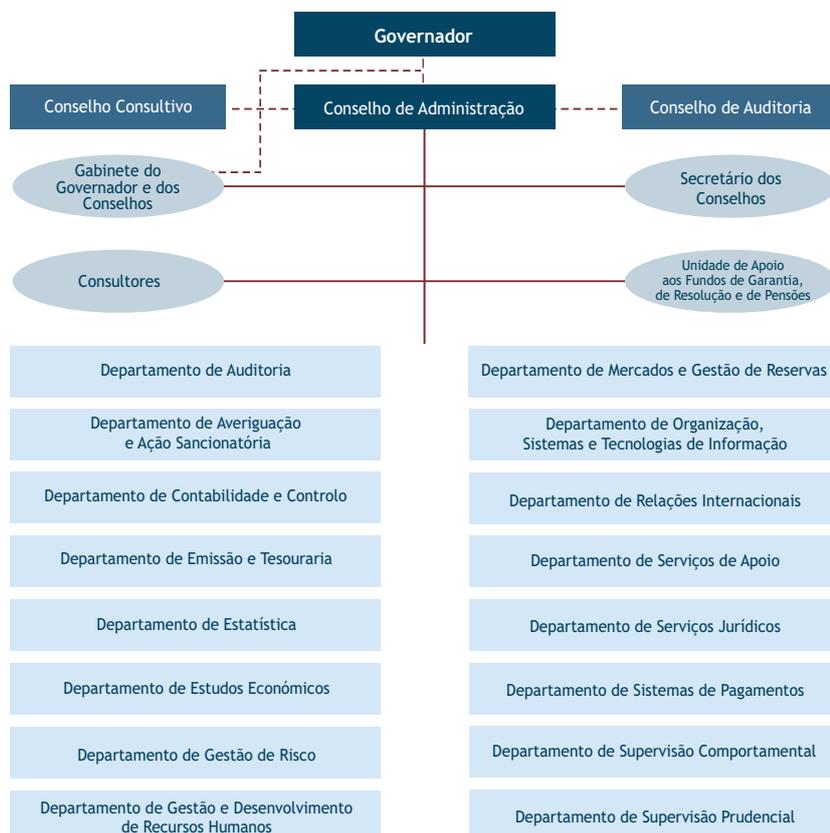
A estrutura orgânica e funcional do Banco de Portugal tem vindo a adaptar-se para incorporar as melhores práticas de governação e gestão e para acomodar a evolução das funções atribuídas.

Em 2012, foram criados o Departamento de Gestão de Risco e a Comissão para o Risco e o Controlo Interno. Esta alteração organizativa reflete a importância estratégica que o Banco de Portugal atribui à gestão do risco e à adoção das melhores práticas e princípios neste domínio, nomeadamente em termos de independência, transparência, segregação de funções, visão global e gestão integrada dos vários tipos de riscos financeiros e operacionais.

O Departamento de Gestão de Risco centraliza as funções, anteriormente dispersas, de identificação, avaliação, controlo e gestão dos diversos riscos associados à atividade do Banco de Portugal, assegurando que os mesmos se mantêm em níveis consistentes com o perfil e o grau de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração. Passou, deste modo, a existir uma clara distinção de competências entre a estrutura responsável pela execução da política monetária e pela gestão de ativos – o Departamento de Mercados e Gestão de Reservas – e a unidade incumbida da quantificação e integração dos riscos financeiros decorrentes daquelas operações – o Departamento de Gestão de Risco. A Comissão para o Risco e o Controlo Interno é um fórum de reflexão e diálogo sobre gestão e controlo dos riscos, no qual participam o Conselho de Administração e os departamentos do Banco relevantes.

Em 2012, foi também alargado o âmbito da atividade da Unidade de Apoio aos Fundos de Garantia de Depósitos, que assumiu a operacionalização do recém-criado Fundo de Resolução e passou a designar-se Unidade de Apoio aos Fundos de Garantia, de Resolução e de Pensões.

O organograma do Banco, em 31 de dezembro de 2012, apresentava-se da seguinte forma:



3.1.2. Gestão de Risco

As operações de gestão de ativos de investimento próprios e de política monetária envolvem riscos financeiros: fundamentalmente, risco de mercado e risco de crédito. Estas operações podem acarretar perdas decorrentes das flutuações dos preços dos ativos (variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e de preço do ouro) – risco de mercado – e perdas resultantes da incapacidade das contrapartes e emitentes para cumprirem as suas obrigações contratuais ou da degradação do perfil creditício destas entidades – risco de crédito.

O Banco acompanha e avalia continuamente os riscos associados à sua atividade, produzindo regularmente indicadores (de *value at risk* e *credit value at risk*) e realizando testes de esforço (*stress tests*). O risco das operações de gestão de ativos é controlado através dos critérios de elegibilidade e dos limites de exposição definidos pelo Conselho de Administração. Para mitigar os riscos das operações de crédito do Eurosistema, o Banco aplica um conjunto de regras e procedimentos definidos e aprovados pelo Banco Central Europeu.

Em 2012, o Banco de Portugal implementou, monitorizou e aperfeiçoou o quadro de controlo dos riscos que suporta as operações de política monetária, sobretudo dos riscos inerentes às medidas não convencionais, os quais, no caso das operações realizadas com as contrapartes residentes, são assumidos pelo Banco. O Banco aferiu também o desempenho das fontes de avaliação de crédito aceites no âmbito do *Eurosystem Credit Assessment Framework*²¹ e contribuiu para a implementação da *European Datawarehouse*, que constituirá o maior repositório de informação sobre os instrumentos de dívida titularizados (ABS).

Além dos riscos financeiros associados à gestão de ativos, o Banco de Portugal incorre num outro conjunto de riscos operacionais, relacionados com potenciais falhas ou deficiências no modelo de governação e nos processos de negócio, na atuação das pessoas, nos sistemas ou produzidas por eventos externos, das quais poderão resultar perdas financeiras ou patrimoniais e prejuízo para a reputação do Banco. Neste domínio, o Banco concluiu, em 2012, a avaliação sumária das suas funções com grau de criticidade alto e identificou medidas para diminuir a probabilidade de concretização dos riscos associados e para mitigar possíveis impactos. Foram igualmente analisados os principais riscos transversais às funções que desempenha, nomeadamente no que respeita à segurança da informação, à comunicação interna e externa e às instalações do Banco. Para identificar e compreender os riscos associados à sua atividade, o Banco desenvolveu o processo de registo de incidentes.

Em 2012, o Plano de Continuidade de Negócio foi expandido a novos sistemas de informação e foram realizados dois ciclos de ensaios e de simulacro real de desastre, com perímetros de incidência técnica e funcionalmente distintos, que cobriram a maior parte das funções de negócio do Banco e todas as que exigem tempos de recuperação até 48 horas.

3.1.3. Auditoria Interna

A auditoria interna avalia, de forma isenta e numa ótica preventiva, a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de risco, controlo interno e governação e, numa perspetiva mais ampla, a eficiência, segurança e conformidade dos processos, atividades e operações do Banco de Portugal. A auditoria interna acompanha regularmente a implementação das recomendações emitidas, para assegurar que as situações detetadas foram adequadamente tratadas pelo Banco.

²¹ Para assegurar que os ativos de garantia utilizados nas operações de crédito do Eurosistema respeitam os “elevados padrões de crédito” definidos nos estatutos do SEBC, foi criado um quadro de avaliação de crédito (o *Eurosystem Credit Assessment Framework, ECAF*). Este quadro prevê a utilização de diferentes fontes de avaliação de crédito: as instituições externas de avaliação de crédito (agências de *rating*), os sistemas internos de avaliação de crédito (SIAC) dos bancos centrais nacionais, os sistemas baseados em notações de crédito internas (sistemas IRB dos bancos) e as ferramentas de notação de crédito fornecidas por terceiros (*rating tools* ou *RT*).

Em 2012, foram realizadas 39 ações de auditoria, das quais 33 de âmbito exclusivamente interno e seis a sistemas e processos comuns ou partilhados pelo SEBC/Eurosistema (Quadro 3.1).

Quadro 3.1

AÇÕES DE AUDITORIA DE ÂMBITO INTERNO E DO SEBC REPARTIDAS POR ÁREA DE ATIVIDADE PRINCIPAL			
	Ações Internas	Ações SEBC	Ações totais
Apoio direto à Administração, averiguações e investigações especiais	5	1	6
Apoio direto ao Conselho de Auditoria	3	-	3
Ações transversais ao Banco	2	-	2
Mercados e Gestão de Reservas	2	1	3
Emissão e Tesouraria na Sede, Filial, Delegações e Agências	9	1	10
Supervisão Bancária	4	-	4
Sistemas e Operações de Pagamentos	1	1	2
Produção Estatística e Estudos Económicos	0	1	1
Função Informática e Tecnologias de Informação	4	1	5
Atividades de Gestão de Recursos Humanos e Apoio Administrativo	2	-	2
Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal	1	-	1
Ações totais	33	6	39

Fonte: Banco de Portugal.

3.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Banco de Portugal procura adequar os seus sistemas de informação e comunicação às necessidades e prioridades de negócio, racionalizando os processos de trabalho e otimizando a relação custo / benefício das soluções técnicas e dos serviços disponibilizados.

Em 2012, o Banco implementou um conjunto de infraestruturas e de soluções de suporte à comunicação à distância, à mobilidade e ao trabalho colaborativo, incluindo estúdios de videoconferência, comunicações unificadas e rede *WI-FI*.

A plataforma *WEB* do Banco – Internet e Intranet – evoluiu para *Microsoft Office Sharepoint Server 2010*, tornando-se mais segura e oferecendo novas oportunidades de exploração de dados.

No domínio da execução da política monetária, o Banco desenvolveu o novo sistema de informação de Gestão das Operações e Ativos de Garantia (GOPM), cuja primeira versão será disponibilizada em 2013, e atualizou os sistemas aplicativos SITEME (Sistema de Transferências Eletrónicas de Mercado) e EEB (Elegibilidade de Empréstimos Bancários).

No domínio estatístico, foram concluídos os projetos associados ao *BPstat mobile* e à implementação da nova Área de Empresa do sítio institucional do Banco (ver Capítulo 4). Prosseguiu a reformulação do sistema de informação da Central de Balanços e do sistema de compilação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional e teve início a reformulação do sistema integrado de estatísticas de títulos e do sistema de contas nacionais financeiras.

No âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, sob a égide do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, foi disponibilizado o Portal “Todos Contam”.

3.3. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Banco de Portugal procura manter, de forma sustentável e numa perspetiva de médio e longo prazo, um quadro técnico capaz de responder às funções que lhe estão cometidas, incluindo as novas responsabilidades na área da supervisão e regulação do sistema financeiro e no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Para o efeito, o Banco aposta no recrutamento de quadros com as competências requeridas e promove a qualificação dos seus colaboradores. As abordagens de recrutamento e de seleção são diversificadas: lançamento de concursos internos e externos, promoção da mobilidade interna e aproveitamento de potencial, *executive search* e acolhimento de candidaturas espontâneas.

As políticas de compensação e benefícios e de desenvolvimento dos colaboradores baseiam-se no reconhecimento do mérito e da qualificação profissional e académica. O incentivo à mobilidade interna dos colaboradores é um dos eixos estratégicos da política de recursos humanos, numa ótica de desenvolvimento de carreira, reforço de competências e partilha de conhecimentos entre áreas de negócio.

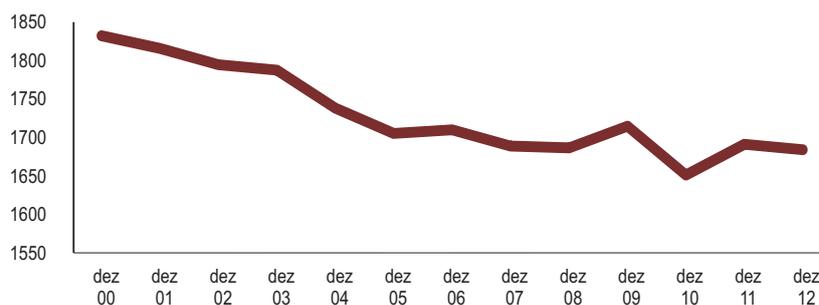
3.3.1. Caracterização dos efetivos

No final de dezembro de 2012, o Banco tinha 1682 efetivos, menos sete do que no final de 2011. Em 2012, saíram 57 colaboradores (51 por reforma) e foram admitidos 50 novos efetivos e 39 estagiários.

Na última década, o número de colaboradores tem diminuído. No final de 2012, o número de efetivos era semelhante ao observado no final de 2008, não obstante o aumento significativo das atribuições do Banco de Portugal (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS



Fonte: Banco de Portugal.

A composição de efetivos por género tem vindo a equilibrar-se. No final do ano, 52 por cento dos efetivos eram homens e 48 por cento eram mulheres (Quadro 3.2).

No final de 2012, havia 1880 reformados do Banco de Portugal, mais oito do que em 2011, e 536 pensionistas, mais quatro do que no ano anterior.

Quadro 3.2

EVOLUÇÃO DE EFETIVOS POR GÉNERO E MOVIMENTAÇÃO		2008	2009	2010	2011	2012
Evolução	Efetivos	1685	1713	1648	1689	1682
	Variação (%)	-0,1 %	1,7 %	-3,8 %	2,5 %	-0,4 %
Género	Homens	927	915	865	879	878
	Mulheres	759	798	783	810	804
Movimentação	Admissões	54	96	80	94	50
	Reformas	46	64	137	47	51

Fonte: Banco de Portugal.

O elevado número de reformas nos últimos anos e as novas admissões resultaram num rejuvenescimento dos efetivos do Banco (Quadro 3.3 e Gráfico 3.2). Entre 2008 e 2012, a proporção de colaboradores com menos de 35 anos aumentou de 16 para 27 por cento; a dos colaboradores com mais de 45 anos decresceu de 69 para 56 por cento.

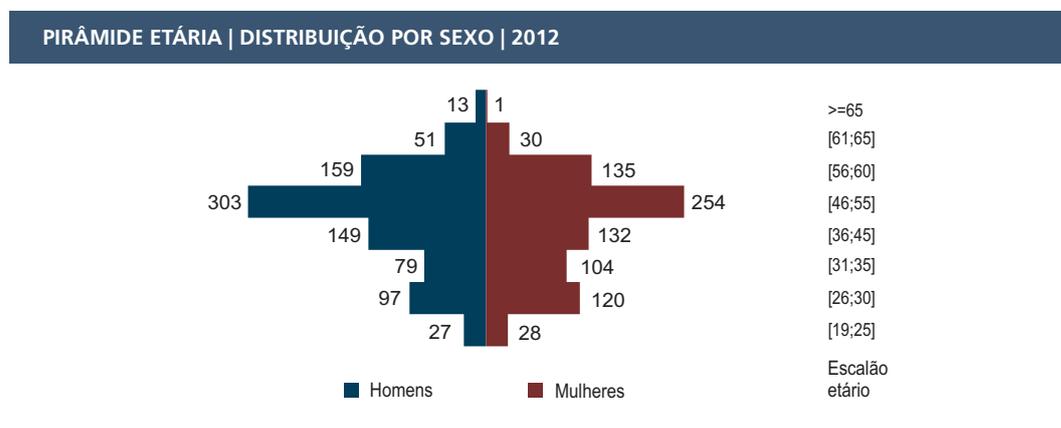
Em 31 de dezembro de 2012, a média de idade dos colaboradores do Banco manteve-se nos 45,6 anos de idade (46,7 anos para os homens e 44,5 anos para as mulheres). O escalão etário mais representativo era o dos 46-55 anos, com 557 efetivos, seguido pelo escalão dos 56-60, com 294 trabalhadores.

Quadro 3.3

EVOLUÇÃO DA PIRÂMIDE ETÁRIA		2008	2009	2010	2011	2012
Escalão etário						
[19;25]		23	58	66	77	55
[26;30]		121	151	177	208	217
[31;35]		129	134	147	165	183
[36;45]		256	263	264	267	281
[46;55]		764	713	672	619	557
[56;60]		257	266	244	260	294
[61;64]		130	124	74	90	81
>=65		5	4	4	3	14
Total		1685	1713	1648	1689	1682

Fonte: Banco de Portugal.

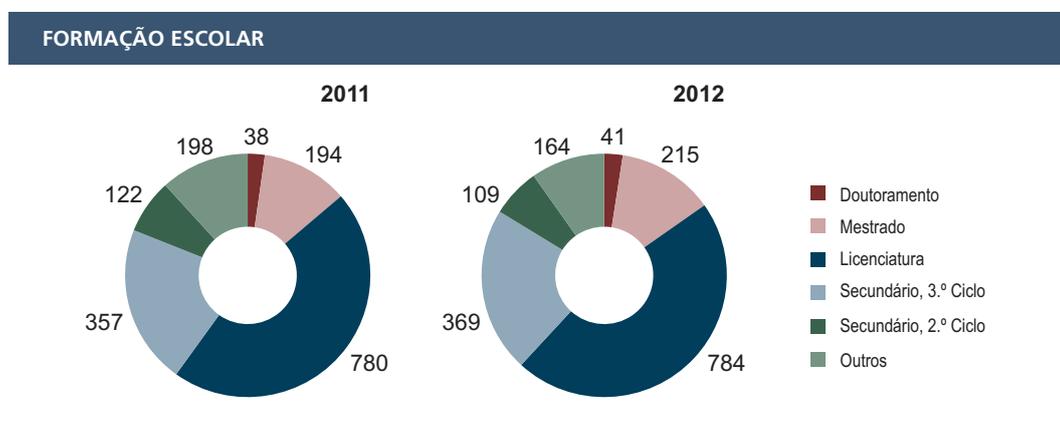
Gráfico 3.2



Fonte: Banco de Portugal.

A responsabilidade e a complexidade das funções exercidas pelo Banco de Portugal exigem colaboradores mais qualificados. Em 31 de dezembro de 2012, cerca de 62 por cento dos efetivos possuíam habilitações académicas de nível superior. A proporção de colaboradores com doutoramento e mestrado aumentou relativamente a 2011 (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3



Fonte: Banco de Portugal.

No que respeita à distribuição por função, 15 por cento dos colaboradores desempenhavam funções de gestão, 44 por cento assumiam funções técnicas e técnicas superiores e 37 por cento executavam funções de natureza operacional e de apoio (Quadro 3.4).

Quadro 3.4

EFETIVOS DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRAS		
Gestão de Topo	44	3 %
Gestão Intermédia	209	12 %
Técnicos e Técnicos Superiores	745	44 %
Técnico-Administrativos e carreiras de apoio	626	37 %
Requisitados / Licenças sem Vencimento	58	3 %
Total	1682	100 %

Fonte: Banco de Portugal.

3.3.2. Política remunerativa

O Banco de Portugal procura compatibilizar o objetivo de contenção de custos com medidas de promoção do mérito e da qualidade do desempenho dos seus colaboradores.

Nos últimos dois anos, a política remunerativa no Banco de Portugal foi condicionada pelo enquadramento económico e financeiro de Portugal. Em 2012, e à semelhança do ano anterior, o Conselho de Administração decidiu acompanhar o esforço de ajustamento do país, adotando medidas de contenção salarial de efeito equivalente ao das medidas definidas na Lei do Orçamento do Estado para 2012. As medidas de contenção foram definidas e implementadas de forma autónoma, salvaguardando a independência de decisão do Banco e respeitando os limites decorrentes do Código do Trabalho e dos instrumentos de regulamentação coletiva.

No âmbito da política remunerativa do Banco, merece também destaque a evolução dos fundos de pensões dos trabalhadores do Banco de Portugal, ambos geridos pela Sociedade Gestora dos Fundos

de Pensões do Banco de Portugal, S. A.: o Fundo de Pensões de Benefício Definido (fundo fechado), que abrange os trabalhadores admitidos no setor bancário antes de março de 2009; e o Fundo de Pensões de Contribuição Definida, um plano complementar de pensões, de adesão facultativa para os trabalhadores que ingressaram no setor bancário a partir de março de 2009. As políticas de investimento dos dois fundos obedecem a normas e critérios prudenciais aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, que limitam os riscos inerentes à gestão.

Em 2012, a gestão do Fundo de Pensões de Benefício Definido orientou-se por dois objetivos principais: preservar os benefícios dos trabalhadores abrangidos pelo fundo, num contexto de transferência das responsabilidades futuras de velhice para a Segurança Social²² e assegurar a manutenção de um elevado grau de solvência do fundo. Em 31 de dezembro de 2012, o património do fundo ascendia a 1430,8 milhões de euros e estava investido em obrigações da área do euro e liquidez (78,6 por cento), ações (11,1 por cento) e imobiliário (7,2 por cento), respeitando os remanescentes 3,1% a créditos líquidos sobre terceiros. O fundo registava um nível de financiamento global de 101,9 por cento, superior ao mínimo estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001 (98,0 por cento).

A gestão do Fundo de Pensões de Contribuição Definida tem como objetivo fundamental a afirmação deste fundo como o segundo pilar relevante de proteção dos trabalhadores do Banco admitidos no setor bancário a partir de março de 2009. Em 2012, foi dada aos participantes do Fundo de Pensões de Contribuição Definida a possibilidade de optarem entre uma carteira exclusivamente constituída por instrumentos de taxa de juro e uma carteira constituída por instrumentos de taxa de juro e de ações. Em 31 de dezembro de 2012, estas carteiras ascendiam, cada uma, a cerca de 2,6 milhões de euros. Na carteira de ações, esta classe de ativos representava, à mesma data, 9 por cento do seu valor de mercado total. Perante a elevada instabilidade dos mercados financeiros e para mitigar o risco de crédito, continuou a limitar-se os instrumentos de taxa de juro a aplicações de curto prazo. No final de 2012, o Fundo de Pensões de Contribuição Definida tinha 276 participantes, número que traduz a opção generalizada dos novos colaboradores do Banco pela adesão a este fundo.

3.3.3. Desenvolvimento de recursos humanos

As ações de desenvolvimento dos recursos humanos inserem-se numa política integrada de gestão de carreiras e de competências dos colaboradores.

Em 2012, foram realizadas 685 ações de formação, das quais 296 ocorreram internamente, 256 em contexto externo nacional e 133 a nível internacional. No total, foram ministradas 51 377,5 horas de formação a 80,6 por cento dos colaboradores (Quadro 3.5).

Quadro 3.5

FORMAÇÃO PROFISSIONAL					
	2008	2009	2010	2011	2012
Participantes	1395	1528	1598	1447	1356
Horas	64 397	48 414	66 223	51 750	51 377
Taxa de Participação	82 %	89 %	97 %	85 %	80 %

Fonte: Banco de Portugal.

²² Em março de 2009, o Fundo de Pensões Benefício Definido foi encerrado aos novos trabalhadores, que passaram a integrar o regime geral da Segurança Social (Decreto-Lei n.º 54/2009 de 2 de março). Em janeiro de 2011, os beneficiários do fundo (ou seja, os trabalhadores do Banco de Portugal admitidos no setor bancário antes de março de 2009) foram também integrados no regime geral da Segurança Social, no respeitante à reforma por velhice correspondente aos serviços prestados após aquela data (Decreto-Lei n.º 1 - A/2011, de 3 de janeiro). Para estes trabalhadores, mantém-se, assim, na esfera do fundo os pagamentos relativos à pensão por velhice na parte correspondente aos serviços anteriores a janeiro de 2011, e também a cobertura de benefícios relativos às situações de reforma por invalidez e de sobrevivência. Cabe ainda ao Fundo de Pensões Benefício Definido a cobertura do complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do regime geral de Segurança Social e os benefícios definidos com base nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis e nos normativos internos.

O Banco de Portugal e a Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa assinaram, em 2012, um protocolo de patrocínio e cooperação para promover a formação e a investigação em matéria de regulação, supervisão e auditoria financeiras. Esta parceria visa incrementar a qualidade do ensino universitário em áreas relevantes para a estabilidade do sistema financeiro português e, simultaneamente, reforçar as competências técnicas dos colaboradores do Banco de Portugal e alargar a respetiva base de recrutamento.

3.4. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Banco de Portugal tem aperfeiçoado os processos internos de gestão financeira, de modo a realizar poupanças efetivas e promover a eficiência. Foi melhorado o modelo orçamental, em particular no que respeita à responsabilidade de orçamentação e monitorização das despesas relevantes; promoveu-se o ajustamento do sistema de custeio aos objetivos de gestão interna; foi reforçada a aplicação das normas internas, através da produção de relatórios de inconformidades. Procedeu-se ainda à preparação do novo Plano de Contas (aprovado em 2013, mas com efeitos a 1 de janeiro de 2012), com reflexos positivos a nível do reforço da transparência e da autonomia financeira do Banco.

Além das referidas medidas de redução de custos com pessoal, em 2012, o Banco prosseguiu uma política de contenção de custos na aquisição de bens e serviços. Foram implementadas medidas de contenção que resultaram numa redução de cerca de 7 por cento no consumo de energia. A renegociação de contratos de prestação de serviços de informação, de desenvolvimento de *software* e de comunicações permitiu igualmente poupanças relevantes.

O Banco de Portugal reforçou os mecanismos de controlo dos processos de contratação pública e, sempre que se perspetivavam benefícios administrativos ou financeiros, participou em ações de aquisição conjuntas no âmbito do Gabinete de Coordenação de Contratos Públicos do Eurosistema (*EPCO*, no acrónimo em língua inglesa).

Em 2012, reabriu a Sede do Banco de Portugal, na Rua do Comércio, em Lisboa, após cinco anos de profundas obras de reabilitação e restauro que envolveram várias entidades e empresas. A antiga Igreja de S. Julião foi recuperada para acolher o Museu do Dinheiro, espaço de promoção da literacia financeira e polo de dinamização cultural da Baixa de Lisboa.

A reabilitação da Sede revelou-se um desafio ímpar, especialmente por ter sido a primeira intervenção na Baixa Pombalina a abranger todo um quarteirão. A descoberta de vários achados arqueológicos – nomeadamente o troço de 45 metros da muralha de D. Dinis e os vestígios do altar-mor da igreja – obrigou a reformular o projeto e a planificação da obra. O interior dos edifícios administrativos foi alvo de uma intervenção que permitiu melhorar as condições de trabalho dos colaboradores do Banco e cumprir as normas europeias de resistência sísmica e eficiência energética e a legislação sobre segurança contra incêndios.²³

Em 2012, o Banco realizou ainda obras de beneficiação exterior da Agência de Faro e concluiu a ampliação do edifício principal do Complexo do Carregado, que duplicaram a área destinada às oficinas de impressão de notas.

²³ Informação adicional sobre a reabilitação da sede encontra-se disponível em <http://www.bportugal.pt/SiteCollectionImages/BrochuraReabSede.pdf>

4. COMUNICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

A política de comunicação do Banco de Portugal é um instrumento importante para uma relação de maior proximidade, transparência, afirmação e prestígio da instituição junto da sociedade portuguesa e a nível internacional. O Banco de Portugal procura otimizar a qualidade da informação económica e estatística que produz e dos demais serviços que presta à comunidade e, em particular, ao cliente bancário. Tal como acontece nos restantes domínios da sua atuação, a preocupação do Banco é utilizar os seus recursos de forma eficiente e com sentido de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. Este capítulo descreve a ação desenvolvida pelo Banco de Portugal, em 2012, na comunicação com o público, na interação com a comunidade financeira, na cooperação com outras entidades e no domínio da responsabilidade social.

4.1. COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO

4.1.1. Sítio institucional e Portal do Cliente Bancário

Sítio institucional

No sítio institucional, destaca-se a criação simultânea, em outubro de 2012, da Área de Empresa e dos serviços de consulta *on-line* da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) e da “Lista de Utilizadores que Oferecem Risco” (LUR). Foi também criada uma área onde são publicados os esclarecimentos prestados pelo Banco de Portugal à comunicação social sobre os vários aspetos do funcionamento da instituição. No sítio institucional são ainda disponibilizados os comunicados, as intervenções públicas do Governador e de outros membros do Conselho de Administração em diversos eventos nacionais e internacionais e a documentação relativa ao PAEF.

Na Área de Empresa, especificamente dirigida às empresas, o Banco disponibiliza conteúdos e um conjunto de serviços *on-line* de consulta e entrega de informação, com recurso a mecanismos de autenticação segura. Através desta área, as empresas podem consultar o mapa de responsabilidades da CRC e a LUR, o Quadro da Empresa e do Setor, a Comunicação de Operações e Posições com o Exterior, o Inquérito sobre o Investimento Internacional e informação qualificada sobre numerário (Ver Caixa 3 | A Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal e Caixa 4 A Central de Balanços do Banco de Portugal). No final de 2012, a Área de Empresa registava 42 952 empresas aderentes e 58 041 utilizadores inscritos.

Em 2012, foram divulgados no sítio institucional 72 comunicados e 33 intervenções públicas, respetivamente mais 24 e 9 do que em 2011.

O Banco de Portugal atualiza diariamente a informação estatística disponível no BPstat | Estatísticas *online*. O número de utilizadores registados no BPstat aumentou 24 por cento relativamente a 2011 (Gráfico 4.1). Em 2012, o Banco de Portugal lançou um serviço de difusão estatística para suportes móveis – o BPstat *mobile* –, que disponibiliza os principais indicadores da economia portuguesa e as séries estatísticas da Base de Dados Estatística Interativa do Banco de Portugal. O novo serviço permite pesquisar informação, construir e visualizar gráficos para todas as séries estatísticas e consultar a metainformação associada.

Gráfico 4.1

EVOLUÇÃO DO N.º DE UTILIZADORES NO BPSTAT E SUBSCRIÇÕES EFETUADAS ATÉ 31.12.2012



Fonte: Banco de Portugal.

Em 2012, os acessos ao sítio institucional do Banco de Portugal aumentaram 51 por cento. Este acréscimo foi especialmente significativo nas páginas de “serviços ao público” e nas páginas da área de “estatísticas”, refletindo a criação dos novos serviços da Área de Empresa e das consultas *on-line* (Quadro 4.1)

Quadro 4.1

Valores médios diários

ACESSOS AO SÍTIO INSTITUCIONAL DO BANCO DE PORTUGAL		2009	2010	2011	2012
Total de acessos		24 425	32 317	37 217	56 309
Acessos a páginas por área temática	Estatísticas	6587	10 021	14 343	17 588
	O Banco e o Eurosistema	2815	5634	7248	7335
	Serviços ao Público	1180	1121	1092	5134
	Estudos Económicos	1799	2160	2720	3092
	Supervisão	1673	2184	1427	1492
	Publicações e Intervenções	904	1003	1118	1158
	Legislação e Normas	962	1591	669	846
	Política Monetária	1658	1263	964	840
	Notas e Moedas	947	911	850	832
Sistemas de Pagamentos	452	413	408	474	

Fonte: Banco de Portugal.

Portal do Cliente Bancário

O Portal do Cliente Bancário (PCB) desempenha um papel importante na prestação de informação completa e atualizada sobre as características dos produtos bancários – depósitos, crédito à habitação, crédito aos consumidores e serviços de pagamento – e sobre o enquadramento normativo aplicável (ver Capítulo 1). Através do PCB, o cliente bancário pode apresentar reclamações contra instituições de crédito, solicitar informações e efetuar pedidos de localização de ativos financeiros em caso de falecimento do respetivo titular e consultar informação relativa à CRC e à LUR.

Em 2012, o Banco introduziu no PCB conteúdos sobre o recente quadro normativo da prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito e o novo regime de serviços mínimos bancários. Entre outras funcionalidades, o Portal passou a incluir uma ferramenta de pesquisa rápida dos prospets informativos de depósitos indexados e duais. Passou também a ser divulgada informação sobre as remunerações pagas nos montantes aplicados pelos clientes bancários neste tipo de depósitos.

O número de acessos ao PCB aumentou 43 por cento em 2012, com uma média diária de 6336 páginas visitadas (Quadro 4.2). A área mais vista em 2012 foi a de produtos bancários, realçando-se igualmente as visitas às páginas associadas a serviços prestados pelo Banco de Portugal (reclamações, responsabilidades de crédito, inibição do uso do cheque e localização de ativos financeiros de titulares falecidos).

Quadro 4.2 Valores médios diários

ACESSOS AO PORTAL DO CLIENTE BANCÁRIO		2009	2010	2011	2012
Total de acessos a páginas		3378	3930	4427	6336
	Produtos Bancários		735	934	1525
	Reclamações		499	488	566
	Publicações		402	536	633
	Taxas de Juro		386	491	787
Acessos a páginas por área temática	Direitos dos Clientes		385	419	475
	Responsabilidades de Crédito		230	253	448
	Notas e Moedas		190	282	323
	Inibição ao uso de cheque		109	115	170
	Instituições		91	106	134
	Contas de Titulares Falecidos		84	79	100

Fonte: Banco de Portugal.

A utilização dos simuladores disponíveis no PCB aumentou 75 por cento em 2012, sendo particularmente significativo o recurso ao simulador de contas de depósito (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 Valores médios diários

ACESSOS AO PCB – UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES		2009	2010	2011	2012
Total de acessos a simuladores		218	268	303	532
	Taxa de Juro	66	72	95	129
Acessos a páginas por área temática	Crédito à habitação	63	63	64	91
	Crédito ao Consumo	46	87	61	83
	Contas de Depósito	43	46	83	229

Fonte: Banco de Portugal.

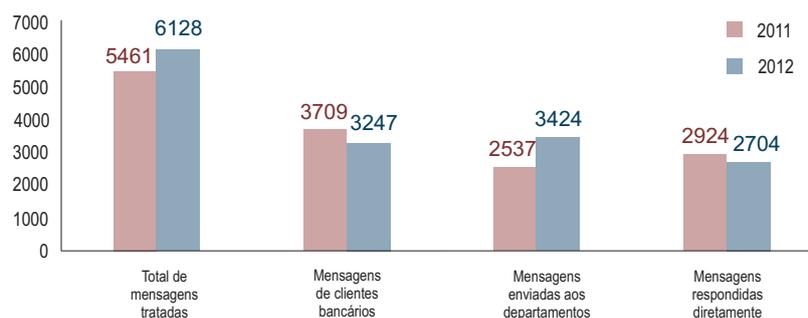
4.1.2. Caixa de correio, atendimento telefónico e personalizado

Em 2012, foram recebidas e tratadas na caixa de correio eletrónico do Banco de Portugal (info@bportugal.pt) 6128 mensagens válidas (mais 12 por cento do que em 2011), 3247 das quais

provenientes de utilizadores de serviços bancários (menos 12 por cento, o que indicia maior recurso aos meios disponíveis para consultas e reclamações) (Gráfico 4.2). Houve um nítido aumento de mensagens relacionadas com a inauguração da consulta *on-line* aos registos da CRC e LUR e com a implementação do reporte estatístico das operações com o exterior pelas empresas. Cerca de 43 por cento das mensagens foram respondidas diretamente; as restantes (predominantemente de utilizadores de serviços bancários) foram encaminhadas para os serviços competentes.

Gráfico 4.2

MENSAGENS RECEBIDAS NA CAIXA DE CORREIO GERAL DO BANCO



Fonte: Banco de Portugal.

Em agosto de 2012, foi criado o Centro de Atendimento Telefónico do Banco de Portugal, que funciona nos dias úteis, das 9h às 18h (a partir de 1 de fevereiro de 2013, este serviço foi dotado do número 707 201 409). Através deste centro, são prestados esclarecimentos sobre os serviços do Banco de Portugal, nomeadamente, reclamações dos clientes bancários, CRC, LUR e sobre a localização de ativos financeiros de titulares falecidos. Em 2012, foram atendidas cerca de 2700 chamadas telefónicas.

O Banco de Portugal presta informação, presencial ou por escrito, nos vários postos de atendimento do Banco de Portugal (Sede, Filial, Agências e Delegações Regionais). Em 2012, foram atendidos 103 mil clientes de crédito no âmbito da CRC, o que representa uma redução de 16,6 por cento face ao ano anterior, em linha com o aumento do recurso às consultas *on-line*.

4.1.3. Publicações

Informação económica

O Banco de Portugal divulga estudos e análises sobre a economia portuguesa num conjunto de publicações de carácter económico: o Relatório Anual, o Boletim Económico (trimestral), os Indicadores de Conjuntura, publicados mensalmente, e os resultados do Inquérito Trimestral aos Bancos sobre o Mercado de Crédito. Estas publicações incluem também artigos assinados por economistas do Banco. Em 2012, o Banco publicou 19 artigos nas séries regulares de *Working Papers* e *Occasional Papers*, resultantes da investigação desenvolvida pelos seus economistas. Estes trabalhos têm sido publicados em revistas de reputação internacional (em 2012, foram publicados ou aceites para publicação 42 artigos assinados por economistas do Banco) (ver Anexo A.3 – Quadro 2).

Informação estatística

O Banco de Portugal divulga mensalmente informação estatística através do Boletim Estatístico, tendo aumentado significativamente o número de séries incluídas (mais 626 séries mensais do que em 2011).

O capítulo “Principais Indicadores”, do Boletim Estatístico, criado em 2011, foi alargado e passou a incluir indicadores estatísticos sobre o endividamento do setor não financeiro, empréstimos concedidos pelo setor financeiro, indicadores coincidentes da atividade económica e do consumo privado e o índice cambial efetivo deflacionado pelos custos unitários de trabalho.

Foi introduzido um novo capítulo “K” sobre endividamento do setor não financeiro. A informação publicada combina várias dimensões de análise (setor devedor e setor financiador, tipo de instrumento, prazo original, atividade económica e dimensão da empresa) e cruza informação compilada nos vários domínios estatísticos.

Em 2012, o Banco de Portugal iniciou a publicação de informação sobre ativos titularizados pelas sociedades e fundos de titularização de créditos (desagregados por país e por setor institucional do cedente e do devedor); transações líquidas trimestrais; dados trimestrais da dívida da administração regional da Madeira, da administração regional dos Açores e da administração local; dados dos ajustamentos défice-dívida e das receitas e despesas das administrações públicas.

Foram publicados três suplementos ao Boletim Estatístico em 2012 – “A Gestão da Qualidade nas Estatísticas do Banco de Portugal”, “Estatísticas das Administrações Públicas” e “Artigos apresentados pelo Departamento de Estatística” – e dez notas de informação estatística, sobretudo a propósito da divulgação das novas séries estatísticas. No âmbito dos estudos da Central de Balanços, o Banco publicou cinco novas “Análises Setoriais”: duas sobre as sociedades não financeiras e as restantes sobre a indústria dos têxteis e vestuário, a indústria do calçado e o setor agrícola.

Supervisão comportamental

O Banco de Portugal divulga regularmente a sua atuação na regulação e fiscalização dos mercados bancários de retalho. Em 2012, o Banco publicou o “Relatório de Supervisão Comportamental” referente ao ano de 2011 e a “Síntese Intercalar das Atividades de Supervisão Comportamental” relativa ao 1.º semestre de 2012. O Banco de Portugal preparou publicações sobre produtos e serviços bancários, incluindo um desdobrável e uma brochura sobre serviços mínimos bancários e uma brochura sobre o novo regime de prevenção e gestão de situações de incumprimento.

Sistemas de Pagamentos

O Banco de Portugal publicou, em 2012, a terceira e quarta edições da *newsletter* SEPA.pt, na qual dá a conhecer os principais desenvolvimentos na construção da Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA). Foi também publicado o Relatório dos Sistemas de Pagamentos, que apresenta os factos mais relevantes e os dados estatísticos relativos aos sistemas de pagamentos, tanto no que diz respeito aos pagamentos de grande montante como aos pagamentos de retalho.

Cooperação internacional

Em 2012, o Banco de Portugal publicou, pela primeira vez, os Cadernos da Cooperação e o #Lusofonia, e divulgou mais uma edição da Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste, que integra uma componente de análise económica e um conjunto alargado de informação estatística. Com estas publicações, o Banco pretende promover junto do público o conhecimento sobre as economias dos países emergentes e em desenvolvimento, com destaque para os de língua portuguesa. Nos “Cadernos de Cooperação”, o Banco publica um conjunto de indicadores macroeconómicos dos países africanos lusófonos e de Timor-Leste, sintetiza as ações de cooperação desenvolvidas com instituições homólogas e aborda temas da agenda económica internacional relevante para os países emergentes e em desenvolvimento. No #Lusofonia são divulgados indicadores socioeconómicos dos países de língua portuguesa, no seu conjunto e em termos individuais.

O Banco de Portugal no contexto da Moeda Única

Em novembro, por ocasião do 166.º aniversário do Banco, foi divulgada a brochura “O Banco de Portugal no contexto da Moeda Única”. A brochura dá a conhecer a um público alargado as funções que o Banco desempenha, o modelo de governo e os princípios que regem a sua atuação e os recursos utilizados na prossecução da sua missão.

4.2. INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE FINANCEIRA – PORTAL BPNET

O Banco de Portugal privilegia a utilização do canal BPnet – a extranet do Banco – para a comunicação operacional com as instituições financeiras. No final de 2012, o BPnet disponibilizava 84 serviços distintos (79 em 2011), respeitantes a 12 áreas de negócio do Banco. Acediam a esses serviços 4152 utilizadores de 335 instituições (média de 1021 acessos por dia útil). A redução verificada no número de acessos, em 2012, está relacionada com a diminuição do número de consultas da CRC, num contexto de menor concessão de crédito, e com a racionalização do número de utilizadores inscritos por parte das instituições (Quadro 4.4).

Quadro 4.4

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO BPNET				
	2009	2010	2011	2012
Serviços disponíveis	57	75	79	84
Número de utilizadores	4247	4481	4400	4152
Instituições financeiras aderentes	348	339	332	335
Número de acesso a serviços	615 525	707 570	602 705	373 628
Solicitações de apoio (<i>Help-Desk</i>)	8992	6847	5849	6027

Fonte: Banco de Portugal.

4.3. COOPERAÇÃO COM ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

4.3.1. Ações de comunicação no âmbito do Eurosistema

O Banco de Portugal participa ativamente nos trabalhos de comunicação externa do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). O Banco contribui para a elaboração e publicação dos relatórios e, em particular, para a preparação de versões em português das principais publicações regulares – Relatório Anual, Relatório de Convergência e edições de fim de trimestre do Boletim Mensal.

Em 2012, o Banco de Portugal organizou, com o BCE e os bancos centrais nacionais da área do euro, a primeira edição do concurso Geração Euro, com o objetivo de sensibilizar os alunos do ensino secundário para a importância da política monetária única e da estabilidade dos preços. O Banco de Portugal convidou as escolas secundárias portuguesas a participarem na edição nacional do concurso, que acabou por ser disputada por 113 alunos. A equipa vencedora – da Escola Secundária de S. Lourenço, de Portalegre – participou na cerimónia europeia de entrega de prémios, que decorreu em Frankfurt a 20 e 21 de junho, e onde estiveram presentes o Presidente do BCE e os Governadores dos bancos centrais nacionais.

4.3.2. Divulgação estatística

Além da divulgação estatística ao público em geral, o Banco de Portugal reporta um vasto conjunto de informação estatística a organismos internacionais, com destaque para o BCE, *Eurostat*, FMI, OCDE e *BIS*, e promove sessões de esclarecimento para públicos específicos.

Em 2012, o Banco de Portugal continuou a cumprir integralmente os prazos de reporte aos organismos internacionais, tendo o número de séries reportadas aumentado 9 por cento em relação a 2011 (Quadro 4.5). Em 2012, o Banco transmitiu pela primeira vez ao *BIS* dados anuais das contas nacionais financeiras (patrimónios financeiros passivos de sociedades não financeiras e de particulares).

Quadro 4.5

REPORTE A ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
	2010	%	2011	%	2012	%
Total de reportes	1176	tvh: 9%	1188	tvh: 1%	1173	tvh: -1%
desvio* = 0	915	78%	897	75,5%	927	79%
desvio* < 0	261	22%	291	24,5%	245	21%
desvio* > 0	0	0%	0	0%	0	0%
Total de séries	476 624	tvh: 12%	450 369	tvh: -6%	490 213	tvh: 9%

* Desvio face à data prevista nos calendários de reporte.

Fonte: Banco de Portugal.

Em 2012, realizou-se a segunda Conferência da Central de Balanços, subordinada ao tema “Informação do Banco de Portugal com relevância para a decisão das empresas portuguesas”. A primeira sessão desta segunda conferência teve lugar em Loulé e a segunda e terceira sessões em Braga e Aveiro, respetivamente.

No âmbito da reformulação do sistema de informação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, o Banco realizou várias reuniões e apresentações, abrangendo todas as entidades do setor bancário e um número alargado de empresas não financeiras.

4.3.3. Formação na área de numerário

Na qualidade de emissor monetário e de regulador do sistema fiduciário nacional, o Banco de Portugal desenvolve uma intensa atividade de formação, abrangendo, entre outros, os profissionais das empresas de transporte de valores, agências de câmbios ou outras entidades que operam com numerário, escolas, entidades policiais e especialistas nacionais e estrangeiros (Quadro 4.6).

Os profissionais que operam com numerário constituem a primeira linha de defesa no combate à contrafação. O Banco organiza ações de formação presenciais e através de *e-learning* sobre o conhecimento da nota e da moeda de euro e sobre os métodos de verificação da sua genuinidade. Em 2012, o Banco habilitou 32 formadores nesta área, distribuídos por 11 centros de formação, aproveitando também a rede de agências, as delegações regionais e a filial para cobrir as necessidades de formação presencial em todo o território nacional.

Quadro 4.6

Número de formandos

FORMAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO DO EURO				2011	2012
Profissionais	Nota	Presencial		445	359
		<i>E-learning</i>		3906	9772
	Moeda	Presencial		29	42
		<i>E-learning</i>		7057	1507
Público	Nota Moeda		Entidades policiais	322	522
		Presencial	Escolas	4136	6237
			Comerciantes e outras entidades	479	588

Fonte: Banco de Portugal.

O Banco de Portugal celebrou um protocolo com a ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal) para formação de formadores dos seus associados. Em 2012, quatro pessoas obtiveram essa qualificação. O Banco patrocinou também uma edição em *braille* com informação sobre o euro e desenvolveu ações de formação junto de um grupo de deficientes auditivos.

A formação sobre o conhecimento do numerário abrange ainda especialistas, criminalistas, entidades policiais nacionais e estrangeiras. Em 2012, no âmbito do conhecimento da nota, foram formados especialistas dos bancos centrais de Angola e de Moçambique e, ao abrigo do Programa Péricles²⁴, do Banco Central, do Instituto Nacional de Criminalística e da Polícia Federal do Brasil. O Banco realizou ações de formação sobre as características da moeda metálica destinadas à Polícia Judiciária, aos bancos centrais de Chipre, Timor-Leste e Espanha e aos centros nacionais anticontrafação de Chipre e de Itália.

O Banco de Portugal desenvolveu a aplicação de *e-learning* sobre o conhecimento do euro, em cooperação com uma empresa externa. O seu conteúdo está a ser atualizado, tendo em conta o lançamento da nota de 5 euros da série "Europa". Em 2012, o BCE reconheceu a qualidade desta aplicação e a sua aceitação e capacidade de penetração no sistema bancário e, desse modo, decidiu distribuí-la em versão inglesa, para posterior tradução para as línguas dos bancos centrais nacionais interessados. Em 2012, o Banco de Portugal recebeu solicitações do Banco de Espanha e do Instituto Nacional de Criminalística para tradução e utilização dos conteúdos de *e-learning* sobre o conhecimento da nota de euro.

4.3.4. Intercâmbio com a comunidade científica

O Banco de Portugal promove o intercâmbio com a comunidade científica, tanto a nível nacional como internacional, através da realização de conferências, seminários e cursos de formação, da participação ativa em eventos organizados por outras entidades e da publicação de artigos, em revistas especializadas, sobre as suas áreas de atuação.

Na área de estudos económicos, o Banco organizou conferências sobre economia monetária (em julho), métodos econométricos (em setembro) e sobre o desenvolvimento económico no espaço europeu (em novembro). O Banco promoveu ainda diversos seminários sobre temas específicos de teoria e política

²⁴ Programa estabelecido pela Decisão 2001/923/CE do Conselho, de 17 de dezembro de 2001, que favorece a cooperação entre as autoridades nacionais, europeias e internacionais encarregadas de lutar contra a contrafação do euro. As medidas previstas incluem intercâmbios de informações (seminários, ateliês, encontros e conferências), estágios e intercâmbios de pessoal, bem como a prestação de assistência técnica, científica e operacional. Inicialmente previsto para o período entre 1 de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2005, o programa foi alargado até 31 de dezembro de 2013.

económica (ver Anexo A.3 – Quadro 1). Estas conferências e seminários contaram com a presença de prestigiados economistas nacionais e internacionais.

Em outubro, teve lugar mais uma edição das Jornadas de Auditoria e Gestão, dirigidas aos responsáveis das funções de controlo das instituições financeiras, sob o tema “Gestão Global de Risco: Governação e Controlo”. Nas jornadas foram debatidas as políticas e práticas de referência de governação e controlo do risco, na perspetiva dos supervisores, auditores e gestores de risco nas instituições financeiras.

Em 2012, o Banco de Portugal iniciou, em parceria com a Ordem dos Economistas, um ciclo de conferências com Governadores de bancos centrais. Nas quatro sessões realizadas foram oradores os Governadores dos bancos centrais da Suécia, Islândia, Países Baixos e Colômbia.

Em novembro, realizou-se o *workshop* “Estabilidade e confiança nos mercados financeiros europeus – o papel da supervisão e regulação”, organizado com a delegação da Comissão Europeia em Lisboa. No *workshop* participaram supervisores nacionais e representantes do Parlamento Europeu, do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia e da Autoridade Bancária Europeia. O *workshop* teve como principal objetivo melhorar o conhecimento do público e da imprensa especializada quanto às medidas tomadas para fazer face à crise financeira e às reformas em perspetiva, designadamente o projeto de União Bancária e a reforma da estrutura do setor bancário europeu.

Além dos eventos em cuja organização esteve diretamente envolvido, o Banco participou em conferências e seminários promovidos por outras entidades, através de comunicações e apresentações feitas por membros do Conselho de Administração ou por colaboradores da instituição. Em 2012, mais de 100 artigos da autoria de colaboradores do Banco foram publicados em diversas revistas especializadas, incluindo publicações internacionais de topo (ver Anexo A.3 – Quadro 2).

4.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.4.1. Biblioteca, arquivo, exposições, visitas

O Banco de Portugal disponibiliza o seu acervo documental à comunidade, através da sala de leitura e do sítio institucional na Internet, prestando um serviço de referência especializado em economia, finanças e direito. A Biblioteca realizou ações de divulgação junto de estudantes universitários e investigadores e publicou a *Newsletter Biblioteca*, em formato eletrónico.

As exposições do Museu do Banco de Portugal receberam 8700 visitantes em 2012. A exposição permanente em Lisboa, *O Dinheiro no Ocidente Peninsular: do Artigo Padrão ao Euro*, recebeu mais de 4500 visitantes, predominantemente de grupos do ensino profissional e secundário, e visitantes de bancos centrais. A exposição *Memória e Intimismo*, no Porto, recebeu 3700 visitantes e o *Dinheiro nos Açores*, em Ponta Delgada, registou cerca de 500 entradas, predominando as visitas individuais. O Museu lançou um concurso de design de objeto, dirigido a escolas de ensino secundário artístico, para promover a criação de produtos específicos de *merchandising* nas áreas do têxtil e ourivesaria.

No âmbito da reabilitação e restauro da sede e da antiga Igreja de S. Julião, o Banco de Portugal acolheu visitas da comunidade científica, designadamente universidades e ordens profissionais, abrangendo especialidades como a arqueologia, o restauro, a arquitetura e a engenharia.

Em 2012, o Banco de Portugal recebeu a visita de seis escolas, num total de 170 alunos, que assistiram a palestras sobre as funções e atividades do banco central.

4.4.2. Responsabilidade social

Em 2012, o Banco de Portugal deu continuidade à sua política de apoio a ações de reconhecido interesse para a economia nacional e a organismos de referência no âmbito sociocultural.

A exemplo do que ocorreu em 2011, foi realizada uma ação de Natal em parceria com a ENTRAJUDA, sobre o lema “Pessoas Solidárias – Reforce esta Ideia”. Os fundos angariados junto dos colaboradores do Banco foram convertidos em cabazes e entregues a instituições de solidariedade social que apoiam famílias carenciadas.

No desenvolvimento do projeto “Banco de Portugal Voluntário”, destaca-se o programa “Vocações + Matemática”, em parceria com a EPIS (Empresários pela Inclusão Social). O objetivo deste programa é combater o insucesso escolar naquela disciplina, através de explicações ministradas por voluntários do Banco a alunos do 7º ao 9º ano do ensino secundário, escolhidos por aquela instituição.

Em 2012, prosseguiu também a política de doação de equipamentos informático e mobiliário a IPSS e outras instituições.

CAIXA 3 | A CENTRAL DE RESPONSABILIDADES DE CRÉDITO DO BANCO DE PORTUGAL

A Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) é um sistema de informação, gerido pelo Banco de Portugal, que contém informação recebida das entidades participantes sobre responsabilidades de crédito efetivas em situação regular (informação positiva) ou em incumprimento (informação negativa), bem como sobre responsabilidades de crédito potenciais que representem compromissos irrevogáveis no sistema financeiro.

A CRC tem como principal objetivo apoiar as entidades participantes na avaliação do risco da concessão de crédito, sendo igualmente utilizada pelo Banco de Portugal para efeitos de supervisão das instituições financeiras, análise da estabilidade do sistema financeiro, realização de operações de política monetária e de crédito intradiário e compilação de estatísticas.

Os beneficiários de crédito têm o direito de consultar a informação existente na CRC a seu respeito. Podem fazê-lo de forma segura, cómoda e com menores custos através do sítio institucional do Banco de Portugal.

A CRC inclui informação sobre o crédito concedido pelas instituições de crédito residentes às pessoas coletivas (desde 1978) e às pessoas singulares (desde 1993), disponibilizando igualmente informação sobre o crédito obtido junto de instituições de crédito localizadas noutros países europeus (desde 2005) e sobre fiadores e avalistas (desde 2007).

Comparação entre Centrais públicas europeias

	Portugal	Espanha	Itália	Áustria	Alemanha	Bélgica	França	República Checa	Roménia
Informação recolhida									
Situação do crédito	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Nível de responsabilidade	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Instrumento ou finalidade	S	N	N	N	N	N	N	S	N
Prazo original	S	S	S	N	N	N	S	S	S
Prazo residual	S	N	N	N	N	N	N	N	N
Crédito vencido (montante)	S	S	S	S	N	N	N	S	S
Tipo de Garantia	S	S	S	S	S	N	N	S	S
Valor da garantia	S	N	N	N	S	N	N	S	S
Insolvência ou falência de devedores	S	N	S	S	N	N	N	N	N
Moeda de denominação	S	S	N	N	N	S	N	S	S
País de concessão do crédito	S	S	N	S	S	S	N	S	N
Informação sobre avalistas	S	S	N	N	S	N	N	N	N

De acordo com o relatório anual *Doing Business*, publicado pelo Banco Mundial, a cobertura da CRC gerida pelo Banco de Portugal ocupa há vários anos o primeiro lugar do *ranking* das centrais de crédito públicas.

Informação estatística sobre os empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente, compilada com base na CRC, encontra-se publicada na secção A.11 dos "Principais Indicadores" do Boletim Estatístico do Banco de Portugal e no capítulo B.9 da mesma publicação, estando igualmente disponível na componente de séries cronológicas do BPstat | Estatísticas *online*.

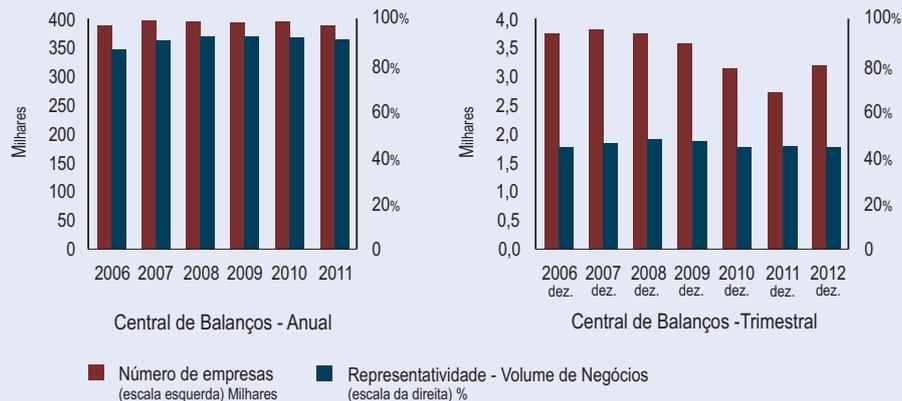
A CRC em números

- 50 euros: limiar de reporte;
- 15 tipos de produtos financeiros;
- 6 milhões de devedores particulares registados;
- 300 mil empresas registadas;
- 200 instituições participantes;
- 23 milhões de saldos de responsabilidades comunicados por mês.

CAIXA 4 | A CENTRAL DE BALANÇOS DO BANCO DE PORTUGAL

A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados de informação económica e financeira sobre as empresas não financeiras portuguesas. A informação é baseada em dados anuais, obtidos, desde 2006, através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e em dados trimestrais, obtidos através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF), realizado em parceria com o Instituto Nacional de Estatística.

Dimensão da Central de Balanços



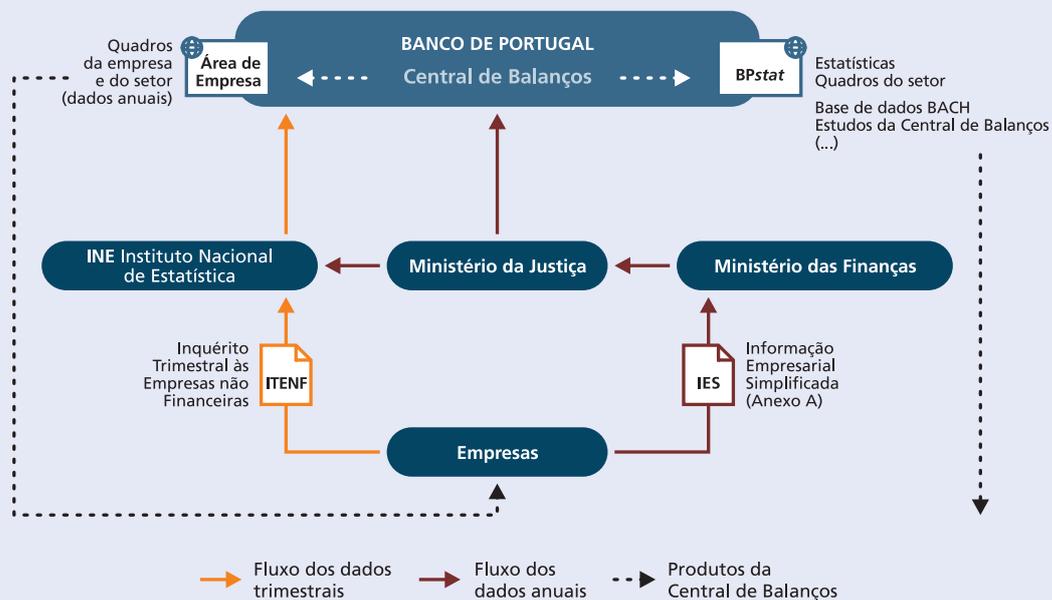
Fonte: Banco de Portugal.

A Central de Balanços tem por principal objetivo contribuir para o melhor conhecimento da situação económica e financeira das empresas não financeiras portuguesas. Para o efeito, disponibiliza os seguintes produtos:

- Quadro da Empresa e do Setor, com informação da empresa e do setor de atividade e classe de dimensão a que pertence, disponível através de um acesso restrito na Área de Empresa no sítio do Banco de Portugal na internet;
- Quadros do Setor e Capítulo G do Boletim Estatístico, com dados agregados, disponíveis no *BPstat | Estatísticas online*;
- Contributo de Portugal para a base de dados internacional *BACH*, que contém dados agregados sobre as empresas não financeiras de vários países europeus;
- Estudos da Central de Balanços, com análises efetuadas a partir dos dados da Central e de outras fontes de informação;
- Informação estatística incluída na análise de estabilidade financeira e de acompanhamento da situação da economia portuguesa, disponível em diversas publicações regulares do Banco de Portugal.

Através das conferências da Central de Balanços, o Banco de Portugal divulga os resultados das análises setoriais e os produtos e serviços que disponibiliza que são relevantes para a atividade das empresas.

FLUXOS DE DADOS ESTATÍSTICOS



A Central de Balanços em números

- 100 % das empresas não financeiras em Portugal;
- 3 mil variáveis por empresa;
- Resultados disponíveis 4 meses (trimestrais) e 10 meses (anuais) após o período de referência;
- 360 mil Quadros da Empresa e do Setor;
- 4,7 mil agregados “setor atividade económica / classe de dimensão”;
- 100 indicadores comparáveis internacionalmente.

ANEXOS



A.1 PRINCIPAIS MEDIDAS DE CARÁCTER LEGAL
E REGULAMENTAR

A.2. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A.3. APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS
E CONFERÊNCIAS EM 2012

ARTIGOS PUBLICADOS EM 2012

PRINCIPAIS MEDIDAS DE CARÁCTER LEGAL E REGULAMENTAR

Área	Tema	Instrumento	Descrição
Supervisão Prudencial	Solvabilidade	Aviso n.º 5/2012, de 20 de janeiro	Estabelece a sujeição de algumas instituições ao cumprimento das medidas previstas na Recomendação da Autoridade Bancária Europeia (EBA/REC/2011/1), no contexto de um conjunto coordenado de medidas para restaurar a confiança no setor bancário.
		Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro	Altera o enquadramento legal relativo ao acesso dos bancos a operações de capitalização com recurso ao investimento público (estabelecido pela Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro), prevendo que o reforço de capitais dos bancos com recurso a capitais públicos possa ser efetuado como via supletiva e solução de último recurso.
		Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de maio	Define procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização com recurso a investimento público, atribuindo ao Banco de Portugal a competência para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações das instituições de crédito beneficiárias.
		Carta-Circular n.º 1/2012/DSP, de 17 de janeiro.	Recomenda às instituições de crédito a retenção dos resultados do exercício de 2011 ou, caso haja lugar à distribuição dos mesmos, que estes sejam reinvestidos de imediato em capital, com vista ao reforço efetivo dos fundos próprios.
		Instrução n.º 18/2012, de 4 de maio	Impõe a identificação e marcação das situações de reestruturação de créditos por dificuldades financeiras do cliente.
	Regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução	Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro	Define o novo regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução, consubstanciado na alteração do RGICSF, instituindo três fases de intervenção distintas: (i) intervenção corretiva, (ii) administração provisória e (iii) resolução. Este regime confere poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, procede à criação de um Fundo de Resolução e de um procedimento pré-judicial de liquidação para as instituições sujeitas à sua supervisão, sendo ainda alterados outros aspetos relacionados com o processo de liquidação.
		Aviso n.º 12/2012, de 8 de outubro	Define um conjunto de normas relativas aos planos de recuperação a apresentar anualmente pelas instituições autorizadas a receber depósitos.
		Aviso n.º 13/2012, de 8 de outubro	Define um conjunto de normas relativas à criação e ao funcionamento de bancos de transição constituídos por deliberação do Banco de Portugal no âmbito das suas competências legais para aplicar medidas de resolução.
	Instituições de Moeda Eletrónica	Aviso n.º 18/2012, de 18 de dezembro	Define um conjunto de normas relativas aos planos de resolução a apresentar anualmente pelas instituições, com vista a permitir uma adequada planificação, pelo Banco de Portugal, das medidas de resolução a aplicar a uma determinada instituição.
		Decreto-Lei n.º 242/2012 de 7 de novembro	Regula o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e a prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial mediante a introdução de alterações ao regime jurídico que regula o acesso à atividade das instituições de pagamento e a prestação de serviços de pagamento, aprovado em anexo ao Decreto –Lei n.º 317/2009, de 31 de outubro.
	Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução	Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro	Reforça a eficácia da garantia dos depósitos, através da delimitação do objeto do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), do reforço dos meios de financiamento ao seu dispor em caso de insuficiência dos recursos existentes e da atribuição de um privilégio creditório aos depósitos abrangidos pela garantia e aos créditos titulados pelo FGD.
		Aviso n.º 10/2012, de 27 setembro	Revê o regime de contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, através da identificação de um novo rácio de referência (rácio de core tier 1, em substituição do rácio de solvabilidade) e de uma nova base de cálculo desse rácio (base consolidada), para efeitos de determinação dos ponderadores a aplicar no âmbito do cálculo da taxa contributiva de cada instituição.
		Aviso n.º 11/2012, de 27 setembro	Revê o regime de contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da identificação de um novo rácio de referência (rácio de core tier 1, em substituição do rácio de solvabilidade) e de uma nova base de cálculo desse rácio (base consolidada), para efeitos de determinação dos ponderadores a aplicar no âmbito do cálculo da taxa contributiva de cada instituição.
		Instrução n.º 33/2012 de 15 de outubro	Fixa anualmente os parâmetros relevantes para efeitos de apuramento das contribuições devidas ao FGD pelas instituições participantes.
		Instrução n.º 34/2012 de 15 de outubro	Determina que as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis de pagamento.
Modelo de governo e gestão das instituições	Aviso n.º 10/2011, de 9 de janeiro de 2012	Regulamenta os princípios e regras que devem reger a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos colaboradores que cumpram determinados critérios, das instituições de crédito, das empresas de investimento e das sucursais estabelecidas em Portugal de instituições de crédito e empresas de investimento com sede fora da União Europeia.	
Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo	Aviso n.º 9/2012, de 29 de maio	Define os requisitos de informação em matéria de gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo a reportar ao Banco de Portugal.	
	Instrução n.º 46/2012, de 17 de dezembro	Consagra o Questionário de Auto-Avaliação (QAA) como um novo reporte informativo que visa permitir ao Banco de Portugal uma mais clara perceção da qualidade dos sistemas de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo implementados nas instituições e obter alguns dados quantitativos de suporte.	

PRINCIPAIS MEDIDAS DE CARÁCTER LEGAL E REGULAMENTAR

Área	Tema	Instrumento	Descrição
Supervisão Comportamental	Prevenção e gestão do incumprimento em contratos de crédito com clientes particulares	Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro	Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na gestão das situações de incumprimento de contratos de crédito celebrados com clientes bancários particulares, obrigando as instituições de crédito a elaborar e a implementar um Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e definindo um procedimento extrajudicial para a negociação entre o cliente bancário e a instituição de crédito de soluções de regularização de situações de incumprimento (PERSI). Adicionalmente, cria a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE).
		Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro	Cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito destinado à aquisição, construção ou realização de obras de conservação e de beneficiação de habitação própria permanente que se encontrem em situação económica muito difícil.
		Aviso n.º 17/2012, de 17 de dezembro	Concretiza os deveres a observar pelas instituições de crédito no âmbito da prevenção e da regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito, regulamentando o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro.
		Instrução n.º 44/2012, de 17 de dezembro	Estabelece a obrigação das instituições de crédito reportarem ao Banco de Portugal informação relativa aos contratos de crédito integrados no Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro, e aos contratos de crédito abrangidos pelo regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, em conformidade com o disposto na Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.
		Carta-Circular n.º 93/2012/DSC, de 28 de dezembro	Transmite orientações relativamente à articulação entre o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), regulado pelo Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro, e o procedimento previsto no regime extraordinário estabelecido na Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.
	Crédito à habitação	Decreto-Lei n.º 226/2012, de 18 de outubro	Estende o regime jurídico do crédito à habitação (previsto no Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de março) a todos os contratos de crédito celebrados com clientes particulares, que sejam garantidos por hipoteca ou outro direito sobre coisa imóvel.
		Lei n.º 59/2012, de 9 de novembro	Altera o Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, criando salvaguardas para os mutuários de crédito à habitação, designadamente quanto (i) à limitação do exercício, por parte da instituição de crédito, do direito de resolução do contrato em caso de incumprimento, (ii) à retoma do contrato de crédito já resolvido e (iii) à proibição do aumento de encargos na sequência de renegociação do crédito motivada por arrendamento do imóvel pelo mutuário, em caso de desemprego ou de mudança de local de trabalho do mutuário, ou por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, dissolução de união de facto ou morte de um dos cônjuges.
		Aviso n.º 16/2012, de 17 de dezembro	Estende os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na negociação, celebração e vigência de contratos de crédito à habitação aos contratos de crédito celebrados com clientes particulares, que sejam garantidos por hipoteca ou outro direito sobre coisa imóvel.
		Instrução n.º 45/2012, de 17 de dezembro	Estabelece os modelos de ficha de informação normalizada a disponibilizar previamente à celebração dos contratos de crédito à habitação, de crédito conexo e dos demais contratos de crédito garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel, na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2012, de 18 de outubro.
	Serviços mínimos bancários	Decreto-Lei n.º 225/2012, de 17 de outubro	Revê o regime dos serviços mínimos bancários (SMB), cuja possibilidade de acesso foi alargada aos clientes particulares titulares de uma única conta de depósito à ordem. Este regime confere aos clientes particulares o direito a adquirir um conjunto de serviços bancários considerados essenciais a um custo reduzido, nomeadamente a constituição de uma conta de depósitos à ordem e a utilização de um conjunto de serviços de pagamento, incluindo um cartão de débito, sendo estes serviços disponibilizados pelas instituições de crédito que voluntariamente aderiram ao protocolo de prestação de SMB.
		Aviso n.º 15/2012, de 13 de dezembro	Regulamenta os deveres de informação das instituições de crédito que voluntariamente aderiram ao protocolo de prestação de SMB na divulgação da sua adesão àquele regime e na publicitação das respetivas condições de acesso.
		Instrução n.º 43/2012, de 17 de dezembro	Estabelece a obrigação de reporte de informação pelas instituições sobre a prestação de SMB.
Contratos de crédito denominados em moeda estrangeira	Carta-Circular n.º 86/2012/DSC, de 20 de dezembro	Define boas práticas a cumprir pelas instituições na comercialização de empréstimos denominados em moeda estrangeira, as quais implementaram as recomendações do Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB), tendo como objetivo a prevenção dos riscos resultantes de uma eventual evolução adversa das taxas de câmbio, com impacto negativo sobre os encargos a suportar pelo cliente.	

PRINCIPAIS MEDIDAS DE CARÁCTER LEGAL E REGULAMENTAR			
Área	Tema	Instrumento	Descrição
Serviços de pagamento e moeda eletrónica		Regulamento (UE) n.º 260/2012	Altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo aos pagamentos transfronteiriços na Comunidade, estabelecendo novos requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos de modo a conferir-lhes mais segurança, abrangência e solidez. Atribui também aos Estados-Membros o dever de instituírem procedimentos de reclamação e resolução extrajudicial de litígios relacionados com a aplicação do Regulamento e de definirem as sanções aplicáveis a situações de incumprimento do mesmo.
		Decreto-Lei n.º 242/2012, de 7 de novembro	Regula o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e a prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro. Introduce, entre outras, alterações: (i) ao regime jurídico que regula o acesso à atividade das instituições de pagamento e a prestação de serviços de pagamento (DL n.º 317/2009, de 30 de outubro); (ii) ao regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras (DL n.º 298/92, de 31 de dezembro); (iii) à legislação sobre o livro de reclamações (DL n.º 156/2005, de 15 de setembro) e; (iv) ao regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores (DL n.º 95/2006, de 29 de maio).
		Carta-Circular n.º 66/2012/DSC, de 20 de novembro	No âmbito da fiscalização do quadro normativo das operações de pagamento transfronteiriças no espaço da União Europeia (Regulamento (CE) n.º 924/2009), define um conjunto de entendimentos para assegurar a sua implementação uniforme, em particular no que respeita a práticas de comissionamento e deveres de informação no Preçário.
		Carta-Circular n.º 3/2013/DSC, de 1 de fevereiro	No âmbito da comercialização de cartões de pagamento e da fiscalização do regime do crédito aos consumidores (DL n.º 133/2009), explicita a correta classificação dos cartões emitidos pelas instituições e define boas práticas na cobrança de comissões aos comerciantes pela aceitação de cartões de pagamento aquando da sua utilização em terminais de pagamento automático.
Política Monetária	Mercado Monetário	Decreto-Lei n.º 192/2012, de 23 de agosto	Altera o D-L n.º 105/2004, de 8 de maio (regime das garantias financeiras) em termos que permitiram alargar os activos susceptíveis de servir de garantia financeira de operações de cedência de liquidez junto do Eurosistema.
		Instrução n.º 1/99, de 31 de dezembro, alterada pelas Instruções n.ºs 8/2012, 9/2012, 17/2012, 28/2012, 39/2012 e 53/2012	Regula o funcionamento do Mercado de Operações de Intervenção.
		Carta-Circular n.º 10/2012/DMR, de 22 de novembro	Serviços prestados pelo SITEME – Revoga as cartas-circulares n.º4/2012/DMR, de 24 de abril, e n.º6/2012/DMR de 23 de agosto.
		Instrução n.º 7/2012 de 15 de março, alterada pelas Instruções n.ºs 9/2012 e 29/2012.	Regula a aceitação e utilização de direitos de crédito adicionais como ativos de garantia para operações de crédito do Eurosistema.
		Instrução n.º 47/98, de 23 de dezembro, alterada pelas Instruções n.º 26/2012 e 42/2012.	Regula o sistema de transferências eletrónicas de mercado no âmbito da liquidação financeira de operações dos mercados monetários organizados.
		Instrução n.º 25/2012 de 23 de agosto	Regula as regras de funcionamento do MMI/SG.
Sistemas de pagamentos	SEPA	Regulamento (UE) n.º 260/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março	Estabelece requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos em euros e altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009
	TARGET2-PT	Instrução n.º 54/2012, de 15 de janeiro de 2013	Altera o Regulamento do TARGET2-PT, para integrar as condições de acesso ao crédito intradiário.
		Instrução n.º 4/2012, de 15 de Fevereiro	Altera a Instrução n.º 3/2009, na sequência da introdução de ciclos de compensação adicionais para o subsistema de TEI, vertente SEPA.
	SICOI	Instrução n.º 22/2012, de 16 de Julho	Modifica o Anexo IV da Instrução n.º 3/2009, publicada no BO n.º 2 de 16-02-2009, que regulamentou o Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), na sequência da introdução de alterações aos motivos de devolução de cheques.
	Instrução n.º 55/2012, de 15 de Janeiro de 2013	Altera o Regulamento do SICOI, atualizando as remissões em consequência da publicação da Orientação BCE/2012/27, de 5 de Dezembro, relativa a um sistema de transferências automáticas transeuropeias de liquidação por bruto em tempo real - TARGET2 (reformulação).	

PRINCIPAIS MEDIDAS DE CARÁCTER LEGAL E REGULAMENTAR

Área	Tema	Instrumento	Descrição
Estatística	Estatísticas Monetárias e Financeiras	Instrução n.º 20/2012, de 15 de junho	Altera a Instrução n.º 12/2010, relativa a estatísticas de balanço e de taxas de juro das instituições financeiras monetárias, regulamentando, nomeadamente, a recolha de informação individual de taxas de juro praticadas nas novas operações ativas com sociedades não financeiras e de informação sobre a evolução da carteira de crédito.
	Balança de Pagamentos	Instrução n.º 27/2012, de 17 de setembro, alterada pela Instrução n.º 56/2012	Instrução relativa a estatísticas de operações e posições com o exterior, que serve de suporte ao novo sistema de compilação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (revoga a Instrução n.º 34/2009 com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2013).
Emissão Monetária		Instrução n.º 5/2012, de 15 de fevereiro	Referente ao reporte de informação relativa à autenticação das moedas em euros e ao tratamento das moedas impróprias para circulação.
		Instrução n.º 6/2012, de 15 de fevereiro	Referente ao reporte de informação relativa à verificação da autenticidade e qualidade e à recirculação das notas de euro.
		Instrução n.º 30/2012 de 15 de outubro (histórico)	Altera a Instrução n.º 30/2009, de 15 de janeiro de 2010, ao generalizar (a possibilidade de realização, por parte das instituições de crédito, das operações de depósito e de levantamento de notas de euro não faceadas e não orientadas.
		Instrução n.º 35/2012, de 15 de outubro	Referente à qualificação de profissionais no âmbito da recirculação das notas ou das moedas de euro.
		Instrução n.º 36/2012, de 15 de outubro	Referente ao acompanhamento pelo Banco de Portugal do exercício da atividade de recirculação de notas e moedas de euro.
		Instrução n.º 37/2012, de 15 de outubro	Referente à utilização de sistemas inteligentes de neutralização de notas de euro (IBNS) e troca de notas de euro danificadas por atuação desses sistemas.
		Instrução n.º 38/2012, de 15 de outubro	Referente ao cumprimento do dever de retenção de notas e moedas metálicas contrafeitas, falsas ou suspeitas.

Anexo A.2 | Quadro 1

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Eurosistema	Banco Central Europeu (ECB)	Conselho do BCE	Condução da política monetária, incluindo decisões relativas a taxas de juro e medidas não convencionais, num contexto de elevada incerteza e tensões nos mercados financeiros e de dívida soberana. Adopção de diversas orientações e decisões necessárias ao desempenho das restantes atribuições estatutárias cometidas ao Eurosistema.	GOV	23	1	2		
		Conselho Geral	Análise da situação económica, monetária e financeira da UE, aprovação do Relatório Anual das Finanças Públicas e do Relatório de Convergência de 2012, análise de questões macroprudenciais e preparação de reuniões de fora internacionais.	GOV	4	1			
		SEPA High Level Group / SEPA Council	Discussão dos principais temas no âmbito do aprofundamento da SEPA: Regulamento Europeu, inovação, segurança, comunicação e governance.	ADM	2				
		High Level Group on Supervision	Operacionalização do Mecanismo Único de Supervisão (SSM na sigla inglesa) e das modalidades de transição.	ADM	3				
		Task Force on Supervisory Issues	Preparação das decisões do <i>High-Level Group on Supervision</i> , em particular no que diz respeito à identificação de instituições de relevância sistémica, ao mapeamento do sistema bancário da área do euro, à preparação do modelo de supervisão do SSM e ao sistema de reporte.	DSP	6	2	4	8	4
		Organisational Analysis Working Group (OWG)	No âmbito do Inventário de Funções do Eurosistema: revisão bienal da grelha de funções; consulta aos Comités do Eurosistema / ESCB sobre a atual classificação das funções. No âmbito das funções de <i>Steering Committee</i> do EPCO: avaliação da proposta de orçamento e do plano de Procurement para 2012; aprovação do relatório anual de atividades. Acompanhamento do <i>Operational Risk Management (ORM)</i> e <i>Business Continuity Management (BCM)</i> .	DRH/DGR	5		1	1	
		Eurosystem Procurement Coordination Office (EPCO)	Conclusão dos 54 documentos sobre Boas Práticas de Contratação Pública no Eurosistema; preparação e realização de 10 procedimentos agregados de contratação pública permitindo, na sua maioria, a obtenção de importantes benefícios financeiros, administrativos e de harmonização de serviços para o Eurosistema, sendo de relevar os contratos relativos a terminais Thomson/Reuters, serviços de notação financeira da DBRS, serviços de notação financeira para o <i>Common Eurosystem Pricing Hub</i> , pacotes de software standard, reservas de alojamento, tarifas de transporte aéreo e serviços externos de avaliação de qualidade das funções de auditoria. Tendo em vista a futura realização de procedimentos aquisitivos desenvolveram-se atividades de estudo e análise nas áreas de embalamento de notas, de equipamentos informáticos e de seguros.	DSA/DOI	6		19	4	9
		International Relations Committee (IRC)	Análise da evolução económica e financeira mundial; acompanhamento e contribuição para a preparação de posições do Eurosistema/SEBC sobre a arquitetura financeira internacional, em particular sobre temas da agenda do FMI e do G20 (fluxos de capital, rede de segurança financeira global, surveillance, reforma de quota e governação e condicionalidade dos programas); monitorização dos desenvolvimentos do sistema monetário internacional e revisão dos desenvolvimentos nas regiões vizinhas da UE, nomeadamente dos desafios à estabilidade financeira nos países candidatos à UE.	ADM/MDI	5	4	3	5	
		- High-level Seminar on the Mediterranean Region	Reflexão em torno da experiência recente da área do euro e dos países mediterrânicos, centrada em três domínios: i) desenvolvimentos económicos e financeiros; ii) implementação da política monetária; iii) políticas macroprudenciais e estabilidade financeira.	GOV	1		1	1	
		- High-level Seminar of the Eurosystem and Latin American Central Banks	Debate desenvolvido em duas vertentes: i) fatores determinantes das crises de dívida soberana e respostas de política económica; ii) liquidez global, fluxos de capitais e políticas macroprudenciais.	GOV	1				
		- High-level Eurosystem Seminar with Central Banks and Monetary Agencies of the Gulf Cooperation Council (GCC)	Abordagem de três questões principais: i) desafios económicos, financeiros e orçamentais na área do euro; ii) análise do risco sistémico e prevenção de crises financeiras; iii) arquitetura internacional na esfera monetária e financeira.	GOV	1				
		Eurosystem IT Steering Committee (EISC)	<i>Governance de IT</i> no contexto do Eurosistema/SEBC: Definição de modelos e regras de actuação nesse contexto, análise da problemática dos projectos <i>IT</i> em curso e em preparação, assessoria ao GovC na preparação das respectivas decisões.	CON	5	4			

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Monetary Policy Committee (MPC)</i>	Avaliação das implicações da crise de dívida soberana na área do euro, incluindo a adoção de medidas não convencionais de política monetária. Elaboração das projeções macroeconómicas do Eurosistema e monitorização das finanças públicas na U. E. Análise da heterogeneidade nas condições monetárias e financeiras na área do euro.	DEE	10	5	7	23	
		<i>Market Operations Committee (MOC)</i>	Acompanhamento da evolução da crise financeira, em geral, e da crise da dívida soberana, em particular; assessoria relativa à implementação e acompanhamento das medidas não convencionais de política monetária e acompanhamento da execução dos programas da U. E./FMI na Grécia, Irlanda e Portugal.	DMR	6	142	15	20	232
		<i>Banknote Committee (BANCO)</i>	Acompanhamento do projecto de desenvolvimento da segunda série de notas de euro (ES2), análise sobre a estratégia a seguir pelo Eurosistema em matéria de numerário até 2020 e outras atividades relacionadas com a produção, emissão e contrafação de notas de euro.	DET	8	0	13	46	5
		<i>Payment and Settlement Systems Committee (PSSC)</i>	Acompanhamento da evolução do TARGET2, nomeadamente nas adaptações para a entrada em funcionamento do T2S; contribuição para a implementação da SEPA, designadamente face à elaboração do Regulamento Europeu sobre esta matéria; participação nas atividades de superintendência de sistemas e instrumentos de pagamentos ao nível do SEBC.	DPG	11	4	18	86	8
		<i>Statistics Committee (STC)</i>	Acompanhamento dos projectos em curso nos diversos domínios estatísticos, com particular destaque para as estatísticas de carteiras de títulos, para a melhoria do processo de compilação de contas trimestrais para a área do euro e dos processos de implementação de novos manuais metodológicos (v.g. SEC2010, BPM6). Contributos para o trabalho do Grupo de Reflexão sobre a cooperação entre o SEBC e o <i>European Statistical System (ESS)</i> .	DDE	4		15	47	2
		<i>Budget Committee (BUKOM)</i>	Suporte ao Conselho do BCE na avaliação do Orçamento do BCE: execução do orçamento do BCE de 2011, execução intermédia do orçamento de 2012 e proposta de Orçamento do BCE para 2013.	DCC	4	2			
		<i>Eurosystem/ESCB Communications Committee (ECCO)</i>	Atividades relativas à política, instrumentos e plataformas de comunicação do Eurosistema; acompanhamento de tópicos cobertos pelos meios de comunicação relevantes para os bancos centrais do SEBC; monitorização do conhecimento sobre o Eurosistema e o euro; desenvolvimento de material educativo e informativo.	DR/GAB	4	1	5	14	
		<i>Financial Stability Committee (FSC)</i>	Assistência aos órgãos decisórios do BCE na prossecução das suas funções relacionadas com a estabilidade do sistema financeiro e a supervisão prudencial das instituições de crédito, nomeadamente a análise de relatórios do Financial Stability Review, discussão sobre matérias relacionadas com a regulamentação, supervisão e gestão de crises.	DEE/DSP	3	0	3	6	3
		<i>Accounting and Monetary Income Committee (AMICO)</i>	Suporte ao Conselho do BCE ao nível da contabilidade e da repartição do rendimento monetário; continuação da harmonização contabilística nos Bancos Centrais do Eurosistema; análise do tratamento contabilístico de novas operações, com especial destaque para as situações relativas à crise de dívida soberana e operações não convencionais de política monetária, atualização dos normativos contabilísticos, produção de um relatório de divergências face às IFRS e relatório sobre o reforço dos fundos próprios dos BCNs.	DCC	4	1	1	4	1
		<i>Legal Committee (LEGCO)</i>	Acompanhamento das matérias do foro jurídico no âmbito do Eurosistema, destacando-se as relativas à crise das dívidas soberanas e ao projeto <i>TARGET2-Securities</i> .	DJU	11	4	1		
		<i>Information Technology Committee (ITC)</i>	Acompanhamento das atividades relativas ao desenvolvimento de projetos no contexto do SEBC, em particular, nos <i>Shared Services</i> . Definição de framework de colaboração das subestruturas do ITC na gestão de serviços e definição de papéis e responsabilidades articulados com os service providers e o EISC. Reforço da articulação com os Comités de negócio, bem como com o COMCO (e.g. compatibilização entre a <i>framework</i> subjacente ao POCP e as metodologias explicitadas por aquele Comité).	DOI	6		6	24	5
		<i>Internal Auditors Committee (IAC)</i>	Planeamento e realização da atividade de auditoria interna aos sistemas e processos comuns a nível do SEBC /Eurosistema de forma a assegurar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação.	DAU	6	3	1	4	5

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012									
Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Committee on Controlling (COMCO)</i>	No seguimento dos trabalhos da <i>Joint OWG/COMCO Task Force</i> , verificou-se o alargamento do mandato do <i>COMCO</i> , que passou de <i>Committee on Cost Methodology</i> para <i>Committee on Controlling</i> , e a criação do <i>Working Group on Controlling and Methodological Issues (CMI-WG)</i> . Controlo financeiro dos projetos, atividades e sistemas em operação do Eurosistema/SEBC, nomeadamente avaliação dos respectivos custos, envelopes financeiros, análises custo / benefício, bem como desenvolvimento de metodologias e instrumentos neste âmbito (<i>ETCO, ECBA, etc.</i>).	DCC	5	2	1	1	1
		<i>Risk Management Committee (RMC)</i>	Preparação e monitorização das medidas de política monetária não convencionais; monitorização das contrapartes com operações de crédito do Eurosistema vivas; análise, na perspectiva da gestão dos riscos, do futuro quadro operacional da condução da política monetária e de diversos aspetos relacionados com a gestão das reservas cambiais do Eurosistema.	DMD/GR	4	27	3	1	7
		<i>High Level Task Force on the Establishment of Eurosystem Internal Credit Risk Assessment</i>	Análise, discussão e preparação dum relatório para o <i>Governing Council</i> , com as recomendações respeitantes à eventual criação de capacidades internas de avaliação do risco de crédito no Eurosistema.	DGR	1				
		<i>Human Resources Conference (HRC)</i>	Identificação de oportunidades e desenvolvimento de recomendações para atividades de formação comum entre BCN; proposta de medidas para promover o intercâmbio de pessoal entre BCN; partilha de informação sobre práticas e políticas de RH; exploração de outras áreas de cooperação em matéria de GRH; desenvolvimento de uma plataforma para comunicação das ofertas de formação e de mobilidade no SEBC.	DRH	3				
		<i>Heads of Security of Central Banks</i>	Troca de informação e experiências, no domínio da segurança física, para análise de ameaças e implementação de melhores práticas. Neste âmbito, análise de alguns dos principais incidentes e elaboração de relatórios que serviram de base para o processo contínuo de análise e gestão de riscos operacionais.	DSA	2	20			
		<i>ESCB Information Management Network</i>	<i>3rd ESCB Information Management Network Meeting</i> em Lisboa com o objetivo de acompanhar as melhores práticas e partilhar conhecimentos ao nível de Bibliotecas e Arquivos do Eurosistema relativamente ao acesso e preservação digital da documentação.	DSA	1				
		<i>ESCB Museum Directors</i>	Reunião do grupo de trabalho nas instalações renovadas da sede do BdP. Análise dos projetos dos BCN's na constituição de museus e centros de interpretação. Partilha de experiências e apresentação de soluções.	DSA	1				
		<i>Task Force on Common Rules and Minimum Standards</i>	Identificação das regras comuns e padrões mínimos para tratamento de informação sensível a nível do SEBC.	DRI	1				
		<i>Outras</i>	Identificação das regras comuns e padrões mínimos para tratamento de informação sensível a nível do SEBC.	DAS/DMR/DOI	2		2	4	
União Europeia	Conselho da União Europeia	<i>ECOFIN Informal</i>	Acompanhamento da situação económica e financeira, incluindo desenvolvimentos nos mercados de dívida soberana e definição de estratégias de actuação; estabilidade financeira e desenvolvimentos no sector financeiro; reformas na área dos serviços financeiros; preparação das reuniões FMI/BM.	GOV	2				
		<i>Working Party on Financial Services – CRD IV / CRR</i>	Análise e negociação das propostas da Comissão para reforço da regulação do setor bancário: a Diretiva (CRD IV) regula o acesso e exercício de atividade das instituições e o Regulamento (CRR) estabelece os requisitos prudenciais que as instituições têm de respeitar.	DSP	5				
		<i>Working Party on Financial Services – Mortgage Credit Directive Expert Group</i>	Discussão da proposta de Diretiva sobre Crédito Hipotecário apresentada pela Comissão Europeia a 31 de Março de 2011, a qual continuava em discussão no final de 2012.	DSC					
		<i>Working Party on Financial Services – DMIF II Expert Group</i>	Discussão das propostas de Diretiva (MiFID II) e de Regulamento (MiFIR) sobre os Mercados de Instrumentos Financeiros publicadas pela Comissão Europeia a 20 de outubro de 2011 e a 3 de julho de 2012, respetivamente. A proposta de Diretiva prevê que passem a ser aplicáveis aos depósitos estruturados as normas de conduta que venham a constar da MiFID II e os deveres de informação do Regulamento.	DSC	5				

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas			
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
Economic and Financial Committee (EFC)	Working Party on Financial Services – Banking Recovery and Resolution	Ad-Hoc Working Party on the Banking Supervision Mechanism	Negociação da proposta de Diretiva relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento.	DSP						
			Negociação das propostas da Comissão referentes a: i) atribuição ao BCE de competências de supervisão prudencial e criação do Mecanismo Único de Supervisão; ii) alterações ao Regulamento que instituiu a Autoridade Bancária Europeia, à luz desta atribuição de competências ao BCE.	DSP	7					
	Economic and Financial Committee (EFC)	Economic and Financial Committee (EFC)	Monitorização da situação económica e financeira dos Estados-Membros e da União; exercício de <i>stress test</i> conduzido pela EBA; desenvolvimentos e reformas no sector financeiro; coordenação das posições da UE na esfera internacional; preparação dos trabalhos e decisões do Conselho ECOFIN, incluindo as respetivas reuniões informais.	ADM/GAB	11	2				
	- EFC – Alternates	- EFC – Alternates	Preparação de posições da UE na esfera internacional (G20 e FMI); acompanhamento da situação económica e financeira; preparação do relatório anual do CEF sobre movimentos de capitais e liberdade de pagamentos.	GAB	3					
	- EFC – Sub-Committee on IMF and Related Issues (SCIMF)	- EFC – Sub-Committee on IMF and Related Issues (SCIMF)	Preparação dos contributos para posições da UE no G20 e no FMI, destacando-se os tópicos relativos à reforma do sistema monetário internacional (incluindo gestão dos fluxos de capitais; reforma de quotas e governação, incluindo revisão para cálculo das quotas no FMI, surveillance, revisão da condicionalidade, revisão de facilidades para Países de Baixo Rendimento, recursos do FMI, acompanhamento da finalidade dos lucros da venda do ouro).	DRI	4	5				
	- EFC – Sub-Committee on EU sovereign debt markets (ESDM)	- EFC – Sub-Committee on EU sovereign debt markets (ESDM)	Acompanhamento da evolução dos mercados de dívida soberana europeus, com enfoque no impacto e desafios decorrentes da crise de dívida soberana na área do euro; preparação de <i>Collective Action Clauses</i> (CACs) comuns a todos os Estados-Membros.	DMR	3					
	- EFC – Euro-Coin Sub-Committee (ECS)	- EFC – Euro-Coin Sub-Committee (ECS)	Autenticação das moedas de euro e tratamento das moedas impróprias para circulação; acordos monetários com terceiras partes; moeda comemorativa dos dez anos de circulação do euro; consolidação das disposições relativas a moedas em euro; especificações técnicas das moedas; transportes transfronteiros de numerário; protecção da autenticação das moedas em euro.	DET	2	0				
	Economic Policy Committee (EPC)	Economic Policy Committee (EPC)	Implementação dos mecanismos de alerta no âmbito do Semestre Europeu. Discussão da política económica europeia em áreas estruturais como o emprego, a energia e os orçamentos nacionais.	DEE	9		3	8		
	Comissão Europeia	European Banking Committee	European Committee of Central Balance Sheet Data Offices (ECCBSO)	Desenvolvimento da legislação bancária comunitária e a questões de política relacionadas com as atividades bancárias, dando parecer sobre medidas de execução a adotar no âmbito de Diretivas Comunitárias.	DSP	4				
				Publicação do Relatório sobre Produtos e Serviços das Centrais de Balanços Europeias coordenado pela Central de Balanços do Banco de Portugal; Reformulação da base de dados BACH e do respetivo website; Eleição da Central de Balanços do Banco de Portugal para a Presidência do Working Group BACH; Assinatura de um protocolo de cooperação institucional entre o ECCBSO e o CMFB.	DDE	1		4	7	
European Financial Conglomerates Committee		Adopção de medidas de execução da Diretiva relativa aos conglomerados financeiros.	DSP	2						
Early Intervention Working Group		Preparação de uma proposta legislativa sobre gestão de crises e medidas de resolução.	DSP	4						
Capital Requirements Directive Working Group		Preparação de uma proposta legislativa de revisão da <i>Capital Requirements Directive</i> (CRD) para reforço da regulamentação do sector bancário.	DSP	4		1	3			
European Group of Auditors' Oversight Bodies		Aconselhamento à Comissão no âmbito da adoção de medidas de execução da Diretiva de Auditoria e cooperação entre sistemas de cooperação pública dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores de contas.	DSP (CNSA)	1						

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012									
Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Eurostat		<i>Committee on Credit Agreements for Consumers</i>	Avaliação da metodologia de cálculo da TAEG prevista na Diretiva 2008/48/CE relativa a contratos de crédito aos consumidores.	DSC	1				
		<i>Committee on the Prevention of Money Laundering and Terrorist Financing</i>	Análise de aspetos relacionados com a prestação de serviços de pagamentos e serviços de moeda eletrónica e com a aplicação do Regulamento 1781/2006; definição de lista de países terceiros equivalentes; preparação da revisão da Diretiva 2005/60/CE; coordenação e preparação das reuniões plenárias ao nível do FATF.	DAS	5				
		<i>Balance of Payments Committee</i>	Discussão da estratégia para o futuro no domínio das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional. Apresentação e discussão do novo enquadramento das estatísticas de sociedades não financeiras (FRIBS).	DDE	1				
		<i>Committee on Monetary Financial and BOP Statistics (CMFB)</i>	Aprovada a implementação de uma política de revisões europeia, com efeitos a partir de setembro de 2014. Aprofundamento das boas práticas no domínio da cooperação com a realização de um inventário de boas práticas descrevendo os diferentes acordos e protocolos de cooperação a nível nacional. Análise de temas relacionados com a revisão dos manuais internacionais e com a harmonização e consistência das estatísticas associadas às novas iniciativas legislativas europeias no âmbito da prevenção e correção de desequilíbrios macroeconómicos. Atividades relacionadas com o Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).	DDE	2		10	14	
		<i>- CMFB Executive Body</i>	Preparação das reuniões plenárias do CMFB.	DDE	6				
		<i>Euroindicators Working Group</i>	Apresentação dos desenvolvimentos de 2011/2012 e do plano de trabalhos para 2012 no âmbito dos Euroindicators. Discussão de questões relacionadas com: atualizações de Handbooks, política de revisões, estimativas rápidas, implementação de indicadores, base de dados para os PEEIs incluindo a vintage database, disponibilização das estatísticas incluindo publicação online, produção regular de indicadores coincidentes e desenvolvimentos no JDemetra+.	DDE	1				
Comissão Europeia/ Eurostat		<i>Outros</i>		DET/DPG	2		4	12	
European Systemic Risk Board (ESRB)		<i>General Board</i>	Análise e avaliação dos riscos para a estabilidade financeira e as vulnerabilidades de natureza sistémica na UE, destacando-se a elaboração e divulgação de painéis de riscos, estudos ocasionais, comentários macroprudenciais e recomendações públicas e confidenciais com o objetivo de mitigar esses riscos e vulnerabilidades.	ADM/DSP	4				
		<i>- Advisory Technical Committee (ATC)</i>	Análise e discussão, a nível técnico, de diversos assuntos em preparação das reuniões do General Board designadamente: riscos e potenciais vulnerabilidades para a estabilidade financeira da U.E.; elaboração de recomendações.	DEE/DSP	10		7	10	6
European Banking Authority (EBA)		<i>Board of Supervisors</i>	Desenvolvimento de regulamentação do sector bancário, convergência de práticas no âmbito dos colégios de supervisores, identificação e quantificação do risco sistémico, em articulação com o ESRB, realização de exercícios europeus de <i>stress-test</i> e do exercício de reforço de capitais para restabelecer confiança e estabilidade nos mercados.	ADM/DSP	4	4	1	6	
		<i>Standing Committee on Regulation and Policy (SCRePol)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com a elaboração de normas vinculativas ou não-vinculativas no âmbito da área bancária, de pagamentos, e-money, bem como intervenção em instituições financeiras em dificuldades financeiras e resolução.	DSP	39		11	38	10
		<i>Standing Committee on Oversight and Practices (SCOP)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com a identificação de vulnerabilidades, com cooperação com outras autoridades de supervisão nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento dos colégios de supervisores e às decisões conjuntas sobre adequação de capital e avaliação de risco, e elaboração de standards de supervisão harmonizados.	DSP	12		5	9	4

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Standing Committee on Accounting, Reporting and Auditing (SCARA)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com contabilidade, reporte de informação, auditoria e transparência.	DSP	16		6	14	17
		<i>Standing Committee on Consumer Protection and Financial Innovation</i>	Implementação do mandato da EBA no domínio da protecção dos consumidores e da inovação financeira, designadamente na promoção da transparência, simplicidade e equidade nos mercados bancários de retalho, monitorização do seu funcionamento, análise de práticas inovadoras e avaliação do impacto de características dos produtos e de práticas de comercialização.	DSC	5		4	2	2
		<i>Review Panel</i>	Realização de <i>peer reviews</i> das atividades das autoridades de supervisão com o objetivo de reforçar a consistência da respetiva atuação.	DSP	2				
		<i>EBA/BCE Impact Study Group</i>	Análise e elaboração de estudos de impacto quantitativo em relação a desenvolvimentos do enquadramento regulamentar; recolha e controlo da informação por forma a analisar a evolução do capital mínimo exigido no âmbito das Diretivas 2006/48/EC e 2006/49/EC; análise dos efeitos pro-cíclicos da CRD.	DSP	2	1			
		<i>Task Force on Intervention Strategy</i>	Definição do âmbito de atuação da EBA em matérias relacionadas com a proteção do consumidor de produtos e serviços financeiros e com inovação financeira, bem como da forma (i.e., instrumentos jurídicos) que esta atuação deverá assumir.	DSC	1				5
		<i>Press Officers Network</i>	Coordenação das atividades de comunicação.	GAB	1	2			
		<i>IT Sounding Board</i>	Análise de assuntos que dizem respeito tanto aos bancos centrais como à EBA, como por exemplo, projetos de reporte de informação dos bancos para EBA.	DOI / DSP			2	4	
	European Securities and Market Authority (ESMA)	<i>European Enforcers Coordination Sessions (EECS)</i>	Coordenação das atividades de enforcement contabilístico dos Estados Membros, tendo em vista contribuir para uma aplicação uniforme das IAS/IFRS.	DSP	6	1			
	Joint Committee of European Supervisory Authorities (EBA / ESMA / EIOPA)	<i>Joint Committee Sub-Committee on Consumer Protection and Financial Innovation</i>	As tarefas deste <i>Sub-Committee</i> consistem no apoio ao <i>Joint Committee</i> para garantir a necessária consistência inter-sectorial entre as ESAs (EBA, EIOPA e ESMA) relativamente à proteção do consumidor e à inovação financeira no âmbito dos matérias cobertas pelo programa de trabalhos do <i>Joint Committee</i> .	DSC	2		2	1	
		<i>Joint Committee on Financial Conglomerates (JCFC)</i>	Matérias prudenciais e sancionatórias relacionadas com a Diretiva dos conglomerados financeiros e identificação e avaliação de potenciais riscos dos conglomerados financeiros. Inclui-se a participação no <i>Workstream 3</i> , relativo ao tema Sanções e Reforço de Poderes, no âmbito de um <i>"call for advice"</i> formulado pela Comissão Europeia no âmbito da referida diretiva.	DSP/DAS	6	1	1	3	
		<i>Anti Money Laundering Task Force (AMLTF)</i>	Conclusão de Protocolo de Cooperação entre supervisores; elaboração de Relatório transversal sobre a identificação do <i>ultimate beneficial owner (UBO)</i> ; elaboração de Relatório transversal sobre a execução do <i>simplified due diligence (SDD)</i> ; constituição de GT sobre a supervisão baseada no risco.	DAS	2				
		Outros		DPG			2	5	5

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012									
Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Países de língua portuguesa		<i>Encontro de Lisboa</i>	Na sessão pública, apresentação e debate de questões económicas e financeiras especialmente relevantes para os países de língua portuguesa, com particular destaque para os desafios que se colocam à política monetária no contexto da exploração de recursos naturais. Nas duas sessões restritas, reflexão sobre a cooperação multilateral entre os bancos centrais lusófonos e sobre a agenda do FMI e do Banco Mundial.	GOV/ADM/DR/GAB	1				
		<i>Encontro de Governadores</i>	Debate focado nas experiências e nos instrumentos de integração financeira, assim como na relação entre integração financeira e cooperação.	GOV	1				
		<i>Encontro de Auditoria Interna</i>	Análise de diversas questões subordinadas ao tema da governação e controlo do risco. Os auditores dos bancos centrais lusófonos reuniram-se pela primeira vez, tencionando passar a fazê-lo de forma regular.	DAU	1				
		<i>Forum de Sistemas e Tecnologias de Informação</i>	Reflexão focada sobre cinco áreas temáticas: i) novas experiências em governação de SI/TI; ii) evolução dos Planos de Continuidade de Negócio; iii) segurança aplicacional nos Sistemas de Informação dos Bancos Centrais; iv) soluções inovadoras de SI/TI; v) utilização do Portal dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.	ADM/COM/DOV/DRI	1				
		<i>Encontro de Contabilidade</i>	Apresentação e debate de diversos temas, nomeadamente a aplicação dos <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i> , os sistemas de informações contabilísticas, os controlos internos e pagamentos, a transparência face ao reporte financeiro, os níveis de capitais próprios, o relacionamento com o Tesouro e a avaliação do risco operacional.	DCC	1				
		<i>Encontro de Emissão e Tesouraria</i>	As sessões de trabalho debateram diversos assuntos, com destaque para a gestão da função de tesouraria, a relação com os fabricantes de notas, a contrafação de notas e a custódia de valores.	DET					
		<i>Encontro sobre Sistemas de Pagamentos</i>	Análise de diversas questões subordinadas a três temáticas: i) sistemas de liquidação de grande valor; ii) vigilância do sistema de pagamentos; iii) pagamentos de retalho/varejo.	DPG	1				
		<i>Encontro de Estatísticas</i>	Debate desenvolvido nas seguintes vertentes principais: i) balanço das transformações ao nível da função estatística dos bancos centrais lusófonos; ii) produção de estatísticas monetárias e financeiras; iii) desafios na área das estatísticas da balança de pagamentos; iv) estatísticas sectoriais; v) papel da informática na automatização de procedimentos.	DDE	1				
		<i>Encontro de Juristas</i>	Reflexão em torno de diversos assuntos, numa perspetiva jurídica: i) seguros de depósito; ii) questões reputacionais; iii) serviços bancários e direito do consumidor; iv) impacto e resposta à crise internacional; v) prevenção e combate à falsificação de moeda; vi) aplicação das novas recomendações do GAFI.	DJU	1				
		<i>Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Pagamentos Internacionais</i>	Início das atividades, centrado na apresentação das experiências dos diversos países lusófonos e no diagnóstico da situação, com vista ao eventual desenvolvimento de soluções para aprofundar a cooperação e a integração lusófona neste domínio.	DCC/DGR/DMR/DPG/DRI	1				
Acordo de Cooperação Cambial Portugal-Cabo Verde (ACC)		<i>Comissão do ACC (COMACC)</i>	Reflexão e debate em torno de diversas questões técnicas relevantes, no quadro de referência do ACC, para a prossecução dos seus objetivos: a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira em Cabo Verde e o fortalecimento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a área do euro.	DRI	2				
		<i>Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM-ACC)</i>	Preparação de relatórios sobre a conjuntura macroeconómica cabo-verdiana e outros contributos técnicos de apoio ao bom funcionamento do ACC.	DRI	2				
Acordo de Cooperação Económica Portugal-São Tomé e Príncipe (ACE)		<i>Comissão do ACE (COMACE)</i>	Análise e reflexão sobre diversas questões técnicas com relevância, no quadro de referência do ACE, para a prossecução dos seus objetivos: a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira em São Tomé e Príncipe e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a área do euro.	DRI	2				
		<i>Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM-ACE)</i>	Elaboração de relatórios sobre a conjuntura macroeconómica santomense e outros contributos técnicos orientados para o bom funcionamento do ACE.	DRI	2				

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Âmbito	Estrutura	Comité/ Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Outras reuniões internacionais	Fundo Monetário Internacional (IMF)	<i>Annual Meetings</i>	Situação económica e financeira global; plano de acção do FMI relativamente ao sistema monetário internacional, distinguindo entre resposta às ameaças mais imediatas e prioridades de médio prazo relacionadas com as reformas do sistema e o alcance de entendimentos comuns em áreas consideradas chave para a promoção da estabilidade a nível global.	GOV	1				
		<i>Spring Meetings</i>	Situação económica e financeira global; papel do FMI na resposta aos desafios e ameaças globais, incluindo acompanhamento e supervisão das crescentes interligações financeiras, reforço da rede de segurança financeira global e apoio aos países de baixo rendimento.	GOV	1				
	Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)	<i>Annual General Meeting</i>	Questões decorrentes da relação acionista, aprovação das contas e do Relatório Anual do BIS.	GOV	1				
		<i>Meeting of Governors</i>	Temas da agenda financeira internacional, entre os quais desenvolvimentos e riscos da situação económica mundial, evolução dos mercados financeiros e iniciativas de política com o objetivo de reforçar a estabilidade financeira mundial, em particular no domínio da regulação financeira.	GOV	4				
		<i>Irving Fisher Committee</i>	Os principais assuntos debatidos foram (i) a partilha de dados (Issues on data sharing); (ii) a realização de um <i>Workshop</i> sobre as estatísticas da BoP a realizar no 1.º semestre de 2013; (iii) as iniciativas previstas para o Ano Internacional da Estatística que irá decorrer em 2013; (iv) a realização da próxima sessão do ISI (Hong-Kong 2013); e, (v) o tema do Seminário satélite dedicado ao chamado Shadow banking system.	DDE	1				
	Financial Stability Board	<i>Regional Consultative Group for Europe</i>	Reúne representantes de autoridades de regulação e supervisão financeira de membros do FSB (representam os países que integram o G20) e autoridades de alguns países europeus não-membros (como Portugal), constituindo um mecanismo institucional que visa facilitar a troca de pontos de vista sobre vulnerabilidades dos sistemas financeiros e o debate sobre as iniciativas já iniciadas ou potenciais para promover a estabilidade financeira.	GOV	1	0			
	CEMLA	<i>Reunião dos Governadores</i>	Reflexão em torno de quatro pontos: i) perspetivas económicas e financeiras internacionais; ii) agenda do G20 sob a presidência do México; iii) reforma do sistema financeiro internacional; iv) impacto sobre as economias emergentes provocado pelas medidas de resposta à crise internacional.	GOV	1				
		<i>Reunião de Tesoureiros</i>	Análise de questões relativas ao planeamento estratégico de tesouraria, em particular no tocante aos modelos e indicadores de gestão, assim como de diversos aspetos relacionados com a produção e gestão das notas e moedas.	DET	1				
		<i>Reunião de peritos sobre a contrafação de moedas</i>	Análise de metodologias para o registo de contrafações, dos indicadores de contrafação e de diversos aspetos relativos à comunicação das características das notas.	DET	1				
		<i>Reunião de Auditores Internos de Banca Central</i>	Debatidos temas como a certificação de qualidade dos departamentos de auditoria, o papel destes na corporate governance dos bancos centrais e a intervenção dos auditores em contextos de crise financeira internacional, entre outros.	DAU	1				
OCDE	<i>Economic Policy Committee</i>		DDE	1					
	<i>Working Party n.º 1</i>		DDE	2		1	2		
	<i>Working Party on Financial Statistics</i>	Discussão das problemáticas (i) financiamento das empresas não financeiras; (ii) vulnerabilidades financeiras das famílias; (iii) estimativa das contas financeiras e de património das famílias; (iv) comportamento dos investidores e das autoridades públicas no contexto do envelhecimento populacional. Apresentados os principais objetivos do Grupo para o biénio 2013-14.	DDE	1		2	2		
	<i>Working Party on International Trade in Goods and Services</i>	Discussão dos desenvolvimentos registados nos vários países relativamente à adoção dos novos manuais internacionais, nomeadamente, do BPM6, MSITS 2010 e IMTS 2010. Balanço dos trabalhos preparação dos guias de compilação dos novos manuais.	DDE	1					

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012									
Âmbito	Estrutura	Comité / Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	Por memória: Subestruturas		
							N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Committee on Financial Markets (CFM)</i>	Acompanhamento dos principais desenvolvimentos nos mercados financeiros e promoção da cooperação internacional, identificando políticas e medidas que visam assegurar o funcionamento eficiente dos mercados e preservar a estabilidade financeira. Realização de "mesas redondas" com representantes da indústria, <i>tours de table</i> e conferências destacando-se os temas das garantias no sistema financeiro e da educação financeira (INFE). Neste domínio, análise e aprovação, para apresentação ao G20, dos <i>High Level Principles on Financial Consumer Protection</i> .	DSP / DMR	2				
		- <i>Task Force on Financial Consumer Protection</i>	Definição de orientações para a implementação dos <i>High-Level Principles on Financial Consumer Protection</i> adoptados pelo G20 em outubro de 2011.	DSC	3				1
		European Association for Banking and Finance History (EABH)	<i>Public Policies and the Direction of Financial Flows e Archives and the People – Recording Working Life in Financial Institutions</i>	DSA	2				
	International Network on Financial Education (INFE)	<i>Advisory Board</i>	Definição das linhas de orientação estratégica dos trabalhos da INFE e do respectivo modelo de funcionamento.	DSC	1				
		<i>Plenary Session</i>	Definição de princípios e boas práticas de educação financeira, incluindo a educação financeira nas escolas, a medição da literacia financeira, a definição de estratégias nacionais, a inclusão financeira e os incentivos à poupança. Dinamização da cooperação internacional na área da educação financeira.	DSC	2		2		
	International Financial Consumer Protection Network (FinCoNet)	<i>Governing Council</i>	Discussão de princípios de regulação e supervisão da conduta de mercado no âmbito dos mercados financeiros a retalho. Em 2011 foi iniciado o processo de institucionalização da <i>FinCoNet</i> que prosseguiu em 2012. O Banco de Portugal encontra-se representado no <i>Governing Council</i> .	DSC		4			
		<i>Plenary Session</i>		DSC					
	Grupo de Ação Financeira Internacional (FATF)	<i>Reunões plenárias</i>	Avaliações mútuas e emissão de recomendações no âmbito da acção financeira internacional.	DAS	4				
		<i>Working Group on Evaluations and Implementation (Expert Group A e Expert Group B)</i>	Revisão das Recomendações do FATF, em particular para avaliação do sistema de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.	DAS	6				
	Child and Youth Finance	<i>International Summit</i>	Agrega várias organizações internacionais com o objetivo de criar sistemas, programas e estratégias dedicados à promoção da educação e proteção financeira e económica das crianças e jovens.	DSC	1				
		<i>Regional Meeting</i>		DSC	1				
		<i>Outras</i>		DET/DMR/DAS	11		6	6	
SOMA					422	244	194	447	332

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL NACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012				
Estrutura	Missão / Principais atribuições	Legislação relevante	Reuniões em 2012	Órgão / Departamento
CNEF – Comité Nacional para a Estabilidade Financeira	Troca de informação, avaliação de riscos para a estabilidade financeira e coordenação das autoridades com responsabilidades em matéria de regulação e supervisão financeira.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, o ISP e a CMVM, de 27 de julho de 2007	2	GOV
CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros	Promover a coordenação das autoridades de supervisão do sistema financeiro (Banco de Portugal, ISP e CMVM). Presidido pelo Governador do Banco de Portugal.	DL n.º 228/2000 de 23 de setembro	6	GOV / Vice-GOV
Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria	Integra o Banco de Portugal, a CMVM, o ISP, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.		12	GOV/ADM
Sistema de Indemnização aos Investidores	Garantir aos investidores meios de ressarcimento de direitos que não possam ser satisfeitos em virtude da situação financeira da entidade prestadora dos serviços de investimento. Participam as empresas de investimento e as instituições de crédito autorizadas a efetuar operações de investimento com sede em Portugal. O SII é administrado por uma comissão executiva presidida por um membro da CMVM e composta por dois vogais – um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal e um elemento nomeado pelo Ministro das Finanças.		16	GOV/ADM
Plenário do Conselho Superior de Estatística (CSE)	Orientação e coordenação do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	3	DDE
Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE)	Preparar o documento <i>Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial</i> , definir as respetivas prioridades e proceder à sua monitorização anual, a submeter ao Plenário do Conselho.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	5	DDE
Secção Permanente de Estatísticas Económicas (SPEE)	Acompanhar a produção das estatísticas oficiais nas áreas das estatísticas económicas e analisar as respetivas metodologias de suporte, avaliando a sua adequação às necessidades dos utilizadores.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Secção Permanente de Estatísticas Sociais (SPES)	Acompanhar a produção de estatísticas nas áreas sociais e analisar as respetivas metodologias de suporte, avaliando a sua adequação às necessidades dos utilizadores.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE)	Acompanhar e zelar pelo cumprimento do princípio do segredo estatístico.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Secção Eventual Para a Revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional (SELSEN)	Apresentar um anteprojeto legislativo de revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas (GT DEM)	Acompanhar e emitir parecer sobre os trabalhos de implementação das novas metodologias no âmbito das estatísticas macroeconómicas.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	3	DDE+DEE
Grupo de Trabalho das Estatísticas do Mercado de Trabalho (GT MT)	Conclusão do Relatório sobre as fontes estatísticas do Mercado de Trabalho e a utilização que é feita por diversos organismos. Continuação do aprofundamento do Plano de Ação para troca de informação relativa ao Mercado de Trabalho entre instituições.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE+DEE
Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais	Acompanhar e aprovar o estudo das Classificações Económicas e Sociais do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Grupo de Trabalho para Constituição de Um Ficheiro Único para o SEN (GT FUESEN)	Constituição de Um Ficheiro Único que responda às necessidades das diversas entidades do SEN e respeita as normas nacionais e internacionais.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Grupo Técnico para preparação das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 (GT LGAEO)	Apresentar o anteprojeto de <i>Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial, e respetivas prioridades para o período 2013-2017 e avaliação do grau de execução das LGAEO 2008-2012.</i>	Lei do Sistema Estatístico Nacional	3	DDE
Grupo de Acompanhamento do Sistema de Informação da Classificação de Atividades Económicas (SICAE)	Acompanhamento das Classificações de Atividades Económicas do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Grupo de Trabalho das Estatísticas das Administrações Públicas (BdP, INE, DGO)	Cooperação Institucional envolvendo o Instituto Nacional de Estatística, a Direcção Geral do Orçamento e o Banco de Portugal no domínio da compilação das Estatísticas das Administrações Públicas.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	8	DDE
Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Central de Responsabilidades de Crédito	Acompanhamento do funcionamento da Central de Responsabilidades de Crédito gerida pelo Banco de Portugal.	DL n.º 204/2008 de 14 de outubro: regime jurídico relativo à Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)	1	DDE
Grupo de trabalho sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (CNSF)	Promover a coordenação das autoridades de supervisão do sistema financeiro (Banco de Portugal, ISP e CMVM), no âmbito de procedimentos relacionados com a prevenção do BC e do FT.	Lei n.º 25/2008, de 25 de junho	2	DAS

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL NACIONAL DO BANCO DE PORTUGAL EM 2012

Estrutura	Missão / Principais atribuições	Legislação relevante	Reuniões em 2012	Órgão / Departamento
GT RERT III	No âmbito das atribuições cometidas ao Banco de Portugal pelo Regime Excepcional de Regularização Tributária III (RERT III), operacionalização dos circuitos e procedimentos que envolveram os intervenientes (BdP, IC e Administração Fiscal) e apoio aos potenciais aderentes e seus representantes.	Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, art.º 166.º (D.R. I Série - n.º 250). Portaria n.º 17-A/2012, de 19 de janeiro (D.R.I Série - n.º 14). Carta-Circular do BdP n.º 002/2012/DET, de 25 de janeiro (B.O. 2/2012)	2	DET
GTIN – Grupo de Trabalho Interbancário para o Numerário	Preparar e acompanhar a implementação, a nível nacional, do quadro comum para a recirculação de notas a adotar pelas instituições de crédito.	DL n.º 195/2007, de 15 de maio Decisão do BCE n.º BCE/2010/14, de 16 de setembro	2	DET
SGRN – Sub-grupo de trabalho para a recirculação de notas	Preparar e acompanhar a implementação, a nível nacional, do quadro comum para a recirculação de notas a adotar pelas instituições de crédito e por outros profissionais que operam com numerário.	DL n.º 195/2007, de 15 de maio Decisão do BCE n.º BCE/2010/14, de 16 de setembro	2	DET
GAPM – Grupo de acompanhamento permanente da moeda metálica	Grupo de trabalho constituído pelo BdP, INCM e DGT para o acompanhamento contínuo de questões regulamentares e operacionais relacionadas com a moeda metálica.	DL n.º 184/2007, de 10 de maio Regulamento (UE) n.º 1210/2010, de 15 de dezembro	2	DET
Regime excepcional de deliberações urgentes dos accionistas	Propor alterações legislativas destinadas a permitir que o processo decisório subjacente a sociedades do sector financeiro fosse agilizado em contexto de crise financeira (BdP, ISP, CMVM).	Código das Sociedades Comerciais, Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e Código dos Valores Mobiliários	4	DJU
Acompanhamento e estudo da proposta de alteração da Lei 63-A/2008 (recapitalização das instituições de crédito)	No quadro do Memorando de Entendimento, revisão da Lei 63-A/2008, de 24 de novembro, adequando-se às novas exigências em matéria de requisitos de capital e procedendo a diversos aperfeiçoamentos (BdP, MF).	Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro e Portaria n.º 150-A/2012 de 17 de maio	7	DJU
Insolvência e reestruturação extrajudicial de dívidas de empresas	No quadro do Memorando de Entendimento, revisão da legislação sobre a insolvência, visando instituir um processo especial de revitalização de empresas em dificuldade, e do procedimento de conciliação extrajudicial junto do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, permitindo resoluções mais rápidas dos processos, com mais elevadas taxas de recuperação de empresas (BdP, ESAME, ME, MJ/DGPJ).	Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que procede à alteração do Código da Insolvência e de Recuperação de Empresas, e Decreto-Lei n.º 178/2012 de 3 de agosto de 2012, que institui o SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial	4	DJU
Gestão de incumprimento e recuperação extrajudicial de dívidas de particulares a instituições de crédito	Estabelecer princípios e regras a observar pelas instituições de crédito no acompanhamento e gestão de situações de risco de incumprimento e na regularização extrajudicial das situações de incumprimento das obrigações por parte dos clientes bancários no âmbito de contratos de crédito (BdP, ESAME, MJ/DGPJ).	Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro	15	DJU+DSC
Proposta de revisão do regime aplicável aos sistemas de apoio em caso de sobreendividamento (Portaria 312/09)	Criação de um rede de apoio a clientes bancários no âmbito da prevenção e regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito (BdP, MJ).	Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro; Portaria 2/2013, de 2 de janeiro	7	DJU+DSC
Dever de segredo no CNSA	Estudo da temática do dever de segredo no âmbito das relações entre o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria e os seus membros e terceiros (BdP, ISP, CMVM, IGF, OROC)	Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro	6	DJU
GPUS – Grupo Português de Utilizadores SWIFT	Promover a ligação entre a SWIFT e as instituições financeiras nacionais associadas do GPUS.		10	DMR
GUSP – Associação de Utilizadores SAP em Portugal	Promover a cooperação e a partilha de experiências entre as organizações que utilizam serviços ou produtos da SAP, defendendo os seus interesses comuns. É uma entidade reconhecida pela SAP em Portugal como comunidade oficial da rede de organizações locais de utilizadores.		1	DOI
Fórum para a Supervisão Comportamental Bancária	Estrutura de natureza consultiva de apoio ao exercício da função de supervisão comportamental do Banco de Portugal e espaço de partilha de informação e de apreciações sobre o funcionamento dos mercados bancários a retalho.		1	DSC
SOMA			132	

Anexo A.3 | Quadro 1

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012				
Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
Seminário Sanção administrativa no Direito Financeiro brasileiro	22-23 mar	Sanção administrativa no sistema financeiro: a experiência de Portugal e o normativo comunitário	João Raposo	DAS
Workshop Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo: os novos Padrões do GAFI	4 dez	A supervisão financeira baseada no risco	José Nunes Pereira, Carlos Lopes e Maria João Gomes	DAS
XI Jornadas de Auditoria e Gestão, Banco de Portugal	24 out	Governança e Controlo do Risco: As Melhores Práticas na Perspectiva da Auditoria	Francisco Rocha	DAU
XIX Conferência Anual do IPAI	22 nov	Auditoria, Risco e Crise Financeira: A necessidade de um novo paradigma?	Francisco Rocha	DAU
ESCB Joint Task Force on Credit Registers	17 jan	Use of the Portuguese Central Credit Register for the quarterly statistical reports on the indebtedness of non-financial corporations and households	Ana M. de Almeida	DDE
ESCB Task Force on Valuation of FDI Positions	18-19 jan	Methods in international standards to value direct investment positions	Márcio Mateus	DDE
Structural Change in the Context of the Adjustment Programme Workshop	20 jan	Building up on knowledge: preparing for the future	João Cadete de Matos	DDE
Seminário para apresentação do BPstat Mobile	13 fev	Iniciativas de difusão estatística do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Workshop on practical issues in the implementation of BPM6, Current and Capital Account	20 fev	Personal transfers – the Portuguese case	Carla Ferreira	DDE
Eurostat Seminar on Business Related Statistics: the strategy for the years to come in the context of the needs of the main users	28-29 fev	Innovative solutions to compile Balance of Payments statistics minimizing costs and ensuring quality	João Cadete de Matos	DDE
ESCB Working Group on Euro Area Accounts	5-6 mar	Questionnaire on financial accounts' compilation systems and on impacts of the future changes to be introduced by the new ESA2010 regulation: main results	Filipa Lima	DDE
ESCB Working Group on Euro Area Accounts	5-6 mar	ESA 2010 difficult items for financial accounts: Standardised Guarantees: national experience – a presentation by the Banco de Portugal	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa	6 mar	A função estatística no Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa	6 mar	Apresentação do BPstat - Estatísticas online	José Faustino	DDE
Eurostat - ECB Workshop Efficient ways of statistical data collection from enterprises	22-23 mar	IES – Data collection system in Portugal: how it works	Margarida Brites	DDE
XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2012)	28-31 mar	Reaping the benefits of integrating the micro-databases available at the Banco de Portugal	Paula Menezes	DDE
XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2012)	28-31 mar	Statistical Information in mobile devices	José Faustino	DDE
XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2012)	28-31 mar	Business Intelligence in Statistical Systems: a stepwise approach	Rita Sanchas	DDE
Balance of Payments Working Group	2 abr	The use of payment cards data for Travel statistics	Carla Marques	DDE
Seminário da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho	10 abr	Apresentação da função estatística do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Seminário da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho	10 abr	Apresentação do BPstat – Estatísticas online	José Faustino	DDE
Seminário da Licenciatura em Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão	12 abr	Apresentação da função estatística do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Seminário da Licenciatura em Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão	12 abr	Apresentação do BPstat – Estatísticas online	José Faustino	DDE
The independent world forum for central bankers and financial supervisors - Current Challenges and the Future of Central Bank Statistics	23-26 abr	New statistical requirements for monetary and macro-prudential policy - Case-study: exploring micro-databases for macroeconomic statistical analysis	Ana M. de Almeida	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa	9 mai	A função estatística no Banco de Portugal	Ana M. de Almeida	DDE
11th biennial session of the Group of experts on National Accounts of the United Nations Economic Commission for the Europe	2-4 mai	Compilation and measurement issues for the financial sector: the cases for FISIM and securitisation in Portugal	Ana M. de Almeida	DDE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012				
Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	15 mai	A função estatística no Banco de Portugal	Ana M. de Almeida	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Universidade Católica Portuguesa – Porto	15 mai	A função estatística no Banco de Portugal	Ana M. de Almeida	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	15-16 mai	A Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Universidade Católica Portuguesa – Porto	15-16 mai	A Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Faculdade de Economia do Porto	15 mai	A função estatística no Banco de Portugal	Ana M. de Almeida	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Faculdade de Economia do Porto	15-16 mai	A Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
<i>European Conference on Quality in Official Statistics (Q2012)</i>	30 mai 1 jun	<i>Statistical Quality Control and the Operational Risk Management Framework</i>	António Agostinho	DDE
<i>European Conference on Quality in Official Statistics (Q2012)</i>	31 mai 1 jun	<i>Data quality management in statistical systems: the importance of business intelligence</i>	Maria do Carmo Aguiar	DDE
<i>ESCB Working Group on Monetary and Financial Statistics – thematic meeting</i>	1 jun	<i>The reclassification of holding companies from the non-financial corporate sector to the financial sector under ESA 2010</i>	Paula Casimiro	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal na Faculdade de Economia do Porto	1 jun	A informação da empresa e do setor na Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	Estatísticas do Banco de Portugal com utilidade para as empresas	João Cadete de Matos	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	Análise do Setor do Alojamento	Homero Gonçalves	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	A informação da empresa e do setor a partir da Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	Área da Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	Luís Teles	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas	Carla Marques	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal – Sessão em Loulé	18 jun	Acesso à informação das empresas na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)	Paula Casimiro	DDE
IV Jornadas Ibero-Atlânticas de Estatísticas Regionais	22-23 jun	Estatísticas Financeiras Regionais	João Cadete de Matos	DDE
<i>Travel Workshop</i>	27-28 jun	A utilização dos cartões de crédito e débito no âmbito da compilação da rubrica de viagens e turismo	Ana Beatriz Matos	DDE
Seminário – Utilização de Ficheiros Administrativos para Fins Estatísticos (ISEGI)	9 jul	A utilização da IES na exploração dos dados obtidos através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras	Rita Poiães	DDE
<i>Joint Meeting of the y-BIS and the JSPE</i>	23-26 jul	<i>Drawn to Excellence – A sample of issues critical for compiling and disseminating central bank statistics</i>	João Cadete de Matos	DDE
<i>Joint Meeting of y-BIS and JSPE</i>	23-26 jul	<i>Credit Statistics based on Central Credit Register data</i>	Rodrigo Batista	DDE
<i>Joint Meeting of y-BIS and JSPE</i>	23-26 jul	<i>Sampling design for the Balance of Payments Statistics - the Portuguese case</i>	Helena Marques	DDE
<i>Joint Meeting of y-BIS and JSPE</i>	23-26 jul	<i>Extrapolation of the data received from the Quarterly Survey on a sample of non-financial corporations</i>	Cloé Magalhães	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Balanço das transformações operadas na função estatística do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	A exploração estatística da Central de Responsabilidades de Crédito no Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Tratamento de dados dos Outros Intermediários e Auxiliares Financeiros nas Estatísticas Monetárias e Financeiras	Carla Marques	DDE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012

Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos em desenvolvimento no Banco de Portugal	Carla Marques	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Como as estatísticas podem ajudar a prevenir as crises financeiras	João Cadete de Matos	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Utilização dos inquéritos para obtenção de informação estatística	Carla Marques	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Estudos setoriais – análise e elaboração de estudos sobre a atividade económica	João Cadete de Matos	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	Estatísticas do setor público	João Cadete de Matos	DDE
VII Encontro Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa	20-26 ago	O papel da informática na automatização de procedimentos de produção e divulgação de estatísticas: a experiência do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
<i>Seminar on innovative approaches to turn statistics into knowledge</i>	24-26 set	<i>Statistical Information on mobile devices</i>	José Faustino	DDE
Seminário para apresentação da Área de Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	1 out	Novos serviços do Banco de Portugal para empresas e particulares	João Cadete de Matos	DDE
Seminário para apresentação da Área de Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	1 out	Consulta <i>on-line</i> da informação da CRC	Paula Casimiro	DDE
Seminário para apresentação da Área de Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	1 out	Informação da Central de balanços	Margarida Brites	DDE
Seminário para apresentação da Área de Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	1 out	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
<i>OECD Working Party on Financial Statistics and Working Party on National Accounts</i>	1 out	Identifying holding companies and SPEs in the wake of the ESA 2010 implementation: a contribute from Banco de Portugal	Ana M. de Almeida	DDE
<i>European Committee of Central Balance-Sheet Data Offices Plenary meeting</i>	18-19 out	<i>Products and Services of the European CBSOs</i>	Ana M. de Almeida	DDE
<i>European Committee of Central Balance-Sheet Data Offices Plenary meeting</i>	18-19 out	<i>Report 2012 – New BACH Userguide</i>	Margarida Brites	DDE
<i>OECD Working Party on International Trade in Goods and Trade in Services Statistics</i>	22-24 out	<i>Integrating data sources and frameworks for compiling Travel</i>	Patrícia Gonçalves	DDE
Workshop sobre a implementação do BPM6	29-30 out	<i>Investment income attributable to investment fund shareholders</i>	Carla Marques	DDE
Workshop sobre a implementação do BPM6	29-30 out	<i>Accrued income within other investment</i>	Marta Veloso	DDE
<i>International marketing and outputs database conference – IMAODBC</i>	8-12 out	<i>Statistical Information on mobile devices</i>	José Faustino	DDE
GT Desenvolvimento de Estatísticas Macroeconómicas do Conselho Superior de Estatística	5 nov	A experiência do Banco de Portugal na identificação das SPE e das sociedades gestoras de participações sociais em preparação para a implementação do SEC 2010	Teresa Crespo	DDE
<i>Workshop on Financial Inclusion Indicators</i>	5-6 nov	<i>Measuring the Evolution of Monetary and Financial Services in Portugal</i>	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal no Instituto Superior de Economia e Gestão	8 nov	Apresentação da função estatística do Banco de Portugal	Luís Teles	DDE
Sessão de apresentação das Estatísticas do Banco de Portugal no Instituto Superior de Economia e Gestão	8 nov	A Central de Balanços do Banco de Portugal	Margarida Brites	DDE
<i>ECB Financial Accounts Seminar</i>	14 nov	<i>National compilation practices: The experience of Banco de Portugal</i>	Filipa Lima	DDE
<i>ESCB Risk Assessment WG – thematic meeting</i>	16 nov	<i>Products and Services of the European CBSOs, Report 2012</i>	Homero Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços)	22 nov	A Área de Empresa e o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012				
Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços)	22 nov	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços)	22 nov	Orientações para o reporte dos serviços de construção de curto prazo no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços)	22 nov	Orientações para o reporte dos serviços de construção de longo prazo no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Carmen Cabral	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	Estatísticas do Banco de Portugal com utilidade para as empresas	João Cadete de Matos	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	A informação da empresa e do setor a partir da Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	Área da Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	Luís Teles	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas	Carla Marques	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	Acesso à informação das empresas na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)	Paula Casimiro	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Braga	26 nov	Análise do Setor Têxtil e Vestuário	Homero Gonçalves	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Aveiro	26 nov	Estatísticas do Banco de Portugal com utilidade para as empresas	João Cadete de Matos	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Aveiro	26 nov	A informação da empresa e do setor a partir da Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Aveiro	26 nov	Área da Empresa no sítio institucional do Banco de Portugal	Luís Teles	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Aveiro	26 nov	Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas	Carla Marques	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Aveiro	26 nov	Acesso à informação das empresas na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)	Paula Casimiro	DDE
2.ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal	26 nov	Análise do Setor do Calçado	Homero Gonçalves	DDE
Secção Permanente de Estatísticas Económicas do Conselho Superior de Estatística	26 nov	Implicações estatísticas decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira: a experiência do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
XIV Forum da Indústria Têxtil	28 nov	Análise do Setor Têxtil e Vestuário	Homero Gonçalves	DDE
Sessão apresentação na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém	30 nov	A Central de Balanços do Banco de Portugal	Margarida Brites	DDE
Workshop sobre novas funções para a economia portuguesa na globalização, da Confederação Comércio e Serviços de Portugal (CCP)	6 dez	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão em Lisboa	4 dez	A Área de Empresa e o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão em Lisboa	4 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Patrícia Gonçalves	DDE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012

Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão em Lisboa	4 dez	Orientações para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão em Faro	10 dez	A Área de Empresa e o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão em Faro	10 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior e orientações para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão em Faro	10 dez	A Área de Empresa e o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão em Faro	10 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior e orientações para o reporte de agências de viagem e operadores turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão em Lisboa	11 dez	A Área de Empresa e o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão em Lisboa	11 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão em Lisboa	11 dez	Orientações para o reporte de agências de viagem e operadores turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão no Porto	12 dez	A Área de Empresa, o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações para o reporte de agências de viagem e operadores turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) – Sessão no Porto	12 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão no Porto	12 dez	A Área de Empresa, o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) – Sessão no Porto	12 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) – Sessão no Porto	13 dez	A Área de Empresa, o novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações para o reporte de transitários no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Carla Marques	DDE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012				
Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) – Sessão no Porto	13 dez	Aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 1.ª sessão Porto	13 dez	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 1.ª sessão Porto	13 dez	A Área de Empresa e aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 1.ª sessão Lisboa	14 dez	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 1.ª sessão Lisboa	14 dez	A Área de Empresa e aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 2.ª sessão Lisboa	14 dez	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos e casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos – 2.ª sessão Lisboa	14 dez	Área de Empresa e aplicação de recolha para a comunicação de operações e posições com o exterior	Patrícia Gonçalves	DDE
GT Desenvolvimento de Estatísticas Macroeconómicas do Conselho Superior de Estatística	18 dez	O novo sistema das estatísticas da Balança de Pagamentos	Filipa Lima	DDE
<i>U. Cambridge, UK,</i>	16 jan	<i>Unconventional Fiscal Policy at the Zero Bound</i>	Pedro Teles	DEE
<i>Workshop Structural Change in the Context of the Adjustment Programme</i>	20 jan	<i>Financing of households and non-financial corporations</i>	Luisa Farinha	DEE
<i>Sveriges Riksbank Seminar</i>	7-10 fev	<i>Collateral requirements: Macroeconomic Fluctuations and Macro-Prudential Policy</i>	Caterina Mendicino	DEE
<i>Firms' financing and default risk during and after the crisis, Banco de França (Paris)</i>	9-10 fev	<i>Borrowing Patterns, Bankruptcy and Voluntary Liquidation</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>University of Surrey, UK</i>	23 fev	<i>Short and Long Interest Rate Targets</i>	Pedro Teles	DEE
<i>University of Trento</i>	1 mar	<i>The Tip of the Iceberg: A Quantitative Framework for Estimating Trade Costs</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>Conference on Fiscal Policy in the Aftermath of the Financial Crisis, Brussels</i>	2-3 mar	<i>Unconventional Fiscal Policy at the Zero Bound</i>	Pedro Teles	DEE
<i>Workshop Assessing contagion risk, no âmbito do WS3 do MaRS (BCE), em Frankfurt</i>	9 mar	<i>The determinants of sovereign bond spreads in the euro area in the context of economic and financial crisis</i>	Luciana Barbosa	DEE
<i>Terceiro encontro do Macro-prudential da Research Network (MaRS), Workstream 2, Frankfurt</i>	mar	<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-Looking Distance-to-Default Series</i>	Martin Saldias	DEE
<i>Conference of the International Research Forum on Monetary Policy (IRFMP), Frankfurt</i>	16-17 mar	<i>Discussão do paper Managing a Liquidity Trap: Monetary and Fiscal Policy by Iván Werning</i>	Pedro Teles	DEE
<i>5th Financial Risks International Forum, Institut Louis Bachelier, Paris</i>	22-23 mar	<i>Towards a CCA-based systemic risk indicator</i>	Nuno Silva	DEE
<i>The macroeconomic imbalance procedure: Undertaking surveillance on external competitiveness, LIME – CE</i>	27-28 mar	<i>New competitiveness indicators: Firm's characteristics, size and exports extensive and intensive margin</i>	João Amador	DEE
<i>RES 2012 conference, Cambridge</i>	26-28 mar	<i>Financial Frictions and Interest Rate Shocks</i>	Bernardino Adão	DEE
<i>Royal Economic Society</i>	26-28 mar	<i>Managers Mobility, Trade Status and Wages</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>XIV Workshop in International in International Economics and Finance, Buenos Aires</i>	2-3 abr	<i>Discussão do paper Optimal fiscal adjustment and the commitment-to-forgive issue by Gonçalves, Carlos Eduardo and Bernardo Guimarães</i>	Pedro Teles	DEE
<i>Universidad Carlos III (Madrid)</i>	13 abr	<i>The Sources of Wage variation: A Tree-Way High-Dimensional Fixed Effects Model</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>FEDEA/FRD/IZA Conference</i>	13 abr	<i>Excess Worker Turnover and Fixed-Term Contracts: Causal Evidence in a Two-Tier System</i>	Álvaro Novo	DEE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012

Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
<i>Dual Labor Markets and the Single Contract, Milão</i>	13 abr	<i>Excess worker turnover in two-tier systems: Match and firm heterogeneity</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>4th Annual Meeting on the Economics of Risky Behaviors (AMERB), Istambul</i>	27-29 abr	<i>The Impact of Drug Decriminalization in Portugal</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>Money is Back, Bank of England and the Euro Area Business Cycle Network, London</i>	30 abr 1 mai	<i>Short and Long Interest Rate Targets</i>	Pedro Teles	DEE
SOLE	3-6 mai	<i>The Impact of Minimum Wage on Low-Wage Earners: Employment and Match Evidence</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>FSI Seminar, Basileia</i>	8-10 mai	<i>Financial Stability and Stress Testing</i>	Paula Antão	DEE
<i>16th Conference Theories and Methods in Macroeconomics, Nantes</i>	10-11 mai	<i>Unconventional Fiscal Policy at the Zero Bound</i>	Pedro Teles	DEE
<i>Midwest Macroeconomics Meetings, Universidade de Notre Dame, South Bend, USA</i>	11-13 mai	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Carlos Robalo Marques	DEE
<i>9th Workshop Money, Banking and Financial Markets, Düsseldorf</i>	24-25 mai	<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-Looking Distance-to-Default Series</i>	Martin Saldias	DEE
<i>Colloquium – Economics Research Seminar, Aalto University, University of Helsinki, and Hanken School of Economics,</i>	1 jun	<i>Unconventional Fiscal Policy at the Zero Bound</i>	Pedro Teles	DEE
<i>Financial and Macroeconomic Stability: Challenges Ahead, Istambul</i>	4-6 jun	<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-Looking Distance-to-Default Series</i>	Martin Saldias	DEE
<i>Portuguese Economic Journal 2012, Porto</i>	5-7 jul	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
<i>6th Annual Meeting of the Portuguese Economic Journal</i>	6-7 jun	<i>Uma análise da evolução do desempenho dos estudantes portugueses no Programme for International Student Assessment (PISA) da OCDE</i>	Manuel Pereira	DEE
<i>11th Conf. Res. Econ. Theory and Econometrics, CRETE, Milos</i>	10-16 jun	<i>Inflation and Inequality</i>	Isabel Horta Correia	DEE
<i>11th Conference on Research on Economic Theory & Econometrics, CRETE 2012, Greece</i>	11-15 jun	<i>Exogenous Public Spending in the Optimal Taxation Problem</i>	Pedro Teles	DEE
<i>SABE 2012, Granada</i>	12 jun	<i>The Impact of Minimum Wage on Low-Wage Earners: Employment and Match Evidence</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>4th Annual Meeting on the Economics of Risky Behaviors (AMERB), Istambul</i>	13-14 jun	<i>The Impact of Drug Decriminalization in Portugal</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>Restoring Growth and Unwinding Imbalances in the EU – BCE</i>	14 jun	<i>Competition in Portuguese economy in the period 2000-2009</i>	João Amador	DEE
Conselho Económico e Social	16 jun	<i>The Portuguese labor market</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>Banco da Holanda workshop</i>	19 jun	<i>Household credit delinquency: does the borrowers' indebtedness profile play a role?</i>	Luisa Farinha	DEE
<i>SED 2012 conference</i>	22-24 jun	<i>Debt Financing</i>	Bernardino Adão	DEE
<i>Dual Labor Markets and the Single Contract, Milão</i>	22-23 jun	<i>Panel discussion</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>EALE ESPE 2012, Berna</i>	22 jun	<i>The Impact of Minimum Wage on Low-Wage Earners: Employment and Match Evidence</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>1st Meeting of the Portuguese Econometric Society</i>	23 jun	<i>Extremal Dependence in International Output Growth: Tales from the Tails</i>	António Rua	DEE
<i>1st Meeting of the Portuguese Econometric Society, Nova Business School</i>	23 jun	<i>Macroeconomic Forecasting with MIDAS</i>	Claudia Duarte	DEE
<i>32nd International Symposium on Forecasting, ISF 2012, Boston, USA</i>	24-27 jun	<i>Quantile Regression for Long Memory Testing: a Case of Realized Volatility</i>	Paulo Rodrigues	DEE
<i>Econometric Society Summer Meeting, Evanston, USA</i>	27 jun 1 jul	<i>Evaluating the identification strength in DSGE models. An a priori approach</i>	Nikolay Iskrev	DEE
<i>III World Finance Conference, Rio de Janeiro</i>	2-4 jul	<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-Looking Distance-to-Default Series</i>	Martin Saldias	DEE
<i>IZA Workshop: Youth Unemployment and Labor Market Integration, Bona</i>	2-3 jul	<i>The impact of the minimum wage on low-wage earners: Employment and match evidence</i>	Claudia Duarte	DEE
<i>6th Annual Meeting do Portuguese Economic Journal, Porto</i>	5-7 jul	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
<i>Portuguese Economic Journal 2012, Porto</i>	5-7 jul	<i>Analysis of Portuguese Students' Performance in the OECD Programme for International Student Assessment</i>	Manuel Pereira	DEE
<i>Portuguese Economic Journal 2012, Porto</i>	6-7 jul	<i>Capital Taxation and Globalization</i>	Isabel Horta Correia	DEE

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012				
Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
NBER Summer Institute	15-21 jul	<i>The Precautionary Effect of Government Expenditures on Private Consumption</i>	Valerio Ercolani	DEE
Day Ahead conference 2012, Banco de España	26-31 ago	<i>Discussão de um estudo de A. Maddaloni (ECB) and J.L. Peydro</i>	Caterina Mendicino	DEE
66th Congress of the European Meeting of the Econometric Society, Málaga	23 ago 1 set	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
ESEM 2012, Malaga	26 ago 1 set	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
European Meetings of the Econometric Society, Malaga	27-31 ago	<i>Short and Long Interest Rate Targets</i>	Pedro Teles	DEE
EEA 2012, Málaga	27-31 ago	<i>Financial Frictions and Interest Rate Shocks</i>	Bernardino Adão	DEE
ESEM 2012, Malaga	27-31 ago	<i>Unconventional fiscal policy at the lower bound</i>	Isabel Horta Correia	DEE
International Study Group on Exports and Productivity (ISGEP), Stockholm Technical University	29-30 set	<i>Is the world spinning faster? Assessing the dynamics of export specialization</i>	João Amador	DEE
LuBraMacro 2012	31 ago 2 set	<i>Discussão de um estudo de C. Reis (UCP) e V. Panuzi (FRB).</i>	Caterina Mendicino	DEE
LuBraMacro, Porto	1-2 set	<i>Discussão do paper Fiscal discoveries, stops and defaults, by Luís Catão, Ana Fostel e Romain Ranciere</i>	Bernardino Adão	DEE
LuBraMacro, Porto	1-2 set	<i>Discussão do paper Targetting the Poor: A Macroeconomic Analysis of Cash Transfer Programs, by Tiago Berriel</i>	Isabel Horta Correia	DEE
8th Dynare Conference	20-21 set	<i>Housing Market Dynamics: Any News?</i>	Sandra Gomes	DEE
Banque de France CompNet Workshop	20-21 set	<i>A Theory of Entry and Exit in Export Markets</i>	Luca Opromolla	DEE
XX Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística, Universidade Católica, Porto, Portugal	28-29 set	Testes de Previsibilidade	Paulo Rodrigues	DEE
AIEL 2012	27-28 set	<i>Unemployment insurance: a life vest of re-employment wages</i>	Mário Centeno	DEE
Seminário, Amesterdão	26-28 set	<i>Stress testing 2.0 – gearing up for 2012</i>	Paula Antão	DEE
5th Expert Forum on Advanced Stress Testing Techniques, Hong Kong	9-10 out	<i>discussão do artigo Incorporating Sovereign Risk and Macro Feedbacks in Stress Testing2 by Dale Gray</i>	Paula Antão	DEE
ECB/WGF workshop on structural reform, Frankfurt	out	<i>Increasing competition in the labour and non-tradable goods market: the Portuguese case</i>	Gabriela Castro	DEE
53rd Annual Conference of Italian Economic Association	18 out	<i>The Impact of Minimum Wage on Low-Wage Earners: Employment and Match Evidence</i>	Álvaro Novo	DEE
Brownbag seminar	22 out	<i>A Copula-based Analysis of Systemic Risk Dynamics</i>	Martin Saldias	DEE
Students Lunch Seminar, UCL London	24 out	<i>Girls school attendance: A Dynamic discrete choice structural model approach</i>	Hugo Reis	DEE
Universidade do Minho, Braga	31 out	<i>Short and Long Interest Rate Targets</i>	Pedro Teles	DEE
Moneda y Credito	14-16 nov	<i>Discussão de um estudo de M. Rubio (BdE) e J.Carrasco (URJC).</i>	Caterina Mendicino	DEE
Workshop BCE	28-29 nov	<i>Towards a CCA-based systemic risk indicator</i>	Nuno Silva	DEE
IMT Institute for Advanced Studies Lucca	9-13 dez	<i>The Precautionary Effect of Government Expenditures on Private Consumption</i>	Valerio Ercolani	DEE
Fundação Gertúlio Vargas	10 dez	<i>Short and Long Interest Rate Targets</i>	Pedro Teles	DEE
Conferência SAEe, Vigo	12-15 dez	<i>Capital Taxation and Globalization</i>	Isabel Horta Correia	DEE
Seminário ISCTE	dez	<i>Taxation and Globalization</i>	Isabel Horta Correia	DEE
AMES 2012, Deli	19-23 dez	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
AMES 2012	19-23 dez	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
Seminário Técnico sobre reporte de informação no âmbito da Recirculação de Notas e Moedas (dirigido às IC e outros profissionais do numerário que contratualizaram a atividade com o BdP)	29 jan	Módulos relativos ao Reporte da Atividade de Recirculação - Nota / Moeda	Ana Cristina Guerreiro	DET
XIV Fórum de SI/TI dos Bancos Centrais da CPLP	04-6 jun	Modelo de Certificação no acesso a informação individual ou de Empresas (Área de Empresa)	João Nascimento Rodrigues	DOI
XIV Fórum de SI/TI dos Bancos Centrais da CPLP	04-6 jun	Disponibilização de Indicadores Estatísticos em Dispositivos Móveis	Jorge Ponte	DOI
XIV Fórum de SI/TI dos Bancos Centrais da CPLP	04-6 jun	Soluções de Comunicações Unificadas	Bruno Tenório e Cristina Guedes	DOI

APRESENTAÇÕES EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS EM 2012

Evento	Data do Evento	Tema da Apresentação	Autor da Apresentação	Órgão / Departamento
<i>XIV Fórum de SI/ITI dos Bancos Centrais da CPLP</i>	04-6 jun	Quadro Comparativo da utilização das TIC nos Bancos Centrais (Síntese do Questionário)	Isabel Queiroz	DOI
<i>EBA, Workshop on data analysis, Londres</i>	24 set	<i>BI at Banco de Portugal</i>	Pedro Carlos Silva	DOI
<i>SEE Workshop for ESCB e-mail administrators, Madrid</i>	08 nov	<i>End-Point signing and encryption on IBM Lotus Platform</i>	Carlos Florindo	DOI
5.º Encontro sobre Sistemas de Pagamento dos Bancos Centrais da CPLP	16-18 mai	Evolução dos hábitos e custos de utilização dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal	Maria Tereza Cavaco	DPG
SMART CARDS - Congresso Anual de Cartões e Meios de Pagamento	30-31 mai	SEPA: Estabelecimento da End-Date de migração e consequências para o negócio bancário	Rui Pimentel	DPG
<i>5th Conference on Payment and Securities Settlement Systems (Nat. Bank of the Republic of Macedonia, NBRM)</i>	4-6 jun	<i>Organisation and activities of Banco de Portugal in the field of Payments and Securities Settlement Systems</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>5th Conference on Payment and Securities Settlement Systems (Nat. Bank of the Republic of Macedonia, NBRM)</i>	4-6 jun	<i>Security of Retail Payments and the activities of the European SecuRe Pay Forum</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>5th Conference on Payment and Securities Settlement Systems (Nat. Bank of the Republic of Macedonia, NBRM)</i>	4-6 jun	<i>Innovations in Retail Payments and the Green Paper of the European Commission toward card, internet and mobile payments</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>Mobile Payments 2012 - Evolution of the mobile payments markets</i>	10-11 out	<i>Innovation in retail payments: challenges posed to regulator</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>World Bank Global Payments Week 2012</i>	23-26 out	<i>The national payments system of Portugal</i>	Jorge Egrejas Francisco	DPG
SEPA – Single Euro Payments Area	22 nov	Migração para a SEPA – o que devemos fazer?	Maria Tereza Cavaco	DPG
Seminário da reunião anual da Task Force on Central Bank Cooperation (BCE-IRC)	23 out	<i>Central Bank Cooperation in times of crisis: reflections on the experience of the recent years</i>	Maria João Azevedo	DRI
XXII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	20 nov	Agenda Económica e financeira global pós-Tóquio: o que fica do que passa	Luis Saramago	DRI
XXII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	21 nov	A cooperação entre os bancos centrais – algumas reflexões sobre a experiência recente e ações futuras	Maria João Azevedo	DRI
<i>Child and Youth International – Child and Youth Finance International Summit</i>	3-4 abr	<i>Financial Education</i>	Lúcia Leitão	DSC
<i>OCDE – International Network for Financial Education (INFE) Conference on Financial Education</i>	10-11 mai	<i>The Portuguese National Plan for Financial Education</i>	Lúcia Leitão	DSC
Instituto de Formação Bancária – European Financial Education Partnership (EFEP)	28 jun	Política Nacional Portuguesa sobre Educação Financeira	Susana Narciso	DSC
<i>World Bank Global Payments Week</i>	23-25 out	<i>Consumer Protection and Financial Literacy in the provision of payment services</i>	Lúcia Leitão	DSC
Conselho Nacional de Supervisores Financeiros - Dia da Formação Financeira	31 out	Dia da Formação Financeira	Lúcia Leitão	DSC
Centro de Estudos de Direito Público e Regulação – XI Fórum CEDIPRE	2 nov	Regulação Comportamental Bancária	Fernando Coalho	DSC
<i>Child and Youth Finance Regional Meeting for Europe and Central Asia</i>	6-7 nov	<i>The Portuguese National Plan for Financial Education</i>	Lúcia Leitão	DSC
Banco de Portugal – <i>Workshop internacional sobre regulação do comissionamento na banca de retalho</i>	16 nov	<i>Bank Fees Regulation in Portugal</i>	Fernando Coalho	DSC
Banco de Portugal – <i>Workshop internacional sobre regulação do comissionamento na banca de retalho</i>	16 nov	<i>Principles applied to bank fees regulation</i>	Dilar Ferreira, Maria João Candeias, Fernanda Matias e Inês Claro	DSC
Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC) – Conferência Anual	4 dez	Regulação e Supervisão Comportamental do Sector	Lúcia Leitão	DSC
XI Jornadas de Auditoria e Gestão, Banco de Portugal	24 out	A Perspectiva e o Papel da Regulação e Supervisão na Governança e Controlo do Risco	Adelaide Cavaleiro	DSP
XXII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	20 nov	Reconhecimento, na União Europeia, da equivalência da supervisão em países terceiros	Adelaide Cavaleiro	DSP
		SOMA	226	

Anexo A.3 | Quadro 2

ARTIGOS PUBLICADOS EM 2012			
Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Departamento
<i>Unconventional Fiscal Policy at Zero Bound</i>	Isabel Horta Correia, Pedro Teles, Emanuel Fahri e Juan Pablo Nicolini	<i>American Economic Review</i>	DEE
<i>Worldwide synchronization since the nineteenth century: a wavelet-based view</i>	António Rua	<i>Applied Economics Letters</i>	DEE
<i>The impact of education on household income and expenditure inequality</i>	Nuno Alves	<i>Applied Economics Letters</i>	DEE
Inquérito à Situação Financeira das Famílias: metodologia e principais resultados	Luisa Farinha e Sónia Costa	<i>BdP Occasional Paper, 1/2012</i>	DEE
Desvalorização fiscal	Isabel Horta Correia	BdP Boletim Económico Inverno 2011	DEE
A comparação da Evolução cíclica de várias zonas geográficas de referência com Portugal	Raul Guerreiro, Paulo Rodrigues e Jorge Andraz	BdP Boletim Económico Inverno 2011	DEE
Diferenças salariais entre os setores público e privado no período que antecedeu a adoção do euro: uma aplicação baseada em dados longitudinais	Mário Centeno e Maria Manuel Campos	BdP Boletim Económico Inverno 2011	DEE
Risco de crédito setorial na área do euro	Martín Saldías	BdP Boletim Económico Inverno 2011	DEE
Instituições orçamentais e volatilidade na despesa pública na Europa	Bruno Albuquerque	BdP Boletim Económico Primavera 2012	DEE
Concorrência na Economia portuguesa: uma visão sobre os setores transacionável e não-transacionável	João Amador e Ana Cristina Soares	BdP Boletim Económico Primavera 2012	DEE
O custo de bem estar da inflação com tributação distorcionária	Bernardino Adão e André C. Silva	BdP Boletim Económico Primavera 2012	DEE
Revisitando a eficácia das políticas monetária e orçamental nos Estados Unidos, medida com base em modelos VAR estruturais	Manuel Coutinho Pereira	BdP Boletim Económico Primavera 2012	DEE
Estratégias de redução de custos salariais: Evidência microeconómica com informação qualitativa	Carlos Robalo Marques, Daniel Dias e Fernando Martins	BdP Boletim Económico Verão 2012	DEE
Mobilidade e desigualdade do rendimento na União Europeia e em Portugal	Carlos Martins e Nuno Alves	BdP Boletim Económico Verão 2012	DEE
Política de taxa de juro de curto e longo prazo	Pedro Teles, Isabel Horta Correia e Bernardino Adão	BdP Boletim Económico Verão 2012	DEE
<i>Wavelets em Economia</i>	António Rua	BdP Boletim Económico Verão 2012	DEE
A Concorrência na economia portuguesa medida através da elasticidade dos lucros	João Amador e Ana Cristina Soares	BbP Boletim Económico Outono 2012	DEE
Efeitos das Externalidades da despesa pública	João Valle e Azevedo e Valério Ercolani	BbP Boletim Económico Outono 2012	DEE
Recomposição ou reclassificação da carteira de produtos? Aplicação ao comércio internacional da economia portuguesa	Ruben Branco e Luca Opromolla	BbP Boletim Económico Outono 2012	DEE
Previsões económicas de curto prazo para Portugal: uma síntese metodológica	Paulo Esteves e António Rua	BbP Boletim Económico Outono 2012	DEE
O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do ISFF	Luisa Farinha e Sónia Costa	BdP REF maio 2012	DEE
Análise de risco sistémico e teoria e informação baseadas em opções	Martin Saldías	BdP REF maio 2012	DEE
Acesso ao crédito por empresas não financeiras	António Antunes, Ricardo Martinho	BdP REF maio 2012	DEE
Um modelo de scoring para as empresas portuguesas	António Antunes, Ricardo Martinho	BdP REF novembro 2012	DEE
Risco de liquidez sistémico	Diana Bonfim e Moshe Kim	BdP REF novembro 2012	DEE
Probabilidade de incumprimento das famílias: Uma análise com base nos resultados do ISFF	Sónia Costa	BdP REF Novembro 2012	DEE
<i>Statistical Quality Control and the Operational Risk Management Framework</i>	António Agostinho, Alexandra Miguel e Manuela Raminhos	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Data quality management in statistical systems: the importance of business intelligence</i>	Maria do Carmo Aguiar e Isabel Lavrador	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Drawn to Excellence – A sample of issues critical for compiling and disseminating central bank statistics</i>	João Cadete de Matos	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Understanding central banking statistics to enhance statistical and financial literacy in Europe</i>	Luís Teles Dias e Per Nyman-Andersen	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Statistical Information in mobile devices</i>	José Faustino	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Innovative solutions to compile Balance of Payments statistics minimising costs</i>	João Cadete de Matos e Carla Marques	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Business Intelligence in Statistical Systems: a stepwise approach</i>	Maria do Carmo Aguiar e Rita Sanchas	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Identifying holding companies and SPEs in the wake of the ESA 2010 implementation: a contribute from Banco de Portugal</i>	Ana M. de Almeida, M.Teresa Crespo, Paula Menezes e Lúgia Nunes	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE

ARTIGOS PUBLICADOS EM 2012

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Departamento
<i>Data validation methods and tools in the framework of a security-by-security / investor-by-investor system</i>	Maria do Carmo Aguiar	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Reaping the benefits of integrating the micro-databases available at the Banco de Portugal</i>	Paula Menezes e Luís D'Aguiar	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Statistics on securitisation in Portugal – Compilation issues and data assessment</i>	Ana M. de Almeida e Teresa Crespo	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Compilation and measurement issues for the financial sector: the cases for FISIM and securitisation in Portugal</i>	Ana M. de Almeida, M.Teresa Crespo e Sílvia F. Santa	BdP Suplemento ao Boletim Estatístico 3 2012	DDE
<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Carlos Robalo Marques, Daniel Dias e Fernando Martins	<i>BdP WP 12 2012</i>	DEE
<i>Identifying the determinants of downward wage rigidity: some methodological considerations and new empirical evidence</i>	Carlos Robalo Marques, Daniel Dias e Fernando Martins	<i>BdP WP 15 2012</i>	DEE
<i>Collateral requirements: Macroeconomic Fluctuations and Macro-Prudential Policy</i>	Caterina Mendicino	<i>BdP WP 11 2012</i>	DEE
<i>Public-private wage gaps in the period prior to the adoption of the euro: an application based on longitudinal data</i>	Mário Centeno e Maria Manuel Campos	<i>BdP WP 1 2012</i>	DEE
<i>The effects of public spending externalities</i>	João Valle e Azevedo e Valério Ercolani	<i>BdP WP 10 2012</i>	DEE
<i>How to create indices for bank branch financial performance measurement using MCDA techniques: an illustrative example</i>	Paulo Rodrigues, Sérgio Santos, Fernando Ferreira, Ronald Spahr	<i>BdP WP 13 2012</i>	DEE
<i>On International Policy Coordination and the Correction of Global Imbalances</i>	Bruno Albuquerque e Cristina Mantey	<i>BdP WP 14 2012</i>	DEE
<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-Looking Distance-to-Default Series</i>	Martin Saldias	<i>BdP WP 16 2012</i>	DEE
<i>Competition in the Portuguese Economy: Insights from a profit elasticity approach</i>	João Amador e Ana Cristina Soares	<i>BdP WP 17 2012</i>	DEE
<i>Liquidity risk in banking: is there herding?</i>	Diana Bonfim e Moshe Kim	<i>BdP WP 18 2012</i>	DEE
<i>Bank size and lending specialization</i>	Diana Bonfim e Qinglei Dai	<i>BdP WP 19 2012</i>	DEE
<i>Asset pricing with a bank risk factor</i>	António Rua e João Pedro Pereira	<i>BdP WP 2 2012</i>	DEE
<i>A wavelet-based assessment of market risk: the emerging markets case</i>	Luis Catela Nunes	<i>BdP WP 3 2012</i>	DEE
<i>Cohesion within the euro area and the U.S.: a wavelet-based view</i>	António Rua e Artur Silva Lopes	<i>BdP WP 4 2012</i>	DEE
<i>Excess worker turnover and fixed-term contracts: causal evidence in a two-tier system</i>	Mário Centeno e Álvaro Novo	<i>BdP WP 5 2012</i>	DEE
<i>The dynamics of capital structure decisions</i>	Paula Antão e Diana Bonfim	<i>BdP WP 6 2012</i>	DEE
<i>Quantile regression for long memory testing: A case of realized volatility</i>	Paulo Rodrigues, Uwe Hassler, António Rubia	<i>BdP WP 7 2012</i>	DEE
<i>Competition in the Portuguese Economy: An overview of classical indicators</i>	João Amador e Ana Cristina Soares	<i>BdP WP 8 2012</i>	DEE
<i>Market Perception of fiscal sustainability: An application to the largest euro area economies</i>	Maximiano Pinheiro	<i>BdP WP 9 2012</i>	CON
<i>Testing for persistence change in fractionally integrated models: an application to world inflation rates</i>	Luis Martins, Paulo Rodrigues	<i>Computational Statistics and Data Analysis</i>	DEE
<i>Regional tourism development: culture, nature, life cycle and attractiveness</i>	João Romão, João Guerreiro, Paulo Rodrigues	<i>Current Issues in Tourism</i>	DEE
<i>Euro Area Labour Markets and the Crisis</i>	José Francisco Maria	<i>ECB Occasional paper series No. 138</i>	DEE
<i>Competitiveness and External Imbalances Within the Euro Area</i>	Sandra Rua	<i>ECB Occasional Paper Series No. 139</i>	DEE
<i>The impact of persistent cycles on zero frequency unit root tests</i>	Paulo Rodrigues, Castroa, R. Taylor	<i>Econometric Theory</i>	DEE
<i>Costly intermediation and consumption smoothing</i>	António Antunes, Tiago Cavalcanti, Anne Villamil	<i>Economic Inquiry</i>	DEE
<i>Price-Level Targeting Rules and Financial Shocks: the Case of Canada</i>	Caterina Mendicino, A. Dib e Y. Zhang	<i>Economic Modelling</i>	DEE
<i>Fiscal Institutions and Public Spending Volatility in Europe</i>	Bruno Albuquerque	<i>Economic Modelling</i>	DEE
<i>The EAGLE: a model for policy analysis of macroeconomic interdependence in the euro area</i>	Sandra Gomes, P. Jacquinot e M. Pisani	<i>Economic Modelling</i>	DEE
<i>On the Amplification Role of Collateral Constraints</i>	Caterina Mendicino	<i>Economics Letters</i>	DEE
<i>The dynamic effects of shocks to wages and prices in the United States and the Euro Area</i>	Carlos Robalo Marques, Rita Duarte	<i>Empirical Economics</i>	DEE
<i>A counterfactual analysis of bank mergers</i>	Diana Bonfim, Pedro Pita Barros, Moshe Kim e Nuno Martins	<i>Empirical Economics</i>	DEE
<i>Structural reforms and macroeconomic performance in the euro area countries: a model-based assessment</i>	Sandra Gomes, P. Jacquinot, M. Pisani e M. Mohr	<i>International Finance</i>	DEE

ARTIGOS PUBLICADOS EM 2012			
Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Departamento
<i>Fiscal consolidation in a small euro area economy</i>	José Francisco Maria, Vanda Almeida, Gabriela Castro e Ricardo Felix	<i>International Journal of Central Banking</i>	DEE
<i>Approximating and Forecasting Macroeconomic Signals in Real-Time</i>	João Valle e Azevedo	<i>International Journal of Forecasting</i>	DEE
<i>Improved forecasting of autoregressive series by weighted least squares approximate REML estimation: Comment.</i>	Paulo Rodrigues	<i>International Journal of Forecasting</i>	DEE
<i>Does the euro area forward rate provide accurate forecasts of the short rate?</i>	Sónia Costa e Ana Galvão	<i>International Journal of Forecasting</i>	DEE
<i>A multiple criteria framework to evaluate bank branch potential attractiveness</i>	Fernando Ferreira, Ronald Spahr, Sérgio Santos, Paulo Rodrigues	<i>International Journal of Strategic Property Management</i>	DEE
<i>What happens after default? Stylized facts on access to credit</i>	Diana Bonfim, Daniel Dias e Christine Richmond	<i>Journal of Banking and Finance</i>	DEE
<i>A Theory of Entry and Exit in Export Markets</i>	Luca Opromolla, Alfonso Irarrazabal e Giammario Impullitti	<i>Journal of International Economics</i>	DEE
<i>Evaluating the identification strength in DSGE models. An a priori approach</i>	Nikolay Iskrev	<i>Journal of Monetary Economics</i>	DEE
<i>Money is an Experience Good: Competition and Trust in the Private Provision of Money</i>	Pedro Teles, Ramon Marimon e Juan Pablo Nicolini	<i>Journal of Monetary Economics</i>	DEE
<i>The Margins of Multinational Production and the Role of Intrafirm Trade</i>	Luca Opromolla, Alfonso Irarrazabal e Andreas Moxnes	<i>Journal of Political Economy</i>	DEE
<i>An assessment of Portuguese banks' costs and efficiency</i>	Miguel Boucinha, Nuno Ribeiro e Thomas Weyman Jones	<i>Journal of Productivity Analysis</i>	DEE
<i>Finite Sample Performance of Frequency and Time Domain Tests for Seasonal Fractional Integration</i>	João Valle e Azevedo, Paulo Rodrigues	<i>Journal of Statistical Computation and Simulation</i>	DEE
<i>The Welfare Gains of Financial Liberalization: Capital Accumulation and Idiosyncratic Risks</i>	António Antunes, Tiago Cavalcanti	<i>Journal of the European Economic Association</i>	DEE
<i>Dynamic threshold modelling and the US business cycle</i>	António Rua, Carvalho e K. F. Turkman	<i>Journal of the Royal Statistical Society Series C</i>	DEE
<i>Why Ex(Im)porters Pay More: Evidence from Matched Firm-Worker Panels</i>	Luca Opromolla e Pedro Martins	<i>Labour Economics</i>	DEE
<i>Excess worker turnover in two-tier systems: Match and firm heterogeneity</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	<i>Labour Economics</i>	DEE
<i>Firms' price and wage adjustment in Europe: survey evidence on nominal stickiness</i>	Fernando Martins	<i>Labour Economics, Elsevier</i>	DEE
<i>Portugal: Rebalancing the economy and returning to growth through job creation and better capital allocation</i>	Ildeberta Abreu, Alvaro Pina	<i>OECD Economics Department Working Papers n.º 994</i>	DEE
<i>The flexible Fourier form and local generalised least squares de-trended unit root tests</i>	Paulo Rodrigues e Robert Taylor	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Do low-wage workers react less to longer unemployment benefits? Quasi-experimental evidence</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Money growth and inflation in the euro area: a time-frequency view</i>	António Rua	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>The Reservation Wage Unemployment Nexus</i>	Pedro Portugal, António Ferreira Machado e John Addison	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Dynamic factor models with jagged edge panel data: Taking on board the dynamics of the idiosyncratic components</i>	António Rua, Maximiano Pinheiro e Francisco Dias	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>A wavelet-based assessment of market risk: The emerging markets case</i>	António Rua e J. Catela Nunes	<i>Quarterly Review of Economics and Finance</i>	DEE
<i>The Tip of the Iceberg: A Quantitative Framework for Estimating Trade Costs</i>	Luca Opromolla, Alfonso Irarrazabal e Andreas Moxnes	<i>Review of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Product and Destination Mix in Export Markets</i>	João Amador e Luca Opromolla	<i>Review of World Economics</i>	DEE
<i>Choosing between time and state dependence: Micro evidence on firms' price-reviewing strategies</i>	Carlos Robalo Marques, Daniel Dias e Fernando Martins	<i>Scandinavian Journal of Economics</i>	DEE
<i>Determining the number of global and country-specific factors in the euro area</i>	António Rua, Maximiano Pinheiro e Francisco Dias	<i>Studies in Nonlinear Dynamics & Econometrics</i>	DEE
<i>Assessing the impact of shocks on international tourism demand for Portugal</i>	Ana Daniel, Paulo Rodrigues	<i>Tourism Economics</i>	DEE
<i>Girls school attendance: A Dynamic discrete choice structural model approach</i>	Hugo Reis	<i>UCL working Paper</i>	DEE
<i>Estimating the Demand for School Attributes in Pakistan</i>	Hugo Reis e Pedro Carneiro	<i>UCL working Paper</i>	DEE
<i>First Names, Identity, and Assimilation of Immigrants in the United States</i>	Hugo Reis e Pedro Carneiro	<i>UCL working Paper</i>	DEE
<i>Housing Market Dynamics: Any News?</i>	Sandra Rua e Caterina Mendicino	<i>ISEG-UTL, WP 2012/23</i>	DEE
<i>House Prices, Credit Growth, and Excess Volatility: Implications for Monetary and Macroeconomic Policy</i>	Caterina Mendicino, Paolo Gelain e Kevin Lansing	<i>Federal Reserve Bank of San Francisco, WP 2012-11</i>	DEE
Total artigos assinados	104		

BALANÇO E CONTAS



1. APRESENTAÇÃO
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4. RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS
5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA

1. APRESENTAÇÃO

Para os efeitos previstos no Artigo 54.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, apresentam-se as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2012⁴⁹ (ver secções 2 e 3), as quais foram preparadas de acordo com o novo Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP), aprovado com efeitos a 1 de janeiro de 2012.

As contas anuais do Banco são sujeitas a auditoria externa, nos termos do Artigo 46.º da Lei Orgânica (ver secção 4) e, conforme previsto no seu Artigo 43.º, foram objeto de relatório e parecer do Conselho de Auditoria (ver secção 5). O Conselho Consultivo pronunciou-se sobre as contas do Banco.

1.1. Evolução da composição do Balanço

O quadro seguinte apresenta a evolução das posições de fim de ano das principais rubricas do balanço do Banco de Portugal, no período de 2008 a 2012:

	2008	2009	2010	2011	2012	Δ 2012/2011
ATIVO	50 676	62 524	99 750	109 768	119 406	9638
Ouro	7644	9425	12 979	14 964	15 509	545
Fundo Monetário internacional (Líq.)	148	263	298	306	301	(5)
Ativos de Gestão (Líq.)	14 533	15 064	19 183	16 011	15 015	(996)
Moeda estrangeira	732	529	2053	594	871	277
Euros	13 800	14 535	17 130	15 417	14 144	(1273)
Carteira de negociação	9179	9138	11 259	9351	8402	(948)
Carteira de investimento a médio prazo	4621	5397	5870	6067	5742	(325)
Ativos de política monetária	10 210	16 708	45 060	53 270	59 768	6498
Op. de financiamento às Instituições de Crédito	10 210	16 061	40 899	46 002	52 784	6782
Títulos detidos para fins de política monetária	-	648	4161	7269	6984	(285)
Ativos sobre o Eurosistema	16 838	19 130	20 195	23 019	26 347	3328
Participação e ativos transferidos para BCE	1088	1123	1152	1181	1210	29
Outros ativos sobre o Eurosistema	15 750	18 007	19 043	21 838	25 136	3299
Outros ativos	1245	1056	1101	1241	1526	285
PASSIVO E RECURSOS PRÓPRIOS	50 676	62 524	99 750	109 768	119 406	9638
Notas em circulação	17 254	18 608	19 376	20 452	21 003	552
Notas colocadas em circulação (líq.)	1575	663	333	(1369)	(4022)	(2653)
Ajustamentos à circulação	15 679	17 945	19 043	21 821	25 025	3204
Responsabilidade p/ c/ IC: op. de política monetária	5402	8771	4921	5691	8136	2444
Responsabilidades p/ c/ outras entidades	1	2	1	4869	5484	614
Responsabilidades p/ c/ Eurosistema	18 953	23 436	59 921	60 964	66 026	5062
Outras responsabilidades	484	364	444	516	356	(161)
Provisões*	141	99	54	23	8	(16)
Recursos próprios	8382	10 365	14 098	16 295	17 454	1160
Diferenças de reavaliação	4788	6479	10 055	12 061	12 657	596
Provisão para riscos gerais*	2016	2301	2464	2924	3192	268
Capital próprio	1230	1330	1381	1278	1156	(122)
Resultado do período	349	254	198	31	449	418

* As rubricas de Provisões e Provisão para riscos gerais foram ajustadas de acordo com as regras do novo PCBP em todos os anos apresentados.

⁴⁹ Totais / subtotais incluídos nos quadros e gráficos apresentados podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que, nesta secção, os valores estão apresentados em milhões de euros.

Apresentam-se de seguida as posições no final de 2012 das principais rubricas do balanço do Banco de Portugal, assim como as respetivas variações face ao ano anterior, ordenados numa lógica de agregação idêntica às análises efetuadas ao longo deste relatório:

Quadro 2

Milhões de euros

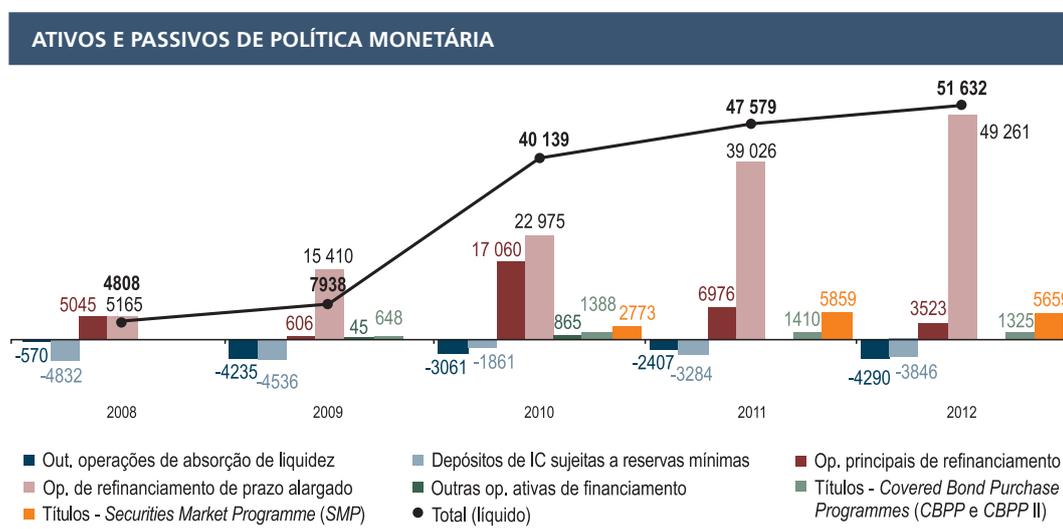
	2011	2012	Δ 2012/2011
a) Ativos e passivos de política monetária	47 579	51 632	4053
Ativos de política monetária	53 270	59 768	6498
Responsabilidade p/ c/ IC: op. de política monetária	(5691)	(8136)	(2444)
b) Ouro e ativos de gestão (líq.)	30 975	30 524	(451)
Ouro	14 964	15 509	545
Ativos de gestão (Líq.)	16 011	15 015	(996)
c) Outros ativos de balanço	24 566	28 174	3608
FMI (Líq.)	306	301	(5)
Ativos sobre o Eurosistema	23 019	26 347	3328
Outros ativos	1241	1526	285
d) Notas em circulação	20 452	21 003	552
Notas colocadas em circulação (líq.)	(1369)	(4022)	(2653)
Ajustamentos à circulação	21 821	25 025	3204
e) Responsabilidades p/ c/ Eurosistema	60 964	66 026	5062
f) Outros passivos	5409	5847	438
Responsabilidades p/ c/ outras entidades	4869	5484	614
Outras responsabilidades	516	356	(161)
Provisões	23	8	(16)
g) Recursos próprios	16 295	17 454	1160
Diferenças de reavaliação	12 061	12 657	596
Provisão para riscos gerais	2924	3192	268
Capital próprio	1278	1156	(122)
Resultado do período	31	449	418

a) Ativos e passivos de política monetária

O saldo total (líquido) das operações de política monetária, decididas no quadro do Eurosistema, registou um aumento em 2012 (+4 053 milhões de euros), embora claramente inferior aos acréscimos verificados em anos anteriores (+7 440 milhões de euros em 2011 e +32 201 milhões de euros em 2010) (Gráfico 1).

Gráfico 1

Milhões de euros



A evolução do refinanciamento às IC foi acompanhada por uma alteração da sua composição, com as IC a recorrerem em larga escala à operação de refinanciamento de prazo alargado, com maturidade de 3 anos, anunciada pelo Banco Central Europeu (BCE) em fevereiro de 2012 (tal como já tinham feito na primeira operação deste tipo, em dezembro de 2011) e, em contrapartida, reduziram marcadamente o recurso às operações principais de financiamento e às operações de prazo alargado inferior a 1 ano (Gráfico 4). Estes movimentos traduziram-se num significativo alongamento do prazo médio de refinanciamento junto do Eurosistema, em linha com o objetivo dos bancos de estabilizarem o seu *funding* no contexto do processo de desalavancagem gradual dos balanços.

Gráfico 4

Milhões de euros

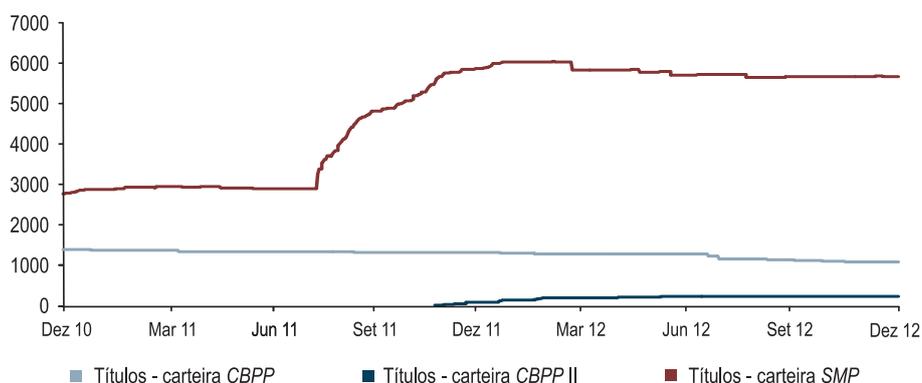
EVOLUÇÃO DIÁRIA DAS OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA REGULARES



No que diz respeito à carteira de títulos detidos para fins de política monetária, os montantes de investimento apresentados traduzem a participação do Banco de Portugal nos programas de estabilização aprovados pelo Eurosistema, no âmbito da sua função de execução partilhada das operações não convencionais de política monetária. O montante global desta carteira apresenta uma ligeira redução de -285 milhões de euros face ao final de 2011, decorrente do efeito conjugado de vencimentos e investimentos, situando-se em dezembro de 2012 em 6 984 milhões de euros. Como se observa no Gráfico 5 estas carteiras apresentam ligeiras oscilações ao longo de 2012, sendo que apenas se verificaram ligeiros investimentos relativos ao programa de estabilização do mercado de títulos no âmbito do Eurosistema (SMP), no primeiro trimestre, e ao segundo programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP II). Já não se encontram previstas compras quer para o primeiro programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP) (encerrado em junho de 2010), quer para os programas SMP e CBPP II (encerrados em setembro e outubro de 2012, respetivamente). Todas estas carteiras são valorizadas ao custo amortizado e detidas até à maturidade.

Ainda no âmbito das operações não convencionais de política monetária e com o objetivo de corrigir as falhas de funcionamento do mercado de obrigações de alguns países da área do euro, o Conselho do BCE aprovou, em agosto de 2012, a criação de um novo programa de aquisição de obrigações soberanas da área do euro, denominado transações monetárias definitivas (OMTs). Em 2012 não foram efetuadas aquisições de títulos ao abrigo deste programa.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DAS CARTEIRAS DE TÍTULOS DETIDOS PARA FINS DE POLÍTICA MONETÁRIA



b) Ouro e ativos de gestão (líq.)

• Ouro

A reserva de Ouro do Banco de Portugal não apresenta, face a 2011, qualquer variação relevante em termos de quantidade (que se mantém em 382,5 toneladas). Desta forma, o crescimento do valor desta reserva, face a dezembro de 2011 (+545 milhões de euros), deve-se unicamente à evolução positiva da sua cotação e é acompanhado por uma variação, de igual montante, na rubrica "Diferenças de reavaliação".

A evolução do preço do ouro refletiu o acréscimo do seu preço em USD, seguindo a tendência verificada nos últimos anos, em parte contrariada pela redução da cotação do USD face ao euro, verificada em 2012 (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6

COTAÇÃO DO OURO (onças de ouro fino)

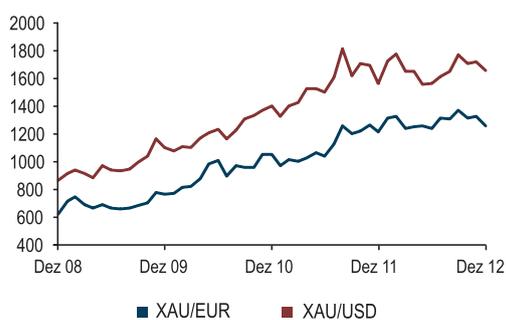
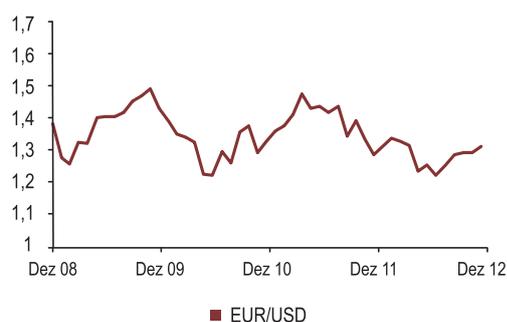


Gráfico 7

EVOLUÇÃO CAMBIAL – EUR / USD



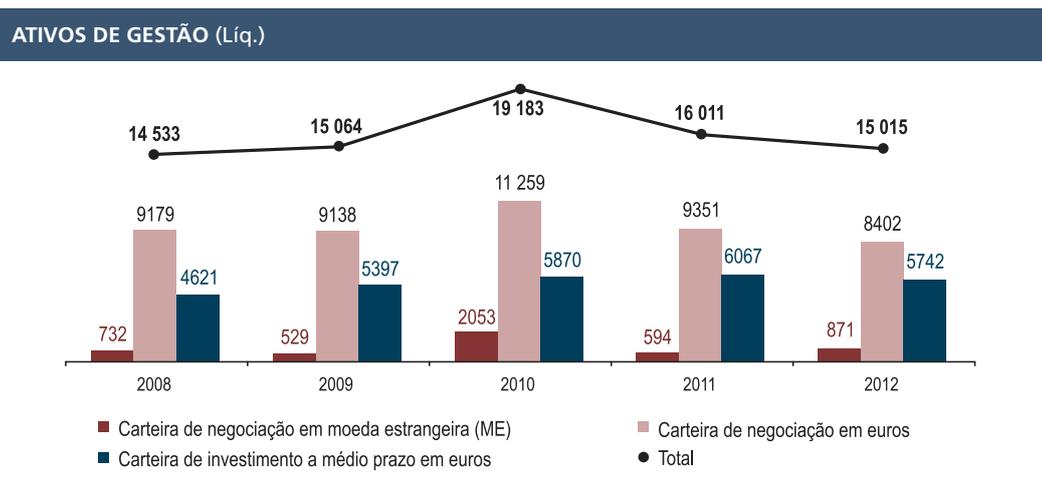
• Ativos de gestão (líq.)

Os ativos de gestão do Banco de Portugal apresentam, em 2012, uma ligeira diminuição face aos níveis verificados no ano anterior (-996 milhões de euros). Observa-se uma redução das carteiras de negociação e de investimento em euros de respetivamente -948 e -325 milhões de euros, em parte compensada pelo incremento da carteira de negociação em ME (+277 milhões de euros). Estas alterações não influenciam porém a estrutura global da carteira, a qual privilegia os investimentos em ativos denominados em euros.

A evolução registada traduz a opção de investimento do Banco, dentro da flexibilidade permitida pelos limites estabelecidos através dos acordos ao nível do Eurosistema, e reflete o compromisso entre rentabilidade e risco face à atual conjuntura económica e financeira.

Gráfico 8

Milhões de euros



As taxas de juro do mercado monetário do euro registaram uma descida ao longo do ano, refletindo sobretudo as expectativas do mercado e as decisões de política monetária do BCE, num contexto de grande instabilidade financeira no mercado da dívida soberana europeia, que só se atenuou na segunda metade do ano (Gráfico 9). Essa instabilidade, e a sua subsequente atenuação, marcaram fortemente a evolução das taxas de rentabilidade nos principais mercados obrigacionistas europeus, onde se concentra a maioria das aplicações financeiras do Banco, verificando-se evoluções muito diferenciadas nos vários mercados ao longo do ano, que exigiram um esforço redobrado e uma flexibilidade acrescida na gestão de ativos (Gráficos 9, 10, 11 e 12). Em termos médios anuais, verificou-se um decréscimo na generalidade das taxas face a 2011.

Gráfico 9

TAXAS DE JURO DO MERCADO MONETÁRIO

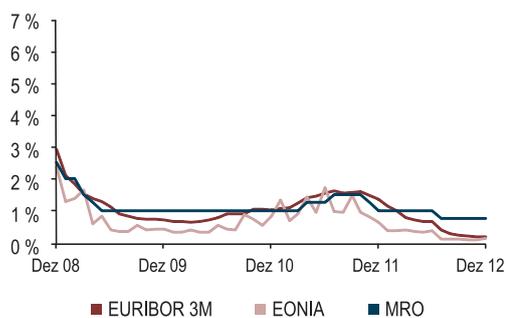


Gráfico 10

TAXAS DE JURO A 3 MESES

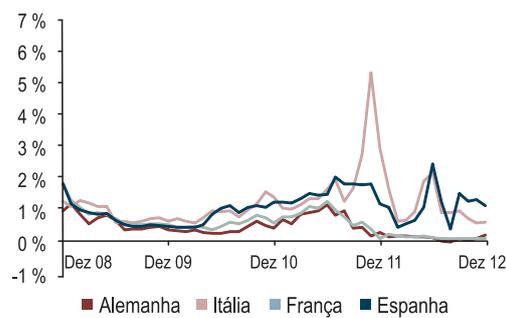


Gráfico 11

TAXAS DE JURO A 2 ANOS

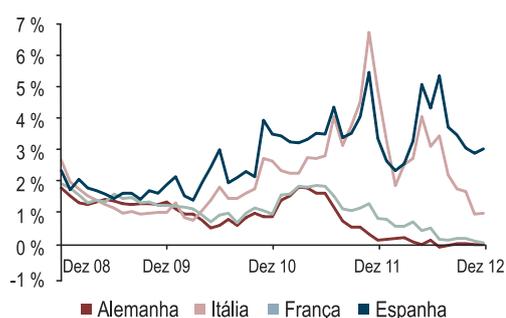
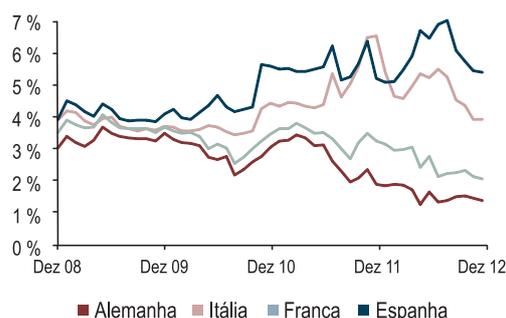


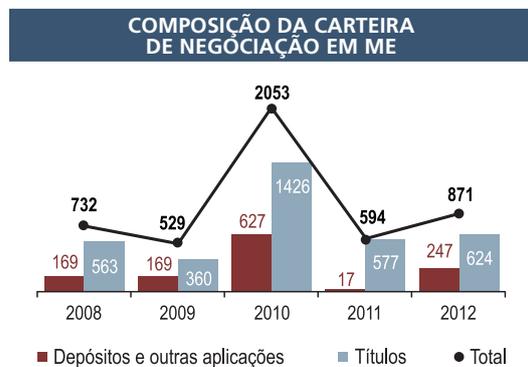
Gráfico 12

TAXAS DE JURO A 10 ANOS

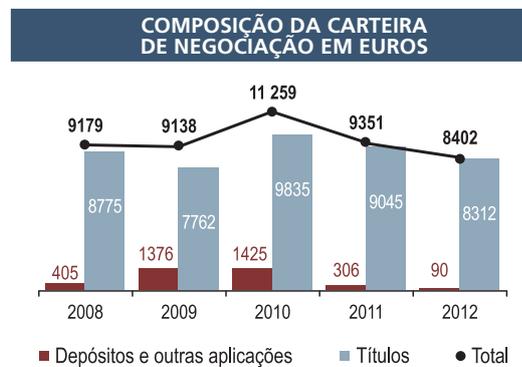


Ao nível da composição por instrumento, a carteira de negociação, quer na componente em euros, quer na componente em moeda estrangeira (ME), continua a ser maioritariamente constituída por títulos, à semelhança de anos anteriores, embora a componente de depósitos e outras aplicações em ME tenha sido um pouco reforçada no período em análise (Gráficos 13 e 14). Os títulos desta carteira são valorizados a preços de mercado.

Gráficos 13 Milhões de euros



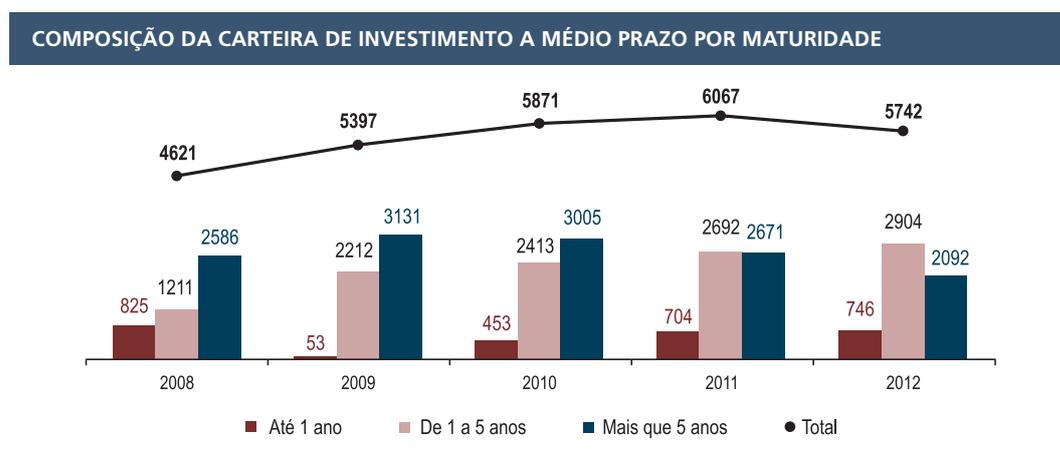
Gráficos 14 Milhões de euros



No que se refere à carteira de investimento a médio prazo (Gráfico 15), totalmente denominada em euros, valorizada ao custo amortizado e detida até ao vencimento, assinala-se que continua a ser constituída, praticamente na sua totalidade, por títulos.

Gráfico 15

Milhões de euros



c) Outros ativos de balanço

Entre as restantes rubricas ativas do balanço do Banco de Portugal destacam-se os Ativos sobre o Euro-sistema, quer pelo seu peso no total do balanço, quer pela sua evolução positiva verificada de forma contínua nos últimos anos. Na composição destes ativos destaca-se a posição remunerada relativa aos ajustamentos às notas em circulação, efetuados de acordo com a decisão BCE/2010/29. Estes ajustamentos apresentam em dezembro de 2012 o montante total de 25 025 milhões de euros (+3 204 milhões de euros do que em dezembro de 2011). O crescimento desta posição ativa reflete o efeito conjugado do aumento da circulação do Eurosistema e do aumento do diferencial positivo entre as notas recolhidas e as colocadas em circulação pelo Banco (Gráfico 16). Adicionalmente, reflete-se também no aumento dos ativos sobre o Eurosistema a realização, em dezembro de 2012, da terceira e última prestação, no valor de 29 milhões de euros, da participação do Banco de Portugal no aumento de capital do BCE. O aumento total de capital, decidido pelo BCE no final do ano de 2010, ascendeu a 5 000 milhões de euros, tendo o Banco de Portugal subscrito 87,5 milhões de euros, realizados em 3 prestações anuais, entre 2010 e 2012.

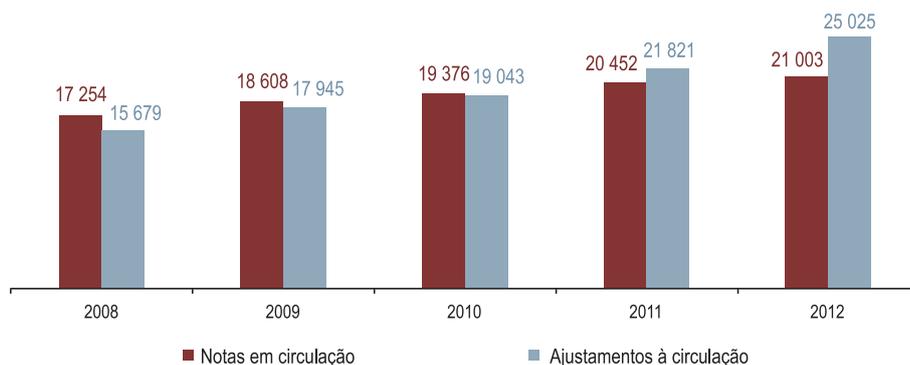
d) Notas em circulação

O agregado Notas em circulação, registado no passivo do Banco de Portugal, traduz a quota de Portugal nas Notas em circulação do Eurosistema (Gráfico 16). Este agregado manteve a tendência de crescimento contínuo, desde o início da circulação do euro, reflexo do aumento da circulação global ao nível do Eurosistema, tendo aumentado 552 milhões de euros em 2012.

Gráfico 16

Milhões de euros

NOTAS EM CIRCULAÇÃO E AJUSTAMENTOS À CIRCULAÇÃO



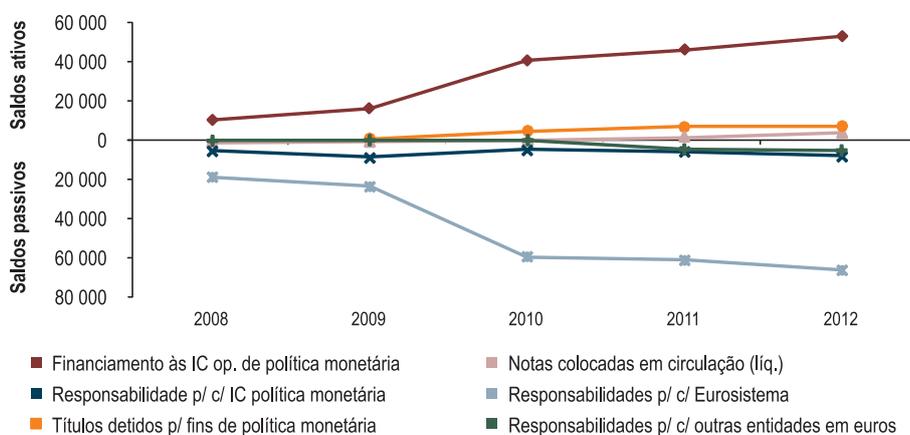
e) Responsabilidades para com o Eurosistema

O valor das responsabilidades para com o Eurosistema (essencialmente referentes às responsabilidades TARGET) apresenta, a dezembro de 2012, um crescimento significativo face ao ano anterior (+5 062 milhões de euros), o qual se encontra bastante influenciado pela evolução verificada no financiamento às IC e pelo aumento da posição devedora relativa ao diferencial entre as notas colocadas e recolhidas de circulação pelo Banco de Portugal. O acréscimo decorrente destes fatores foi em parte compensado pelo impacto do aumento das responsabilidades para com o setor público e das responsabilidades para com as IC (Gráfico 17).

Gráfico 17

Milhões de euros

RESPONSABILIDADES PARA COM O EUROSISTEMA E PRINCIPAIS CONTRAPARTIDAS



f) Outros passivos

Incluído no agregado de outros passivos destaca-se a rubrica Responsabilidades internas para com outras entidades em euros, a qual se refere praticamente na totalidade a saldos de depósitos do Setor Público. Estas responsabilidades apresentam um crescimento de 614 milhões de euros face a dezembro de 2011 e refletem, maioritariamente, o valor de depósitos do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) relacionados com fundos provenientes da União Europeia e do FMI, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF). No âmbito deste programa foi assinado, em 2011, um protocolo entre o Banco e o IGCP onde foram criadas as contas especiais e definidas as condições em que o Banco recebe os fundos dos financiamentos e efetua as referidas transferências de capital, juros e despesas inerentes ao programa. Este protocolo tem como princípio base a neutralidade, por forma a que o Banco não esteja sujeito a qualquer perda ou ganho, em resultado do referido financiamento externo prestado a Portugal.

A rubrica de provisões, de acordo com o novo PCBP, passou a incluir apenas as provisões enquadradas na definição de passivo. Desta forma, os valores apresentados dizem apenas respeito à provisão relacionada com operações de política monetária do Eurosistema, estando a sua movimentação dependente das decisões do Conselho do BCE.

g) Recursos próprios

Em 2012 o agregado de Recursos próprios do Banco de Portugal (Diferenças de reavaliação, Provisão para riscos gerais, Capital próprio e Resultado líquido do período) apresenta um crescimento global de 1 160 milhões de euros. Para este aumento contribuem principalmente os aumentos das diferenças de reavaliação positivas do ouro (+545 milhões de euros), do resultado líquido do período (+418 milhões de euros) e da rubrica de provisões para riscos gerais (+268 milhões de euros) (Gráfico 18).

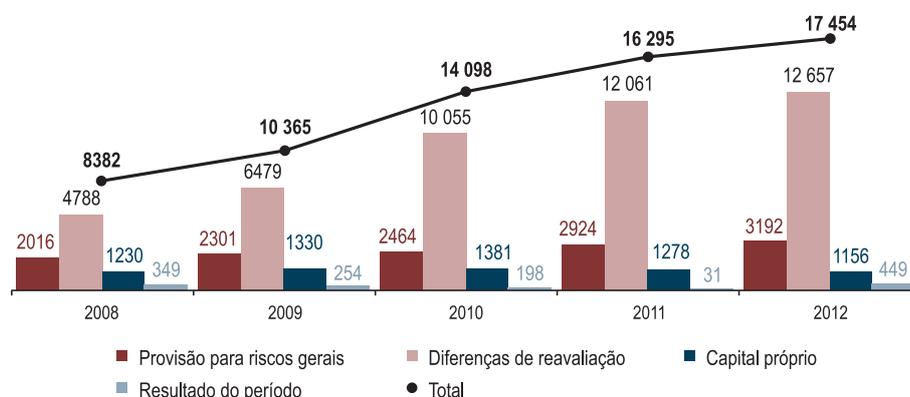
Com a aprovação do novo PCBP, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, foi criada uma nova provisão para riscos gerais, a qual abrange todos os riscos financeiros de balanço a que se encontra exposto o Banco de Portugal. A rubrica de provisões deixou assim de contemplar as diversas provisões para fins específicos, cujo valor foi utilizado para criar a nova provisão de riscos gerais. Esta nova provisão tem uma natureza equivalente a uma reserva, dado que apresenta um carácter de permanência, destinando-se a cobrir riscos potenciais de balanço numa perspetiva de médio e longo prazo. De acordo com a recomendação do BCE e do FMI, tendo em consideração a evolução dos mercados financeiros, assim como o agravamento generalizado do risco de crédito, os bancos centrais devem fortalecer os seus recursos próprios por forma a terem capacidade de, a qualquer momento, cobrir possíveis perdas, incluindo as que resultam da partilha de risco com o Eurosistema, mantendo níveis de autonomia financeira adequados à sua missão. Neste contexto, o Banco apresenta, em 2012, um aumento líquido de 268 milhões de euros desta provisão, tendo em consideração, entre outros fatores, a avaliação de riscos efetuada para o período em análise.

Refira-se ainda a redução observada na rubrica de Capital próprio (-122 milhões de euros) que decorre do impacto em resultados transitados e outras reservas, quer do reconhecimento da responsabilidade para com reformados e pensionistas relativa a benefícios pós-emprego que estavam, até 2011, a ser reconhecidos diretamente em gastos com pessoal aquando do seu pagamento, quer do reconhecimento de desvios atuariais negativos do período de 2012 (conforme detalhado nas Notas 21 e 32 da secção 3 Notas às demonstrações financeiras).

Gráfico 18

Milhões de euros

RECURSOS PRÓPRIOS



1.2. Evolução da demonstração de resultados

As principais componentes da demonstração de resultados, de 2008 a 2012, são apresentadas no seguinte quadro:

Quadro 3

Milhões de euros

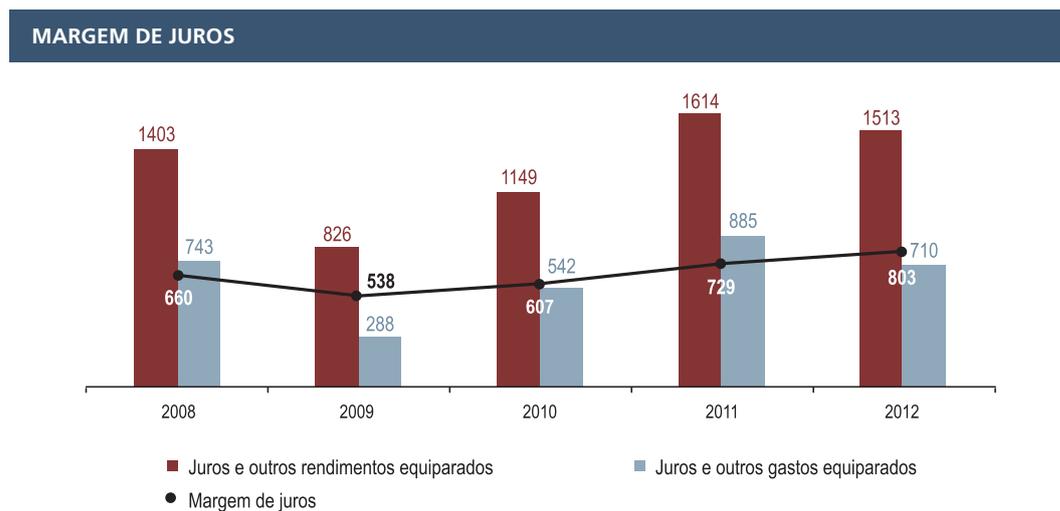
	2008	2009	2010	2011	2012	Δ 2012/2011
Margem de juros	660	538	607	729	803	74
Juros e outros rendimentos equiparados	1403	826	1149	1614	1513	-101
Juros e outros gastos equiparados	-743	-288	-542	-885	-710	175
Resultados realizados em op. financeiras	64	165	156	-70	91	160
Prejuízos não realizados em op. financeiras	-14	-6	-222	-18	-2	16
Transferências de / para provisões para riscos	-173	-145	-163	-460	-268	192
Rendimentos de ações e participações	32	27	45	25	20	-6
Result. líq.da repartição do rendimento monetário	41	-56	35	-9	113	122
Gastos de natureza administrativa	163	164	175	165	168	3
Gastos com pessoal	117	118	121	111	108	-4
Excluindo os relativos à supervisão	103	104	104	95	91	-4
Relativos à supervisão	13	14	16	16	17	1
Fornecimentos e serviços de terceiros	36	36	40	37	41	4
Excluindo os relativos ao PAEF	36	36	40	36	36	-
Relativos ao PAEF	-	-	-	1	5	4
Outros gastos de natureza administrativa	1	1	1	1	1	-
Depreciações e amortizações do período	10	9	14	16	18	2
Gastos relativos à produção de notas	15	18	13	12	15	4
Outros Resultados	52	11	12	16	41	25
Resultado antes de impostos	484	353	283	37	614	577
Imposto sobre o rendimento – corrente	-162	-52	-80	-201	-	201
Imposto sobre o rendimento – diferido	28	-46	-4	195	-165	-360
Resultado líquido do período	349	254	198	31	449	418

O resultado líquido do período de 2012 situa-se em 449 milhões de euros, apresentando um aumento de 418 milhões de euros face a 2011.

No aumento do resultado do período de 2012 destacam-se, como principais impactos, o aumento da margem de juros, dos resultados realizados em operações financeiras, do resultado líquido da repartição de rendimentos monetários, assim como o aumento derivado da redução no reforço da provisão para riscos gerais, em face da ponderação dos diversos fatores inerentes à avaliação de riscos do Banco.

Gráfico 19

Milhões de euros

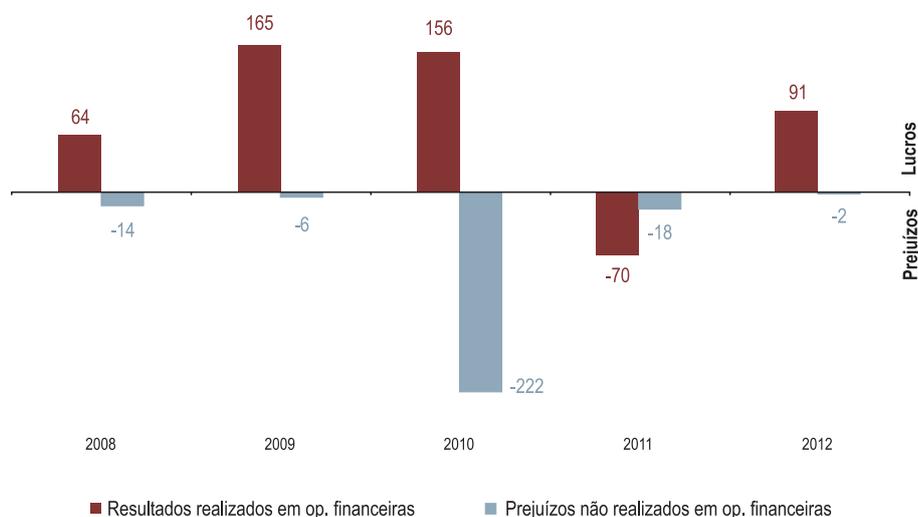


No ano em análise a margem de juros, principal componente da demonstração de resultados do Banco, atingiu o valor de 803 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 10 % (+74 milhões de euros) face a 2011 (Gráfico 19). Esta variação deveu-se, essencialmente, ao facto de a redução verificada nos juros e outros gastos equiparados ter superado o decréscimo dos juros e outros rendimentos equiparados. No que diz respeito aos juros dos passivos, a redução deveu-se principalmente à diminuição significativa das taxas associadas aos principais passivos de balanço, onde se destacam as responsabilidades para com o Eurosistema (*TARGET*) e para com o Setor Público. No que toca à diminuição dos juros dos ativos, deverá assinalar-se, como principal fator, a redução generalizada das taxas de rendimento, com exceção das referentes à carteira de títulos detidos para fins de política monetária, as quais, dada a especificidade dos títulos de dívida em causa, apresentaram um crescimento face a 2011, sendo bastante superiores às restantes taxas dos ativos remunerados. A diminuição das taxas de juro dos ativos foi ainda parcialmente compensada pelo aumento, face a 2011, dos saldos médios de algumas importantes componentes de ativos, nas quais se destacam o financiamento às IC, a posição ativa de ajustamentos à circulação e também a própria carteira de títulos detidos para fins de política monetária.

Gráfico 20

Milhões de euros

RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E MENOS VALIAS POTENCIAIS



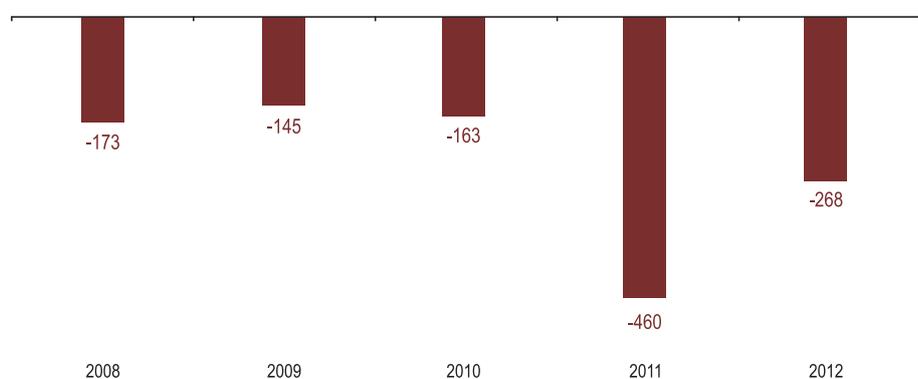
Os resultados realizados em operações financeiras situaram-se em 91 milhões de euros, representando um acréscimo de +160 milhões de euros face a 2011 (Gráfico 20), ano em que as operações de títulos denominados em euros apresentaram resultados realizados negativos.

No que diz respeito à variação das menos valias potenciais continua a verificar-se uma redução do seu valor face aos anos anteriores, apresentando em 2012 o montante total de 2 milhões de euros (face a 18 milhões de euros em 2011 e 222 milhões de euros em 2010). Estas perdas potenciais dizem respeito a diferenças de reavaliação cambiais negativas (1,4 milhões de euros) e a desvalorizações de preço de títulos (1,0 milhão de euros). De acordo com as regras contabilísticas harmonizadas do Eurosistema, os prejuízos não realizados foram reconhecidos em gastos do período a 31 de dezembro, enquanto os ganhos não realizados se mantêm reconhecidos em balanço nas respetivas rubricas de diferenças de reavaliação.

Gráfico 21

Milhões de euros

TRANSFERÊNCIA DE / PARA PROVISÕES PARA RISCOS



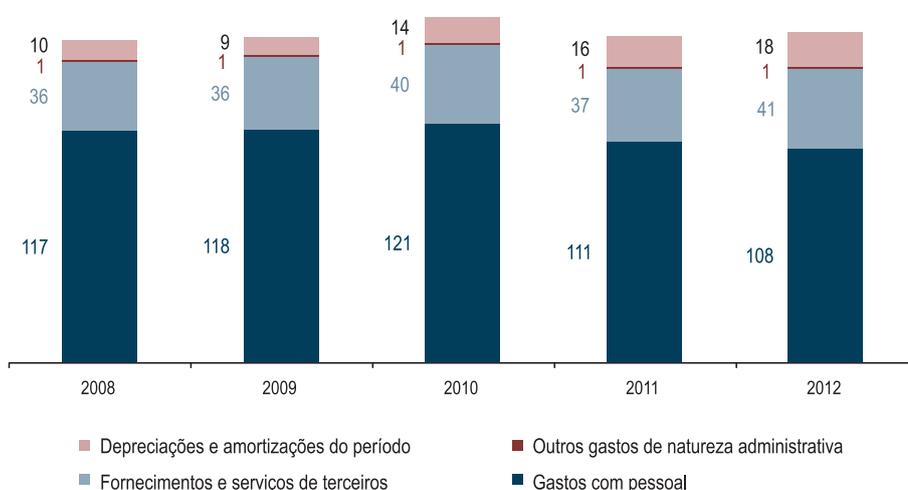
Em final de ano, as perdas potenciais, anteriormente mencionadas, foram cobertas através da utilização da provisão para riscos gerais (2 milhões de euros) e esta provisão foi reforçada pelo montante de 270 milhões de euros. Para este reforço foram tidos em consideração os critérios de prudência enunciados no PCBP e as posições globais de riscos de balanço a médio e longo prazo a que o Banco se encontra exposto, num contexto da importância crescente do fortalecimento dos recursos próprios dos bancos centrais por forma a terem capacidade de cobrir possíveis perdas, incluindo as que resultam da partilha de risco com o Eurosistema, mantendo níveis de autonomia financeira adequados à sua missão.

Em 2012, a rubrica de resultado líquido da repartição do rendimento monetário inclui, genericamente, o resultado do método associado a este período e acertos de anos anteriores (num total de 97 milhões de euros) e o ganho relativo à parcela do Banco de Portugal na redução da provisão para riscos partilhados com o Eurosistema, relacionados com operações de política monetária (16 milhões de euros). No que respeita ao resultado da repartição do rendimento monetário, o grande crescimento verificado, face a 2011, traduz, essencialmente, a evolução das operações de política monetária de Portugal e do Eurosistema. Relativamente à movimentação da provisão para cobertura de riscos partilhados com o Eurosistema em operações de política monetária, esta traduz a decisão do Conselho do BCE, em face da evolução positiva observada na execução dos colaterais recebidos em garantia das operações que foram objeto da constituição da provisão.

Gráfico 22

Milhões de euros

GASTOS ADMINISTRATIVOS TOTAIS



Os gastos administrativos apresentam em 2012 um crescimento de 2 % face a 2011 (3 milhões de euros), situando-se em 168 milhões de euros (Gráfico 22). Como principal componente destes gastos salientam-se os gastos com pessoal (que representam 64 % do total), os quais apresentam um decréscimo de 3 % face a 2011 (-4 milhões de euros), situando-se em 2012 nos 108 milhões de euros. Prossegue assim em 2012 o cenário de contenção remunerativa e de redução de gastos implementado desde 2010, em resultado da orientação do Conselho de Administração no sentido de associar o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico e financeiro. Refira-se que o valor acumulado de redução de gastos com pessoal nos dois últimos períodos se cifra em cerca de 13 milhões

de euros (-11 %), sendo que, caso sejam excluídos os gastos relacionados com o reforço inerente ao aumento de responsabilidades de supervisão, se situaria numa redução de 14 milhões de euros (-13 %). No ano em análise foram mantidas as medidas adotadas com caráter transitório, as quais incidem sobre parcelas de remuneração e demais gastos com recursos humanos que não são legal ou contratualmente obrigatórias, e implementadas medidas adicionais, entre as quais a suspensão do pagamento do subsídio de férias dos empregados. Refira-se também que o Conselho de Administração abdicou voluntariamente do recebimento dos seus subsídios de Natal e de férias e manteve a redução do seu vencimento. No que se refere à política de admissões salienta-se que, no ano em análise, o Banco continuou a privilegiar o reforço do seu quadro técnico para fazer face ao acréscimo das responsabilidades que lhe estão cometidas no atual contexto económico e financeiro, nomeadamente em matéria de supervisão bancária.

A rubrica Fornecimentos e serviços de terceiros (FST) (que representa 25 % do total dos custos administrativos) atingiu o valor de 41 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de 11 % face a 2011, que traduz fundamentalmente o efeito dos gastos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF); excluindo este efeito, verifica-se um aumento de 0,8 % face a 2011 (0,3 milhões de euros). Este crescimento decorre essencialmente do aumento quer de preços, quer da carga fiscal, com incidência relevante nas despesas relativas aos consumos gerais do Banco, com destaque em gastos com eletricidade e noutros gastos indispensáveis à sua atividade.

O ligeiro aumento da rubrica de FST (0,8 %) só foi assim possível face à continuação dos esforços de contenção de gastos e a uma gestão eficiente de recursos, incluindo a revisão de políticas de contratualização, promovidos pelos diversos Departamentos do Banco. Neste âmbito foram identificadas áreas específicas de intervenção e implementadas soluções que permitiram obter níveis de poupança expressivos em diversas rubricas de FST.

O valor de depreciações e amortizações do período representa, em 2012, 18 milhões de euros, tendo crescido 13 % face a dezembro de 2011, em resultado da conclusão, em 2012, de projetos de elevado montante, fruto de investimentos efetuados em anos anteriores, essencialmente no âmbito de obras em edifícios e instalações e do sistema de gestão documental do Banco.

No que se refere aos Gastos relativos à produção de notas assinala-se que o seu crescimento, face a 2011, se deve essencialmente ao aumento da parcela da produção de notas atribuída em 2012, pelo BCE, ao Banco de Portugal.

Em relação ao impacto fiscal nos resultados de 2012, para além do reconhecimento do gasto com o imposto corrente (0,3 milhões de euros relativo à tributação autónoma), o Banco reverteu o ativo por imposto diferido constituído em 2011 (ver Nota 30 da secção 3 Notas às demonstrações financeiras).

Lisboa, 26 de fevereiro de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Governador

Carlos da Silva Costa

Os Vice-Governadores

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Os Administradores

José António da Silveira Godinho

João José Amaral Tomaz

Distribuição de resultados

De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 53.º da Lei Orgânica, o resultado líquido do período de 2012, no montante de 449,15 milhões de euros, foi distribuído da seguinte forma:

10% para reserva legal 44 915 439,90 euros

10% para outras reservas 44 915 439,90 euros

e, nos termos da alínea c),

80% para o Estado a título de dividendos 359 323 519,16 euros

de acordo com o despacho n.º 59/2013 de 29 de abril de 2013, de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

II

118

BANCO DE PORTUGAL | ATIVIDADE E CONTAS 2012

BALANÇO DO BANCO DE PORTUGAL							
ATIVO	Notas	31/12/2012			31/12/2011 Reexpresso	31/12/2011	
		Ativo bruto	Depreciações, amortizações e imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido	Ativo líquido	
1. Ouro e ouro a receber	2	15 509 114	-	15 509 114	14 964 159	14 964 159	
2. Ativos externos em ME		1 663 495	-	1 663 495	1 524 468	1 524 468	
2.1. Fundo Monetário Internacional	3	1 241 500	-	1 241 500	1 262 970	1 262 970	
2.2. Depósitos, títulos e outras aplicações externas em ME	4	421 995	-	421 995	261 497	261 497	
3. Ativos internos em ME	4	448 673	-	448 673	332 363	332 363	
4. Ativos externos em euros	5	511 637		511 637	693 923	693 923	
4.1. Depósitos, títulos e empréstimos		511 637		511 637	693 923	693 923	
4.2. Ativos res. facilidade de crédito ao abrigo do Mec. taxa de câmbio II (MTC II)		-	-	-	-	-	
5. Financiamento às IC da área euro relacionado com operações de política monetária em euros	6	52 783 910	-	52 783 910	46 001 500	46 001 500	
5.1. Operações principais de refinanciamento		3 523 000	-	3 523 000	6 976 000	6 976 000	
5.2. Operações de refinanciamento de prazo alargado		49 260 910	-	49 260 910	39 025 500	39 025 500	
5.3. Operações ocasionais de regularização de liquidez		-	-	-	-	-	
5.4. Ajustamento estrutural de liquidez		-	-	-	-	-	
5.5. Facilidade marginal de cedência		-	-	-	-	-	
5.6. Créditos relacionados com valor de cobertura adicional		-	-	-	-	-	
6. Outros ativos internos em euros	5	58 435	-	58 435	164	164	
7. Títulos internos denominados em euros		14 816 394	-	14 816 394	15 925 261	15 925 261	
7.1. Títulos detidos para fins de política monetária	7	6 984 254	-	6 984 254	7 268 817	7 268 817	
7.2. Outros títulos internos denominados em euros	5	7 832 140	-	7 832 140	8 656 444	8 656 444	
9. Ativos sobre o Eurosistema	8	26 346 681	-	26 346 681	23 018 975	23 018 975	
9.1. Participação no capital do BCE		201 933	-	201 933	172 760	172 760	
9.2. Ativos reserva transferidos para o BCE		1 008 345	-	1 008 345	1 008 345	1 008 345	
9.3. Ativos relacionados com contas TARGET (líq.)		-	-	-	-	-	
9.4. Ativos relacionados com a emissão de notas (líq.)		25 024 918	-	25 024 918	21 820 552	21 820 552	
9.5. Outros ativos sobre o Eurosistema (líq.)		111 485	-	111 485	17 319	17 319	
10. Valores a cobrar		4	-	4	17	17	
11. Outros ativos		7 548 177	280 388	7 267 789	7 307 536	7 307 536	
11.1. Moeda metálica		50 097	-	50 097	46 537	46 537	
11.2. Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9	333 662	206 478	127 184	123 065	123 065	
11.3. Outros ativos financeiros	10	5 822 689	-	5 822 689	6 144 941	6 144 941	
11.4. Variações patrimoniais de operações extrapatrimoniais		-	-	-	-	-	
11.5. Acréscimos e diferimentos	11	910 240	-	910 240	775 872	775 872	
11.6. Contas diversas e de regularização	12/19	431 488	73 910	357 579	217 121	217 121	
Total de depreciações e amortizações		-	206 478	-	-	-	
Total de imparidades	19	-	73 910	-	-	-	
Total do ativo		119 686 522	280 388	119 406 134	109 768 366	109 768 366	

Passivo, diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais e capital próprio	Notas	31/12/2012	31/12/2011 Reexpresso	31/12/2011
1. Notas em circulação	13	21 003 305	20 451 773	20 451 773
2. Responsabilidades para com as IC – Operações de política monetária em euros	14	8 135 794	5 691 371	5 691 371
2.1. Depósitos à ordem de IC (suj. a controlo de reservas mínimas)		3 846 051	3 284 118	3 284 118
2.2. Facilidade de depósito		4 289 742	2 406 403	2 406 403
2.3. Depósitos a prazo		-	-	-
2.4. Acordos de recompra – regularização de liquidez		-	-	-
2.5. Depósitos por ajustamento colateral em op. de cedência		-	850	850
3. Outras responsabilidades p/ com IC da área euro em euros		-	-	-
5. Responsabilidades internas p/ com outras entidades em euros	15	5 483 618	4 869 372	4 869 372
5.1. Responsabilidades para com o setor público		5 223 337	4 743 253	4 743 253
5.2. Outras responsabilidades		260 282	126 119	126 119
6. Responsabilidades externas em euros	16	426	336	336
7. Responsabilidades internas em ME		-	-	-
8. Responsabilidades externas em ME		-	-	-
8.1. Depósitos e outras responsabilidades		-	-	-
8.2. Responsabilidades res. facilidade de crédito ao abrigo do MTC II		-	-	-
9. Atribuição de Direitos de Saque Especiais pelo FMI	3	940 110	957 046	957 046
10. Responsabilidades para com o Eurosistema	8	66 025 846	60 964 229	60 964 229
10.1. Resp. com o BCE pela emissão de certificados de dívida		-	-	-
10.2. Responsabilidades relacionadas com contas TARGET (líq.)		66 025 846	60 923 110	60 923 110
10.3. Responsabilidades relacionadas com a emissão de notas (líq.)		-	-	-
10.4. Outras responsabilidades para com o Eurosistema (líq.)		-	41 120	41 120
11. Diversas		355 091	597 677	516 119
11.1. Variações patrimoniais de operações extrapatrimoniais		-	-	-
11.2. Acréscimos e diferimentos	17	63 247	85 848	85 848
11.3. Responsabilidades diversas	18	291 843	511 829	430 270
12. Provisões	19	7622	23 334	2 947 338
13. Diferenças de reavaliação	20	12 657 389	12 061 292	12 061 292
14. Provisão para riscos gerais	21	3 191 622	2 924 004	-
15. Capital próprio		1 156 156	1 196 549	1 278 324
15.1. Capital		1000	1000	1000
15.2. Reservas e resultados transitados		1 155 156	1 195 549	1 277 324
16. Resultado líquido do período		449 154	31 382	31 165
Total do passivo, diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais e capital próprio		119 406 134	109 768 366	109 768 366

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLO

José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotaís incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RUBRICAS	Notas	31/12/2012	31/12/2011 Reexpresso	31/12/2011
1. Juros e outros rendimentos equiparados		1 512 827	1 614 143	1 614 143
2. Juros e outros gastos equiparados		710 155	885 158	885 158
3. Resultado líquido de juros e de gastos e rendimentos equiparados	22	802 672	728 985	728 985
4. Resultados realizados em operações financeiras	23	90 527	(69 627)	(69 627)
5. Prejuízos não realizados em operações financeiras	24	2382	18 353	18 353
6. Transferência de / para provisões para riscos	19	(267 618)	(459 764)	(459 764)
7. Resultado de operações financeiras, menos valias e provisões para riscos		(179 473)	(547 744)	(547 744)
8. Comissões e outros rendimentos bancários		6406	3803	3803
9. Comissões e outros gastos bancários		5311	4044	4044
10. Resultado líquido de comissões e de outros gastos e rendimentos bancários		1095	(241)	(241)
11. Rendimentos de ações e participações	25	19 950	25 459	25 459
12. Resultado líquido da repartição do rendimento monetário	26	112 822	(9179)	(9179)
13. Outros rendimentos e ganhos	27	46 341	17 863	17 863
14. Total de rendimentos e ganhos líquido		803 408	215 143	215 143
15. Gastos com pessoal	28	107 735	111 268	111 484
16. Fornecimentos e serviços de terceiros		41 033	37 077	37 077
17. Outros custos de natureza administrativa		1002	674	674
18. Depreciações e amortizações do período	9	17 929	15 697	15 697
19. Total de gastos de natureza administrativa		167 699	164 715	164 932
20. Gastos relativos à produção de notas		15 079	11 569	11 569
21. Outros gastos e perdas	27	6754	3905	3905
22. Imparidade de ativos (perdas / reversões)	29	(292)	(2069)	(2069)
23. Dotações para a reserva de resultados de operações de ouro				
24. Total de gastos e perdas líquido		189 240	178 120	178 336
25. Resultado antes de impostos		614 168	37 023	36 806
26. Imposto sobre o rendimento		165 013	5641	5641
26.1. Imposto sobre o rendimento – corrente	30	325	200 768	200 768
26.2. Imposto sobre o rendimento – diferido	30	164 689	(195 127)	(195 127)
27. Resultado líquido do período		449 154	31 382	31 165

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLO

José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotaís incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS							
Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados Distribuíveis	Resultados Transitados Não Distribuíveis	Resultado Líquido do período	Total Capital Próprio
Posição a 31 de dezembro de 2010 (1)	1000	205 027	1 175 020	36 460	-157 779	209 513	1 469 240
Distribuição de resultados de 2010							
Distribuição de dividendos ao detentor de capital	-	-	-	-	-	-158 698	-158 698
Outras operações	-	19 837	19 408	4802	6768	-50 815	-
<i>Sub-total da distribuição de resultados de 2010 (2)</i>	-	19 837	19 408	4802	6768	-209 513	-158 698
Alterações em 2011							
Impacto decorrente da contabilização de Outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-81 074	-701	217	-81 558
Desvios atuariais do Fundo de Pensões	-	-	-	-	-94 043	-	-94 043
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	61 825	-	61 825
<i>Sub-total das alterações em 2011 (3)</i>	-	-	-	-81 074	-32 919	217	-113 776
Resultado Líquido de 2011 (4)	-	-	-	-	-	31 165	31 165
Resultado Integral de 2011 (5) = (3) + (4)	-	-	-	-81 074	-32 919	31 382	-82 611
Posição a 31 de dezembro de 2011 (6) = (1) + (2) + (5)	1000	224 864	1 194 428	-39 812	-183 931	31 382	1 227 931
Posição a 31 de dezembro de 2011 (7)	1000	224 864	1 194 428	-39 812	-183 931	31 382	1 227 931
Distribuição de resultados de 2011							
Distribuição de dividendos ao detentor de capital	-	-	-	-	-	-18 699	-18 699
Outras operações	-	3117	50 611	-41 045	-	-12 683	0
<i>Sub-total da distribuição de resultados de 2011 (8)</i>	-	3117	50 611	-41 045	-	-31 382	-18 699
Alterações em 2012							
Desvios atuariais do Fundo de Pensões	-	-	-	-	-31 444	-	-31 444
Desvios atuariais de Outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-20 246	-	-20 246
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-1386	-	-1386
<i>Sub-total das alterações em 2012 (9)</i>	-	-	-	-	-53 076	-	-53 076
Resultado Líquido de 2012 (10)	-	-	-	-	-	449 154	449 154
Resultado Integral de 2012 (11) = (9) + (10)	-	-	-	-	-53 076	449 154	396 079
Posição a 31 de dezembro de 2012 (12) = (7) + (8) + (11)	1000	227 981	1 245 039	-80 857	-237 007	449 155	1 605 311

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLO
José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em milhares de euros)

NOTA 1 | BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o novo Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2012. Face ao plano anterior destaca-se a criação de dois novos elementos de balanço: as Diferenças de Reavaliação, que eram anteriormente apresentadas como um passivo; e a Provisão para riscos gerais, que é uma provisão que se distingue das demais por ter uma natureza equivalente a uma reserva, embora os seus reforços e reposições sejam efetuados diretamente por contrapartida da demonstração de resultados. Estes dois novos elementos são apresentados no balanço entre o Passivo e o Capital próprio.

O novo PCBP não alterou as políticas e critérios de reconhecimento, mensuração e valorização dos ativos e passivos financeiros das atividades principais do Banco, os quais estão definidos como obrigatórios na Orientação Contabilística do BCE. Para as atividades não principais, o Banco continua a seguir as regras preconizadas nos IFRS⁵⁰, sempre que se verifiquem determinadas condições que se enumeram adiante nesta Nota.

Em relação aos limites e regras de movimentação de provisões e de reservas, estes continuam a ser definidos pelo próprio PCBP. Este novo plano, como referido acima, introduz uma nova Provisão para riscos gerais e elimina as anteriores provisões com fins específicos. O novo PCBP mantém a estrutura dos elementos do capital próprio, introduzindo apenas o conceito de resultados transitados não passíveis de distribuição, autonomizando-os dos restantes resultados transitados.

O novo plano introduz uma nova demonstração das alterações nos capitais próprios, em linha com o definido pelas normas internacionais de contabilidade. Para além da introdução desta nova demonstração, salienta-se que o balanço e a demonstração de resultados sofreram também ligeiras alterações nas suas estruturas, no sentido de facilitar a sua leitura e compreensão. Com o intuito de permitir a comparabilidade entre os dois períodos reportados, as demonstrações financeiras de 2011 são apresentadas tendo por base o enquadramento do novo PCBP, tendo sido efetuada a reexpressão das rubricas de Provisões e de Provisão para riscos gerais em resultado da adoção do novo plano.

As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no atual PCBP, assentam em dois normativos principais: (i) a Orientação Contabilística do Banco Central Europeu⁵¹ (BCE) em que se adotam as regras obrigatórias aplicáveis para o tratamento das atividades principais de Banco Central e as regras facultativas recomendadas para as participações financeiras; e (ii) orientações técnicas relativas a reconhecimento e mensuração baseadas nos IFRS para as restantes atividades, que serão aplicadas desde que se verifiquem as seguintes condições cumulativas:

- Não se tratar de uma matéria à qual sejam aplicáveis as regras contabilísticas de utilização obrigatória contidas na Orientação Contabilística do BCE;
- A implementação da orientação técnica não conflitue com o espírito e lógica conceptual da Orientação Contabilística do BCE;

⁵⁰ IFRS: *International Financial Reporting Standards*

⁵¹ Orientação do Banco Central Europeu, de 11 de novembro de 2010, relativa ao enquadramento jurídico dos processos contabilísticos e da prestação de informação financeira no âmbito do Sistema Europeu de Bancos Centrais (BCE/2010/20)

- A orientação técnica não conflitue com disposições legais aplicáveis ao Banco, de onde se salienta a sua Lei Orgânica;
- A orientação técnica não conflitue com disposições específicas do PCBP sobre determinadas matérias; e
- Não se tratar de uma matéria que conflitue com o papel específico de Banco Central.

De acordo com a Orientação Contabilística do BCE os ativos e passivos são classificados segundo o critério de residência na área do euro. Deste modo, são considerados ativos e passivos internos os relativos a entidades residentes na área do euro.

As participações em empresas subsidiárias são registadas nas demonstrações financeiras conforme se descreve no ponto 1.2. h) desta Nota. Dada a imaterialidade dos resultados de um eventual processo de consolidação, o Banco não prepara demonstrações financeiras consolidadas.

O Banco faz parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) estando, deste modo, sujeito ao disposto nos estatutos do SEBC / BCE que, nos termos do n.º 1 do artigo 27, obriga a uma auditoria externa independente às contas anuais dos bancos centrais do Eurosistema. Neste contexto, o Banco segue as boas práticas do Eurosistema, definidas com o propósito de assegurar a independência dos auditores externos, estando, por esta via, impedido de contratar qualquer outro serviço à empresa que audita as suas contas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período de 2012, são os seguintes:

a) Regime de acréscimo

O Banco segue o regime de acréscimo em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Reconhecimento de resultados em operações financeiras

Os ganhos e perdas realizados em operações financeiras são levados à demonstração de resultados na data de liquidação das operações, salvo nas situações previstas no método alternativo do *economic approach*, descrito na Orientação Contabilística do BCE, segundo o qual, em final de ano, para operações à vista, estes ganhos e perdas são reconhecidos na data do contrato.

No decurso do período, as diferenças de reavaliação (diferença entre o valor de mercado e o custo médio ponderado), são registadas em balanço em contas de reavaliação específicas para cada tipo de instrumento e de moeda.

No final do ano as diferenças de reavaliação negativas são reconhecidas em resultados como “prejuízos não realizados”.

Não é efetuada compensação entre diferenças de reavaliação apuradas em cada título (código ISIN) ou denominação de moeda.

c) Conversão de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e resultados denominados em moeda estrangeira

Os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros com base nas taxas de câmbio em vigor à data das demonstrações financeiras. A taxa utilizada na conversão dos gastos e rendimentos em moeda estrangeira é a da data de reconhecimento em resultados.

d) Operações em moeda estrangeira

O apuramento de ganhos ou perdas de operações em moeda estrangeira é efetuado moeda a moeda por referência ao respetivo custo médio ponderado, o qual é calculado com base no método do “custo médio líquido diário”, adiante designado por “custo médio do dia”.

De acordo com este método, o câmbio médio de cada divisa só é alterado quando a quantidade comprada no dia é superior à quantidade vendida, para posições ativas. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transação e o custo médio do dia.

Nos casos em que as quantidades vendidas são superiores às quantidades compradas, o custo médio do dia é determinado por duas componentes: compras do dia (ao valor de transação) mais o diferencial entre vendas e compras do dia (ao custo médio ponderado histórico). Nas situações em que exista uma posição passiva de uma moeda estrangeira, o custo médio da posição passiva será afetado pelas vendas líquidas, reconhecendo resultados pelas aquisições.

As operações cambiais à vista e a prazo e as operações de “swap” de moeda são registadas contabilisticamente da seguinte forma:

- **Operações cambiais à vista**

- As compras e vendas de moeda estrangeira à vista são registadas na data de liquidação das operações, altura em que o custo médio ponderado da posição cambial da moeda é afetado em conformidade com o método anteriormente descrito;
- As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de euros são registadas à taxa de câmbio de transação;
- As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira são registadas em euros, através da utilização da taxa de câmbio à vista na data do contrato, da divisa de cotação do negócio;
- Nas vendas à vista de moeda estrangeira contra euros, os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros da transação e o custo médio da moeda estrangeira vendida;
- Nas vendas à vista de moeda estrangeira contra a compra de outra moeda estrangeira os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros da divisa de cotação do negócio, ao câmbio da transação, e o custo médio da moeda estrangeira vendida.

- **Operações cambiais a prazo**

- Estas transações são registadas em contas extrapatrimoniais, desde a data da sua contratação até à data de liquidação, à taxa à vista em vigor na data do contrato;
- As compras a prazo de moeda estrangeira contra a venda a prazo de outra moeda estrangeira são registadas em euros, através da utilização da taxa de câmbio à vista na data do contrato, da divisa de cotação do negócio. A diferença entre os contravalores à vista e a prazo é tratada como juro a pagar / receber, sendo periodificado durante o período total da operação. De salientar que o custo médio ponderado da posição cambial é afetado dois dias após a data da contratação da operação;
- Nas operações de venda a prazo de moeda estrangeira, os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros, à taxa à vista, da divisa de cotação do negócio e o custo médio ponderado dessa divisa e são registados na respetiva conta de resultados na data em que a compra afeta o custo de aquisição. O diferencial entre os contravalores à vista e a prazo é tratado como juro a pagar / receber, sendo periodificado até à data de liquidação da operação.

- **Operações de permuta de moeda (*Swaps* cambiais)**

- Trata-se de uma transação em que é efetuada uma compra / venda à vista de uma moeda contra outra moeda e em simultâneo, uma venda / compra a prazo do mesmo valor dessa moeda contra a outra moeda;
- As compras / vendas de moeda à vista são tratadas como uma operação cambial à vista (em contas de balanço); as vendas / compras de moeda a prazo são tratadas como uma operação cambial a prazo e registadas em contas extrapatrimoniais, entre a data do contrato e a data de vencimento, à taxa à vista em vigor na data do contrato;
- A diferença entre os contravalores à vista e a prazo é tratada como juro a pagar / receber, sendo periodificado durante o período total da operação;
- O custo médio ponderado da posição cambial de cada divisa não é afetado pelos fluxos simultâneos de entrada e saída de moeda;
- Não há lugar a diferenças de reavaliação das posições cambiais uma vez que estas são apuradas sobre o conjunto das posições cambiais à vista e a prazo.

Como exceção a este tratamento contabilístico, as operações cambiais contratadas no ano mas cuja liquidação ocorra em ano subsequente são reconhecidas no ano em que a transação tiver sido contratada, em conformidade com o previsto no denominado método alternativo do *economic approach*, referenciado no ponto 1.2. b).

e) Ouro

O ouro encontra-se escriturado ao valor de mercado.

O tratamento contabilístico do ouro é idêntico ao das moedas estrangeiras referido na alínea anterior. Em resumo, o custo médio do *stock* do ouro só é alterado quando a quantidade comprada, no dia, é superior à quantidade vendida. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transação e o custo médio ponderado.

O método de reconhecimento de resultados é também em tudo idêntico às operações em moeda estrangeira.

f) Títulos detidos para fins de política monetária

A rubrica Títulos detidos para fins de política monetária é destinada aos títulos relacionados com operações não convencionais de política monetária e é composta pelas seguintes carteiras:

- **Programa de aquisição de obrigações hipotecárias (*Covered Bonds Purchase Programme* – CBPP)**

Tendo por base as decisões do Conselho do BCE de 7 de maio e 4 de junho de 2009, que preconizam um conjunto de medidas coordenadas ao nível do Eurosistema, o Banco de Portugal adquiriu, para fins de política monetária, obrigações hipotecárias denominadas em euros e emitidas no Eurosistema. As compras ao abrigo deste programa terminaram em 30 de junho de 2010.

- **Programa de estabilização do mercado de títulos no âmbito do Eurosistema (*Securities Market Programme* – SMP)**

A decisão do Conselho do BCE de 14 de maio de 2010 estabeleceu um programa de aquisição de títulos da dívida pública que preconiza a estabilização do mercado europeu de títulos, ao abrigo do qual o Banco de Portugal adquiriu obrigações do tesouro de países da área do euro. O Conselho do BCE decidiu em 6 de setembro de 2012 encerrar este programa a novas aquisições.

- Programa de aquisição de obrigações hipotecárias II (*Covered Bonds Purchase Programme II* – CBPP II)

Com objetivos semelhantes ao primeiro programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP) a decisão do Conselho do BCE de 3 de novembro de 2011 estabeleceu um novo programa de aquisição deste tipo de obrigações (CBPP II), ao abrigo do qual o Banco de Portugal adquiriu obrigações denominadas em euros e emitidas no Eurosistema. Desde 31 de outubro de 2012 que não estão previstas mais compras ao abrigo deste programa.

Os títulos destas carteiras, classificados como detidos até à maturidade, são valorizados ao custo de aquisição somado do respetivo prémio ou desconto amortizado e são sujeitos a testes de imparidade efetuados ao nível do Eurosistema.

g) Títulos não relacionados com operações de política monetária

O Banco de Portugal detém em carteira títulos negociáveis (carteira de negociação) e títulos mantidos até à maturidade (carteira de investimento a médio prazo).

- Carteira de negociação

A carteira de títulos negociáveis encontra-se valorizada a preços de mercado.

A determinação e reconhecimento de resultados em títulos negociáveis respeita o método valorimétrico do custo médio ponderado por cada espécie de títulos. Segundo este método, para efeitos de apuramento de um novo custo médio ponderado, o custo das compras do dia é adicionado ao custo médio ponderado de cada espécie de títulos. As vendas são deduzidas ao *stock* pela aplicação do último custo médio ponderado. A diferença entre o valor das vendas e o custo médio ponderado das compras adicionado do respetivo prémio ou desconto corrido, por título, é considerada um resultado realizado (ganho ou perda). Por sua vez, o prémio ou desconto amortizado até ao momento da venda é igualmente considerado um resultado realizado (juro).

As diferenças de reavaliação são aferidas pela diferença entre o custo médio ponderado do *stock*, adicionado do respetivo prémio ou desconto corrido, e o respetivo valor de mercado e tratadas conforme se refere no ponto 1.2. b) desta Nota.

- Carteira de investimento a médio prazo

A carteira de títulos mantidos até à maturidade, classificados como imobilizações financeiras, encontra-se valorizada ao custo médio ponderado histórico, calculado de forma totalmente independente dos restantes títulos classificados como de negociação, estando sujeita a testes de imparidade. O tratamento contabilístico dos juros e dos prémios e descontos dos títulos desta carteira é análogo ao da carteira de títulos negociáveis.

h) Participações

As participações de carácter duradouro, cujo interesse pela sua manutenção está ligado à atividade do Banco, são registadas nas demonstrações financeiras na rubrica Outros ativos financeiros.

As participações em empresas subsidiárias e associadas são valorizadas de acordo com o recomendado pela Orientação Contabilística do BCE, através do método *Net Asset Value*⁵².

As restantes participações encontram-se registadas pelo critério do custo de aquisição, deduzido de possíveis ajustamentos julgados adequados.

⁵² *Net Asset Value (NAV)* = Valor dos ativos subtraído do valor dos passivos das entidades participadas, multiplicado pela percentagem de participação do Banco de Portugal nessas entidades.

i) Notas em circulação

O BCE e os dezassete Bancos Centrais Nacionais (BCN) dos Estados-Membros participantes, que constituem o Eurosistema, colocam notas de euro em circulação desde 1 de janeiro de 2002⁵³, com exceção do Banco Central da Eslovénia, o qual adotou o euro em 1 de janeiro de 2007, dos Bancos Centrais de Chipre e Malta, os quais adotaram o euro em 1 de janeiro de 2008, do Banco Central da Eslováquia, o qual adotou o euro em 1 de janeiro de 2009, e do Banco Central da Estónia, o qual adotou o euro em 1 de janeiro de 2011. A responsabilidade pela emissão do valor total das notas de euro em circulação é repartida no último dia útil de cada mês de acordo com a “tabela de repartição de notas de banco”⁵⁴.

Ao BCE foi atribuída uma dotação de emissão de 8 por cento do total das notas de euro em circulação e os restantes 92 por cento foram distribuídos pelos BCN de acordo com a respetiva chave de subscrição do capital do BCE. A dotação de notas de euro em circulação repartidas por cada BCN é relevada na rubrica de balanço Notas em circulação.

A diferença entre o valor de notas de euro atribuídas a cada BCN de acordo com a tabela de repartição de notas de banco e o valor da diferença entre as notas colocadas e as notas recolhidas por esse BCN dá origem a posições intra-Eurosistema remuneradas. Essas posições ativas ou passivas, que vencem juros⁵⁵, são relevadas nas subrubricas Ativos / Responsabilidades relacionados com a emissão de notas (líq) (ver ponto 1.2. j) desta Nota).

Sempre que um Estado-Membro adote o euro, o cálculo desses saldos intra-Eurosistema referentes às notas de euro em circulação serão ajustados durante um período de 5 anos para que alterações aos padrões de circulação das notas não alterem significativamente as posições relativas dos BCN em termos de rendimentos. Esses ajustamentos baseiam-se na diferença entre a média das notas em circulação em cada BCN verificada no período de referência e o valor médio no mesmo período se as notas tivessem sido repartidas de acordo com a chave de subscrição no capital do BCE. Esses ajustamentos dos saldos intra-Eurosistema deixarão de ser aplicáveis a partir do primeiro dia do sexto ano seguinte ao ano de conversão fiduciária de cada novo participante no Eurosistema.

Os juros sobre estas posições são liquidados (pagos ou recebidos) através da conta de liquidação do BCE e são relevados na demonstração de resultados dos BCN em Resultado líquido de juros e de gastos e de rendimentos equiparados.

O Conselho do BCE decidiu que os rendimentos do BCE referentes à dotação de 8 por cento do total da emissão de notas de euro sejam atribuídos aos BCN, no mesmo período a que dizem respeito, ocorrendo o seu pagamento no segundo dia útil do ano financeiro seguinte, sob a forma de distribuição antecipada de dividendos⁵⁶. Esse rendimento deverá ser distribuído na totalidade, exceto nos casos em que se antecipe um resultado líquido para o BCE inferior ao rendimento relativo às notas de euro em circulação, ou quando haja lugar a dedução, por decisão do Conselho do BCE, de despesas incorridas pelo BCE relativas a notas de banco. O Conselho do BCE pode também decidir pela transferência parcial ou total desse rendimento para uma provisão para riscos de câmbios, de taxa de juro, de crédito e de flutuação do preço do ouro.

53 Decisão do Banco Central Europeu, de 13 de dezembro de 2010, relativa à emissão de notas de euro (BCE/2010/29), JO L 35, 9/2/2011, p. 26.

54 “Tabela de repartição de notas de banco”: percentagens que resultam de se levar em conta a participação do BCE no total da emissão de notas de euro e de se aplicar a tabela de repartição do capital subscrito à participação dos BCN nesse total.

55 Decisão do Banco Central Europeu, de 25 de novembro de 2010, relativa à repartição dos proveitos monetários dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda é o euro (BCE/2010/23), alterada subsequentemente pela Decisão BCE/2011/18, de 03 de novembro de 2011.

56 Decisão do Banco Central Europeu, de 25 de novembro de 2010, relativa à distribuição intercalar dos proveitos do Banco Central Europeu decorrentes das notas de euro em circulação e dos títulos adquiridos ao abrigo do programa dos mercados de títulos de dívida (BCE/2010/24), alterada subsequentemente pela Decisão BCE/2012/33, de 19 de dezembro de 2012.

j) Posições intra-Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC)

De acordo com o Artigo 28.º dos Estatutos do SEBC / BCE, os bancos centrais nacionais do SEBC são os únicos subscritores e detentores do capital do BCE. A subscrição é efetuada de acordo com a tabela de repartição estabelecida conforme o disposto no Artigo 29.º. Neste contexto, a participação do Banco de Portugal no capital do BCE, bem como os créditos atribuídos pelo BCE relativos à transferência de ativos de reserva previstos no Artigo 30.º, resultam da aplicação das ponderações constantes da tabela a que se refere o Artigo 29.º dos Estatutos do SEBC / BCE. A participação do Banco de Portugal no capital do BCE é apresentada no balanço na rubrica ativa Participação no capital do BCE.

A posição intra-Eurosistema relacionada com a transferência de ativos de reserva para o BCE no momento da entrada do Banco de Portugal no Eurosistema é denominada em euros e é apresentada no balanço na rubrica Ativos de reserva transferidos para o BCE.

As posições intra-Eurosistema relacionadas com a emissão de notas são englobadas numa única posição líquida e são apresentadas na rubrica de balanço Ativos / Responsabilidades relacionados com a emissão de notas (ver ponto 1.2. i) Notas em circulação).

As posições intra-Eurosistema resultam de pagamentos transfronteiriços dentro da União Europeia que são liquidados em euros. Estes pagamentos, que são maioritariamente efetuados por iniciativa de entidades privadas, são inicialmente liquidados via sistema *TARGET 2 – Trans-European Automated Real-time Gross settlement Express Transfer* – e dão origem a saldos bilaterais nas contas *TARGET* dos bancos centrais da União Europeia. Estes saldos bilaterais são apresentados diariamente de uma forma líquida por cada BCN, representando apenas uma posição de cada BCN para com o BCE. Os saldos intra-Eurosistema do Banco de Portugal para com o BCE são apresentados no balanço na rubrica Ativos / Responsabilidades relacionadas com contas *TARGET*.

k) Ativos fixos tangíveis, intangíveis e em curso

O ativo fixo tangível e intangível encontra-se contabilizado ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações e amortizações acumuladas. Este custo de aquisição inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

As depreciações e amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, as quais se considerou não diferirem substancialmente da sua vida útil estimada:

	Número de anos
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Instalações	4 a 20
Equipamento	
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4 a 8
Mobiliário e material	4 a 8
Ativos intangíveis	3

As depreciações das viaturas são efetuadas de um modo diferenciado, consoante se preveja que estas sejam vendidas ao fim de 5 anos (ou 4 anos no caso de viaturas híbridas) ou se mantenham para uso continuado ao serviço do Banco. Desta forma, as primeiras são depreciadas à taxa de 13 % em 5 anos (ou 13,75 % em 4 anos, no caso de viaturas híbridas), considerando um valor residual de 35 % (45 % no caso de viaturas híbridas) no fim deste período, e as segundas a uma taxa de 10 % em 8 anos, considerando um valor residual de 20 % no fim deste período. O valor residual é determinado com base no definido na Portaria n.º 383/2003, de 14 de maio.

O ativo fixo tangível e intangível em curso encontra-se registado pelo valor total das despesas já fatuadas ao Banco, sendo transferido para firme quando começa a ser efetivamente utilizado, iniciando-se então a sua amortização.

Os gastos incorridos com a manutenção e reparação de ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos em gastos do período.

I) Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios

No âmbito das convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, o Banco assumiu, até 31 de dezembro de 2010, o compromisso do pagamento aos trabalhadores admitidos anteriormente a 3 de março de 2009 ou aos seus familiares que se encontram abrangidos pelos planos de benefícios definidos do Fundo de Pensões do Banco de Portugal (i) de prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por limite de idade, invalidez e reforma antecipada, (ii) de pensões de sobrevivência, (iii) de subsídios complementares e de subsídio por morte, e (iv) da liquidação aos Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) dos encargos inerentes ao pagamento das pensões.

O decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, determinou que, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores do Banco no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo Fundo de Pensões – Plano de Benefício Definido (Fundo de Pensões), passassem a integrar o Regime Geral de Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de reforma por limite de idade (velhice).

Mantém-se como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura de responsabilidades por morte e invalidez, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e os benefícios definidos nos respetivos Planos de Pensões, os quais têm por base as convenções coletivas de trabalho aplicáveis e os normativos internos do próprio Banco.

As responsabilidades do Banco com o Fundo de Pensões são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 32.

O reconhecimento de gastos e responsabilidades com pensões de reforma é efetuado conforme o definido no IAS 19. De acordo com o estabelecido, o montante relevado em gastos com pessoal respeita ao custo do serviço corrente e ao custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Os ganhos e perdas atuariais resultam, sobretudo, de (i) diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros. Estes ganhos e perdas são registados diretamente em resultados transitados.

As contribuições para o Fundo de Pensões são efetuadas para assegurar a solvência do mesmo, sendo o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento de 100 % e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo de 95 %.

Os empregados que iniciaram a atividade no Banco a partir de 3 de março de 2009 passaram, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Estes empregados têm, no entanto, a possibilidade de optar por um plano complementar de pensões,

para o qual o Banco contribui com 1,5 % da remuneração mensal efetiva. Contudo, tratando-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo de pensões não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço no período corrente e em períodos anteriores.

m) Outros benefícios pós-emprego

Até ao período de 2011, as responsabilidades relativas a outros benefícios pós-emprego não eram reconhecidas no balanço do Banco de Portugal, sendo os pagamentos efetuados registados diretamente em resultados do período em que ocorriam. Estes benefícios pós-emprego referem-se essencialmente (i) à atribuição de pensões de reforma e sobrevivência a reformados e pensionistas que não se encontram abrangidos pelo fundo de pensões do Banco de Portugal, (ii) à subvenção extraordinária atribuída a empregados do Banco reformados até 31 de dezembro de 1993 e (iii) às comparticipações em despesas de doença e funeral dos reformados e pensionistas. A partir do período de 2012, o Banco de Portugal passou a reconhecer no seu passivo o valor presente das responsabilidades a liquidar no futuro relativas aos benefícios pós-emprego acima referidos.

O valor atual destes benefícios pós-emprego é calculado anualmente, na data de fecho das contas, pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são apresentados na Nota 32.

O reconhecimento de gastos e responsabilidades com estes outros benefícios pós-emprego é efetuado conforme o definido no IAS 19. Anualmente, o Banco de Portugal reconhece diretamente em gastos com pessoal o montante referente (i) ao custo dos juros relativo a benefícios que os atuais reformados já beneficiam, (ii) ao custo do serviço corrente e ao custo dos juros relativos a benefícios que os atuais empregados ativos beneficiarão aquando da sua reforma. Os ganhos e perdas líquidos resultantes de desvios atuariais, decorrentes de variações e alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios, são registados diretamente em capitais próprios, na rubrica de resultados transitados, em conformidade com a política contabilística igualmente adotada para os desvios atuariais das responsabilidades com pensões de reforma.

O impacto da reexpressão das demonstrações financeiras de 2011 pelo reconhecimento no passivo do Banco do valor presente das responsabilidades relativas a estes benefícios pós-emprego é apresentado na Nota 32.

n) Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma

O Banco de Portugal tem reconhecido no seu passivo o valor presente das responsabilidades pelo tempo de serviço decorrido, relativas a prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à situação de reforma.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma é calculado anualmente, na data de fecho das contas, pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são apresentados na Nota 32.

Anualmente, o Banco de Portugal reconhece diretamente em resultados o custo do serviço corrente, o custo dos juros e os ganhos e perdas líquidos resultantes de desvios atuariais, decorrentes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

o) Imposto sobre o rendimento

O encargo do período com o imposto sobre o rendimento é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis ao Banco.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, decorrente de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos são calculados tendo por base a melhor estimativa do montante de imposto a recuperar e a pagar no futuro.

p) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reavaliados com base no seu valor de mercado ou, na sua ausência, no presumível valor de mercado, sendo as diferenças de reavaliação tratadas conforme se descreve no ponto 1.2. b) desta Nota, numa base individual.

q) Imparidades e provisões

As imparidades de ativos são apresentadas no balanço a deduzir ao valor contabilístico desses mesmos ativos. O valor destas imparidades resulta da melhor estimativa das perdas associadas a cada classe de ativos e tem por referência os valores de mercado ou, na sua ausência, valores esperados de mercado.

As provisões são reconhecidas no passivo pela melhor estimativa possível da quantia da obrigação.

O PCBP prevê a criação de provisões decorrentes de riscos partilhados com o conjunto de bancos centrais da área do euro, de acordo com decisões e dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho do BCE. Estas provisões são dedutíveis para efeitos fiscais. Para outras provisões ou imparidades, o Banco segue o regime definido no Código do IRC.

r) Diferenças de reavaliação

As diferenças de reavaliação são calculadas de acordo com o referido no ponto 1.2. b) desta Nota. Quando estas diferenças são positivas, são mantidas em balanço numa perspetiva de não distribuição de resultados não realizados. As diferenças de reavaliação positivas em final de período são apresentadas individualmente no balanço entre o Passivo e o Capital próprio.

De referir que, em final do ano, por uma questão de prudência, quando as diferenças de reavaliação são negativas, são transferidas para a demonstração de resultados, contribuindo para o apuramento do resultado líquido.

s) Provisão para riscos gerais

De acordo com o número 2 do Artigo 5.º da Lei Orgânica do Banco, o Conselho de Administração pode criar outras reservas e provisões destinadas a cobrir riscos de depreciação ou prejuízos a que determinadas espécies de valores ou operações estejam particularmente sujeitas.

O PCBP prevê a criação de uma Provisão para riscos gerais, que é uma provisão que se distingue das demais por ter uma natureza equivalente a uma reserva, embora os seus reforços e reposições sejam efetuados diretamente por contrapartida da demonstração de resultados.

A definição do montante da Provisão para riscos gerais tem em conta, para além dos critérios de prudência de gestão apropriados no contexto das responsabilidades de um Banco Central, o grau de volatilidade dos principais ativos do Banco. A Provisão para riscos gerais é movimentada por decisão do Conselho de Administração, em conformidade com o número 2 do Artigo 5.º da Lei Orgânica do Banco.

A Provisão para riscos gerais é considerada um elemento autónomo de balanço apresentado entre o Passivo e o Capital próprio.

t) Reservas e resultados transitados

As reservas do Banco são constituídas e movimentadas de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Banco e dividem-se entre (i) a reserva legal; (ii) a reserva especial relativa aos ganhos de operações de alienação do ouro; e (iii) outras reservas.

A reserva especial relativa aos ganhos de operações de alienação do ouro, prevista na alínea b) do número 1 do Artigo 53.º da Lei Orgânica do Banco, é dotada anualmente pelo montante exato dos ganhos obtidos naquelas operações, sem limite máximo de referência. As dotações anuais para reforço desta reserva são reconhecidas na demonstração de resultados e contribuem para o apuramento do resultado líquido do período.

Os resultados transitados representam resultados de períodos anteriores que se encontram a aguardar aplicação por parte do Conselho de Administração, ou resultados não reconhecidos na demonstração de resultados por determinação das normas contabilísticas.

NOTA 2 | OURO E OURO A RECEBER

	31/12/2012		31/12/2011	
	Oz.o.f. (*)	Milhares de euros	Oz.o.f. (*)	Milhares de euros
Ouro em caixa	5 549 398	6 998 784	5 549 398	6 752 863
Ouro depositado à ordem	6 747 916	8 510 330	6 747 916	8 211 296
Reserva em ouro	12 297 314	15 509 114	12 297 314	14 964 159

(*) 1 onça de ouro fino = 31,103481 gramas de ouro fino (grs.o.f.)

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do ouro apresenta um crescimento de 544 955 milhares de euros face ao saldo final do ano anterior, sendo este acréscimo unicamente resultante da evolução positiva da cotação do ouro em euros.

A reserva de ouro do Banco de Portugal a 31 de dezembro de 2012 encontra-se valorizada ao preço de mercado de 1 261,179 euros por onça de ouro fino, apresentando um crescimento da cotação de 3,6 % face ao valor de 1 216,864 euros verificado a 31 de dezembro de 2011. A valorização desta cotação deveu-se ao aumento do preço da onça de ouro fino em dólar americano (USD), tendo este passado de 1 574,50 USD em 31 de dezembro de 2011 para 1 664,00 USD em 31 de dezembro de 2012, em parte contrariado pela apreciação do euro face ao USD (2,0 %) verificada entre as datas em análise. As mais valias potenciais associadas a este ativo (12 478 697 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012) são reconhecidas como diferenças de reavaliação positivas de acordo com a política contabilística descrita nos pontos 1.2. c) e r) da Nota 1 (ver Nota 20).

Com a entrada em vigor do novo PCBP, de acordo com o referido no ponto 1.1. da Nota 1, a provisão para cobertura de riscos de flutuação do ouro foi reposta com efeitos a 1 de janeiro de 2012 e os riscos associados a esta reserva passaram a estar integrados, juntamente com a cobertura dos restantes riscos financeiros, na nova Provisão para riscos gerais (ver Nota 19).

NOTA 3 | OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

	31/12/2012	31/12/2011
Quota no FMI	1 200 321	1 221 945
Depósitos de conta corrente do FMI	(958 159)	(975 470)
Posição de reserva no FMI	242 163	246 475
Direitos de saque especiais	924 733	940 547
Outros ativos junto do FMI	74 605	75 949
Posição ativa sobre o FMI	1 241 500	1 262 970
Atribuição de DSE pelo FMI	(940 110)	(957 046)
Posição passiva para com o FMI	(940 110)	(957 046)

A Posição de reserva no FMI traduz o contravalor em euros, a 31 de dezembro de 2012, da quota de Portugal no FMI, correspondente à participação inicial e aos sucessivos reforços da mesma, no valor total de 1 200 321 milhares de euros (1 030 milhões de DSE), deduzido de 958 159 milhares de euros dos depósitos do FMI junto do Banco de Portugal (822 milhões de DSE).

A posição ativa sobre o FMI engloba ainda, a dezembro de 2012, (i) a posição em Direitos de saque especiais, a qual diz respeito ao contravalor em euros do montante de DSE assignado ao Banco de Portugal, no valor de 924 733 milhares de euros (793 milhões de DSE, idêntico a 31 de dezembro de 2011) e (ii) na rubrica Outros ativos junto do FMI, a participação de Portugal nos empréstimos ao abrigo do *New Arrangements to Borrow* (NAB), no montante de 74 605 milhares de euros (64 000 milhares de DSE). O montante máximo de participação do Banco de Portugal nos NAB é de 1 542 milhões de DSE (ver Nota 31).

A posição passiva corresponde à rubrica Atribuição de DSE pelo FMI e releva, a 31 de dezembro de 2012, uma responsabilidade perante o FMI de 940 110 milhares de euros (806 milhões de DSE).

Para além das movimentações anteriormente assinaladas, a variação das diversas rubricas ativas e passivas contempla também o efeito da depreciação do DSE em relação ao euro, face a 31 de dezembro de 2011 (-1,8 %).

Em setembro de 2009 o Conselho do FMI aprovou vendas de ouro até ao limite máximo de 403,3 toneladas, cujo programa de venda foi completado a dezembro de 2010. Em fevereiro de 2012 o Conselho do FMI aprovou a distribuição parcial, pelos seus membros, dos lucros obtidos com as referidas vendas de ouro (montante global de 700 milhões de DSE), de acordo com o peso da sua quota no FMI, na expectativa de que estes transferissem a sua parcela de lucros, ou efetuassem uma nova contribuição de montante equivalente, para apoio ao financiamento de países de baixo rendimento. Neste contexto, a 30 de abril de 2012, Portugal concordou, após consulta ao Ministro das Finanças, com a transferência da sua parcela de lucros (3 583 milhares de euros) para a conta de subsídição do *Poverty Reduction and Growth Trust*, relativa à facilidade de apoio concessional de *Extended Credit Facility* (PRGT-ECF), o qual tem como objetivo auxiliar os países de baixo rendimento na obtenção, manutenção ou restabelecimento de uma situação macroeconómica estável e sustentada. Neste seguimento, embora com impacto líquido nulo em termos de resultados, o Banco registou, em outros rendimentos e ganhos, o recebimento da sua parcela de lucros nos rendimentos da venda do ouro e, em outros gastos e perdas, a transferência desse montante de lucros como contribuição para o PRGT-ECF (ver Nota 27).

NOTA 4 | DEPÓSITOS, TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA (ME)

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos externos em ME		
Títulos	417 528	260 112
Depósitos e outras aplicações	4467	1385
	<u>421 995</u>	<u>261 497</u>
Ativos internos em ME		
Títulos internos em ME	206 544	316 885
Depósitos e outras aplicações	242 128	15 477
	<u>448 673</u>	<u>332 363</u>
Total das aplicações em títulos em ME	624 072	576 997
Total dos depósitos e outras aplicações em ME	246 596	16 862
	<u>870 668</u>	<u>593 860</u>

Em 2012 assinala-se um reforço da carteira de ativos de negociação denominados em ME, em resultado de opções estratégicas de investimento do Banco. O aumento verificado abrange as diversas rubricas de ME, salientando-se porém, dada a sua materialidade, o incremento da posição de depósitos e outras aplicações, sendo esta constituída, praticamente na totalidade, por depósitos a prazo.

A carteira de títulos em ME, que se encontra valorizada a preços de mercado, continua porém a representar um maior peso no total de ativos em ME (72 %), tendo a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos externos em ME		
Obrigações de Dívida Pública	369 416	195 296
Obrigações Paragov. e Supranacionais	48 112	64 816
	<u>417 528</u>	<u>260 112</u>
Títulos internos em ME		
Obrigações de taxa variável	150 974	152 889
Obrigações Paragov. e Supranacionais	55 570	163 996
	<u>206 544</u>	<u>316 885</u>
	<u>624 072</u>	<u>576 997</u>

NOTA 5 | DEPÓSITOS, TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES EM EUROS

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos externos em euros		
Títulos	479 611	388 331
Depósitos e outras aplicações	32 026	305 592
	<u>511 637</u>	<u>693 923</u>
Ativos internos em euros		
Títulos	7 832 140	8 656 444
Depósitos e outras aplicações	58 435	164
	<u>7 890 575</u>	<u>8 656 607</u>
Total das aplicações em títulos em euros	8 311 752	9 044 775
Total dos depósitos e outras aplicações em euros	90 461	305 756
	<u>8 402 213</u>	<u>9 350 531</u>

A carteira de negociação em euros apresenta uma redução de volume face a dezembro de 2011. Ao nível da composição por instrumento financeiro e por residência, esta redução é mais expressiva na componente de títulos internos, os quais continuam, porém, a representar a maior componente desta carteira (93 %).

A repartição da carteira de títulos de negociação denominados em euros, valorizada a preços de mercado, é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos externos em euros		
Obrigações Paragov. e Supranacionais	453 402	338 069
Obrigações de taxa variável	-	44 972
Outras obrigações de taxa fixa	26 209	5290
	<u>479 611</u>	<u>388 331</u>
Títulos internos em euros		
Bilhetes do tesouro	925 579	4 171 833
Obrigações de Dívida Pública	5 524 685	3 609 567
Obrigações de taxa variável	5003	4960
Obrigações hipotecárias	23 091	43 443
Obrigações Paragov. e Supranacionais	1 299 694	774 535
Outras obrigações de taxa fixa	54 088	52 105
	<u>7 832 140</u>	<u>8 656 444</u>
	<u>8 311 752</u>	<u>9 044 775</u>

NOTA 6 | FINANCIAMENTO ÀS IC DA ÁREA EURO RELACIONADO COM OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA EM EUROS

Em 31 de dezembro de 2012 o valor das operações de refinanciamento às IC da área do euro relacionado com operações de política monetária em euros ao nível do Eurosistema é de 1 127 092 milhões de euros (2011: 866 927 milhões de euros), do qual o Banco de Portugal colocou 52 783 910 milhares de euros (2011: 46 001 500 milhares de euros).

As operações principais de refinanciamento são operações reversíveis de cedência de liquidez com uma frequência semanal e normalmente com um prazo de uma semana. Desde outubro de 2008 que estas operações são colocadas através de leilões de taxa fixa (Main Refinancing Operations – MRO). A 31 de dezembro de 2012, o montante colocado pelo Banco de Portugal, com satisfação integral da procura, é de 3 523 000 milhares de euros (2011: 6 976 000 milhares de euros). Estas operações têm um papel importante na prossecução dos objetivos de condução das taxas juro, de gestão da liquidez do mercado e de sinalização das orientações da política monetária.

As operações de refinanciamento de prazo alargado são operações reversíveis de cedência de liquidez conduzidas por prazos de 3, 6, 12 ou 36 meses. A 31 de dezembro de 2012, o montante total colocado pelo Banco de Portugal ascende a 49 260 910 milhares de euros (2011: 39 025 500 milhares de euros), colocados a taxa fixa ou variável, com referência à MRO.

As operações a 36 meses foram aprovadas pelo Conselho do BCE a 8 de dezembro de 2011, no âmbito de medidas adicionais de aumento do financiamento e liquidez no mercado monetário da área do euro, tendo estas operações a opção de pagamento antecipado passado o primeiro ano. A primeira realizou-se a 22 de dezembro de 2011 e a segunda efetivou-se a 1 de março de 2012.

De acordo com o artigo 32.4 dos Estatutos, os riscos relacionados com operações de política monetária, se se materializarem, podem ser, total ou parcialmente, partilhados por todos os bancos centrais nacionais (BCN) do Eurosistema, na proporção da sua participação no capital do BCE à data.

As perdas relativas a estas operações apenas se materializam se se efetivar o incumprimento da contra-partre e a recuperação dos fundos provenientes da execução dos colaterais associados não for suficiente para cobertura das respetivas perdas. Salienta-se que o Conselho do BCE exclui da partilha de riscos os colaterais específicos que podem ser aceites pelos BCN de acordo com os seus próprios critérios.

NOTA 7 | TÍTULOS DETIDOS PARA FINS DE POLÍTICA MONETÁRIA

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos detidos para fins de política monetária		
Programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP)	1 083 197	1 319 246
Programa de estabilização do mercado de tít. do Eurosistema (SMP)	5 659 076	5 858 589
Programa de aquisição de obrigações hipotecárias II (CBPP II)	241 981	90 982
	6 984 254	7 268 817

A carteira de Títulos detidos para fins de política monetária contém, a 31 de dezembro de 2012, títulos adquiridos pelo Banco de Portugal no âmbito dos programas de aquisição de obrigações hipotecárias⁵⁷ (CBPP e CBPP II), e títulos da dívida pública adquiridos no âmbito do programa de estabilização do mercado de títulos⁵⁸ (SMP) (ver ponto 1.2. f) da Nota 1).

As compras de títulos no âmbito do primeiro programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP) terminaram em 30 de junho de 2010. A redução líquida neste item em 2012 deveu-se, essencialmente, a títulos que maturaram.

No âmbito do segundo programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP II), o BCE e os BCN adquiriram títulos internos em euros com o objetivo de facilitar as condições de financiamento das IC e das empresas, assim como encorajar as IC a manter / expandir o crédito aos seus clientes. O aumento líquido deste item em 2012 deveu-se às compras de títulos no ano até ao final do programa, ocorrido em 31 de outubro de 2012.

Relativamente ao programa de estabilização do mercado de títulos do Eurosistema (SMP), o BCE e os BCN adquiriram títulos no sentido de contrariar as falhas de funcionamento de alguns segmentos do mercado de dívida interna e restaurar o correto funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária. A diminuição líquida deste item, em 2012, deveu-se à maturidade de títulos que compensou o impacto das aquisições do ano. O Conselho do BCE decidiu em 6 de setembro de 2012 encerrar este programa a novas aquisições.

O valor total de títulos detidos pelos BCN do Eurosistema no âmbito do programa de estabilização do mercado de títulos (SMP) é de 192 608 milhões de euros (2011: 194 155 milhões de euros), dos quais o Banco de Portugal detém 5 659 076 milhares de euros. De acordo com o artigo 32.4 dos Estatutos do BCE, quaisquer riscos relativos a esta carteira, se materializados, deverão ser partilhados pelos diversos BCN do Eurosistema, na proporção das suas chaves no capital do BCE.

Parte dos títulos que compõem a SMP são títulos de dívida emitidos pela República Helénica. Em fevereiro de 2012, os bancos centrais do Eurosistema trocaram os seus títulos de dívida grega que integram a SMP por novos títulos emitidos pela República Helénica. Os novos títulos apresentam as mesmas características em termos de valor nominal, taxas de cupão, datas de pagamentos de juro e data de maturidade, e não foram incluídos na lista de títulos elegíveis que foram sujeitos a reestruturação ao abrigo do *Private Sector Involvement* (PSI).

Conforme referido no ponto 1.2. f) da Nota 1), em final de ano foram efetuados testes de imparidade aos títulos detidos para fins de política monetária, com base na informação disponível e nos valores recuperáveis estimados com referência a 31 de dezembro de 2012. Relativamente ao teste de imparidade conduzido no final de 2012 aos títulos que compõem a SMP, o Conselho do BCE identificou dois indicadores de imparidade, relacionados com os títulos de dívida grega, que ocorreram no decurso de 2012. O primeiro foi a reestruturação ocorrida em março de 2012 de parte da dívida emitida pela República Helénica no contexto do PSI e o segundo foi a operação de recompra de dívida por parte do governo Grego em dezembro de 2012. O Conselho do BCE considerou que a ocorrência destes indicadores não implica perdas por imparidade nos títulos detidos pelos BCN uma vez que, com base na informação disponível a 31 de dezembro de 2012, não houve evidência de alterações nos fluxos financeiros futuros estimados. Assim, nenhuma perda por imparidade foi registada no final de ano relativa aos títulos de dívida Grega que compõem a SMP.

57 Decisão do BCE de 2 de julho de 2009 que implementou o programa de compra de obrigações hipotecárias (BCE/2009/16) e Decisão do BCE de 3 de novembro de 2011 que implementou o segundo programa de compra de obrigações hipotecárias (BCE/2011/17).

58 Decisão do BCE de 14 de maio de 2010 que estabeleceu o programa de estabilização do mercado de títulos no âmbito do Eurosistema (BCE/2010/5).

Refira-se ainda que não foram também encontradas evidências de imparidade relativamente aos restantes títulos que compõem a SMP ou as outras duas carteiras de títulos detidos para fins de política monetária (CBPP e CBPP II).

O Conselho do BCE avalia numa base regular os riscos financeiros associados aos títulos adquiridos ao abrigo do programa de estabilização do mercado de títulos e dos programas de aquisição de obrigações hipotecárias.

NOTA 8 | ATIVOS E PASSIVOS PARA COM O EUROSISTEMA

Participação no capital do BCE

De acordo com o Artigo 28.º dos Estatutos do SEBC / BCE, os BCN do SEBC são os únicos subscritores e detentores do capital do BCE. A subscrição é efetuada de acordo com a tabela de repartição estabelecida conforme o disposto no Artigo 29.º, cujo ponto 3 define que essas ponderações sejam ajustadas de cinco em cinco anos após a instituição do SEBC⁵⁹.

De acordo com os atos legais adotados a 29 de dezembro de 2010 pelo Conselho do BCE sobre o aumento de capital subscrito do BCE e a realização deste aumento por via de três prestações, o Banco de Portugal efetuou, em 2012, um pagamento adicional de 29 173 milhares de euros, o qual diz respeito à terceira e última prestação da sua percentagem de participação neste aumento de capital.

De acordo com a percentagem do Banco de Portugal no capital realizado do BCE – 1,7504 % desde 1 de janeiro de 2009 – o valor desta participação passou de 172 760 milhares de euros a 31 de dezembro de 2011, para 201 933 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012.

A percentagem do Banco de Portugal no capital do BCE subscrito e realizado pelos BCN do Eurosistema é, a 31 de dezembro de 2012, de 2,50163 % (mantendo-se inalterada desde 1 de janeiro de 2011).

Ativos de reserva transferidos para o BCE

Esta rubrica representa a posição ativa resultante das transferências de ativos de reserva dos BCN participantes para o BCE. Este ativo foi convertido para euros ao câmbio fixado à data das transferências e é remunerado, em base diária, à última taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema, ajustada de modo a refletir o rendimento nulo da parcela referente ao ouro.

Em resultado dos ajustamentos da participação percentual dos BCN na tabela de repartição para a subscrição do capital do BCE e pela entrada para o Eurosistema de novos BCN, a posição ativa resultante das transferências de ativos de reserva dos BCN participantes para o BCE, tem vindo a ser ajustada, por força do número 3 do Artigo 30.º dos Estatutos.

Desde 1 de janeiro de 2011 que a posição ativa global de ativos de reserva de todos os BCN participantes é de 40 308 milhões de euros, correspondendo, de acordo com a sua participação, a um ativo no Banco de Portugal no valor de 1 008 345 milhares de euros.

Ativos relacionados com a emissão de notas

A rubrica Ativos relacionados com a emissão de notas (líq.) consiste na posição ativa do Banco de Portugal relativa à repartição de notas de euro pelo Eurosistema (ver pontos 1.2. i) e 1.2. j) da Nota 1). A percentagem do Banco de Portugal na tabela de repartição de notas é, desde 1 de janeiro de 2011, de 2,3015 %.

⁵⁹ A tabela de repartição é também ajustada em resultado do alargamento da União Europeia (UE) a novos Estados-Membros

O aumento desta posição ativa face a 31 de dezembro de 2011 (+3 204 366 milhares de euros) deve-se à conjugação do aumento da circulação global do Eurosistema (+3 % face a 2011), com o aumento da posição ativa do Banco relativa ao diferencial entre as notas colocadas e retiradas de circulação pelo Banco (ver Nota 13). A posição ativa do ajustamento à circulação é remunerada à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

Outros ativos sobre o Eurosistema

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da rubrica Outros ativos sobre o Eurosistema refere-se: (i) a resultados do método de cálculo do rendimento monetário de 2012 e acertos relativos a anos anteriores, pelos montantes respetivos de 94 902 milhares de euros e 2 209 milhares de euros, liquidados em 31 de janeiro de 2013 (ver Nota 26) e (ii) ao montante a receber de 14 375 milhares de euros relativo a parte dos rendimentos de 2012 referentes à dotação de emissão de notas de euro do BCE e dos títulos do BCE adquiridos ao abrigo do *Securities Market Programme* (SMP), liquidados também a 31 de janeiro de 2013 (ver Nota 25).

Responsabilidades relacionadas com contas TARGET

Em 31 de dezembro de 2012, as Responsabilidades relacionadas com contas TARGET (líq.), (ver ponto 1.2. j) da Nota 1) apresentam uma posição credora de 66 025 846 milhares de euros, englobando a totalidade das posições TARGET (31 de dezembro de 2011: 60 923 110 milhares de euros). Esta posição é remunerada à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

NOTA 9 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos	8895	8895
Edifícios e outras construções	82 207	80 154
Instalações	64 590	59 794
Equipamento	81 156	82 636
Património artístico e museológico	8814	8764
	245 662	240 243
Ativos intangíveis		
Programas de computador	39 749	34 633
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	48 251	41 724
Total de ativos fixos tangíveis e intangíveis bruto	333 662	316 600
Depreciações e amortizações acumuladas		
Depreciações de ativos fixos tangíveis	(172 172)	(166 821)
Amortizações de ativos intangíveis	(34 306)	(26 714)
	(206 478)	(193 535)
Total de ativos fixos tangíveis e intangíveis líq.	127 184	123 065

Para os períodos de 2011 e de 2012, os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	31/12/2010 Saldos líquidos	Aumentos	Diminuições	Deprecia- ções e amortiz. do período	31/12/2011 Saldos líquidos
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	8895	-	-	-	8895
Edifícios e outras construções	40 179	516	-	2516	38 179
Instalações	7781	949	-	1734	6995
Equipamento	11 438	4331	83	5098	10 588
Património artístico e museológico	8520	356	112	-	8764
	76 814	6153	196	9349	73 421
Ativos intangíveis					
Programas de computador	7951	6315	-	6347	7919
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso					
Imobilizações em curso – Projetos	25 401	22 825	7476	-	40 750
Adiantamentos	2904	77	2007	-	974
	28 305	22 902	9483	-	41 724
	113 070	35 370	9679	15 697	123 065

	31/12/2011 Saldos líquidos	Aumentos	Diminuições	Depre- ciações e amortiz. do período	31/12/2012 Saldos líquidos
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	8895	-	-	-	8895
Edifícios e outras construções	38 179	2129	59	2552	37 697
Instalações	6995	5467	47	2973	9442
Equipamento	10 588	2949	20	4877	8641
Património artístico e museológico	8764	124	73	-	8814
	73 421	10 669	199	10 402	73 490
Ativos intangíveis					
Programas de computador	7919	5130	-	7607	5442
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso					
Imobilizações em curso – Projetos	40 750	18 444	11 104	-	48 090
Adiantamentos	974	118	930	-	162
	41 724	18 562	12 034	-	48 251
	123 065	34 361	12 233	18 009	127 184

O montante relevado em ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, a 31 de dezembro de 2012, diz essencialmente respeito a projetos em curso referentes a Obras em edifícios e instalações do Banco e Sistemas e Tecnologias de Informação.

NOTA 10 | OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2012	31/12/2011
Participações em entidades não residentes na zona euro		
Participação no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)	21 650	21 650
Participações em entidades residentes na zona euro		
Participação na Finangeste	36 005	36 408
Participação na Soc. Gestora Fundo Pensões do BP	2718	2580
Participação na Valora	20 500	17 601
Participação na <i>Swift</i>	1	42
Aplicações Financeiras de médio/longo prazo	5 741 815	6 066 660
	5 822 689	6 144 941
Imparidades de participações	-	-
	5 822 689	6 144 941

As variações ocorridas nos valores das participações resultam essencialmente da aplicação do método de valorização *Net Asset Value*, sendo a contrapartida das diferenças de valorização reconhecidas diretamente em resultados do período (ver Nota 27). Este procedimento não foi aplicado às participações no BIS e na *Swift*, uma vez que as respetivas percentagens de participação são residuais (1,57 % e 0,01 %), estando registadas ao custo de aquisição, de acordo com a política contabilística apresentada no ponto 1.2. h) da Nota 1.

No âmbito da gestão de fundos próprios do Banco de Portugal, a carteira de investimento de médio / longo prazo encontra-se registada, pelas suas características, na rubrica de Outros Ativos Financeiros. Esta carteira, valorizada a custo amortizado, apresenta, face a 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de 324 845 milhares de euros. Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade, não tendo sido encontradas evidências de alterações nos fluxos financeiros futuros estimados, pelo que nenhuma perda por imparidade foi registada.

A decomposição desta carteira de investimento, por tipo de instrumento financeiro, é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos denominados em euros		
Obrigações da dívida pública	5 176 606	5 601 690
Obrigações hipotecárias	249 501	248 824
Obrigações emitidas por org. supranacionais e paragovernamentais	315 708	216 146
	5 741 815	6 066 660

NOTA 11 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

	31/12/2012	31/12/2011
Acréscimos de rendimentos		
Juros e out. rendim. a receber por op. de Banco Central	755 177	430 230
	755 177	430 230
Custos diferidos		
Despesas com gasto diferido por op. de Banco Central	20 150	44 566
Outros gastos diferidos	18 200	18 310
Impostos diferidos ativos	116 713	282 767
	155 063	345 643
	910 240	775 872

A 31 de dezembro de 2012 os acréscimos de rendimentos a receber por operações de Banco Central dizem essencialmente respeito a juros corridos: (i) de operações de financiamento às IC no âmbito de política monetária, (ii) de títulos da carteira detida para fins de política monetária, (iii) de títulos e outras aplicações das carteiras de negociação em euros e ME e da carteira de médio e longo prazo em euros, e (iv) da posição líquida referenciada no ponto 1.2. j) da Nota 1 relacionada com a emissão de notas. O significativo acréscimo verificado diz em grande parte respeito ao crescimento do montante especializado de juros das operações ativas de política monetária, (383 875 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012 face a 52 253 milhares de euros), essencialmente decorrente de rendimentos das operações de refinanciamento de prazo alargado.

As despesas com gasto diferido por operações de Banco Central referem-se, fundamentalmente, a juros dos títulos com cupão das diversas carteiras do Banco (negociação, investimento a médio longo prazo e títulos detidos para fins de política monetária), corridos e não vencidos até à data de aquisição, pagos à contraparte aquando da compra e que serão recebidos pelo Banco na data de vencimento dos respetivos cupões, ou aquando das vendas dos títulos, se estas ocorrerem antes do vencimento.

No montante registado em outros gastos diferidos a 31 de dezembro de 2012 destaca-se o valor de 14 844 milhares de euros relativo ao reconhecimento do valor atualizado do diferencial entre os fluxos financeiros dos juros a receber dos empréstimos concedidos aos empregados, utilizando a taxa de juro das Convenções Coletivas de Trabalho e as taxas de juro de mercado. A contrapartida deste valor encontra-se registada a deduzir ao respetivo ativo referente a Créditos ao pessoal (ver Nota 12).

O detalhe do montante apurado como ativos por impostos diferidos de 2011 e 2012 é apresentado na Nota 30.

NOTA 12 | CONTAS DIVERSAS E DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos ao pessoal	130 420	127 658
Situações especiais de crédito	73 910	74 201
IRC – Pagamentos por conta	186 744	67 848
Devedores diversos	3513	7371
Fundo de Pensões – PBD	26 099	-
Fundo de Pensões – PCD – CRA	4722	4873
Outras posições ativas de Banco Central	2584	5543
Outras contas de valor reduzido	3497	3828
	431 488	291 323
Imparidades de situações especiais de crédito	(73 910)	(74 201)
	357 579	217 121

Os Créditos ao pessoal correspondem, na sua maioria, a empréstimos aos empregados para aquisição de habitação.

O valor registado em Situações especiais de crédito refere-se, essencialmente, aos valores a receber da Finangeste ao abrigo do Acordo BP / Finangeste, de 9 de janeiro de 1995, no montante de 73 566 milhares de euros (2011: 73 858 milhares de euros). Encontra-se reconhecida uma imparidade pelo valor total deste ativo (ver Nota 29).

O IRC – Pagamento por conta, no valor de 186 744 milhares de euros, foi calculado de acordo com o disposto nos Artigos 105.º e 105.º-A do CIRC. Este valor será recuperado aquando da entrega da declaração periódica de rendimentos Modelo 22 de IRC, por ter sido apurado um prejuízo fiscal em 2012 (ver Nota 30).

A rubrica Fundo de Pensões – PBD diz respeito ao *superavit* deste Fundo a 31 de dezembro de 2012 (26 099 milhares de euros), resultante do facto deste apresentar a esta data um nível de financiamento superior a 100 %. A 31 de dezembro de 2011 este Fundo apresentava uma posição de *deficit*, representado na rubrica responsabilidades diversas (ver Notas 18 e 32).

O valor reconhecido na rubrica Fundo de Pensões – PCD – Conta de reserva associada (CRA) traduz o valor das unidades de participação deste Fundo afetas ao Banco a 31 de dezembro de 2012, valorizadas ao valor de mercado a essa data (ver Nota 32).

NOTA 13 | NOTAS EM CIRCULAÇÃO

As notas denominadas em euros em circulação representam, em 31 de dezembro de 2012, a quota do Banco de Portugal no total das notas de euro em circulação do Eurosistema (ver ponto 1.2. i) da Nota 1).

	31/12/2012	31/12/2011
Notas em circulação		
Notas colocadas em circulação (líq.)	(4 021 613)	(1 368 778)
Ajustamentos à circulação do Eurosistema	25 024 918	21 820 552
	21 003 305	20 451 773

Em 2012 a circulação global do Eurosistema aumentou em 3 %. De acordo com a chave de repartição de notas, o Banco de Portugal apresenta a 31 de dezembro de 2012 um total do agregado de notas em circulação de 21 003 305 milhares de euros, face a 20 451 773 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011. Por sua vez, o diferencial entre as notas colocadas e retiradas da circulação pelo Banco apresenta novamente, a 31 de dezembro de 2012, um saldo de natureza devedora, tendo aumentado significativamente face a 2011. A conjugação destes dois efeitos explica o crescimento do ajustamento à circulação do Eurosistema, o qual tem como contrapartida um ativo reconhecido na rubrica outros ativos sobre o Eurosistema (ver Nota 8).

NOTA 14 | RESPONSABILIDADES PARA COM AS IC – OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA EM EUROS

O saldo da rubrica Responsabilidades para com as IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros traduz, essencialmente, a 31 de dezembro de 2012, as contas de depósitos à ordem das IC junto do Banco de Portugal (3 846 051 milhares de euros) e o saldo de operações de facilidade de depósito vivas a esta data (4 289 742 milhares de euros).

As contas de depósitos à ordem das IC junto do Banco de Portugal servem o duplo objetivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades necessárias ao cumprimento das normas relativas a reservas mínimas de caixa, as quais são remuneradas à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

NOTA 15 | RESPONSABILIDADES INTERNAS PARA COM OUTRAS ENTIDADES EM EUROS

A subrubrica Setor público releva, a partir de 2011, essencialmente recursos resultantes do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF). Assim, esta rubrica inclui, para além do saldo da conta de depósitos à ordem da Direção Geral do Tesouro, o valor de depósitos do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) referente a fundos disponíveis recebidos da União Europeia (UE) e do FMI. A 31 de dezembro de 2012 estes depósitos são referentes ao EFSM – *European Financial Stabilisation Mechanism* e ao *BSSF – Bank Solvency Support Facility*. No âmbito deste programa foi assinado, em 2011, um protocolo entre o Banco e o IGCP onde estão estabelecidas todas as regras e procedimentos por forma a ser garantido o princípio da neutralidade, através do qual o Banco não obterá qualquer ganho ou perda com o financiamento prestado pela UE e FMI, à República Portuguesa.

A subrubrica Outras responsabilidades contém os saldos de depósitos à ordem de Fundos de Garantia e de outros intermediários e auxiliares financeiros junto do Banco.

NOTA 16 | RESPONSABILIDADES EXTERNAS EM EUROS

O saldo da rubrica de responsabilidades externas em euros, a 31 de dezembro de 2012, é composto pelos saldos das contas de depósitos à ordem de vários bancos centrais e de organismos internacionais (excluindo o FMI).

NOTA 17 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31/12/2012	31/12/2011
Proveitos diferidos		
Outros rendimentos diferidos	1	1
Impostos diferidos passivos	397	376
	399	378
Acréscimos de gastos		
Acréscimos de gastos por op. de Banco Central	49 859	68 037
Outros acréscimos de gastos	12 990	17 434
	62 849	85 471
	63 247	85 848

No montante apresentado em acréscimos de gastos por operações de Banco Central destacam-se o contributo (i) da periodização da remuneração da posição intra-SEBC relativa ao TARGET do mês de dezembro de 2012, no montante de 43 127 milhares de euros (2011: 59 547 milhares de euros), (ii) da especialização dos juros a pagar de 5 599 milhares de euros sobre as aplicações do Tesouro Público, decorrente da operacionalização do Programa de Assistência Financeira a Portugal, de acordo com o detalhado na Nota 15 (2011: 5 194 milhares de euros) e (iii) da especialização da remuneração das disponibilidades mínimas de caixa, desde o dia 12 de dezembro de 2012, no valor de 781 milhares de euros (2011: desde 14 de dezembro, 2 704 milhares de euros).

	31/12/2012	31/12/2011 Reexpresso	31/12/2011 Reportado
Notas retiradas de circulação	159 817	174 153	174 153
Terceiros	13 130	14 108	14 108
Responsab. com outros benefícios pós-emprego	101 692	81 558	-
Responsab. com prémios antiguidade e gratific. por reforma	13 084	12 561	12 561
Responsab. com Fundo de Pensões	-	21 867	21 867
Estimativa para impostos sobre lucros	325	200 768	200 768
Outras responsabilidades de Banco Central	2584	5543	5543
Outras contas de valor individual reduzido	1212	1270	1267
	291 843	511 829	430 270

A rubrica Notas retiradas de circulação representa a responsabilidade do Banco perante os detentores das notas denominadas em escudos, enquanto não forem atingidos os respetivos prazos de prescrição. A redução face a 31 de dezembro de 2011 deve-se, em grande parte, à prescrição, no ano em análise, das notas de 100 escudos, efígie Fernando Pessoa, e das notas de 5 000 escudos, efígie António Sérgio.

A rubrica Responsabilidades com outros benefícios pós-emprego reflete o valor dos benefícios pós-emprego, conforme descritos no ponto 1.2. m) da Nota 1, que deixaram, em 2012, de ser reconhecidos diretamente em resultados (ver Nota 28). O valor destas responsabilidades é apurado através de avaliação atuarial calculada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal. Os desvios atuariais associados a estas responsabilidades, apurados em final de período, são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica de resultados transitados, em conformidade com a política contabilística descrita no ponto m) da Nota 1.2. O impacto da reexpressão nas demonstrações financeiras de 2011, assim como o detalhe da variação destas responsabilidades é apresentado na Nota 32.

A rubrica Responsabilidades com prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à situação de reforma reflete o valor das responsabilidades, a 31 de dezembro de 2012, pelo tempo de serviço decorrido, apurado através de avaliação atuarial levada a cabo pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal. Os desvios atuariais associados a estas responsabilidades, apurados em final de período, são relevados em Outros gastos e perdas (ver Nota 32).

As responsabilidades com o Fundo de Pensões apresentam, a 31 de dezembro de 2012, um saldo nulo, uma vez que o Fundo apresenta, a esta data, uma posição de *superavit*, relevado nos outros ativos (ver Notas 12 e 32). A 31 de dezembro de 2011 o saldo de 21 867 milhares de euros representava o *deficit* do Fundo a essa data, resultante do facto deste apresentar um nível de financiamento inferior a 100 %.

NOTA 19 | IMPARIDADES, PROVISÕES E PROVISÃO PARA RISCOS GERAIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imparidades, provisões e provisões para riscos gerais, durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, resumem-se como se segue:

	Saldo em 31/12/2011 Reportado	Reexpres- são	Saldo em 31/12/2011 Reexpresso	Reforços	Reduções	Valor líquido	Saldo em 31/12/2012
Imparidades ao ativo							
Imparidades de dívidas a receber	74 201	-	74 201	-	292	(292)	73 910
	74 201	-	74 201	-	292	(292)	73 910
Provisões para riscos							
Provisões para riscos de flutuação do ouro	1 386 371	(1 386 371)	-	-	-	-	-
Provisões para riscos de flutuação de câmbios	72 700	(72 700)	-	-	-	-	-
Provisões para riscos de flutuação de títulos	467 830	(467 830)	-	-	-	-	-
Provisões para riscos de taxa de juro	322 103	(322 103)	-	-	-	-	-
Provisões para riscos de crédito	675 000	(675 000)	-	-	-	-	-
	2 924 004	(2 924 004)	-	-	-	-	-
Provisões							
Provisão para op. de pol. monetária – Eurosistema	23 334	-	23 334	-	15 712	(15 712)	7622
	23 334	-	23 334	-	15 712	(15 712)	7622
Total de imparidades do ativo	74 201	-	74 201	-	292	(292)	73 910
Total das provisões	2 947 338	(2 924 004)	23 334	-	15 712	(15 712)	7622
Provisão para riscos gerais	-	2 924 004	2 924 004	270 000	2382	267 618	3 191 622

Com a aprovação do novo PCBP, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, foi criada uma nova Provisão para riscos gerais, para cobertura dos riscos financeiros de balanço a que se encontra exposto o Banco de Portugal, conforme descrito no ponto 1.2. t) da Nota 1. Em consequência o saldo das diversas provisões para fins específicos foi utilizado, a 1 de janeiro de 2012, na constituição da nova Provisão de riscos gerais. Os valores reportados a 31 de dezembro de 2011 foram reexpressos em conformidade com o novo Plano.

No que respeita à movimentação da Provisão para riscos gerais, no período de 2012, verificaram-se as reduções de 1 421 milhares de euros e 961 milhares de euros relativos, respetivamente, à cobertura de menos valias não realizadas cambiais e de flutuação de preço de títulos, reconhecidas em resultados a 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente esta provisão foi reforçada em 270 000 milhares de euros para mitigar os riscos de balanço e reforçar a necessária autonomia financeira do Banco.

Relativamente à provisão para operações de política monetária, cuja movimentação é decidida ao nível do Conselho do BCE, observou-se, em 2012, uma reposição no valor de 15 712 milhares de euros, resultante da avaliação sobre a provisão para riscos partilhados em operações de política monetária do Eurosistema (SEC/GovC/X/13/039.R, de 22 de janeiro).

NOTA 20 | DIFERENÇAS DE REAVALIAÇÃO

	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças de reavaliação do Ouro	12 478 697	11 933 742
Diferenças de reavaliação de Moeda Estrangeira	17 465	53 770
Diferenças de reavaliação de Títulos	161 228	73 780
Diferenças de reavaliação	12 657 389	12 061 292

Relativamente ao ouro, salienta-se o acréscimo de 544 955 milhares de euros referente às mais-valias potenciais resultante da valorização do preço do ouro em euros (ver Nota 2).

As diferenças de reavaliação positivas de moeda estrangeira devem-se, na maior parte, a ganhos potenciais com ativos denominados em DSE.

Assinala-se o acréscimo das mais-valias potenciais referentes à flutuação de preço de títulos, as quais dizem respeito, essencialmente, a títulos denominados em euros, uma vez que estes representam cerca de 93 % do total da carteira de títulos de negociação do Banco.

NOTA 21 | CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio para os períodos de 2011 e 2012 encontram-se detalhados na Demonstração das alterações nos capitais próprios.

O Banco dispõe de um capital de 1 000 milhares de euros, que pode ser aumentado, designadamente, por incorporação de reservas, deliberada pelo Conselho de Administração e autorizada pelo Ministro das Finanças.

De acordo com o n.º 2 do artigo 53.º da Lei Orgânica do Banco o resultado líquido do período é distribuído da forma seguinte: 10 % para a reserva legal (sem limite máximo), 10 % para outras reservas que o Conselho de Administração delibere e o remanescente para o Estado, a título de dividendos, ou para outras reservas, mediante aprovação do Ministro das Finanças, sob proposta do Conselho de Administração.

O resultado líquido do período de 2011 foi aplicado de acordo com o Despacho n.º 95/12, de 24 de abril, de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, tendo sido distribuídos 12 466 milhares de euros para Reserva Legal e Outras Reservas e pagos dividendos ao Estado no montante de 18 699 milhares de euros. Também nesta data, o valor que se encontrava em resultados transitados distribuíveis foi transferido para outras reservas.

O impacto decorrente da contabilização de outros benefícios pós emprego, apresentado em alterações de 2011 na Demonstração das alterações nos capitais próprios, resulta do reconhecimento, no balanço do Banco, das responsabilidades com estes benefícios (ver ponto 1.2. m) da Nota 1). O impacto da reexpressão nas demonstrações financeiras de 2011 é apresentado na Nota 32.

Relativamente aos movimentos de 2012 em resultados transitados não distribuíveis, expressos na Demonstração das alterações nos capitais próprios, estes referem-se a desvios atuariais das responsabilidades com o Fundo de Pensões e com as responsabilidades para com outros benefícios pós-emprego, assim como aos impostos diferidos associados, reconhecidos a 31 de dezembro de 2012 (ver Notas 30 e 32).

NOTA 22 | RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE GASTOS E DE RENDIMENTOS EQUIPARADOS**148**

BANCO DE PORTUGAL | ATIVIDADE E CONTAS 2012

	31/12/2012	31/12/2011
Juros e outros proveitos equiparados		
Títulos	166 614	233 713
Em moeda estrangeira	8794	19 717
Em euros	157 820	213 996
Depósitos e outras aplicações	3308	16 088
Em moeda estrangeira	1774	2120
Em euros	1535	13 968
Fundo Monetário Internacional	1290	4683
Financiamento às IC da área Euro	490 348	578 685
Títulos detidos para fins de política monetária	406 677	276 866
Operações ativas com o SEBC	216 465	265 081
Imobilizações financeiras	226 249	236 762
Operações extrapatrimoniais	14	124
Outros ativos	1861	2139
	1 512 827	1 614 143
Juros e outros gastos equiparados		
Responsabilidades para com as IC da área euro	20 394	55 884
Responsabilidades internas p/ c/ outras entidades em euros	75 025	46 425
Fundo Monetário Internacional	1015	3647
Responsabilidades intra-Eurosistema	612 801	778 478
Operações Extrapatrimoniais	920	723
	710 155	885 158
Resultado líq. de juros e de gastos e rendimentos equiparados	802 672	728 985

Na composição do Resultado líquido de juros e de gastos e de rendimentos equiparados verifica-se um decréscimo das principais componentes de juros ativas, destacando-se os relativos ao financiamento às IC e aos ajustamentos à circulação, nomeadamente em resultado da redução generalizada das taxas de rentabilidade, a qual superou o aumento dos saldos médios dos respetivos ativos. Estas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento dos juros relativos aos títulos detidos para fins de política monetária, resultante quer do aumento da sua taxa de rentabilidade, quer do saldo médio desta rubrica. Este decréscimo de juros ativos foi porém compensado por um decréscimo ainda superior dos juros passivos, do qual se destaca a acentuada redução dos juros relativos às responsabilidades Intra-Eurosistema, na sequência da significativa redução da taxa de remuneração destes passivos.

NOTA 23 | RESULTADOS REALIZADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2012	31/12/2011
Operações cambiais	29 015	(11 155)
Outras operações de gestão em ME	863	15 036
Operações de gestão em euros	102 594	(26 195)
Operações extrapatrimoniais	(41 945)	(47 312)
	90 527	(69 627)

Nos resultados realizados em operações financeiras em 2012 salienta-se o aumento significativo de ganhos realizados em operações de gestão em euros, maioritariamente respeitantes a operações da carteira de títulos, as quais geraram prejuízos realizados no ano anterior.

Assinala-se ainda que os prejuízos relativos a operações extrapatrimoniais são essencialmente referentes a operações de futuros de taxa de juro, cujos resultados, para efeitos de gestão, são analisados em conjunto com os dos ativos relacionados, incluídos nas carteiras do Banco.

NOTA 24 | PREJUÍZOS NÃO REALIZADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos não realizados cambiais	1421	1
Prejuízos não realizados em aplicações em ME	409	1789
Prejuízos não realizados em oper. de gestão em euros	552	16 563
	2382	18 353

Os prejuízos não realizados apresentam uma redução face a 2011 em função do decréscimo das menos valias potenciais apuradas aquando da valorização das respetivas carteiras de títulos de negociação em euros e ME.

O valor apresentado nos prejuízos cambiais não realizados apresenta um aumento face a 2011, embora não seja expressivo face à carteira de ME do Banco (ver Nota 4).

NOTA 25 | RENDIMENTO DE AÇÕES E PARTICIPAÇÕES

O Conselho do BCE decide anualmente sobre a distribuição (i) do rendimento de senhoriação dos 8 % do total das notas de euro em circulação alocados ao BCE, e (ii) do rendimento do BCE proveniente dos títulos adquiridos ao abrigo do *Securities Market Programme* (SMP). Estes rendimentos devem ser distribuídos na totalidade pelo BCE aos BCN, salvo decisão em contrário por parte do Conselho do BCE, no ano financeiro a que dizem respeito. Neste âmbito, encontra-se registado nesta rubrica o valor total de 14 375 milhares de euros relativo a estes rendimentos do ano de 2012 (2011: 16 311 milhares de euros).

No ano de 2012 esta rubrica contém ainda dividendos recebidos, referentes ao resultado de 2011, das participações do Banco de Portugal, essencialmente (i) no BCE, no valor de 1 905 milhares de euros (2011: 4 285 milhares de euros), (ii) no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) no valor de 3 169 milhares de euros (2011: 2 797 milhares de euros) e (iii) na Finangeste no valor de 458 milhares de euros (2011: 2 066 milhares de euros).

NOTA 26 | RESULTADO LÍQUIDO DA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO MONETÁRIO

Esta rubrica inclui (i) o resultado líquido da repartição do rendimento monetário no valor de 97 110 milhares de euros⁶⁰ (2011: -40 111 milhares de euros⁶¹) e (ii) o proveito relativo à parcela do Banco de Portugal

⁶⁰ Inclui o resultado do método de cálculo do rendimento monetário para 2012, no valor de +94 902 milhares de euros, e acertos de anos anteriores no montante de +2 209 milhares de euros (ver Nota 8).

⁶¹ Inclui o resultado do método de cálculo do rendimento monetário para 2011, no valor de -41 120 milhares de euros, e acertos de anos anteriores no montante de +1 009 milhares de euros (ver Nota 8).

na redução da provisão para riscos partilhados do Eurosistema relacionados com operações de política monetária, no montante de 15 712 milhares de euros (2011: 30 932 milhares de euros) (ver Nota 19).

O montante dos proveitos monetários de cada BCN ao nível do Eurosistema é determinado pelo rendimento apurado de um conjunto de ativos – apelidados de ativos individualizáveis – deduzido de quaisquer juros corridos ou pagos pelos BCN sobre as componentes da base de responsabilidades.

Os ativos individualizáveis consistem nas seguintes rubricas: Financiamento às IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros, títulos detidos para fins de política monetária, ativos de reserva transferidos para o BCE, ativos relacionados com contas *TARGET* (líq), ativos relacionados com a emissão de notas e, um montante de ouro na proporção da chave de capital de cada BCN.

A base de responsabilidades consiste nas seguintes rubricas: Notas em circulação, responsabilidades para com as IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros, responsabilidades relacionadas com contas *TARGET* (líq.) e responsabilidades relacionadas com a emissão de notas (líq.).

O ouro é considerado de rendimento nulo e assume-se que a carteira de títulos adquiridos pelo Banco de Portugal no âmbito do programa de aquisição de obrigações hipotecárias gera rendimentos à última taxa de referência do BCE divulgada para as operações principais de refinanciamento. Quando o valor dos ativos individualizáveis de cada BCN excede ou é menor do que o valor da respetiva base de responsabilidades, o rendimento implícito desta diferença é deduzido ou acrescido à última taxa de referência do BCE divulgada para as operações principais de refinanciamento.

O total dos proveitos monetários do Eurosistema é distribuído aos BCN de acordo com a tabela de repartição do capital subscrito (ver Nota 8). A diferença entre a contribuição do Banco de Portugal, no montante de 490 599 milhares de euros, e a atribuição ao Banco de Portugal, no montante de 587 709 milhares de euros, é o resultado líquido do método de cálculo do rendimento monetário (97 110 milhares de euros).

NOTA 27 | OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

	31/12/2012	31/12/2011
Outros Rendimentos e Ganhos		
Mais-valias em imobilizado	710	1160
Ganhos relativos a períodos anteriores	810	110
Vendas e prestações de serviços	3179	3267
Rendimentos e ganhos diversos	41 641	13 326
	46 341	17 863
Outros Gastos e Perdas		
Menos-valias em imobilizado	65	8
Perdas relativas a períodos anteriores	115	751
Gastos e perdas diversos	6574	3146
	6754	3905
	39 587	13 958

Nos Rendimentos e ganhos diversos destacam-se: (i) 22 919 milhares de euros respeitantes à redução de responsabilidades do Fundo de Pensões – Plano de Benefício Definido (Fundo de Pensões – PBD) em virtude da redução de custos com serviços passados, conforme apresentado na Nota 32 (ii) 11 660 milhares de euros relativos à prescrição do prazo para reembolso das notas de 100 escudos, efigie Fernando Pessoa e das notas de 5 000 escudos, efigie António Sérgio (ver Nota 18) e (iii) os rendimentos resultantes do ajustamento do valor das participações do Banco na Valora e SGFP decorrentes da aplicação do *Net Asset Value* conforme explicitado no ponto 1.2. h) da Nota 1 (2 898 milhares de euros e 137 milhares de euros, respetivamente) e (iv) 3 583 milhares de euros respeitantes à parcela distribuída a Portugal relativa a resultados da venda de ouro pelo FMI, de acordo com o detalhado na Nota 3.

Na rubrica de Gastos e perdas diversos assinalam-se, em 2012: (i) 3 583 milhares de euros, respeitantes a contribuições para contas subsidiárias do PRGT, pelo montante equivalente aos rendimentos das vendas de ouro do FMI antes assinaladas (ver detalhe na Nota 3), (ii) 1 378 milhares de euros referentes a desvios atuariais negativos da avaliação das responsabilidades com Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma (ver Nota 32), (iii) 995 milhares de euros relacionados com projetos do Eurosistema e (iv) 403 milhares de euros relativos a gastos resultantes do ajustamento do valor da participação do Banco na Finangeste decorrente da aplicação do *Net Asset Value* conforme explicitado no ponto 1.2. h) da Nota 1.

NOTA 28 | GASTOS COM PESSOAL

	31/12/2012	31/12/2011 Reexpresso	31/12/2011 Reportado
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	865	1120	1120
Remunerações dos empregados	71 107	73 334	73 334
Encargos sociais obrigatórios	26 370	27 209	27 420
Encargos sociais facultativos	7093	7248	7254
Outros gastos com pessoal	2299	2356	2356
	107 735	111 268	111 484

A redução em gastos com pessoal face a 2011 deve-se, quase na totalidade, às medidas de contenção salarial aprovadas pelo Conselho de Administração, no sentido de associar o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico e financeiro. No ano em análise foram mantidas as medidas adotadas com carácter transitório de anos anteriores, as quais incidem sobre parcelas de remuneração e demais gastos com recursos humanos que não são legal e contratualmente obrigatórias, e implementadas medidas adicionais, entre as quais a suspensão do pagamento do subsídio de férias dos empregados.

Para os encargos sociais obrigatórios concorrem, essencialmente, as contribuições obrigatórias do Banco para o RGSS e para os serviços de assistência médico-social (SAMS), nos valores respetivos de 15 434 milhares de euros e 2 851 milhares de euros (2011: 16 393 milhares de euros e 3 058 milhares de euros) e os encargos anuais relativos ao Fundo de Pensões – PBD pelo montante de 6 601 milhares de euros (2011: 6 924 milhares de euros) (ver Nota 32).

Em 2012, o Banco de Portugal deixou de reconhecer diretamente em gastos com pessoal os pagamentos associados a outros benefícios pós-emprego, referidos no ponto 1.2. m) da Nota 1, passando a registar, nestes gastos, o custo do serviço corrente e o custo dos juros relativos a estes benefícios, conforme é apresentado na Nota 32. Assim, o valor de encargos sociais facultativos inclui o reconhecimento dos gastos anuais relativos a outros benefícios pós-emprego, no valor global de 3 870 milhares de euros (2011: 4 031 milhares de euros incluídos no valor reexpresso).

Em 31 de dezembro de 2012 o Banco tinha no seu efetivo 1 682 empregados (2011: 1 689). Destes, 54 encontram-se em regime de requisição / cedência de interesse público ou em licença sem vencimento, 8 cedidos à Valora e 37 cedidos à Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões.

NOTA 29 | IMPARIDADE DE ATIVOS (PERDAS/REVERSÕES)

Nesta rubrica encontra-se refletido, no período de 2012, a redução do ajustamento aos Créditos a outras entidades ao abrigo do contrato de cessão de créditos celebrado com a Finangeste no montante de 292 milhares de euros (2011: 2 069 milhares de euros) (ver Nota 19).

NOTA 30 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e às correspondentes derramas.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, podendo, por isso, em resultado de diferentes interpretações da legislação fiscal, dar origem a eventuais liquidações adicionais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerá qualquer liquidação adicional de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras relativamente aos períodos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de imposto sobre o rendimento detalha-se como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto corrente	325	200 768
Imposto diferido	164 689	(195 127)
	165 013	5641

No ano de 2012 o valor apresentado como imposto corrente traduz apenas a tributação autónoma, uma vez que os ajustamentos fiscais ao resultado antes de imposto deste período (detalhados no quadro seguinte) deram origem a um prejuízo fiscal no valor de 115 471 milhares de euros. Este prejuízo fiscal poderá ser deduzido aos lucros tributáveis até 2017, tendo como limite, em cada período de tributação, 75 % do respetivo lucro tributável.

O apuramento do imposto corrente sobre o rendimento resume-se conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Apuramento do Imposto corrente sobre o rendimento		
Resultado antes de impostos	614 168	36 806
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado	(21 319)	-
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	(675 000)	675 000
Fundo de Pensões e Prémios de Antiguidade	(28 017)	(8307)
Anulação do efeito do NAV	(2633)	(5196)
Reversão de ajustamentos de valores de ativos tributados	(292)	(2069)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(458)	(2066)
Benefícios fiscais	(2062)	(1748)
Mais-valias contabilísticas	(673)	(1152)
Mais-valias fiscais	299	579
Encargos não devidamente documentados	126	260
Reintegrações e amortizações não aceites como gastos	135	111
Outros	254	276
Rendimento tributável / (Prejuízo fiscal)	(115 471)	692 495
Imposto corrente sobre o rendimento (1)	-	173 122
Derrama (2)	-	10 249
Derrama Estadual (3)	-	17 262
Despesas tributadas autonomamente (4)	325	135
Imposto corrente sobre o rendimento	325	200 768
Reconciliação entre o gasto com imposto corrente do período e o saldo em balanço		
- Reconhecimento como gasto corrente no período (1)+(2)+(3)+(4)	325	200 768
- Menos: Pagamentos por conta e adicional por conta	186 744	67 848
- Menos: Retenções na fonte	7	2
- Saldo corrente a (recuperar)/pagar	(186 427)	132 918

Com a aprovação do novo PCBP, a Provisão para riscos de crédito, constituída em 2011 no valor de 675 000 milhares de euros, foi reposta, tendo sido este valor utilizado, em conjunto com os montantes das restantes provisões para fins específicos, para a constituição da nova Provisão para riscos gerais. Uma vez que, aquando da sua constituição em 2011, a Provisão para riscos de crédito não estava prevista para efeitos fiscais, deu origem a um ajustamento fiscal positivo. A sua reposição em 2012 deu agora origem a um ajustamento fiscal negativo, que explica, essencialmente, o prejuízo fiscal apurado.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos referentes a imposto diferido ativo e passivo, apresentam-se como segue:

Apuramento de imposto diferido	Ativos e passivos				Resultados	
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultados do exercício	Resultados transitados
Provisão para riscos de crédito	-	-	195 750	-	195 750	-
Fundo de Pensões (activo)	60 439	-	61 825	-	-	1386
Imparidades de crédito	23 279	-	21 516	-	(1763)	-
Prémios antig. e encargos passagem à reforma	4122	-	3643	-	(479)	-
Bonificações de taxa de juro	5	-	29	-	23	-
Amortizações excessivas	-	(397)	-	(376)	21	-
Prejuízo fiscal	28 868	-	-	-	(28 868)	-
Outros	-	-	4	-	4	-
	116 713	(397)	282 767	(376)	164 689	1386

No que diz respeito a impostos diferidos, o Banco reverteu o ativo constituído em 2011 relativo à referida Provisão para riscos de crédito, dando origem a um gasto de 195 750 milhares de euros, e reconheceu um novo ativo por imposto diferido relativo ao prejuízo fiscal apurado em 2012 (28 868 milhares de euros). Com exceção da diferença temporal relativa aos prejuízos fiscais, as restantes diferenças temporais não apresentam prazos de caducidade.

NOTA 31 | CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Garantias prestadas, garantias recebidas, depósito e guarda de valores e outros compromissos perante terceiros

	31/12/2012	31/12/2011
Garantias prestadas	487 632	487 632
Garantias recebidas	90 681 021	73 669 874
Depósito e guarda de valores de terceiros	48 110 155	37 542 499
Linhas de crédito irrevogáveis	3 948 438	2 790 063

Em garantias prestadas encontra-se registada a promissória assinada pelo Banco a favor do FMI (ver Nota 3).

Na rubrica de garantias recebidas estão contabilizados os colaterais das operações de política monetária do Eurosistema, incluindo os ao abrigo do Modelo de Banco Central Correspondente (90 676 669 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012).

A rubrica Depósito e guarda de valores de terceiros inclui, essencialmente (i) títulos do Estado português (16 305 424 milhares de euros), (ii) títulos à guarda do banco que estão a colateralizar operações de política monetária com outros BCN, ao abrigo do Modelo de Banco Central Correspondente (9 375 140 milhares de euros) e (iii) o registo do valor da promissória a favor do FMI, emitida pela República Portuguesa, no âmbito do Programa de Assistência Financeira (Extended Fund Facility), no valor de 21 451 211 milhares de euros (ver Nota 15).

A rubrica Linhas de crédito irrevogáveis inclui as linhas de crédito intradiário do sistema financeiro português no montante de 2 150 777 milhares de euros (2011: 1 730 063 milhares de euros) e uma linha de crédito concedida ao FMI no valor de 1 542 milhões de DSE, no âmbito dos NAB (1 798 661 milhares de euros) (ver Nota 3).

Instrumentos financeiros derivados

O Banco utiliza, no decurso da sua atividade, instrumentos financeiros derivados, destinados a gerir essencialmente os riscos associados aos seus ativos, passivos e rubricas extrapatrimoniais. Estes instrumentos têm normalmente associado (i) um risco de mercado inerente à flutuação de cotações ou taxas de juro e (ii) um risco de crédito, correspondente na generalidade dos casos ao custo do encerramento antecipado, ou da substituição dos contratos, às cotações e taxas correntes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o Banco apresentava as seguintes posições em aberto:

	31/12/2012					31/12/2011	
	Valor contratual ⁽¹⁾		Valor de mercado ⁽²⁾	Efeito em resultados ⁽³⁾	Juros corridos ⁽⁴⁾	Valor contratual ⁽¹⁾	
	Compras	Vendas	Líquido	Líquido	Líquido	Compras	Vendas
Operações de <i>swap</i> de moeda	151 400	(151 400)	139	153	(14)	75 000	75 000
Futuros de taxa de juro	30 317	716 539	-	-	-	-	379 107

(1) Valor teórico ou nocional do contrato.

(2) O valor de mercado corresponde aos proveitos ou custos associados ao eventual encerramento das posições em aberto, tendo em consideração as atuais condições de mercado e modelos de avaliação correntemente utilizados.

(3) O efeito em resultados corresponde ao impacto na conta de resultados de um eventual encerramento das posições em aberto, tendo em consideração as atuais condições de mercado e os modelos de avaliação correntemente utilizados.

(4) O valor dos juros corridos corresponde aos juros ativos e passivos acrescidos, até à data de balanço, das operações em aberto.

Processos legais

O Banco tem, a esta data, a convicção que não irá incorrer em qualquer despesa significativa relacionada com processos legais em curso.

NOTA 32 | RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Plano de benefício definido

(i) Enquadramento

Até 31 de dezembro de 2010 o Banco foi o único responsável pelas pensões de reforma e sobrevivência dos seus colaboradores e familiares admitidos anteriormente a 3 de março de 2009, os quais se encontravam abrangidos por um regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), não se encontrando assim integrados no Regime Geral de Segurança Social (RGSS). O decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de janeiro, determinou que, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores do Banco no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB)⁶² e abrangidos pelo Fundo de Pensões – PBD, passassem a integrar o RGSS para efeitos de proteção na eventualidade de reforma por limite de idade (velhice).

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2011, o benefício de reforma por limite de idade deixou de estar integralmente a cargo do Fundo de Pensões – PBD, mantendo-se como responsabilidade deste a cobertura de responsabilidades por morte e invalidez, bem como do complemento referente ao diferencial entre os

⁶² Extinta por este Decreto-Lei.

benefícios calculados ao abrigo do RGSS e os benefícios definidos nos respetivos Planos de Pensões, os quais têm por base as convenções coletivas de trabalho aplicáveis e os normativos internos do próprio Banco.

Este Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos. Todos os programas estão vedados a trabalhadores admitidos no setor bancário após 2 de março de 2009 (Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março).

O número de participantes abrangidos pelo Fundo de Pensões – PBD do Banco de Portugal é o seguinte:

Número de participantes	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	1410	1463
Reformados	1876	1872
Pensionistas	534	532
	3820	3867

A esperança média de vida dos participantes e beneficiários do Fundo apresenta a seguinte decomposição:

Esperança média de vida (anos)	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	34	34
Reformados	15	15
Pensionistas	12	12

(ii) Metodologia, pressupostos e política contabilística

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões financiados através do Fundo de Pensões – PBD foram determinadas com base num estudo atuarial elaborado pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, utilizando o *Projected Unit Credit Cost Method*, em conformidade com os princípios estabelecidos no IAS 19.

Os principais pressupostos atuariais e financeiros são os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados	
	2012	2011
Taxa de desconto (a 31 de dezembro)	3,79 %	4,49 %
Taxa de rendimento esperado dos ativos do Fundo	4,49 %	4,80 %
Taxa esperada de crescimento da massa salarial		
1.º ano	1,00 %	1,00 %
anos seguintes	3,39 %	3,08 %
Taxa de atualização das pensões		
1.º ano	0,00 %	0,00 %
anos seguintes	2,39 %	2,08 %
Tabelas utilizadas		
- de mortalidade	TV 88/90	
- de invalidez	1978 – S.O.A. Trans. Male (US)	
- de <i>turnover</i>	T-1 Crocker Sarason (US)	
Momento de atribuição da pensão de reforma	65 anos	65 anos
Percentagem de casados	80 %	80 %
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos	3 anos

(iii) Evolução das responsabilidades e ativos do Fundo de Pensões – PBD

	31/12/2012			31/12/2011		
	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total
Responsab. totais por serviços passados						
Benefícios de reforma e sobrevivência	783 605	544 060	1 327 665	725 171	460 429	1 185 600
Contribuições SAMS s/ pensões	47 249	27 575	74 824	43 812	22 736	66 548
Subsídio por Morte	1634	589	2223	15 648	9163	24 811
	832 489	572 224	1 404 712	784 631	492 328	1 276 959
Situação patrimonial do Fundo			1 430 811			1 255 092
Excesso/(Insuficiência) de cobertura (ver Notas 12 e 18)			26 098			(21 867)
Grau de cobertura das responsabilidades			101,9 %			98,3 %

A evolução das responsabilidades com serviços passados verificada em 2012 resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	31/12/2012	31/12/2011
Valor no início do ano	1 276 959	1 239 418
Custo do serviço corrente	9487	8954
Pensões a pagar (valor esperado)	(60 877)	(59 578)
Custos dos juros	57 346	59 485
Ganhos e perdas atuariais	144 717	28 680
Custo por Serviços Passados	(22 919)	-
Valor no final do ano	1 404 712	1 276 959

Assinala-se o ganho relativo a Custos por serviços passados referente à alteração dos planos, a qual decorreu da revisão da fórmula de cálculo do subsídio por morte no sistema de segurança social (Decreto-Lei 13/2013, de 25 de janeiro). De acordo com a política contabilística apresentada no ponto 1.2. l) da Nota 1, estes ganhos foram reconhecidos diretamente em ganhos do período (ver Nota 27).

O valor dos ativos do Fundo de Pensões apresenta, em 2011 e 2012, a seguinte evolução:

Ativos do fundo	31/12/2012	31/12/2011
Valor no início do ano	1 255 092	1 230 687
Contribuições correntes entregues ao fundo	11 966	12 180
Contribuições entregues por Reformas antecipadas	3734	4067
Contribuições extraordinárias entregues ao fundo	50 000	74 000
Pensões pagas ⁽¹⁾	(58 756)	(61 523)
Rendimento líquido do fundo	168 775	(4320)
Valor no final do ano	1 430 811	1 255 092

(1) Inclui os montantes cativos correspondentes ao 13.º e 14.º meses de pensão.

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

Aplicações do fundo	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos e edifícios	59 076	66 956
Títulos de rendimento variável	202 791	197 658
Títulos de rendimento fixo – Obrigações	1 108 584	956 213
Numerário e depósitos bancários	2 127	20 534
Outros	58 234	13 731
	1 430 811	1 255 092

O ano de 2012 encerrou com um nível de financiamento de 101,9 %, superior ao verificado em final de 2011 (98,3 %). Esta evolução do nível de financiamento decorre, em parte, da contribuição extraordinária entregue pelo Banco ao Fundo no período em análise (50 000 milhares de euros), a qual teve como objetivo reduzir a exposição ao risco de taxa de juro, através do aumento do grau de cobertura das responsabilidades por ativos diretamente dependentes dos níveis de taxas de juro, num contexto de elevada instabilidade dos mercados de dívida pública da área do euro.

As perdas apuradas nos períodos de 2012 e 2011 detalham-se conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Ganhos e Perdas Atuariais		
Movimento populacionais	(12 522)	(14 630)
Desvios técnicos	7 938	6 464
Crescimento salarial	(1 713)	(6 207)
Atualização das pensões	2 920	7 869
Ajustamentos ao modelo	16 567	6 25
Outros desvios	50	-
Alteração de pressupostos:		
Crescimento salarial	(19 768)	12 326
Atualização das pensões	(6 010)	17 794
Taxa de desconto	(132 179)	(52 921)
	(144 717)	(28 680)
Ganhos e Perdas Financeiros		
Desvios nas pensões pagas	2 121	(1 945)
Desvios do rendimento esperado do Fundo	111 151	(63 418)
	113 272	(65 363)
	(31 444)	(94 043)

Os valores reconhecidos em gastos com pessoal, relativos ao Fundo de Pensões – PBD, resumem-se conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos com pessoal		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	6879	6537
Custos dos juros	57 346	59 485
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(57 624)	(59 098)
	<u>6600</u>	<u>6924</u>

(1) Exclui custos suportados por colaboradores e outras entidades.

Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Plano de contribuição definida

As alterações aos Acordos de Empresa do Banco de Portugal (AE) publicadas em 22 de junho de 2009 no Boletim do Trabalho e Emprego estabeleceram a criação de um plano complementar de pensões de contribuição definida, financiado através de contribuições do Banco e dos trabalhadores, para os empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de março de 2009 e inscritos no regime geral da segurança social por força do Decreto-Lei n.º 54/2009 de 2 de março (ver ponto 1.2. l) da Nota 1). Este plano foi criado no ano de 2010, com efeitos reportados a 23 de junho de 2009.

Este Plano Complementar de contribuição definida, contributivo e de direitos adquiridos é de adesão facultativa para os participantes e obrigatória para o Associado sempre que o participante adira ao Plano.

A escolha do fundo de pensões no qual estas contribuições são aplicadas é da responsabilidade do trabalhador, podendo ser alterada anualmente.

O Banco de Portugal constituiu um fundo de pensões fechado com vista à criação de um veículo de financiamento alternativo à disposição dos seus trabalhadores, que a ele pretendam aderir.

No final de 2012, o plano complementar de pensões financiado através deste fundo de pensões abrangia 276 participantes (2011: 227).

Na constituição deste Fundo o Banco de Portugal realizou uma entrega inicial de 5 milhões de euros, a qual constituiu uma conta reserva em seu nome, designada Conta Reserva Associado (CRA). As unidades de participação da CRA serão transferidas mensalmente para as contas individuais dos participantes pelos valores correspondentes:

- (i) às contribuições que incumbem ao Banco de Portugal e
- (ii) às contribuições da responsabilidade dos participantes (através da retenção destas verbas aquando do processamento mensal de salários).

A rentabilidade dos fundos afetos à CRA reverterá automaticamente para a mesma através da variação do valor das unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2012 o património do Fundo é constituído por 5 130 milhares de euros repartidos da seguinte forma:

Unidades de participação (em valor)	31/12/2012	31/12/2011
CRA (ver nota 12)	4722	4873
Contas individuais dos participantes	408	204
	<u>5130</u>	<u>5077</u>

Outros benefícios pós-emprego

No ano de 2012, o Banco passou a registar em balanço o valor presente das responsabilidades a liquidar no futuro relativas a outros benefícios pós-emprego, conforme referido no ponto 1.2. m) da Nota 1. Até ao ano de 2011, o Banco registava estes benefícios diretamente em gastos com pessoal aquando do seu pagamento.

Apresenta-se de seguida o resultado da reexpressão das contas do Banco, à data de 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2011 Reexpresso	Reexpressão	31/12/2011 Reportado
Passivo e capital próprio	109 768 366	-	109 768 366
11. Diversas	597 677	81 558	516 119
11.3. Responsabilidades diversas	511 829	81 558	430 270
Reconhecimento de responsabilidades – 31.12.2010	81 074	81 074	-
Redução da responsabilidade pelo valor pago em 2011	-4288	-4288	-
Aumento da responsabilidade pelo CSC e custo dos juros de 2011	4071	4071	-
Aumento da responsabilidade pelos desvios atuariais de 2011	701	701	-
15. Capital próprio	1 196 549	-81 775	1 278 324
15.2. Reservas e resultados transitados	1 195 549	-81 775	1 277 324
Reconhecimento de responsabilidades – 31.12.2010	-81 074	-81 074	-
Desvios atuariais 2011	-701	-701	-
16. Resultado líquido do período	31 382	217	31 165
Redução dos gastos com pessoal – Valor pago em 2011	-	4288	-4288
CSC e Custo dos Juros	-4071	-4071	-
Demonstração de resultados – resultado líquido	31 382	217	31 165
15. Gastos com pessoal	-111 268	217	-111 484
Redução dos gastos com pessoal – Valor pago em 2011	-	4288	-4288
CSC e Custo dos Juros	-4071	-4071	-

Neste contexto, foi reconhecido no passivo do ano de 2011 um valor de 81 558 milhares de euros por contrapartida (i) de reservas e resultados transitados e (ii) da redução, ainda que residual, do resultado líquido daquele período.

Em termos de resultados, a reexpressão apresentada respeita, ao nível dos gastos com pessoal, (i) à anulação do valor pago em 2011 relativo aos outros benefícios pós-emprego e (ii) do registo do custo do serviço corrente e do custo dos juros relacionados com estes benefícios.

O valor reexpresso em reservas, apresenta, a 31 de dezembro de 2011, uma redução de 81 775 milhares de euros face ao reportado à mesma data, em consequência dos movimentos atrás assinalados.

As responsabilidades incluídas nestes outros benefícios pós-emprego resultam de (i) atribuição de pensões de reforma e sobrevivência a reformados e pensionistas que não se encontram abrangidos pelo fundo de pensões do Banco de Portugal (ii) atribuição de subvenção extraordinária a empregados do Banco reformados até 31 de dezembro de 1993; e (iii) comparticipações em despesas de doença e funeral dos reformados e pensionistas. Apresenta-se de seguida o detalhe de cada uma destas responsabilidades.

(i) Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a reformados

Os principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados	
	2012	2011
Taxa de desconto	1,02 %	290 %
Taxa de atualização de pensões		
1.º ano	0,00 %	0,00 %
anos seguintes	1,70 %	1,43 %
Tabelas utilizadas		
- de mortalidade		TV 88/90

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	31/12/2012	31/12/2011
Valor no início do ano	1287	1408
Prestações a pagar	(224)	(251)
Custos dos juros	37	39
Ganhos e perdas atuariais	231	91
Valor no final do ano	1331	1287

De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2. m) da Nota 1, o valor de custos dos juros foram reconhecidos em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades em dezembro de 2012 é de 12 participantes (2011:13 participantes).

(ii) Responsabilidades relativas à subvenção extraordinária

Os principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados	
	2012	2011
Taxa de desconto	1,84 %	3,60 %
Taxa de atualização de pensões		
1.º ano	0,00 %	0,00 %
anos seguintes	2,08 %	1,85 %
Tabelas utilizadas		
- de mortalidade		TV 88/90

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	31/12/2012	31/12/2011
Valor no início do ano	19 333	20 598
Prestações a pagar	(1615)	(1661)
Custos dos juros	696	767
Ganhos e perdas atuariais	4889	(371)
Valor no final do ano	23 304	19 333

De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2. m) da Nota 1, o valor de custos dos juros foram reconhecidos em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades em dezembro de 2012 é de 1 200 participantes (2011:1 237 participantes).

(iii) Responsabilidades por participações em despesas de doença e funeral dos reformados e pensionistas

Os principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados	
	2012	2011
Taxa de desconto	2,52 %	3,86 %
Taxa de crescimento do gasto médio / anual das despesas		
Ref. Invalidez	6,23 %	5,98 %
Outros	4,54 %	4,29 %
Tabelas utilizadas		
- de mortalidade	TV 88/90	
- de invalidez	1978 – S.O.A. Trans. Male (US)	
- de turnover	T-1 Crocker Sarason (US)	
Percentagem de casados	80 %	80 %
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos	3 anos

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	31/12/2012			31/12/2011		
	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total
Valor no início do ano	41 722	19 216	60 938	41 202	17 866	59 068
Prestações pagas	(2143)	-	(2143)	(2376)	-	(2376)
Custo do serviço corrente	-	782	782	-	711	711
Custos dos juros	1612	742	2354	1781	772	2553
Ganhos e perdas atuariais	7954	7172	15 126	1115	(133)	982
Valor no final do ano	49 145	27 912	77 057	41 722	19 216	60 938

De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2. m) da Nota 1, os valores de custos dos juros e do custo do serviço corrente foram reconhecidos em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades é a seguinte:

Número de participantes	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	1683	1689
Reformados e Pensionistas	2393	2389
	4076	4078

Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2012 ascende a 13 084 milhares de euros (2011: 12 561 milhares de euros) (ver Nota 18). O valor de desvios atuariais referentes a estas responsabilidades foram reconhecidos diretamente em resultados e ascenderam, em 2012, a -1 378 milhares de euros (2011: -626 milhares de euros).

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados	
	2012	2011
Taxa de desconto	2,82 %	4,08 %
Taxa esperada de crescimento da massa salarial		
1.º ano	1,00 %	1,00 %
anos seguintes	2,96 %	2,77 %
Tabelas utilizadas		
- de mortalidade	TV 88/90	
- de invalidez	1978 – S.O.A. Trans. Male (US)	
- de <i>turnover</i>	T-1 Crocker Sarason (US)	
Momento de atribuição da pensão de reforma	65 anos	65 anos

NOTA 33 | GESTÃO DE RISCOS

A gestão do risco no Banco de Portugal não visa unicamente assegurar a sustentabilidade e rentabilidade da própria instituição, mas também, num primeiro plano, contribuir para a manutenção da estabilidade financeira do sistema bancário português e assegurar a sua participação no Eurosistema. Assim, o Banco de Portugal tem como especial preocupação o cumprimento de uma política de gestão de riscos rigorosa.

O Conselho de Administração procede ao acompanhamento permanente da gestão integrada dos riscos financeiros e operacionais, que é assegurada pelo Departamento de Gestão de Risco, em articulação com a Comissão para o Risco e Controlo Interno (CRCI) e os restantes departamentos do Banco, tendo em atenção o perfil e grau de tolerância ao risco definidos.

Gestão dos Riscos Financeiros

Os riscos financeiros compreendem, fundamentalmente, o risco de mercado e de crédito decorrentes sobretudo das operações de gestão de ativos de investimento próprios e da participação na política monetária do Eurosistema. Estes últimos incluem não só as operações convencionais de política monetária, mas também as carteiras associadas aos programas de intervenção.

O risco de mercado está associado às perdas decorrentes das flutuações dos preços e taxas de mercado, compreendendo, portanto, o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do ouro. O acompanhamento e controlo do risco de mercado são assegurados por recurso a indicadores de *value at risk*, entre outros, produzidos e monitorizados numa base diária, bem como pela realização regular de exercícios de *stress testing*.

O risco de crédito está associado às perdas decorrentes da incapacidade das contrapartes e emitentes cumprirem as suas obrigações contratuais. A redução do valor de mercado dos ativos, resultante da degradação do perfil creditício das contrapartes e emitentes, integra-se também na noção de risco de crédito. Para acompanhamento e monitorização deste risco, são produzidos regularmente indicadores de *credit value at risk* para as carteiras de ativos próprios e para os portefólios de intervenção.

O risco das operações de gestão de ativos é controlado através da imposição de um conjunto de critérios de elegibilidade e de limites que constam de Normas Orientadoras aprovadas pelo Conselho de Administração. No caso do risco de crédito, os referidos critérios e limites são baseados nas classificações de risco atribuídas pelas agências de *rating* e incorporam uma avaliação qualitativa de toda a informação disponível, incluindo o recurso a indicadores de mercado. O controlo do risco de mercado baseia-se na aplicação de limites ao *value at risk*, bem como na imposição de limites ao posicionamento cambial, recorrendo-se ainda ao acompanhamento da evolução de medidas de sensibilidade ao risco de taxa de juro, tais como a *modified duration*.

A valorização, avaliação, atribuição de performance e o controlo de limites e restrições das operações de gestão de ativos é assegurado por um sistema de informação de gestão de reservas e ativos, idêntico ao utilizado pelo Banco Central Europeu e pela generalidade dos bancos centrais nacionais que integram o Eurosistema. Este sistema assegura também a liquidação financeira das operações e a monitorização das posições e das principais medidas de risco. Complementarmente, para cálculo do *value at risk* e do *credit value at risk*, recorre-se também a *softwares* comerciais de referência.

A exposição a risco de crédito decorrente das operações de política monetária resulta da parcela da exposição global do Eurosistema que é imputável ao Banco de Portugal, de acordo com a respetiva chave de capital, bem como das operações cujo risco é diretamente assumido pelo Banco.

O controlo dos riscos destas operações é assegurado pela aplicação de um conjunto de regras e procedimentos definidos ao nível do Eurosistema, sendo o acompanhamento e monitorização realizados através do recurso a uma bateria de indicadores agregados de risco produzidos pelo Banco Central Europeu. A verificação do cumprimento das restrições e limites relevantes é assegurado por um conjunto de sistemas aplicativos desenvolvidos internamente pelo Banco de Portugal. No caso particular das carteiras de intervenção, constituídas no âmbito das medidas não convencionais de política monetária, o Banco de Portugal procede a um acompanhamento regular da sua exposição tendo por base medidas de *credit value at risk* produzidas internamente.

Gestão dos Riscos Operacionais

O risco operacional está associado a perdas resultantes de falhas ou da inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas, ou ainda decorrentes de eventos externos.

O âmbito de aplicação do processo de gestão do risco operacional compreende todos os processos, atividades, funções, tarefas, operações e projetos que possam pôr em risco a prossecução da missão e dos objetivos do Banco, decorrentes da legislação, da participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais e de outros requisitos que possam ter qualquer impacto negativo relevante sobre a atividade e património do Banco.

A política e a metodologia de gestão do risco operacional no Banco seguem, nas suas linhas gerais, o enquadramento para a gestão de risco operacional aprovado a nível do Eurosistema / SEBC, com os ajustamentos que decorrem de alguns aspetos particulares do Banco, e levaram em conta os *standards* internacionais e as políticas e práticas geralmente seguidas, nesta matéria, pela comunidade dos bancos centrais.

4. RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS



Relatório de Auditoria

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, a Demonstração dos resultados e a Demonstração das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Portugal e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

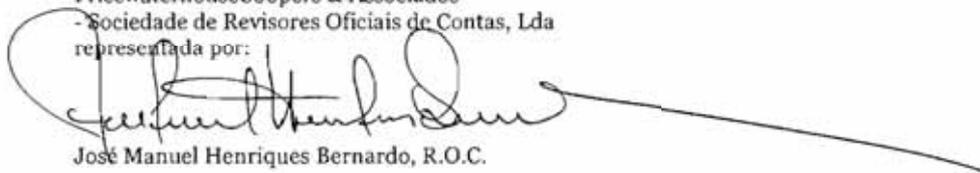
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Portugal, os quais se encontram resumidos na Nota 1 das Notas às demonstrações financeiras.

5 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'José Manuel Henriques Bernardo'. The signature is written over the text 'representada por:' and extends to the right across the page.

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 43.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, vem o Conselho de Auditoria apresentar o Relatório e emitir o seu Parecer sobre o Balanço e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, documentos aprovados em sessão do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2013.

Relatório

1. No âmbito das suas competências o Conselho de Auditoria acompanhou o funcionamento do Banco através da participação dos seus membros, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Administração, e da documentação emitida, nomeadamente, pelos Departamentos de Contabilidade e Controlo e de Auditoria.

A análise das situações contabilísticas mensais permitiu, de igual modo, o acompanhamento da situação económica e financeira do Banco.

A confirmação de bens e valores à guarda das diversas unidades do Banco continuou a ser feita pelos respetivos responsáveis e pelo Departamento de Auditoria, em regime de programação prévia, tendo o Conselho de Auditoria acompanhado as respetivas conferências de fim de ano efetuadas na Sede e no Complexo do Carregado.

Nas suas reuniões, o Conselho de Auditoria apreciou as comunicações que lhe foram remetidas, elaborando sobre as mesmas os documentos de trabalho julgados oportunos e formalizando pareceres ou recomendações sempre que tal se mostrou necessário, conforme consta das respetivas atas.

O Conselho apreciou e emitiu parecer, nos termos da Lei Orgânica, sobre o Orçamento de Exploração do Banco para 2013.

Para além das atribuições consignadas na Lei Orgânica do Banco de Portugal e no Regulamento do Conselho de Auditoria, o Conselho de Auditoria, ao abrigo de legislação própria, continuou a acompanhar o funcionamento e a emitir pareceres sobre os Relatórios e Contas anuais do Fundo de Garantia de Depósitos, do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e do Fundo de Contragarantia Mútuo.

Pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, foi criado o Fundo de Resolução, cabendo, igualmente, ao Conselho de Auditoria acompanhar a sua atividade, zelando pelo cumprimento das leis e regulamentos e emitir parecer sobre as suas contas anuais.

2. A atividade do Banco encontra-se explanada no Relatório do Conselho de Administração que inclui adequada informação sobre a sua situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As “*Notas às demonstrações financeiras*” contêm detalhada informação, quer sobre a apresentação dessas demonstrações, quer sobre as principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados. Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2012, do novo Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP) criaram-se dois novos elementos no balanço: as “Diferenças de Reavaliação” que anteriormente eram apresentadas como um passivo e a “Provisão para riscos gerais” que se distingue das demais por ter uma natureza equivalente a uma reserva. De referir, ainda, que o novo PCBP introduziu o conceito de resultados transitados não passíveis de distribuição.

Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras, relativamente ao exercício anterior:

Activo

- aumento de 545 milhões (M) de euros na rubrica “Ouro”, resultante unicamente da evolução positiva da cotação, sem qualquer variação relevante em termos de quantidade, que se mantém em 382,5 toneladas;
- diminuição de 996 M de euros em “Ativos de gestão (líquidos)”, relativos à redução de 1 273 M de euros nas carteiras de negociação e de investimento em euros e incremento de 277 M de euros na carteira de negociação em moeda estrangeira (ME);
- aumento de 6 498 M de euros em “Ativos de política monetária”, sendo 6 782 M de euros relativos a operações de financiamento às IC e redução de 285 M de euros em títulos detidos para fins de política monetária;
- aumento de 3 328 M de euros na rubrica “Ativos sobre o Eurosistema” proveniente, essencialmente, do efeito conjugado do aumento da circulação do Eurosistema e do aumento do diferencial positivo entre as notas recolhidas e as colocadas em circulação pelo Banco.

Passivo

- aumento de 552 M de euros na rubrica “Notas em circulação”, reflexo do aumento da circulação global a nível do Eurosistema e da respetiva quota-parte atribuída ao Banco de Portugal;
- aumento de 2 444 M de euros na rubrica “Responsabilidades pl com as IC – operações de política monetária em euros”, resultante, principalmente, de depósitos à ordem e de operações de facilidade de depósito;
- aumento de 614 M de euros na rubrica “Responsabilidades para com outras entidades” proveniente, essencialmente, dos valores de depósitos do IGCP referentes a fundos recebidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal; estes fundos não originam qualquer ganho ou perda para o Banco, sendo, portanto, garantido o princípio da neutralidade relativamente àquele programa;
- aumento de 5 062 M de euros na rubrica “Responsabilidades para com o Eurosistema” essencialmente associadas às contas TARGET (liq.).

Recursos próprios

Assinala-se que os recursos próprios do Banco de Portugal (diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais, capital próprio e resultado líquido do período) atingiram, no final de 2012, o montante de 17 454 M de euros, correspondendo a um acréscimo de cerca de 1 160 M de euros no exercício em referência. Para este aumento contribuíram: (i) 596 M de euros nas diferenças de reavaliação; (ii) 418 M de euros no resultado líquido do período; (iii) 268 M euros nas provisões para riscos gerais; e (iv) -122 M de euros no capital próprio, que decorre do reconhecimento da responsabilidade para com reformados e pensionistas relativa a benefícios pós-emprego, reconhecidos até 2011 como gastos com pessoal quando do seu pagamento e reconhecimento de desvios atuariais negativos de 2012.

Conta de Resultados

- aumento de 74 M de euros na “Margem de juros”, explicada essencialmente pela redução nos juros e outros gastos ter superado o decréscimo dos juros e outros rendimentos;
- aumento de 160 M de euros na rubrica “Resultados realizados em operações financeiras”, proveniente, essencialmente, dos ganhos realizados em operações de gestão em euros e operações cambiais. Assinala-se, ainda, os quase 42 M de euros de prejuízos relativos a operações com futuros de taxas de juro;

- aumento de 122 M de euros no “*Resultado líquido da repartição do rendimento monetário*”;
- reforço líquido das provisões em 268 M de euros, essencialmente a provisão para cobertura de riscos gerais;
- aumento de 3 M de euros nos “*Gastos de natureza administrativa*”, devido essencialmente (i) à redução nos “*gastos com pessoal*” em cerca de 3 % (-4 M euros), (ii) ao acréscimo de 11 % nos “*fornecimentos e serviços de terceiros*”, com destaque nos gastos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF) e (iii) ao acréscimo de 13 % nas “*depreciações e amortizações*” em resultado da conclusão de investimentos de elevado montante;
- aumento de 418 M de euros no “*resultado líquido do período*”, proveniente fundamentalmente do aumento da margem de juros, dos resultados realizados em operações financeiras, do resultado líquido da repartição do rendimento monetário, assim como da redução no reforço da provisão para riscos gerais.

3. O exercício de 2012 apresenta um saldo positivo de 449 154 398,96 euros para o qual o Conselho de Administração irá apresentar, de acordo com o estipulado no n.º 2 do art.º 53.º da Lei Orgânica, ao Ministro de Estado e das Finanças, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- 10 % para reserva legal	44 915 439,90 euros
- 10 % para outras reservas	44 915 439,90 euros
- nos termos da alínea c) o remanescente para o Estado a título de dividendos	359 323 519,16 euros

4. Os Auditores Externos emitiram o seu relatório sem quaisquer reservas ou ênfases.

Parecer

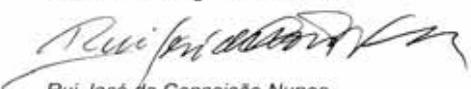
Face ao exposto e apoiado nas análises aos documentos e nas informações obtidas, o Conselho de Auditoria dá parecer favorável à aprovação do Balanço e Contas do exercício de 2012 do Banco de Portugal, bem como à proposta de aplicação de resultados antes referida.

Ao Governador, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco, o Conselho de Auditoria agradece a colaboração prestada.

Lisboa, 21 de Março de 2013

O CONSELHO DE AUDITORIA


Emilio Rui da Veiga Peixoto Vilar


Rui José da Conceição Nunes


Amável Alberto Freixo Calhau

